UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro

Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior

São Paulo
2017

EMILIA SUITBERTA DE OLIVEIRA TRIGUEIRO

Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel da Silva Leme

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Trigueiro, Emilia Suitberta de Oliveira
Adolescentes, o aprimoramento cognitivo
farmacológico e o acesso ao ensino superior / Emilia
Suitberta de Oliveira Trigueiro; orientadora Maria
Isabel da Silva Leme. -- São Paulo, 2017.
206 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,
2017.

1. Ensino médio. 2. Cursinho pré-vestibular. 3.
Medicalização. 4. Aprimoramento cognitivo
farmacológico. 5. Dopagem intelectual. I. Leme, Maria
Isabel da Silva, orient. II. Título.

Nome: Trigueiro, Emilia Suitberta de Oliveira

Título: Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Doutor em
Psicologia.

Aprovado em: _____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

A todos os brasileiros que pagam seus impostos, pois é desta contribuição que vêm os recursos que mantêm as universidades públicas brasileiras, principal fonte de pesquisas no país.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Edson, companheiro desde o início dessa jornada, por todo o apoio nos momentos difíceis e por toda a leveza nos momentos fáceis.

Aos meus pais Sebastião e Graça, meus irmãos Suíla, Essuelio e Essuey, e a toda minha família pelo alento, aconchego e alegria que só a família é capaz de proporcionar. Obrigada por me mostrarem sempre que os melhores amigos são aqueles que estão em casa esperando por mim.

Aos meus avós Pedro e Francisco e Emilia e Suitberta, que mesmo ausentes são tão presentes em minha vida. Obrigada por me darem um nome, uma história e as raízes para onde sempre voltarei.

Aos meus afilhados Cezar Filho, Gabrielly e Maria Júlia, por me servirem de inspiração. É por vocês, e por todas as crianças e jovens do Brasil, que procuro diariamente fazer do mundo um lugar um pouco melhor.

Aos meus amigos de ontem, de hoje e de amanhã, por enriquecerem minha vida. À Isabel Leme, minha orientadora, por acreditar no meu trabalho e no meu potencial, e pelo imenso respeito com que me tratou neste tempo de parceria e colaboração. Ficam registradas minha gratidão e admiração.

Ao Luiz Silva, pelas importantes contribuições na análise estatística. Agradeço a presteza e a ajuda na construção dessa pesquisa.

Às professoras que participaram das bancas de qualificação e defesa, Marilene Proença, Carla Angelucci, Lygia Viégas e Roseli Caldas, por aceitarem colaborar com esta importante etapa da minha formação, trazendo tão cuidadosos apontamentos e sugestões.

Aos professores do doutorado, por contribuírem na construção do meu conhecimento e por, direta ou indiretamente, auxiliarem na construção deste trabalho.

Ao IFCE campus do Crato, por me possibilitar a realização da qualificação em serviço.

Por fim, a todos os professores, alunos e funcionários das instituições educativas por onde passei – Educandário Mickey, Escola Monteiro Lobato, Escola Caminho do Futuro, Externato 5 de Julho, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Ceará, Universidade de São Paulo –, por terem contribuído com o meu crescimento pessoal, social e profissional.

“Eu quase que nada não sei.
Mas desconfio de muita coisa.”

(Guimarães Rosa, 2001, p.31)

RESUMO

Trigueiro, E. S. O. (2017). *Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O aprimoramento cognitivo farmacológico refere-se ao uso de medicamentos por pessoas saudáveis para melhorar o funcionamento do cérebro e aprimorar o desempenho cognitivo. Um dos medicamentos mais utilizados no Brasil com esta finalidade é o Cloridrato de Metilfenidato, comercializado com o nome de Ritalina ou Concerta. Ele tem sido utilizado por universitários, empresários e profissionais da saúde que visam aumentar a capacidade produtiva para cumprir prazos e metas. Considerando que esta prática está se disseminando na sociedade e chegando aos alunos do ensino médio, optou-se por fazer um estudo cujo objetivo foi caracterizar a percepção de alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP), sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, buscando identificar condições preditoras ao uso dessas substâncias. Para atingir tal objetivo o procedimento de coleta de dados foi composto de duas etapas: a primeira desenvolveu-se por meio de um estudo quali-quantitativo, com aplicação de questionários, que buscou evidenciar um panorama geral sobre o tema, sendo realizada com 534 sujeitos oriundos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). A partir dos dados colhidos foi realizada uma segunda etapa com 13 alunos da escola profissionalizante da cidade de Juazeiro do Norte (CE), com abordagem qualitativa e realização de grupo focal, que buscou aprofundar o entendimento dessas questões. No tratamento de dados da primeira etapa utilizou-se o teste estatístico não paramétrico Qui-quadrado, e na segunda etapa a Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram que os alunos querem ingressar no ensino superior, mais do que outras opções, consideram esta a principal função da escola e se consideram preparados para tal. Trabalhar não é seu desejo imediato e por isso não consideram importante que a escola os prepare para tanto. A compreensão de fundamentos científico-tecnológicos e o aprimoramento como pessoa humana foram considerados aspectos importantes. Medicamentos para aprimoramento cognitivo foram vistos como algo positivo que poderia ser usado às vésperas do vestibular; para ajudar nos momentos de pressão por parte dos pais e da escola, em que se sentem sobrecarregados pelas suas obrigações; para conseguir realizar múltiplas atividades; para garantir energia e concentração. Verificou-se ainda que dispor de informações sobre medicamentos e conhecer usuários predispõe a um possível uso. A possibilidade de consumir os medicamentos está presente em todas as cidades analisadas e em todas as instituições. Quando tiveram a oportunidade de pensar melhor sobre o tema e falar sobre ele nos grupos focais, os alunos conseguiram perceber os fatores envolvidos na adesão ao uso de substâncias, e o que leva os estudantes a consumi-las. Os dados levantados evidenciaram que os participantes se mostraram curiosos em relação a uma substância ainda desconhecida para muitos, mas que em suas fantasias pode ser interessante para ajudar a atingir seus objetivos. Conclui-se que este é um tema relevante e preocupante; por isso, sua discussão em diferentes meios deve ser aprofundada.

Palavras-chave: Ensino médio; Cursinho pré-vestibular; Medicalização; Aprimoramento cognitivo farmacológico; Doping intelectual.

ABSTRACT

Trigueiro, E. S. O. (2017). *Teenagers, pharmacological cognitive enhancement and the access to university education* (Doctorate Thesis). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

Pharmacological cognitive enhancement refers to the use of drugs by healthy individuals aiming at brain functioning improvement and cognitive performance enhancement. One of the widely used drugs in Brazil with these aims is methylphenidate hydrochloride, marketed under the name of Ritalina or Concerta. It has been used by college students, businessmen and health professionals aiming at enhancing their productive capacity to meet deadlines and goals. Considering the dissemination of this practice reaching high school students, this study was held aiming at characterizing the perception of high-school final-year students from public, private and vocational schools and public and private pre-college preparatory courses in the cities of Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) and São Paulo (SP) on the use of drugs for cognitive enhancement, searching to identify predictive conditions to the use of such substances. For such, the procedure for data collection comprised two stages: the first was developed through a quali-quantitative study, searching to demonstrate a general panorama on the theme, with questionnaires applied to 534 individuals in the final year of high school in public, private and vocational schools and public and private pre-college preparatory courses in the cities of Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) and São Paulo (SP). A second stage was held using the collected data for a qualitative approach and focus group with thirteen students from the vocational school in Juazeiro do Norte (CE), searching to deeply comprehend such issues. For data processing, non-parametric chi-square test was used in the first stage, and Content Analysis in the second one. Results indicated that the students wish to apply for university education, more than other options, consider this the main function of the school, and consider themselves prepared for this goal. Working is not their immediate wish and, for this reason, they do not deem important that the schools provide them with training for it. Comprehension of scientific-technological fundamentals and their enhancement as human beings were considered as important aspects. Enhancement drugs were deemed something positive that could be used on the eve of entrance examinations; to help in moments of pressure from parents and school when they feel overwhelmed by their duties; to be able to perform multiple activities; to ensure energy and focus. It was verified that they are predisposed to a possible use when provided with information and acquainted to other users. The possibility to consume such medicines is present in all analyzed cities and institutions. When faced with the opportunity to think more on the theme and talk about it in focus groups, students could perceive the factors involved in the adhesion to the use of substances and what drives them to its consumption. Collected data revealed that the participants were curious about a substance yet unknown to many of them, but imagined that it might be interesting to use it to reach their goals. It is concluded that the theme is relevant and worrisome; for this reason, the discussion about it in different backgrounds must be deepened.

Keywords: High school; College preparatory courses; Medicalization; Pharmacological cognitive enhancement; Intellectual doping.

RESUMEN

Trigueiro, E. S. O. (2017). *Adolescentes, el perfeccionamiento cognitivo farmacológico y el acceso a la enseñanza superior* (Tesis Doctoral). Instituto de Psicología, Universidad de São Paulo, São Paulo.

El perfeccionamiento cognitivo farmacológico se refiere al uso de medicamentos por personas sanas para mejorar el funcionamiento del cerebro y perfeccionar el desempeño cognitivo. Uno de los medicamentos más utilizados en Brasil con esa finalidad es el clorhidrato de metilfenidato, comercializado bajo el nombre de *Ritalina* o *Concerta*. Ha sido utilizado por universitarios, empresarios y profesionales de la salud que pretenden aumentar su capacidad productiva para cumplir plazos y metas. Considerando que esa práctica se está diseminando en la sociedad y llegando a los alumnos de la enseñanza media, se escogió hacer un estudio cuyo objetivo fue caracterizar la percepción de los alumnos del 3^{er} año de la enseñanza media de escuelas públicas, privadas y de profesionalización y de cursos preparatorios públicos y privados de las ciudades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) y São Paulo (SP), sobre el uso de medicamentos para perfeccionamiento cognitivo, buscando identificar condiciones predictoras al uso de esas sustancias. Para alcanzar al objetivo propuesto, el procedimiento de coleta de datos fue compuesto de dos etapas: la primera se desarrolló por medio de un estudio cuali/cuantitativo, con aplicación de cuestionarios, que buscó evidenciar un panorama general sobre el tema, siendo realizada con 534 sujetos procedentes del 3^{er} año de la enseñanza media de escuelas públicas, privadas y de profesionalización y de cursos preparatorios públicos y privados de las referidas ciudades. A partir de los datos recogidos, fue realizada una segunda etapa con 13 alumnos de la escuela de profesionalización de la ciudad de Juazeiro do Norte (CE), con un abordaje cualitativo y realización de grupo focal, que buscó profundizar el entendimiento de esas cuestiones. En el tratamiento de los datos de la primera etapa se utilizó el test no paramétrico Qui-cuadrado, y en la segunda etapa el Análisis de Contenido. Los resultados señalaron que los alumnos que quieren ingresar a la enseñanza superior, más de que otras opciones, consideran esta la principal función de la escuela y se consideran preparados para ello. Trabajar no es su deseo inmediato y por eso no consideran importante que la escuela les prepare para tanto. La comprensión de fundamentos científico-tecnológicos y el perfeccionamiento como persona humana fueron considerados aspectos importantes. Medicamentos para perfeccionamiento fueron vistos como algo positivo, que podrían ser usados: a las vísperas del examen de ingreso a la universidad; para ayudar en los momentos de presión por parte de los padres y de la escuela, donde se sienten sobrecargados por sus obligaciones; para conseguir realizar múltiples actividades; para garantizar energía y concentración. Además se verificó que disponer de informaciones sobre medicamentos y conocer usuarios predispone a un posible uso. La posibilidad de consumir los medicamentos está presente en todas las ciudades analizadas y en todas las instituciones. Cuando tuvieron la oportunidad de pensar mejor sobre el tema y hablar sobre él en los grupos focales, los alumnos consiguieron percibir los factores involucrados en la adhesión al uso de sustancias y lo que lleva los estudiantes a consumirlas. Los datos levantados evidenciaron que los participantes se mostraron curiosos en relación a una sustancia aún desconocida por muchos, pero que en sus fantasías puede ser interesante para que les ayude a alcanzar sus objetivos. Se concluye que este es un tema relevante y preocupante; por eso, su discusión en diferentes medios debe ser profundizada.

Palabras-clave: Enseñanza Media; Curso Preparatorio; Medicalización; Perfeccionamiento Cognitivo Farmacológico; Doping Intelectual.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Caracterização farmacêutica do metilfenidato	62
Tabela 1 - Distribuição da amostra por categorias	80
Gráfico 1 - Planos para o ano seguinte (dividido por cidade)	88
Gráfico 2 - Planos para o ano seguinte (dividido por instituição)	89
Tabela 2 - Distribuição de respostas sobre a importância de a escola preparar para as funções do ensino médio preconizadas pela LDB.....	90
Tabela 3 - Distribuição de respostas sobre como a escola preparou para as funções do ensino médio preconizadas pela LDB	92
Gráfico 3 - Já ouviu falar dos medicamentos (dividido por cidade)	99
Gráfico 4 - Conhece alguém que usa (dividido por cidade)	99
Gráfico 5 - Usaria os medicamentos (dividido por cidade)	100
Gráfico 6 - Já ouviu falar dos medicamentos (dividido por instituição)	100
Gráfico 7 - Conhece alguém que usa (dividido por instituição)	101
Gráfico 8 - Usaria os medicamentos (dividido por instituição)	101
Quadro 2 - Soluções para as hipóteses	103
Quadro 3 - Caracterização dos participantes do grupo focal	108

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	18
3	A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL	34
4	MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR	52
4.1	A MEDICALIZAÇÃO SOCIAL	52
4.2	O APRIMORAMENTO COGNITIVO FARMACOLÓGICO	59
5	JUSTIFICATIVA	74
5.1	A ESCOLHA DO TEMA	74
5.2	A ESCOLHA DA POPULAÇÃO	76
5.3	A ESCOLHA DO <i>LÓCUS</i>	76
6	MÉTODO	79
6.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	79
6.2	PARTICIPANTES DO ESTUDO	79
6.3	A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	80
7	O ESTUDO 1	83
7.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	83
7.2	RESULTADOS	87
7.2.1	Percepção sobre a Escola	87
7.2.2	Percepção sobre os Medicamentos para Aprimoramento Cognitivo	95
8	O ESTUDO 2	105
8.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	105
8.2	RESULTADOS	109
9	DISCUSSÃO	116
10	CONCLUSÕES	151
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICES	173

1 INTRODUÇÃO

A escola tem a função de socializar os indivíduos, incutir cultura e valores morais, transmitir os conhecimentos científicos acumulados pela humanidade e preparar as pessoas para trabalharem e contribuírem com o desenvolvimento da sociedade. Devido a essa grande importância, todos os brasileiros entre 4 e 17 anos de idade devem estar matriculados na escola, seja na educação básica, no ensino fundamental ou no ensino médio.

O ensino médio, particularmente, é uma etapa de formação situada entre o final do ensino fundamental e o acesso ao ensino superior. Esta etapa tornou-se obrigatória somente em 2009, e no decorrer dos anos acumulou desafios e contradições, sendo os principais o acesso dos alunos, que ainda não é universal, a evasão (que é muito grande), a falta de identidade (o ensino deve focar no acesso ao ensino superior ou na preparação técnica para o trabalho?) e a baixa qualidade, expressa nas avaliações.

Para se ter uma ideia do cenário, em 2015, por exemplo, apenas 84,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos estavam na escola, sendo que apenas 62,7% deles estavam no ensino médio. Ou seja, pouco mais da metade dos jovens nessa faixa etária estava na etapa de ensino em que deveria estar. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil, também mostram que em 2015 no ensino médio o Brasil teve média de apenas 3,5 pontos em uma escala que vai até 10.

Além dessas contradições, enquanto este trabalho estava sendo escrito, encontrava-se em discussão uma medida provisória com a proposta de uma reformulação no ensino médio que inclui alteração na carga horária e na grade curricular, entre outras medidas. Como esta reforma será implantada no ano de 2019, as afirmações feitas neste trabalho referem-se ao que está em vigor até o ano de 2017, ano de sua finalização, sendo que posteriormente o cenário poderá ser diferente.

Dentre as atuais funções do ensino médio, uma das mais valorizadas pelos alunos e pelas instituições é a preparação para o ensino superior. Este acesso se dá pelo vestibular, que classifica apenas alguns dos inscritos. Os motivos de não aprovação podem ser: (a) preocupados com o sucesso no exame, os alunos ficam com receio de não serem bem-sucedidos, o que leva ao aumento de sintomas de ansiedade e estresse; (b) pode haver um histórico de reprovações ou de baixo aproveitamento no ensino fundamental e médio, devido a um sistema escolar excludente.

O aumento dessas expectativas em relação à aprovação no exame pode resultar em elevação de sintomas de ansiedade e estresse, conforme mencionado acima. Além disso, a sensação de que a escola pode não ter preparado bem o suficiente, aliada ao receio de ser reprovado e ter que dedicar mais um ano de sua vida a essa preparação, ou de desistir de um curso superior e ingressar no mercado de trabalho, podem fazer com que jovens do ensino médio recorram a diferentes estratégias para aprimoramento cognitivo.

Existem diversas maneiras de melhorar o funcionamento cerebral, tais como ambientes estimulantes, técnicas de autorregulação da aprendizagem, dietas alimentares, vitaminas, exercícios físicos e psicofármacos. O uso de medicamentos por pessoas saudáveis para melhorar o funcionamento do cérebro e aprimorar o desempenho cognitivo pode ser chamado de aprimoramento cognitivo farmacológico, ou de doping intelectual. Uma razão para o uso desses medicamentos é que supostamente eles teriam uma ação mais rápida do que a mudança na estratégia de estudo, por exemplo, pois poderiam induzir modificações nas sinapses envolvidas nas redes cognitivas.

Um dos medicamentos mais utilizados no Brasil com essa finalidade é o Cloridrato de Metilfenidato, comercializado com o nome de Ritalina ou Concerta. Ele tem sido utilizado por universitários, empresários e profissionais da saúde com a finalidade de aumentar a capacidade produtiva para cumprir prazos e metas. Entretanto, é preciso cuidado com o uso destas drogas, pois elas não foram avaliadas suficientemente para serem usadas com esse objetivo, sem esquecer as implicações éticas e sociais sobre seu uso (Machado & Toma, 2016; Urban & Gao, 2013; Farah, 2002).

Este tema é polêmico e suscita muitos debates. Os defensores da prática como, por exemplo, Greely et al. (2008), argumentam que o cloridrato de metilfenidato é uma droga segura com poucos efeitos colaterais e que a utilização para aperfeiçoamento cognitivo é um objetivo louvável e uma escolha pessoal. Para isso, seria necessária apenas uma política de saúde formada por uma variada fonte de recursos científicos, profissionais, sociais e educacionais, somada à legislação. Em oposição, outros pesquisadores como, por exemplo, Farah e Wolpe (2004), alegam que seria antiético melhorar deliberadamente a concentração e memória de um indivíduo, além de questionarem as vantagens do metilfenidato, uma vez que estas são mínimas e os riscos do uso em longo prazo não são conhecidos.

Como essa prática tem ganhado cada vez mais adeptos e o acesso a esse medicamento é facilitado, é necessário aprofundar o entendimento desse fenômeno, principalmente em

relação a uma população vulnerável, como são os adolescentes, particularmente aqueles que estão em uma fase decisiva de suas vidas, como é o caso da seleção para o ensino superior.

Nesse contexto, para seu desenvolvimento, a presente pesquisa partirá do seguinte problema: qual a percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio e de cursos pré-vestibulares sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo?

O interesse por esse tema se dá devido ao aumento da prescrição desse tipo de medicamento para crianças e adolescentes, entre 6 e 16 anos, bem como o uso indiscriminado que pode estar sendo feito por jovens para potencializarem seu desempenho nos estudos, sem que haja dados reais sobre este uso (ANVISA, 2010). Sabe-se que esses medicamentos podem ter como efeito imediato o aumento da concentração, mas em longo prazo podem causar supressão do crescimento, aumento da pressão sanguínea, episódios psicóticos, entre outros sintomas (ANVISA, 2012).

Acredita-se que conhecer a percepção dos jovens sobre o doping intelectual pode viabilizar práticas preventivas em relação ao uso, por isso, a pesquisa se torna relevante (a) para os jovens, em virtude da importância do tema na atualidade e do espaço que ele tem ganhado no contexto social, com grandes possibilidades de acesso a medicamentos; (b) para as escolas, que poderão rever suas práticas produtoras de fracasso escolar, o que pode levar alguns alunos ao uso de medicamentos; (c) para a sociedade, pois buscará desmitificar a ideia de que os problemas cotidianos podem ser resolvidos com pílulas e que o cérebro humano sempre pode atingir níveis mais altos.

No intento de investigar esta questão, foi definido como objetivo geral desta pesquisa caracterizar a percepção de alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, buscando identificar condições preditoras ao uso dessas substâncias.

Tal objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a percepção de alunos das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) sobre as funções do ensino médio e sobre a preparação dada pela escola para que possam cumprir essas funções, analisando possíveis discrepâncias;
- b) Identificar a percepção de alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados sobre as funções do

ensino médio e sobre a preparação dada pela escola para que possam cumprir essas funções, analisando possíveis discrepâncias;

- c) Caracterizar a percepção dos alunos sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo;
- d) Identificar se as variáveis demográficas estão associadas à percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo e seu potencial consumo;
- e) Identificar se os planos para o futuro estão associados à percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo e seu potencial consumo;
- f) Identificar se informações sobre medicamentos para aprimoramento cognitivo estão associadas à percepção sobre o seu uso e seu potencial consumo;
- g) Identificar quais aspectos estão relacionados à percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, apontando possíveis fatores relacionados à tendência ao uso dessas substâncias;
- h) Estabelecer as conclusões propiciadas pelos dados e propor possibilidades de intervenção.

Para que os objetivos fossem atingidos foi desenvolvida uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, que visou identificar e descrever as variáveis que estão envolvidas na adesão a substâncias para melhorar o desempenho cognitivo. Foi realizada uma pesquisa de campo cuja abordagem quantitativa teve como objetivo evidenciar um panorama geral sobre o tema, sendo realizada com 534 sujeitos oriundos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP).

A escolha dessas cidades se deu com o intuito de se ter um panorama diversificado da realidade brasileira, estudando cidades com diferentes perfis sócio-econômico-político-demográficos. A escolha por instituições de naturezas administrativas distintas também se deu com o intuito de abranger jovens com percursos e situações socioeconômicas diferentes, a fim de reunir múltiplas realidades. Os resultados desta fase foram analisados e comparados em relação à cidade e à instituição da qual se originam.

A partir dos dados coletados foi realizada uma segunda etapa, com abordagem qualitativa e utilizando-se do grupo focal, que buscou aprofundar o entendimento dessas questões. Foi feita a opção por utilizar instrumentos de coleta de dados que permitissem

conclusões gerais por meio da abordagem quantitativa, e a especificidade pela abordagem qualitativa do fenômeno estudado.

Para melhor compreensão e organização, este trabalho encontra-se estruturado em dez capítulos. Neste primeiro é feita uma introdução do tema. O segundo capítulo trará um breve histórico da educação brasileira, onde será detalhado o percurso da instituição escolar desde sua origem até os dias atuais. O capítulo seguinte versará sobre a escola de ensino médio no Brasil, e tratará das principais características e dos principais desafios desta etapa do ensino. No quarto capítulo, sobre a medicalização escolar, primeiro serão definidos os principais termos – que são medicalização, medicamentação e aprimoramento cognitivo farmacológico –, e em seguida serão apontadas as principais reflexões sobre o assunto. O quinto capítulo trará a justificativa para escolha do tema, da população e do *lôcus*. Em seguida, será feita a delimitação do método do estudo com o detalhamento da caracterização da pesquisa, os participantes e a trajetória. No sétimo capítulo será apresentado o percurso metodológico e os resultados do Estudo 1, referente à pesquisa quantitativa e no oitavo capítulo o percurso metodológico e os resultados do Estudo 2, referente à pesquisa qualitativa. No nono capítulo estará a discussão e no décimo as conclusões. Na sequência, as referências e os apêndices.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Todas as ideias têm uma história. Para entender a concepção de educação no Brasil, é preciso entender sua história. Segundo Saviani (2013), esse exercício de olhar para trás ajuda a iluminar os caminhos percorridos atualmente e a entender melhor o porquê de certas escolhas feitas pela sociedade. Para isso, é necessário ter uma compreensão crítica dessa história, mediante o exame da relação entre o desenvolvimento da sociedade e o surgimento da educação formal, junto às ideias pedagógicas que a influenciaram, bem como por meio da análise da evolução das principais concepções educacionais que tiveram vigência na educação brasileira.

Para isso, no presente tópico, faz-se um breve percurso pela história da escola no mundo para se explicitar como algumas ideias foram apropriadas pelos brasileiros – mesmo com atraso de séculos –, pois, considerando a historicidade do fenômeno educativo, compreendê-lo irá fornecer elementos da maior relevância para o entendimento da educação no Brasil. A caracterização da trajetória educacional brasileira não tem como objetivo esgotar o tema, mas tão somente pontuar algumas questões importantes para entendê-la, pois o texto está baseado mais na síntese explicativa dessas ideias do que em sua análise.

A escola, em todas as suas modalidades de ensino, tem como principal função fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, transmitindo cultura, modelos sociais de comportamento, conhecimentos e valores morais. Em resumo, sua função é preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Na escola elas aprendem a assimilar as regras sociais, os conhecimentos clássicos de diversas áreas disciplinares (leitura, escrita, cálculo, ciências etc.), os valores morais coletivos e os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade, além de também aprenderem a trabalhar. Aprender esses elementos sempre foi necessário; no entanto, essa instituição nem sempre existiu nos moldes conhecidos hoje, por isso é tão importante introduzir alguns elementos do seu desenvolvimento na sociedade.

Durante muito tempo, na história da humanidade, a vida humana foi guiada apenas pela tentativa de sobreviver em um mundo hostil, em um estado de vida selvagem. Com o passar dos anos, o homem foi evoluindo em suas estratégias de sobrevivência, como, por exemplo, com a descoberta do fogo, a domesticação dos animais e a agricultura, o que fez com que ele passasse a ser sedentário, estreitando sua vivência em sociedade. Todas as habilidades necessárias à subsistência eram desenvolvidas a partir da experiência

compartilhada pelos pares. Saber caçar, pescar, encontrar água ou entender os sinais dos tempos, por exemplo, eram atividades aprendidas pela observação e habilidade de fazer igual.

Com a passagem do período que Engels (1884-2013) chama de barbárie para a civilização, exigiram-se novas habilidades, e o homem, sempre em evolução, respondeu a essas novas demandas. Com o desenvolvimento da indústria e da arte, o trabalho tornou-se cada vez mais especializado, com cada indivíduo tendo uma função dentro da sociedade. Esse trabalho especializado também era aprendido por meio da observação: em geral, o filho observava o trabalho do pai.

As atividades intelectuais eram restritas a uma pequena parcela da população, que era responsável pela direção da vida em sociedade, sendo também responsável pela moral, direito e religião. Para esses poucos intelectuais não havia a necessidade de uma instituição organizadora do saber; o que existia era um mestre e seus discípulos, que se reuniam para discutir esses assuntos. Para o restante da população não era necessário ter acesso a essas questões, visto que seus ofícios poderiam ser desempenhados sem o conhecimento da leitura e da escrita. O meio social era o contexto educativo por excelência, pois se aprendia por meio do que Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 13) chamam de “ver fazer e ouvir dizer”.

Somente a partir da Idade Média é que a educação começou a tornar-se produto da escola, mas ainda era muito restrita. Nessa época, o domínio do conhecimento era da Igreja Católica, que possuía estabelecimentos eclesiásticos para a formação dos jovens, principalmente clérigos e monges. Segundo Rossato (1998), nessas escolas ensinava-se a gramática, a retórica, a dialética, a lógica, as artes liberais (astronomia, aritmética, geometria, música), e, acima de tudo, ensinava-se o canto, a liturgia e a Sagrada Escritura. Ainda segundo o autor, esse modelo de escola se expandiu entre o século XI e XII devido a um crescimento geral da economia, com a aceleração do crescimento demográfico, o progresso da produção agrícola e a renovação da vida urbana caracterizada pela expansão das cidades.

É importante pontuar que essas escolas eram reservadas para os jovens, e não para as crianças. Até o final do século XVII, não havia grande interesse pela infância, já que este era um período de transição logo ultrapassado. De acordo com Ariès (2006), o apego à infância não era incentivado, porque a mortalidade infantil era muito grande, então perder um filho era algo provável. Se a criança sobrevivia, era logo inserida no mundo dos adultos, passando, inclusive, a se vestir como eles. Com a melhoria das condições de higiene, a mortalidade infantil diminuiu e o apego à infância aumentou; cresceu também sua particularização e a atenção dispensada às crianças. É importante pontuar que esta era a realidade dos meninos de

famílias burguesas e nobres, mas, no caso dos filhos dos camponeses, por muito tempo ainda permaneceu uma indistinção entre infância e vida adulta, principalmente no trabalho, que, para eles, podia chegar muito cedo.

Paralelos a essa escola, sob o controle da igreja, surgiram vários aglomerados de alunos e mestres que se reuniam em claustros, nas portas das igrejas ou em esquinas. Nesses aglomerados havia pessoas de todas as idades, de 6 a 20 anos ou mais. Essas escolas particulares ensinavam somente gramática rudimentar e não havia gradação no currículo. Os alunos mais velhos apenas repetiam mais vezes o que os mais jovens haviam repetido apenas uma vez (Ariès, 2006).

Nessa época, os colégios eram apenas asilos para estudantes pobres, sem a finalidade de educação. Só a partir do século XV é que essas comunidades se tornaram institutos de ensino abertos a uma população mais numerosa. Os meninos de 9 ou 10 anos passaram a frequentar em massa os colégios somente no fim do século XVI e início do século XVII. As meninas, por sua vez, ainda não tinham esse direito e só vieram a conquistá-lo por volta do século XVIII (Ariès, 2006).

O colégio só tomou a forma hoje conhecida a partir do século XIX, com a fixação de uma correspondência mais rigorosa entre a idade e a classe, a regularização do ciclo anual das promoções, o hábito de impor a todos os alunos a série completa de classes, classes menos numerosas e mais homogêneas, bem como uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva. Isso levou à consolidação de uma nova forma escolar com um lugar específico para esta atividade, um tempo escolar regulamentado, uma sistematização do ensino, a generalização do ensino da língua escrita codificada e uma relação pedagógica inédita, com a submissão do mestre e dos alunos a regras impessoais (Vincent, Lahine & Thin, 2001).

Em consequência dessas mudanças, a escola passou a cuidar da infância e a afetar muitos aspectos da organização social. A idade das crianças, por exemplo, passou a ser identificada pelos cursos escolares, e as relações familiares passaram a ser condicionadas pela ordenação dos tempos da infância (Escolano, 2008).

Em paralelo aos colégios, desenvolveram-se as universidades. Estas também são herdeiras das escolas monásticas e nasceram sob a proteção da Igreja Católica, passando mais tarde para a proteção imperial. Segundo Rossato (1998), o século XIII foi o de consolidação e expansão da universidade, mas ela ainda era uma instituição para ensinar as verdades da fé. Uma mudança significativa ocorreu nas universidades somente nos séculos XIV e XV devido a três fenômenos fundamentais: (1) a diminuição do poder da igreja, o que levou à autonomia

e à laicização da universidade; (2) os novos papéis da sociedade local, com o crescimento do poder laico dos soberanos e príncipes; e (3) a regionalização, com o crescimento do poder local. Até esse momento, as universidades eram reservadas para as elites, o que só mudou com a Revolução Industrial.

O desenvolvimento da industrialização foi, sem dúvida, um dos fatores decisivos nas grandes mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX. Antes da revolução industrial, a atividade produtiva era artesanal e manual. Na maioria das vezes, um mesmo artesão cuidava de todo o processo, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização do produto final, o que ocorria, em geral, na sua própria casa. Com a Revolução Industrial, os trabalhadores perderam o controle do processo produtivo, uma vez que passaram a trabalhar nas fábricas e para um patrão, perdendo a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro. Esses trabalhadores passaram a controlar máquinas, na sua maioria, movidas a carvão, e dominavam apenas uma parte do processo produtivo.

A revolução industrial também trouxe consequências para as famílias. Uma delas foi a entrada da mulher no mercado de trabalho, o que fez com que surgisse a necessidade de uma instituição para cuidar das crianças enquanto suas mães estivessem trabalhando nas fábricas. Outra consequência desta mudança foi a crescente especialização tecnológica requerida pelas fábricas, o que fez com que as famílias também não pudessem mais preparar seus filhos para o trabalho. Foi preciso, então, entregar essas duas funções a uma instituição que soubesse educar não mais para a vida privada, do círculo familiar e do trabalho caseiro, mas para o trabalho que se encontrava no âmbito da vida pública, cujas regras, leis e rotinas iam além dos conhecimentos adquiridos pela família. Essa instituição especializada era a escola.

Esses fatos fizeram com que houvesse um grande crescimento das escolas, que agora eram acessíveis à maioria da população. As universidades também se desenvolveram muito neste período, em parte porque a burguesia acreditava na educação como mecanismo de ascensão social e de difusão dos novos ideais liberais, em parte porque o desenvolvimento industrial exigia um progresso técnico.

Enquanto no mundo estavam acontecendo todas as transformações citadas anteriormente, no Brasil, o ritmo era outro. Para se entender a história do Brasil é preciso lembrar que ela começou a ser formada quando os portugueses começaram a manifestar o desejo de explorar as terras além-mar. As raças que se juntaram no Brasil – a negra, a índia e a branca – e os costumes e padrões de existência que foram incorporados formaram as notórias características da gente brasileira.

Os índios que habitavam o Brasil levavam uma vida pautada pela subsistência e harmonia com a natureza, tendo uma sociedade que não era estruturada em classes e onde todos apropriavam-se de forma coletiva dos meios necessários à subsistência. Isso até a chegada dos portugueses. Os primeiros passos do colonizador no Brasil se deram no sentido de garantir a posse do território conquistado. Isso se deu com a ocupação da colônia, a escravização dos índios, a importação de escravos africanos para o trabalho e a forte exploração das riquezas naturais.

Bastante tempo passou até que houvesse algum interesse pela educação. Vieira e Farias (2007) afirmam que o primeiro passo dado nesse sentido foi em 1549, com a chegada de padres jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, com a missão de difundir a fé católica e converter os indígenas por meio da catequese e da instrução. Esse momento marcou o início da colonização propriamente dita, que envolveu “a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores” (Saviani, 2013, p. 29). Pouco tempo depois, no entanto, os esforços dos jesuítas se concentraram na educação dos filhos dos colonos e na formação dos futuros sacerdotes.

Segundo Freitag (1986), com a economia exportadora baseada na monocultura latifundiária, que exigia um mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho – esta composta, quase que absolutamente, de escravos –, a educação não tinha importância, sendo, portanto, dispensável. A estrutura social desta época era composta de escravos, senhores das casas grandes, administradores portugueses representantes da Coroa na colônia e clero (na sua grande maioria jesuítas). Assim, as poucas instituições escolares em funcionamento tinham, entre suas funções, ajudar a assegurar a reprodução dessa sociedade escravocrata.

Os jesuítas permaneceram no Brasil até 1759, quando foram expulsos de Portugal e suas colônias por ato do Marquês de Pombal, que pretendia libertar a educação do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha avesso aos métodos modernos de fazer ciência. O Marquês pretendia modernizar Portugal e sintonizar o país com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, e para isso efetuou várias reformas na educação. As reformas de Pombal incluíram mudanças nos “estudos menores” (primeiras letras) e nos “estudos maiores” (ligados à Universidade de Coimbra). Foram contratados professores régios que se submeteram a uma orientação pedagógica que incorporava os ideais

iluministas. O ensino passou a ter como característica a educação por meio de aulas régias (ou avulsas) tendo a figura do professor como central no processo. Estas reformas, no entanto, não contemplavam os pobres laboriosos, pois para eles a única instrução necessária e suficiente era aquela ministrada pelos párocos nos sermões dominicais, entendendo-se que cada hora que eles dedicavam aos livros era uma hora perdida para a sociedade (Saviani, 2013).

É importante salientar que enquanto outros países como Espanha e Inglaterra, por exemplo, não se preocuparam em impedir a expansão do ensino nas colônias, seja o básico, seja o superior, Portugal adotou uma política muito diversa, obstaculizando a implantação de instituições de ensino (Rossato, 1998) e levando os filhos dos nobres a buscarem o ensino superior na Europa. Esse costume atrasou muito o desenvolvimento do Brasil e teve influência em toda a sua história, como, por exemplo, nas agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população.

Em 1808 um fato importante modificou os rumos do país: a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, o que fez aumentar o interesse em relação à colônia. Várias obras foram realizadas em função das novas necessidades, como a melhoria dos transportes e das condições de higiene, além da criação do Jardim Botânico, da Biblioteca Municipal e de instituições de educação. Foram criados dois colégios, o Seminário de Olinda e o Colégio do Caraça, assim como os primeiros cursos superiores nas áreas de defesa militar e saúde. Neste período, houve tentativas de criação de uma universidade no Brasil, mas todas fracassaram (Vieira & Farias, 2007).

O período que se segue, o Império, não trouxe mudanças muito profundas à estrutura social de dominadores e dominados. Em relação à escola, nas cidades onde se concentravam os interesses políticos e econômicos, como Rio de Janeiro e Salvador, o acesso permaneceu sendo privilégio de uma minoria; nas demais, era praticamente inexistente. Várias tentativas de implantação de um ensino público foram feitas e nesta época começou a se manifestar uma nova tendência, a privatização do ensino e multiplicação de escolas por meio de entidades particulares ou beneméritas que se propunham a oferecer o ensino gratuito (Saviani, 2013). Mas, para a maioria das pessoas, o que havia ainda era um tipo de instrução doméstica, com mães ensinando os filhos, e irmãos que sabiam alguma coisa ensinando os que nada sabiam (Gallego, 2011).

No final do século XIX houve duas importantes mudanças na ordem política e social: a abolição da escravidão em 1888 e o advento da República em 1889. De imediato não houve ruptura significativa no modelo social vigente, pois não deixou de receber fortes influências

das antigas oligarquias rurais e seus coronéis. No plano educacional, aventou-se a necessidade de formar um novo tipo de trabalhador para substituir a mão de obra escrava, e assim garantir uma transição gradual e segura, evitando eventuais prejuízos aos proprietários de terras e escravos que dominavam a economia do país. Essa ideia foi abandonada com a chegada dos imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas de café (Saviani, 2013).

Mesmo com vários debates sobre a importância da educação e a necessidade de sua organização em âmbito nacional, com uma ampla rede de escolas abrangendo todo o território da nação e articuladas entre si, segundo normas e objetivos comuns, nenhuma reforma nacional se realizou por falta de verbas e de uma mentalidade pedagógica, situação que só veio a se modificar décadas depois (Saviani, 2013).

O que havia no país era um parco sistema formado pelas escolas de primeiras letras, onde um único professor ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. Como não havia padronização, os alunos iniciavam a frequência escolar em qualquer época do ano e o professor determinava o momento em que o aluno estava em condições de enfrentar o exame público com o qual culminava a realização da escolaridade elementar. Posteriormente, os alunos frequentavam aulas régias, aulas de latim, filosofia, grego e retórica. Estas eram aulas avulsas e isoladas que funcionavam na casa do professor, ou em paróquias, cadeias, cômodos de comércio, e como não tinham articulação entre si, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, e também deveriam se submeter aos exames públicos. Paralelamente haviam os estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas, mas estes eram muito restritos (Saviani, 2013).

A primeira constituição republicana, em 1891, trouxe maior autonomia aos estados, o que aumentou o processo de descentralização, separando Estado e Igreja, garantindo a laicidade do ensino e maior abertura para o setor privado, que se concentrava, principalmente, no ensino secundário e superior (Vieira & Farias, 2007). O documento também previa que a instrução popular deveria ser mantida sob a responsabilidade das antigas províncias, agora transformadas em Estados. Isso possibilitou que o Estado de São Paulo se adiantasse e tentasse organizar seus serviços educacionais em forma de sistema, mantendo uma organização administrativa e pedagógica, criando órgãos centrais de formação de diretrizes e normas pedagógicas, bem como organizando as escolas na forma de grupos escolares, superando as classes isoladas, o que implicava graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais (Saviani, 2013).

Essa reforma inovou ao instituir os grupos escolares, que podiam reunir, em um só prédio, de quatro a dez escolas isoladas. Essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem às classes, que por sua vez correspondiam às séries anuais. Esses grupos também eram chamados de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento de alunos se dava de acordo com o grau ou série em que se situavam, o que implicava uma progressividade da aprendizagem e a ampliação do período de permanência dos alunos na escola, assegurando a frequência às classes sucessivas com vistas a completar o ciclo de aprendizagens. Esse ciclo de classes ascendentes pelo qual o aluno deveria passar foi composto no decorrer do tempo por um número variável de anos – 5 anos, 4, e depois 2 anos. Essa redução do curso primário foi um modo de garantir no mínimo a alfabetização das crianças da zona rural, que eram as que menos frequentavam a escola devido à necessidade de ajudar seus pais na colheita ou no trabalho doméstico. Com essa proposta, por exemplo, em nome da erradicação do analfabetismo, a duração do curso primário diminuiu para 2 anos, obrigatórios para crianças de 9 a 10 anos, e o 3º e 4º anos foram transformados em curso médio e tornaram-se pagos, exceto para quem não podia pagar (Correia & Gallego, 2004).

O estabelecimento de classes ascendentes que todos os alunos deveriam percorrer para concluir o primário estimulou a organização sequencial dos programas repartidos pelos anos de escolaridade. A combinação da idade com o domínio das matérias do programa do ano que o aluno “naturalmente” deveria frequentar ganhava progressivamente foros de cientificidade, corroborados pela pedagogia e pela psicologia experimental, e anteciparia o surgimento da reprovação e repetência como critério de “anormalidade” do aluno. Com a seriação as crianças passaram a ser submetidas a exames ao longo do ano letivo a fim de determinar se no final do ano seriam aprovadas ou não para o ano seguinte, sendo reprovadas quando o desempenho não atingisse as metas estabelecidas. Pela primeira vez haviam critérios “objetivos” e com base científica para perseguir a meta da constituição das classes homogêneas, nomeadamente através dos testes mentais e do coeficiente de inteligência. Assim, os exames tornaram-se uma peça fundamental na montagem da racionalidade curricular, pois condicionaram o conteúdo e a organização das atividades escolares (Correia & Gallego, 2004).

Essas mudanças no ensino primário trouxeram uma grande preocupação com os espaços edificados que abrigariam esse serviço escolar. Essa casa-escola deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação, devendo ser, antes de tudo, uma força moral e educativa. Também fizeram parte da mudança a constituição da

escola como um lugar, a demarcação do número de anos em que o aluno deveria concluir o ensino primário, a divisão do trabalho docente e discente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de programas e exames, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, nova organização do trabalho, enfim, uma nova cultura escolar (Souza, 1998).

Este modelo, progressivamente, foi sendo disseminado por todo país, tendo conformatado a organização pedagógica da escola que se encontra em vigência atualmente. No entanto, a gradação tornava o ensino mais seletivo, com altos padrões de exigência escolar, o que trazia inúmeras barreiras à continuidade do processo educativo, excluindo, com isso, as massas populares (Saviani, 2013).

Uma nova perspectiva para o ensino com a imposição do ensino primário e da escolarização obrigatória só surgiu no momento em que os dirigentes da nação entenderam que só assim se formam cidadãos patriotas e cumpridores das leis. Isso ocorreu na década de 30 do século passado, quando houve importantes mudanças no cenário político, econômico e social, com a modernização do Estado brasileiro. O país ingressou em um novo ciclo de produção econômica, quando o modelo agrário exportador cedeu lugar à substituição de importações. O desenvolvimento do capitalismo implicou o deslocamento do eixo da vida societária do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, ocorrendo, inclusive, um progressivo processo de urbanização do campo e industrialização da agricultura. No plano político, surgiu uma importante figura, Getúlio Vargas, que, primeiramente, foi eleito para assumir o governo e, depois, permaneceu nele mediante um golpe de Estado. No cenário internacional ocorria a Segunda Guerra Mundial, e Vargas colocou o Brasil em guerra contra os alemães. Isso fez com que crescesse uma insatisfação dos brasileiros contra a ditadura getulista (Vieira & Farias, 2007).

Foi neste clima de ebulição social que no campo educacional emergiram, de um lado, as forças de um movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização; de outro lado, a igreja católica procurando recuperar sua influência nas atividades pedagógicas. Esse movimento renovador era pautado pelos princípios da Escola Nova, que pregava, entre outros pontos, maior liberdade para a criança, métodos ativos, respeito pela originalidade pessoal e a escola como uma comunidade de vida. Esses educadores entendiam que a única maneira de encaminhar de forma permanente a solução dos problemas educacionais brasileiros era através da organização e administração do sistema público de ensino (Saviani, 2013).

Segundo o autor, entre os princípios que orientaram a reforma, um dos principais foi o “Manifesto dos pioneiros da educação nova”, que, destinado ao povo e ao governo, objetivava a reconstrução educacional do Brasil, considerado por eles como sendo o maior problema nacional. O documento, escrito por 26 intelectuais e divulgado em 1932, defendia uma escola essencialmente pública e baseada nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade (até os 12 anos) e coeducação entre os sexos, e estruturada em escola infantil ou pré-primária (4 a 6 anos), escola primária (7 a 12 anos), escola secundária (12 a 18 anos) e escola superior ou universitária.

Esse manifesto representou uma tomada de posição face ao contexto social, com repercussões sobre as ideias pedagógicas que se formaram a partir de então. As propostas não foram postas em prática na íntegra, mas serviram de inspiração para reformas que se seguiram, como a Constituição de 1934, que delegou a responsabilidade pela organização e manutenção dos sistemas educativos primários aos estados, cabendo à União manter o ensino secundário e superior. A lei também favorecia o estabelecimento da educação em escolas privadas, sendo a educação pública destinada aos que não podiam arcar com os custos do ensino privado, e o ensino profissionalizante passou a ser prioritário para esses alunos. Como o ensino secundário era destinado às elites condutoras do país, apenas ele possibilitava o acesso às carreiras de ensino superior. Com isso, o sistema educacional acentuou um dualismo existente entre a educação escolar das elites, a quem eram reservados os cursos superiores, e aquela ofertada às classes populares, o ensino profissional (Vieira & Farias, 2007). Segundo Freitag (1986), esse sistema profissionalizante, além de produzir e reproduzir a força de trabalho para o processo produtivo – visto que eram os filhos dos trabalhadores das indústrias os treinados para trabalhar nas indústrias –, também garantiu a consolidação e a reprodução de uma sociedade de classes.

Com a queda de Vargas surgiu um novo período, denominado de “nova democracia”, que teve, entre suas principais características, uma ambiguidade no plano político, com períodos de menor e maior fechamento, e, no plano econômico, anseios estatizantes e nacionalistas convivendo com projetos de industrialização apoiados no estímulo ao capital estrangeiro. No plano educacional, posicionando-se frente ao acirramento das disputas entre publicistas e privatistas, ocorreu a publicação, em 1959, do segundo Manifesto de educadores ao povo e ao governo, denominado de “Mais uma vez convocados”. Este novo manifesto teve como princípio a defesa da escola pública como sendo dever do Estado, que deveria manter e expandir os sistemas de ensino, bem como defender a necessidade de que os recursos públicos

destinados à educação fossem garantidos. Assim, o documento postulou uma educação liberal, democrática, voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico, que buscasse a transformação do homem e de seu espaço social. Esse manifesto influenciou o surgimento da Lei n.º 4.024/61, que é o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Entre outros aspectos, a lei possibilitou o tratamento igualitário conferido aos vários ramos do ensino médio, abolindo a discriminação contra o ensino profissionalizante (Vieira & Farias, 2007).

Outro momento político relevante na história do Brasil ocorreu em 1964: o golpe militar. Durante esse regime, avançaram os processos de urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico, e retrocederam os momentos de liberdade e democracia. Segundo Rossato (1998), neste momento de grande desenvolvimento passou a ser difundida a teoria do capital humano, com a defesa da tese de que o maior investimento que alguém pode realizar é sua própria qualificação. Desse modo, a educação passou a ser vista como uma forma de ascensão social, pois, assim, o indivíduo poderia lutar por melhores salários e condições de vida. Isso levou a classe média a buscar ainda mais a universidade, para manter o seu *status*, e também a classe trabalhadora, como uma forma de melhorar de vida. Isso trouxe para o governo uma situação ainda não vivenciada: a grande demanda por ensino superior, o que levou à implantação de duas reformas que marcaram o período: a reforma universitária e a reforma do ensino de 1º e 2º graus.

A reforma universitária se constitui como resposta a essa pressão por acesso ao ensino superior, sendo também uma busca por atender a uma exigência de racionalização. Ela buscou conter a expansão desordenada desse nível de ensino e prover meios para as instituições oferecerem mais e melhor ensino num ambiente em que a participação estudantil estivesse sob controle. Em suma, o objetivo da reforma era “[...] diminuir a pressão sobre a universidade, absorvendo o máximo de candidatos ao vestibular (democratização) e discipliná-los posteriormente, alegando medidas de racionalização dos recursos” (Freitag, 1986, p. 84). No entanto, o aumento de vagas aconteceu, sobretudo, em estabelecimentos isolados de ensino, de iniciativa privada e em cursos de baixo custo, muitas vezes sem perspectiva de inserção de seus egressos no mercado de trabalho. A oferta de uma educação desta natureza, todavia, pareceu satisfazer a demanda reprimida por parte das camadas médias da população (Vieira & Farias, 2007).

Por outro lado, a reforma de ensino de 1º e 2º graus procurou conter essa demanda por ensino superior por meio da formação de quadros técnicos de nível médio, que teriam um

sentido de finalização da escolarização. Todavia, essa proposta não se concretizou, pois não havia meios objetivos, instalações e recursos humanos, à época, para colocá-la em prática. Mesmo não conseguindo implantar essa reforma, o poder público se consolidou como sendo o principal ofertante de vagas no ensino fundamental (obrigatório dos 7 aos 14 anos) e no ensino médio. Já no ensino superior, a rede privada teve um aumento considerável, tornando-se a principal responsável pela oferta de vagas (Vieira & Farias, 2007).

Mesmo com essas reformas, até a década de 1980 a educação fundamental não era universal, sendo privilégio de poucos, e o ensino médio obtinha um número ainda menor de alunos. Era comum, nessa época, principalmente em cidades do interior, em famílias com um número muito grande de filhos, a “escolha” de apenas alguns para estudar, preferencialmente os que tinham “vocação” para isto, enquanto os demais deveriam trabalhar para ajudar a sustentar a casa. Com a expansão do ensino por intermédio da iniciativa privada, esta situação se agravou. Infelizmente, até pouco tempo atrás, isso ainda era uma realidade em alguns lugares do Norte e Nordeste do Brasil, sendo hoje mais frequente em relação ao prosseguimento dos estudos no ensino superior e já superada em alguns países.

Em 1985 houve o fechamento do ciclo do regime militar e a abertura de novo período democrático no qual se vive atualmente. Ele começou com mudanças de ordem econômica, política, social e cultural. No mundo também ocorreram mudanças significativas, como o processo de globalização e a revolução tecnológica, que vêm nos envolvendo cada vez mais. Um marco político importante foi a implantação de uma nova constituição, em 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, na qual estão contidos os direcionamentos a serem perseguidos nos anos seguintes, sendo o principal o de construir uma democracia que dê a todos os brasileiros o acesso aos direitos sociais básicos.

A Constituição de 1988 trouxe para a educação algumas conquistas, como a consagração da educação como direito público subjetivo, o princípio da gestão democrática do ensino público, o dever do Estado de prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos, a oferta de ensino noturno regular, o ensino fundamental e médio gratuitos (inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade apropriada), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, entre outras. É importante pontuar que alguns desses direitos também estão assegurados em outro documento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), que coloca como direito de todo indivíduo até 18 anos de idade a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Uma lei que começou a ser gestada antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, que buscou reordenar os sistemas educativos, criando relações de transformação, reforma e inovação educacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 17 de dezembro de 1996) e atualmente é o documento que rege a educação brasileira. Devido à sua importância, antes da sua publicação, ela acumulou divergências de interesses, seja dos parlamentares e dos órgãos do governo federal, seja das entidades nacionais do campo educacional (Vieira, 2008).

A LDB trouxe uma nova concepção de educação básica com a ampliação do número de anos e etapas de escolarização. Nas leis de educação anteriores, esta era limitada ao domínio da habilidade de ler, escrever e contar; enquanto, na atual, busca-se a formação do indivíduo de zero ano de idade até o final do ensino médio, sendo dividida em três etapas consecutivas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A oferta dos dois primeiros é de responsabilidade dos municípios; a do último, dos estados. Essa ampliação tem se refletido na integração entre seus vários níveis e destes com o ensino superior, que é de responsabilidade da União. Outra garantia trazida por esta lei é a oferta gratuita de educação básica aos que não tiveram acesso a ela na idade apropriada, bem como aos alunos com deficiência ou superdotados, mediante atendimento especializado gratuito, preferencialmente na escola pública. Cada um desses níveis de ensino tem uma função social e uma finalidade educativa delimitada, que serão vistas adiante.

Segundo o artigo 29 da LDB, a educação infantil, que é a primeira etapa da escolarização básica, tem por finalidade promover “[...] o desenvolvimento integral da criança, até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (Lei nº 9.394/1996, n.p.). Desenvolve-se em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos.

A etapa seguinte é o ensino fundamental, que abrange 9 anos de escolarização, com início aos 6 anos de idade, sendo obrigatório a todas as crianças. Ele tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

Art. 32. [...] I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Lei nº 9.394/1996, n.p.).

O ensino médio, com 3 anos de duração, tem a função de fechar um ciclo de conhecimento e de formação, sendo a última etapa da educação básica. Entre suas finalidades, estão a formação para o exercício da cidadania e o fornecimento de meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O ensino médio também pode preparar o educando para o exercício de profissões técnicas.

O ensino superior, por sua vez, tem, entre as suas finalidades: “Art. 42 [...] II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (Lei nº 9.394/1996, n.p.). Abrange os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão.

Um dos princípios estabelecidos na Constituição de 1988 e na LDB, e que tem sido perseguido nos últimos anos, é o da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Ainda existe no Brasil um percentual significativo de crianças e jovens fora da escola, não apenas pela falta de possibilidade de acesso, mas, principalmente, pela exclusão precoce. Nos últimos anos, o acesso tem sido expandido, mas a permanência implica mudanças qualitativas no interior da escola, principalmente da escola de ensino médio (Pereira & Teixeira, 2008). Isso pode ser observado nos dados do IBGE (2015), os quais mostram que 98% das crianças de 7 a 14 anos estão frequentando a escola, mas somente 62,7% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no ensino médio.

Várias políticas foram implementadas nos últimos anos para que essa expansão ocorresse, o que fez com que houvesse um aumento no número de matrículas, principalmente no ensino médio e superior. Na educação básica, a principal mudança foi a criação, em 2007, do Fundo Nacional de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF). Outra política pública que teve grande impacto no número de matrículas no ensino fundamental foi o programa de transferência de renda, que beneficia as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e está condicionado à obrigatoriedade de matrícula e frequência das crianças de 6 a 17 anos à escola. No ensino médio, a principal mudança foi a ampliação de escolas profissionais nas redes estaduais e de Institutos Federais na rede federal. Na educação superior, a expansão se deu na rede privada por meio da criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Na rede pública, a expansão ocorreu por intermédio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e da consolidação do Sistema Nacional de Educação a Distância.

Essas mudanças evidenciam também que, nos últimos anos, tem havido um deslocamento do investimento do empresariado privado do ensino médio para o ensino superior, o que tem levado a uma publicização da educação básica e a uma privatização da educação superior. Os alunos que cursaram o ensino médio na escola privada buscam a educação superior nas instituições públicas, e aos que cursaram o ensino médio na escola pública sobra apenas a opção das instituições privadas. Em contrapartida, os resultados nos sistemas de avaliação mostram que, na educação básica, a escola privada tem se mostrado superior em qualidade à escola pública, enquanto a situação se inverte no ensino superior. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de que, na educação básica:

a clientela da rede privada, em geral, é portadora de um capital cultural, social e econômico que ultrapassa as fronteiras da escola e, sem sombra de dúvida, contribui para um melhor desempenho escolar. Tal não ocorre com a maioria dos estudantes brasileiros, para quem a escola pública é o lugar por excelência do acesso à cultura letrada e, portanto, da iniciação ao conhecimento veiculado pela escola. (Vieira, 2008, p. 93).

Helene (2012) corrobora essas ideias ao afirmar que a média do número de anos de estudo fornecida pela escola é um indicador importante do funcionamento do sistema educacional em determinado momento. Por isso, o autor calcula a escolaridade média oferecida pelo sistema educacional brasileiro desde meados da década de 1920 até 2007, e verifica que há várias irregularidades encontradas na evolução da escolaridade média esperada nesse período, tais como momentos de estagnação, retrocesso ou crescimento mais intenso, que coincidem com fatos que marcaram significativamente a história do país, como já apresentado no presente trabalho.

Com esses elementos pode-se verificar que, de um fator secundário no modelo agroexportador brasileiro, a educação foi sendo consideravelmente valorizada à medida que se tornou parte do modelo econômico industrial e de serviços vivenciado atualmente, fatores que tiveram grande influência nas organizações educativas. Esse processo de inovação tecnológica e organizacional fez emergir uma nova forma de produção e organização do trabalho, exigindo profissionais cada vez mais capacitados, tendo em vista que, na sociedade do conhecimento, a matéria-prima é a informação e o saber.

Por fim, Saviani (2013) afirma que, considerando a inerente historicidade do fenômeno educativo, o entendimento de como as ideias se encarnam na prática pedagógica – assumindo uma forma específica que decorre do embate entre as ideias propriamente ditas e as condições particulares de sua implementação – ajuda a tomar consciência da maneira como se articulam as ideias educacionais que circulam na prática pedagógica cotidiana.

Assim, considerando que as instituições escolares são formadas por uma combinação de tradição e mudanças, conclui-se que fazer esse percurso histórico foi necessário e importante para a percepção de que ainda são reproduzidos os modelos de quase 500 anos atrás, sendo eles marcantes na escola atual. A partir dessas considerações é possível pensar nos desafios impostos hoje à sociedade em geral, como, por exemplo, garantir que todas as crianças e jovens frequentem a escola; assegurar que eles, de fato, aprendam na escola e tenham percursos escolares produtivos e de qualidade; e, por fim, propiciar que as escolas, os professores, os técnicos e os dirigentes da administração educativa estejam sintonizados para enfrentar esses desafios.

Em resumo, neste tópico foi dito sobre como a instituição educativa foi gestada no decorrer dos séculos; como suas características atuais surgiram em meio ao advento da revolução industrial; como, no Brasil, somente depois de 4 séculos de história surgiu a preocupação com a educação formal de todos os brasileiros; e como a legislação atual preconiza o funcionamento das instituições educativas. Embasado por essas reflexões, o tópico seguinte se deterá ao ensino médio, seus documentos norteadores, suas funções principais, a complexidade que ele abarca e os desafios que enfrenta.

3 A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A partir do panorama da educação brasileira apresentado previamente, este capítulo concentra-se no ensino médio, que é o objeto de estudo deste trabalho. É importante observar que as informações aqui impressas se referem ao que está em vigor no ano de 2017, ano de sua conclusão. As reformas que estão em curso no momento poderão levar a mudanças posteriores no cenário aqui apresentado.

O ensino médio é a etapa de ensino situada entre o ensino fundamental e o ensino superior e tem duração mínima de três anos. Para se entender sua realidade, deve-se observar o fato de que em 2015, por exemplo, apenas 84,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos estava na escola, sendo que apenas 62,7% deles estava no ensino médio. Ou seja, pouco mais da metade dos jovens nessa faixa etária estava na etapa de ensino em que deveria estar.

O acesso ao ensino médio na idade esperada também apresenta muitas desigualdades, pois 62% das pessoas que se declararam brancas em 2012 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) tinham acesso ao ensino médio nesta idade, enquanto o acesso dos que se declararam negros era de 45%. Também há uma diferença entre localidade urbana e rural: de acordo com a mesma pesquisa, 57% da população urbana estava no ensino médio na idade esperada, versus 42% das áreas rurais. A pobreza também reflete essas desigualdades. Enquanto 44% dos mais pobres estão no ensino médio na idade esperada, 75% dos 25% da população mais rica também estão. Os índices de aprendizagem também são alarmantes. Para o caso de língua portuguesa, apenas 29% dos jovens que saem do ensino médio mostraram aprendizado adequado, sendo que em matemática, somente 10% da população demonstra o mesmo.

Durante muito tempo, no Brasil, cursar este segmento foi privilégio de poucos. Como já citado, a história educacional brasileira teve início com os padres jesuítas. Eles instalaram no Brasil escolas de alfabetização que funcionavam em quase todas as aldeias e povoações onde tinham casa e 17 estabelecimentos de ensino secundário localizados nos pontos mais importantes do país. Os cursos secundários oferecidos nessa época eram o de Letras, Humanas, Filosofia e Ciências e Teologia e Ciências Sagradas, e tinham duração entre 4 e 5 anos. Com o fechamento das escolas da Companhia de Jesus foram implantadas pelo governo português as aulas régias, que não eram oferecidas por escolas nem tinham articulação umas com as outras, sendo, portanto, autônomas e isoladas. Paralelamente às aulas régias, os estudos continuaram sendo oferecidos nos seminários das ordens religiosas (Piletti, 1988).

Com a vinda da família real para o Brasil, o ensino secundário permaneceu dividido entre as aulas régias e os seminários religiosos. O avanço ocorreu no ensino superior com a criação de alguns cursos para formação profissional. Para o ingresso nesses cursos superiores não era exigido o título de conclusão do ensino secundário regular, bastava ser aprovado nos exames parcelados. Essa norma influenciou o sistema de ensino secundário que estava sendo oferecido. De um lado havia o sistema regular, que consistia no sistema seriado oferecido por instituições públicas e privadas; de outro lado havia um sistema irregular, inorgânico, constituído pelos cursos preparatórios e exames parcelados de ingresso ao ensino superior (aí encontra-se a origem dos atuais cursinhos pré-vestibulares, que ganharam força no período da ditadura militar, quando aumentou a concorrência para o ingresso no ensino superior). Nessa época também surgiram os cursos profissionalizantes de nível médio, mas estes durante muito tempo foram marginalizados, pois não possibilitavam o ingresso no ensino superior a menos que os alunos se submetessem aos exames. Além disso, quem tinha acesso aos estudos eram os filhos da elite, e estes, já àquela época, procuravam na escola apenas a via de acesso às profissões liberais (Piletti, 1988). Essa configuração também refletiu uma característica que marcou a escola “a importância atribuída à atividade intelectual e o menosprezo pela atividade manual” (Speyer, Castejón, Fávero & Souza, 1983, p. 11).

No Império e durante a Primeira República, mesmo com a relativa expansão do ensino secundário, a dicotomia entre o regime regular e o regime de parcelados permaneceu. O cenário começou a mudar a partir dos anos da ditadura militar, particularmente em 1971, quando uma reforma incorporou o ciclo ginásial do ensino médio ao curso primário (que juntos passaram a constituir o ensino comum de 1º grau, com duração de 8 anos) e transformou o ciclo colegial em ensino de 2º grau, atribuindo-lhe um caráter predominantemente profissional, com duração de 3 ou 4 anos. Esta reforma definiu a natureza do 2º grau como sendo a de dar cultura geral, proporcionar formação profissional e possibilitar a realização de estudos de nível superior. Concluída a 3ª série, o aluno poderia candidatar-se a qualquer curso superior, mas se quisesse obter o diploma de técnico deveria cursar uma 4ª série (Piletti, 1988).

No entanto, a obrigatoriedade de as escolas oferecerem a formação técnica trouxe muitas limitações, entre elas a dificuldade de implantação devido à falta de recursos materiais e humanos. Desse modo, os alunos continuaram a procurar o ensino superior para obter uma formação profissional, o que foi mostrado pelo documento intitulado “Análise dos principais problemas da educação brasileira” apresentado em 1979 ao futuro presidente João Figueiredo:

Os especialistas mostram que, embora a política oficial seja a de conferir um caráter terminal ao ensino de 2º grau, a demanda por ele continua orientada pela função de continuidade, pelas seguintes razões: procura do diploma universitário, visando à melhoria do *status* socioeconômico; formação profissionalizante ainda inadequada; política empresarial que prefere admitir indivíduos com 1º grau e treiná-los em serviço, visando a uma mão de obra mais barata e com aspirações limitadas; e excesso de profissionais com nível universitário, que passam a ocupar funções típicas de nível médio (Piletti, 1988, p. 97).

Em 1982 foi revogada a lei da profissionalização compulsória no ensino de 2º grau, que continuou dividido entre propedêutico e profissionalizante, e ainda restrito a poucas pessoas. O acesso à universidade se dava mediante a realização de exames de admissão de caráter classificatório e eliminatório, que foram se aperfeiçoando com o passar do tempo e com o crescimento da demanda por ensino superior.

A garantia do ensino médio para toda a população só ocorreu em 2009, com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que estendeu a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica à população na faixa etária dos 4 aos 17 anos, e assegurou sua oferta para os que a ela não tivessem tido acesso na idade própria. Essa obrigatoriedade parte do princípio de que 12 anos de estudo completos são o mínimo necessário para a formação do cidadão, para que ele possa viver com dignidade e contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar dos todos os brasileiros.

Atualmente, assim como as outras etapas da escolarização, o ensino médio é regido pela LDB (1996), e foi estruturado para cumprir as seguintes finalidades (Art. 35):

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Para que essas finalidades sejam cumpridas, o currículo deve observar as seguintes diretrizes: destacar a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformações da sociedade e da cultura, e a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (Lei nº 9.394/1996, art. 36).

Partindo desses princípios definidos pela LDB, o Ministério da Educação, elaborou um perfil para o currículo, que deve ser orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº2/2012). O currículo deve ser apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta, e ainda deve buscar dar significado ao

conhecimento escolar, mediante a contextualização; deve evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e deve incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. Essas propostas se pautam nas constatações das mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral.

Com a intenção de que a educação brasileira continuasse avançando, foram propostas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) várias metas a serem cumpridas no prazo máximo de 10 anos. As que afetam diretamente o funcionamento do ensino médio são a Meta 3, de “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”; e a Meta 10, de “oferecer no mínimo 25% das vagas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio”.

Durante o processo de escrita deste trabalho está em implantação uma medida provisória que propõe uma reformulação no ensino médio (Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017). Segundo o documento, o novo currículo deverá ser norteado pela Base Nacional Comum Curricular, obrigatória e comum a todas as escolas. Para toda a rede, a carga horária aumentará, gradativamente, das atuais 800 horas anuais para 1.400 horas. A composição de 60% da grade curricular será de disciplinas obrigatórias e 40% de optativas, onde o aluno escolherá um dos itinerários formativos nas áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. A proposta prevê que língua portuguesa e matemática serão disciplinas obrigatórias nos três anos de ensino, independente da área de aprofundamento que o estudante venha a escolher. A reforma propõe ainda uma Política de Fomento de Escolas em Tempo Integral, que deverá ocorrer de forma gradual. A previsão do governo é de que a reforma será implantada no ano de 2019, por isso, todo o debate teórico empreendido neste trabalho refere-se ao que está em vigor no ano de 2017. Isso significa, portanto, que a generalização posterior dessas informações deverá ser feita com cautela.

Mesmo o ensino médio sendo tão importante, são poucos os pesquisadores dedicados a essa modalidade de ensino. Torres, França, Teixeira, Camelo, e Fusaro (2013) citam, por exemplo, que em importantes reuniões de pesquisadores em educação não existem grupos de trabalho especificamente voltados para o tema do ensino médio, o que contrasta com a presença de grupos dedicados aos níveis infantil, fundamental e superior. No entanto, mesmo

com essa lacuna, a maior parte dos especialistas que investiga esse nível de ensino parece convergir para o argumento de que o ensino médio se encontra em crise. Essa crise se manifesta nos baixíssimos níveis de desempenho escolar, sobretudo da escola pública, detectados recorrentemente nos diferentes levantamentos existentes – como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), etc. –, bem como pela estagnação da evolução dos níveis de cobertura.

Atualmente, quatro formas configuram o oferecimento de ensino médio no país: a regular ou propedêutica, a normal/magistério, a integrada à educação profissional e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo Moraes, Moura, Zan e Ribeiro (2013), as matrículas nessa modalidade de ensino estão assim distribuídas: os melhores posicionados na hierarquia socioeconômica estão na escola privada regular, cujo fim é aprovar seus alunos nos cursos mais bem reconhecidos das universidades públicas. Outro grupo, muito pequeno, está no ensino integrado na rede federal de ensino profissional e tecnológico, voltado ao prosseguimento de estudos e à atuação em atividades complexas de nível médio. Um terceiro grupo, também pequeno, está no ensino médio integrado estadual, em condições de funcionamento inferiores à da rede federal. O quarto grupo, em grande maioria de jovens e de adultos pobres, está nas redes estaduais no ensino médio propedêutico (regular ou na modalidade EJA), que nem reproduz o academicismo da escola privada nem proporciona profissionalização. O quinto grupo (ou não grupo) é composto de milhões de jovens e de adultos pobres não matriculados em rede alguma ou que tiveram que abandonar os estudos. Essas diferentes escolas resultam em distintas concepções e práticas de formação humana, exacerbando a desigualdade no atendimento ao que seria um direito igualitário de todos.

Considerando que o conhecimento é o capital mais importante do trabalhador, que o discurso dominante reforça a ideia de que o ensino médio facilita a inserção no mercado de trabalho, que a inclusão do ensino médio no âmbito da educação básica e sua progressiva obrigatoriedade demonstram o reconhecimento de sua importância política, social e econômica (Krawczyk, 2009), serão agora analisados os três principais desafios dessa etapa do ensino, que seriam o acesso, a identidade e a qualidade.

O primeiro desafio do ensino médio na atualidade é o acesso e a permanência dos alunos. Este desafio é recente, visto que durante muito tempo não se podia nem considerar a hipótese de o ensino médio ser universal devido a algumas características importantes e que permaneceram por muito tempo: não havia compromisso real com a universalização desse

nível de ensino, o que era também impossível em termos práticos, em função dos altos níveis de repetência e evasão do ensino fundamental; o ensino médio tinha a demanda potencial limitada pela entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo nos grupos de renda mais baixos e nos estados menos desenvolvidos; e os parâmetros curriculares adotados eram de natureza acadêmica, preparando os alunos, prioritariamente, para o vestibular e para o ensino superior (Torres et al., 2013). Segundo Krawczyk (2014), tudo isso foi reflexo de uma industrialização tardia, que emergiu sem romper com o padrão oligárquico, impedindo que a educação se tornasse uma prioridade para o desenvolvimento do capitalismo e permitindo que se adiasse a construção de um sistema democrático de educação pública.

Essa realidade começou a mudar, principalmente, depois da redemocratização, na década de 1990. No entanto, segundo Sposito e Souza (2014), nos últimos 20 anos as matrículas no ensino médio passaram por dois momentos distintos. Entre os anos 1991 e 2004, houve um aumento significativo no número de alunos, passando de 3,7 milhões para 7,7 milhões, mas a partir de 2005 houve uma estagnação e uma queda no número de matrículas que só foram superadas em 2008, num ritmo menos intenso.

Atualmente o acesso ao ensino médio ainda não é universal, sendo bastante desigual no território nacional. Dados da PNAD feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2012, cerca de 51% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam matriculados no ensino médio, 33% ainda estavam no ensino fundamental (fruto de reprovações ou ingresso tardio), 15% estavam fora da escola trabalhando e 3,1% não estava estudando nem trabalhando. Nas turmas de ensino médio também estudam alunos entre 18 e 24 anos, constituindo 34% deles, sendo que 18% conciliam estudo e trabalho. Os dados também apontam que o abandono escolar ainda é muito grande. De cada 100 crianças que entram na escola, somente 23 concluem o ensino médio no período correto, e apenas 37 concluem até os 24 anos. Neste contexto concorda-se com a afirmação de que

o ensino médio foi e é, há muito tempo, a encruzilhada estrutural do sistema educativo, o ponto no qual uns fatalmente terminam e outros verdadeiramente começam, no qual se jogam os destinos individuais à medida que podem depender da educação, no qual se encontram ou se separam- segundo as políticas públicas e as práticas profissionais- os distintos grupos sociais. Agora ele é também, e será cada vez mais, em termos dinâmicos, de mudança social, a fase em que a instituição esgota para muitos o seu atrativo e o novo ambiente digital desenvolve-se com maior força, fase em que alguns começam a ver como inalcançáveis os objetivos propostos e outros a não ver interesse e valor neles, fase na qual os próprios aprendizes começam a diferenciar, por si mesmos, as possíveis vias de aprendizagem e deixam de se conformar com qualquer coisa (Enguita, 2014, p. 10-11).

Assim, além da questão do acesso, é importante pensar sobre os problemas da permanência dos jovens na escola. Segundo Campos e Gomes (2003, p. 149) o processo de exclusão no ensino médio tem em sua composição

um histórico de fracasso no ensino fundamental, ingresso no ensino médio já defasado em termos de série-idade, novas repetições no ensino médio, aumento da defasagem etária, surgindo a concorrência entre estudo e trabalho, transferência do período diurno para o período noturno, neste último, continuidade da concorrência entre estudo e trabalho.

Um dos principais fatores associados ao abandono da escola é realmente a sua concorrência com o trabalho. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 11% apenas estudam (seja no ensino fundamental, médio ou superior), 15% estudam e trabalham, e 48% apenas trabalham, sendo que boa parte dos jovens que apenas trabalham são os mesmos que não completaram o ensino médio. Isso ocorre porque os jovens são submetidos às mesmas longas jornadas de trabalho que seus colegas adultos, o que os leva à evasão. De modo geral, nota-se que quanto mais precoce a entrada no mercado de trabalho, mais precária tende a ser a inserção laboral e maior o prejuízo na formação educacional, contribuindo para a reprodução da situação de pobreza (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2012). Raitz e Petters (2008) confirmam esses dados, mostrando que os ensinamentos escolares são considerados um aspecto de grande importância na vida dos jovens, pois eles acreditam que é por meio desses ensinamentos que conquistarão seu futuro profissional e terão melhor compreensão da realidade. Contudo, tais ensinamentos se revelam como não aplicáveis ao trabalho, o que os leva, em determinado momento, a fazerem uma escolha.

Além da associação entre estudo e trabalho, existem outras variáveis sociais e demográficas que podem influenciar na escolarização. A pesquisa de Marteleto (2012), com dados da PNAD entre 1982 e 2007, analisou a associação entre raça (branca, preta e parda) de jovens de 17 e 18 anos e conclusão do ensino fundamental e ingresso no médio. Os resultados mostraram que em 1982 era estatisticamente significativa a diferença de escolarização de negros, comparada à de brancos e pardos. Essa diferença diminuiu consideravelmente no decorrer do tempo, e em 2007 não havia diferença entre a escolarização dos pardos e negros, mas ainda havia entre estes e os brancos. Esses dados são confirmados por Osorio (2009), ao afirmar que além da associação entre classe, raça e ter o ensino médio completo, pela menor taxa de acesso e conclusão de negros e pobres, existem também associações entre classe, raça e acesso ao ensino superior, com um *déficit* maior entre os negros, mesmo entre os da classe alta. Valverde e Stocco (2009) também afirmam que, entre as mulheres negras, o acesso ao ensino superior é inferior à taxa apurada para homens do mesmo grupo racial. Marteleto e

Souza (2012) também encontraram associação entre o número de filhos na família e o percurso educacional dos adolescentes, verificando-se que o aumento no número de membros da família acarreta em diminuição do tempo de escolarização dos mesmos.

Estes elementos associados implicam o fato de que apesar da ampliação que vem ocorrendo na oferta de vagas, ainda existe no Brasil um lento crescimento na escolarização. Além disso, além desses fatores que são externos ao jovem, também existe um desinteresse deste pela vida escolar, o que tem gerado muitas reflexões por parte dos pais, educadores e pesquisadores, que buscam caminhos para fazer com que esta modalidade de ensino seja significativa na construção do seu processo formativo.

De acordo com Sposito e Galvão (2004), durante o ensino médio os jovens perdem rapidamente o interesse pelos estudos. No primeiro ano sentem-se orgulhosos porque superaram o grau de escolaridade de seus pais; no segundo ano começa o desencanto devido às dificuldades do processo de ensino-aprendizagem; e no terceiro ano a proximidade com um novo ciclo de vida fica mais evidente, e os jovens se confrontam com duas opções que podem ser frustrantes: ingressar no ensino superior (sendo que esta não é uma possibilidade para todos) ou trabalhar (que também pode ser uma opção muito difícil de ser concretizada). Assim, a desmotivação dos jovens está associada, por um lado, às características da própria juventude, e, por outro lado, ao fato de que a escola não tem acompanhado as mudanças da sociedade, tornando-se monótona e enfadonha.

É consenso entre diversos autores (Carrano & Dayrell, 2013; Paggiaro & Calais, 2009; Rocha, Ribeiro, Pereira, Aveiro, & Silva, 2006) que a adolescência e a juventude, que são construções sociais, correspondem a um período de transição entre a infância e vida adulta em que ocorrem diversas transformações biopsicossociais. É nessa fase que fisicamente se adquire o poder de procriar, que a pessoa indica necessitar menos proteção por parte da família, que começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência. Como citado anteriormente, a juventude se configura como uma categoria socialmente destacada somente nas sociedades industriais modernas, resultado de novas condições sociais como as transformações na família, a generalização do trabalho assalariado e o surgimento de novas instituições, como a escola.

Esse período de transição traz consigo diversos ritos de passagem como, por exemplo, o primeiro amor romântico, a iniciação sexual, o primeiro ato de transgressão, a conclusão do ensino médio, o vestibular, o ingresso no ensino superior, o primeiro emprego, o casamento, entre outros. Esses processos ocorrem sem uma sequência lógica previsível, ou mesmo, não

ocorrem com alguns. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição das diferentes modalidades de se vivenciar a juventude (Carrano & Dayrell, 2013).

A escola é uma instituição central na vida dos jovens brasileiros. É um espaço-tempo de convivência e aprendizado, e, apesar de todas as dificuldades vividas pela (e na) escola, os jovens alimentam expectativas de que ela pode contribuir efetivamente para suas vidas, favorecendo a continuidade dos estudos e uma boa inserção profissional. No entanto, os jovens demandam uma escola que faça sentido para a vida e que contribua para a compreensão da realidade (Carrano & Dayrell, 2013).

Isto pode ser realizado se forem seguidas as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio sugeridas pelo Ministério da Educação, que propõem que toda a atividade curricular do ensino médio se organize a partir de um eixo comum – trabalho, ciência, tecnologia e cultura – e que se integre, a partir desse eixo, à totalidade dos componentes curriculares. Essa perspectiva desloca o ensino médio de uma visão abstrata, iluminista e racionalista para uma compreensão histórica e social do processo educativo e da construção dos conhecimentos (Simões & Silva, 2013). No entanto, segundo Krawczyk (2009), fazer essa adaptação curricular não é fácil porque para isso a escola precisaria reformular sua grade curricular levando em conta os próprios recursos humanos, o que inibe vários projetos.

A diversidade e a transversalidade afetam a experiência juvenil contemporânea e incidem sobre a relação destes com a instituição escolar. Enquanto para alguns jovens estudantes a escola representa uma obrigação que os pais ou a sociedade impõem, para outros estudar está diretamente relacionado à sua inserção no mercado de trabalho. Alguns valorizam a escola, considerando os aprendizados que ela proporciona para a vida, e outros consideram que o valor da escola está no fato de ser um lugar em que fazem amigos e se relacionam. A escola também pode ser um abrigo protetor em meio a territórios de moradia ameaçadores à própria vida. Para jovens de classe média, filhos de pais escolarizados, uma longa escolarização é algo esperado, enquanto para jovens das camadas populares as experiências dos pais e de amigos nem sempre acenam para um futuro promissor a partir da escolarização, e muitas vezes, esta se configura num investimento de alto risco (Carrano & Dayrell, 2013).

Nas classes média e alta, a desmotivação escolar do jovem é compensada por incentivos familiares para continuar os estudos, como reforço escolar, mudança de colégio e

incentivos paralelos, como viagens ao exterior, intercâmbios, entre outros. Nos colégios que esses jovens frequentam também há instalações materiais adequadas, corpo docente estável, qualificado e bem remunerado, rotinas escolares claras, sem absenteísmos ou faltas de professores no quadro de disciplinas, e tentativas de pensar as relações dos jovens com os saberes escolares. Por outro lado, nos sistemas públicos há uma dificuldade de construir políticas educacionais estáveis e articuladas, capazes de assegurar ações integradas que não se resumam a mudanças pontuais em aspectos curriculares ou projetos especiais (Sposito & Souza, 2014).

Assim, refletir sobre a desmotivação dos jovens em relação à escola é pensar numa realidade plural. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2009) utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou que entre os motivos dos jovens de 15 a 17 anos para estar fora da escola estão a falta intrínseca de interesse (40,3%), necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%), dificuldade de acesso à escola (10,9%) e outros motivos (21,7%). A pesquisa de Torres e colaboradores (2013) com jovens de 15 a 19 anos, oriundos de áreas de baixa renda, também mostrou que embora o abandono do ensino médio seja influenciado por indicadores clássicos – como idade, repetência, experiência de trabalho e gravidez, variáveis relacionadas à percepção (como a utilidade atribuída a português e matemática, amizades na escola e presença de violência simbólica) – também têm um impacto significativo do ponto de vista do abandono escolar.

Nessa mesma linha, outra questão que intriga pesquisadores é o motivo de jovens de classe alta também abandonarem a escola. Alves, Nogueira, Nogueira e Resende (2013) afirmam que esse fenômeno tem a ver com o grau de aspiração escolar, com o peso dos diferentes capitais no seu patrimônio (econômico, cultural, social) e com as estratégias a serem utilizadas para garantir a manutenção ou ascensão em relação à posição social ocupada. No que se refere à educação, o grau de investimento das famílias depende do volume de capital cultural possuído e do peso relativo desse capital no conjunto do patrimônio familiar, que estabeleceria o quanto a posição social atual ou futura depende da posse de certificados escolares. Os grupos sociais com maiores chances de alcançar o sucesso escolar e que mais dependem dele para se manter ou ascender socialmente tenderiam a apresentar níveis de aspiração mais elevados em relação à escolarização de seus filhos, que seria o caso da classe média. Já a classe alta dependeria menos do sucesso escolar por possuírem outros recursos, e por isso tenderiam a apresentar um investimento escolar menos acentuado.

A percepção sobre a escola também é um fator importante na motivação dos jovens. A pesquisa de Charlot e Reis (2014) com jovens e adultos dos turnos vespertino e noturno, de uma escola de ensino médio, mostrou que quando indagados sobre a prioridade de formação no ensino médio, na visão de 51% dos participantes da tarde e 46% da noite, a prioridade deve ser formar para o ingresso no ensino superior, 38% dos estudantes do vespertino e 42% do noturno consideraram como prioridade formar para o mercado de trabalho, e 11% do vespertino e 12% do noturno consideraram como prioridade o desenvolvimento do sujeito como ser humano e cidadão. Entretanto, esses jovens e adultos consideram que aprenderam pouco na escola, o que pode impedi-los de ingressar na universidade, um projeto mais presente entre os alunos do turno vespertino.

A pesquisa de Campos e Gomes (2003), com alunos de uma escola pública de ensino médio, também sobre a mesma questão, mostrou que os alunos percebem a escola como sendo um local “chato”, monótono, desorganizado e sem muita condição de melhorar o ensino e a formação integral de cada um. A pesquisa também mostrou que 60,4% dos alunos desta escola já haviam sido reprovados em uma ou mais séries do ensino fundamental ou médio, atribuindo as causas desse fracasso à falta de recursos financeiros para a compra de material escolar ou para o pagamento das passagens de ônibus, desestruturação familiar, desinteresse pessoal pelo ensino, bem como falta de empenho, baixo nível de aspirações e falta de perspectivas quanto ao futuro. Em relação aos fatores escolares responsáveis pelas reprovações foram citados: falta de recursos humanos e materiais, conteúdos sem utilidade prática, professores desinteressados e com expectativas negativas em relação à aprendizagem dos alunos. Nestes dados percebe-se que grande parte dos alunos se responsabilizou pelo seu fracasso, atribuindo apenas parcialmente ao currículo escolar.

Essa percepção de que as causas do fracasso escolar são intrínsecas aos alunos também foi elucidada no estudo de Vasconcelos, Jesus, Santos e Coelho Júnior (2003), que buscaram investigar a interpretação de professores do ensino médio sobre os fatores que levam o aluno a não ser bem-sucedido em sua vida escolar. Os resultados mostraram que, segundo os pesquisados, a família seria o maior fator inibitório da aprendizagem, seguido da escola e dos professores. Para 22% dos professores a escola não produziria fracasso escolar, e para os que acreditam que esta produziria o fracasso, foram citados como fatores importantes os professores autoritários e rigorosos, as escolas mal preparadas e sem infraestrutura adequada, a falta de interesse dos professores para com seus alunos, e os métodos de ensino

inadequados às necessidades destes. Para essa amostra, as principais causas do fracasso escolar seriam, nesta ordem, a pobreza, a família, a motivação, a alimentação e o ensino.

Apesar de todas essas dificuldades, considera-se que a expansão do ensino médio tem trazido consequências sociais positivas, pois quando um nível de formação se generaliza, deve-se alcançar o nível mais alto para se distinguir dos demais no mercado de trabalho. Assim, a universalização de um nível tende a ampliar a procura para o nível seguinte, no caso, o ensino superior (Charlot & Reis, 2014). Esse pensamento é corroborado por Enguita (2014, p. 9-10), que afirma que

sem pelo menos um título secundário pós-obrigatório, pouco se pode oferecer ou pedir no mercado de trabalho; que o ensino obrigatório é o mínimo, o nível zero; que não possuir isso é estar abaixo do mínimo; que os que estão no mínimo ou abaixo do mínimo estão obrigados, em todo momento, a aceitar trabalhos de mera sobrevivência e estão expostos, a todo momento, a ser substituídos pela automação ou por um excedente maciço de outros trabalhadores nas mesmas condições, ou simplesmente se veem expulsos para as margens, sem emprego, descartáveis, sem outra proteção que não seja a tão questionada do Estado de bem-estar ou a da família, se houver esta proteção.

Neste contexto apresenta-se o segundo desafio do ensino médio brasileiro, que é definir a sua identidade, que nunca foi muito clara. Como já citado, segundo a LDB (1996), as funções do ensino médio são consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento nos estudos; preparar o educando para o trabalho e a cidadania, de modo que ele possa aprender e ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; promover o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual, além do pensamento crítico; possibilitar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

No entanto, ao longo de sua história, o ensino médio esteve dividido entre uma finalidade voltada ora para a formação acadêmica, destinada a preparar para o ingresso no ensino superior, ora para uma formação de caráter técnico, com vistas a preparar para o trabalho. Essa polaridade influenciou a organização pedagógico-curricular do ensino médio ao longo da história, de modo a “oscilar entre um currículo ‘enciclopédico’, centrado no acúmulo de informações e no aprendizado mecânico, ou em um currículo ‘pragmático’, centrado no treinamento para uma atividade laboral” (Simões & Silva, 2013, p. 7).

Atualmente cada uma dessas finalidades tem mais ênfase que as outras a depender da instituição. Os colégios privados e destinados às elites ainda investem mais na busca de condições de acesso ao ensino superior, enfatizando com isso apenas o elemento formativo. Para esse público, a formação para o mundo do trabalho pode ser adiada, já que a inserção

deste jovem não será imediata, mas postergada para após a conclusão do ensino superior. No outro extremo estão as escolas técnicas, que oferecem uma preparação mais focada no trabalho. Entre os dois extremos há um grande número de jovens em escolas que não aprofundam em nenhum desses segmentos. Conseguir trabalhar os três vértices do triângulo que caracterizam o ensino médio é um desafio.

A primeira finalidade a ser analisada é o ingresso no ensino superior, que é possibilitado pela conclusão do ensino médio. O ensino superior pode ser ofertado por instituições públicas (federais, municipais, estaduais), confessionais sem fins lucrativos ou privadas, sendo maior a participação das últimas. O acesso a essa modalidade de ensino ainda é muito restrito. Segundo dados do IBGE (2012), apenas 17,8% da população está cursando o ensino superior, sendo apenas 14,9% jovens de 18 a 24 anos, a faixa etária esperada. Como já citado, a grande maioria dos estudantes do ensino médio (cerca de 85%) cursa escolas públicas, mas no momento do ingresso nas universidades públicas inverte-se essa proporção. O egresso da escola pública, em geral, tende a se sentir desestimulado a prestar o vestibular para universidades públicas em razão de suas poucas chances de aprovação, e por isso busca as universidades privadas.

A entrada no ensino superior se dá por meio de avaliação, que pode ser o vestibular – exame realizado, em geral, pela própria instituição – ou o Enem, realizado pelo Ministério da Educação. Para a realidade social brasileira o exame vestibular tem grande importância, pois é através dele que se pode ter acesso ao ensino superior. As escolas de ensino médio têm dado tanta importância a esses exames que eles têm determinado a organização do ensino, o que está levando a uma aprendizagem dissociada da real necessidade dos estudantes, enfatizando o ensino através de “macetes” e dicas para melhor responder às questões do vestibular. Isso está levando também a um ensino médio desvinculado do ensino fundamental e do ensino superior, sem auxiliar a preparação para a vida social, profissional e /ou universitária, pela ênfase na preparação do jovem para o exame.

Por outro lado, o momento deste exame coincide com um turbulento período da vida, a adolescência, e a tomada de decisão a respeito do futuro pode gerar ansiedade. Essa grande importância dada ao exame vestibular, associada aos sentimentos advindos da adolescência, fazem com que esse momento da vida receba grande investimento emocional, o que pode gerar consequências como ansiedade e estresse.

A escolha pelo curso superior também sofre influências externas. A pesquisa de Brito, Aguiar e Tenório (2012) mostrou que entre os alunos que pretendiam apenas estudar ao final

do ensino médio, a escolha do curso superior recaiu no que os autores chamam de cursos clássicos (direito, medicina, engenharia), e entre os que desejavam estudar e trabalhar foi verificada a preferência por cursos não clássicos, que são oferecidos geralmente no turno noturno. A variável reprovação também interferiu na escolha do curso, pois os alunos com reprovação apresentaram uma maior tendência a escolher os cursos não clássicos, enquanto os alunos sem reprovação optaram pelos cursos clássicos.

Essa ênfase dada no ensino médio à preparação para o ingresso no ensino superior tem levado ao segundo problema relacionado às suas características, que é a pouca ênfase na formação para o ingresso no mundo do trabalho.

A maior parte do tempo na sociedade capitalista moderna é ocupado pelo trabalho, pois ele é necessário para a acumulação de capital ou para a sobrevivência. Depois de certa idade, que varia de acordo com a classe social, o indivíduo precisa trabalhar para sobreviver. Como já citado, nas sociedades pré-industriais as crianças tornavam-se adultas no seio da família, onde aprendiam um ofício com seus pais. Sua passagem para a vida adulta se dava quando adquiria tamanho, força física, possibilidades de procriação e capacidade de trabalhar. Nessas sociedades não havia possibilidade de escolha da profissão por parte do jovem, pois sua ocupação dependia dos seus laços de sangue. Com a revolução industrial, o trabalho foi deslocado do espaço doméstico para o ambiente das fábricas, e isso fez com que as crianças, que antes aprendiam um ofício com seus pais, precisassem de outro lugar para aprender a trabalhar. Este espaço constituiu a escola, onde as crianças ficavam enquanto seus pais estavam trabalhando nas fábricas e onde, posteriormente, aprenderiam os conteúdos necessários para também trabalharem. Essa mudança do espaço do trabalho também se refletiu na escolha da profissão, pois libertou o indivíduo dos seus laços de sangue, já que ele agora poderia vender sua força de trabalho para o empregador, e teria a possibilidade de escolher sua profissão diante de um leque muito grande de opções (Bock, Furtado & Teixeira, 2008).

O mundo do trabalho tem passado por diversas mudanças na atualidade, devido a fatores como a velocidade das transformações sociais, as incertezas econômicas globais, os avanços tecnológicos, e isso tem tornado as escolhas do campo profissional para o jovem cada vez mais complexas. Essa escolha profissional é marcada por várias influências, entre elas, dificuldades que o mercado de trabalho apresenta, pressão familiar, expectativas de futuro, pressões sociais diversas, importância social e remuneração, bem como o sonho de ser bem-sucedido na vida. Essas influências estão presentes tanto nas profissões que exigem um curso

superior para ser exercidas, quanto nas que não apresentam essa exigência. Por isso, o ensino médio deve problematizar essas questões, seja no profissionalizante ou no regular.

A formação para o trabalho também não pode ser centrada na lógica das competências para a empregabilidade. O trabalho como princípio educativo não deve se restringir ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo” (Moraes et al., 2013). O trabalho é uma mediação central no processo de produção da existência e objetivação da vida humana, por isso, é preciso compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, objetivo central da organização curricular do ensino médio. O trabalho deve ser compreendido como princípio educativo, posto ser por meio dele que se pode compreender o processo histórico de produção científica e tecnológica, bem como o desenvolvimento e a apropriação social destes conhecimentos para a transformação das condições naturais da vida e ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (Simões & Silva, 2013).

No sentido inverso dessas recomendações, a formação para o mercado de trabalho tem sido feita apenas por meio do ensino médio integrado ao ensino profissionalizante. Esta modalidade é ofertada por instituições federais, estaduais ou privadas em parceria com o Estado, e sua abrangência ainda é limitada devido ao alto custo. Entretanto, devido à qualidade do ensino, pode-se considerar como uma boa alternativa para ingresso no mundo do trabalho (Pereira & Teixeira, 2008).

Um problema desta modalidade de ensino é que leva o adolescente a fazer uma escolha profissional muito precoce, com 13 ou 14 anos. Caso seja feita uma escolha equivocada a consequência pode ser a evasão, que tem um custo para a escola e causa desperdício de tempo do aluno (Trigueiro & Duarte, 2013).

O terceiro aspecto para o qual o ensino médio deve formar é para a cidadania, mas, assim como nos outros pontos, também é necessário definir melhor as estratégias. A escola deve aprimorar o educando como pessoa humana, formando-o eticamente e desenvolvendo sua autonomia intelectual e seu pensamento crítico. Ou seja, a escola deve buscar a omnilateralidade, que diz respeito à “formação integral do ser humano, desenvolvido em todas as suas potencialidades, por meio de um processo educacional que considere a formação científica, tecnológica e humanística, a política e a estética, com vistas à emancipação das pessoas” (Moraes et al., 2013, p.34).

Essa formação humana integral é necessária porque na sociedade atual, marcada por práticas sociais excludentes e por uma educação escolar tradicionalmente assentada na

dominação e no controle sobre os indivíduos, pensar uma educação voltada para a emancipação passa, necessariamente, por tomar como objetivo uma formação voltada para a reflexão e para a crítica. Ela deve se pautar na capacidade de o indivíduo tornar-se autônomo intelectual e moralmente, e de ser capaz de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vive (Simões & Silva, 2013).

Para fazer isso a escola deve utilizar todos os recursos possíveis, como, por exemplo, a internet. As novas modalidades de informação e comunicação presentes na internet produzem linguagens, conhecimentos, modos de vida e valores que provocam a escola e sua transmissão cultural. Isso traz um desafio para as escolas que é o de proporcionar aos jovens ferramentas para interagir e decodificar, ativamente e de forma crítica, esses novos códigos culturais (Krawczyk, 2014).

As redes sociais ocupam grande parte do tempo e da atenção dos jovens. A presença dos estudantes num único espaço de comunicação e sociabilidade, como é a internet, poderia ser uma maneira de a escola ampliar a comunicação com o seu público, estreitar relações entre corpo docente e discente e ampliar campos de possibilidade de acesso e compartilhamento de saberes. Isso poderia evitar que os jovens dissessem, por exemplo, que “a escola tem tudo o que eles precisam, mas o Facebook tem tudo o que eles gostam” (Carrano, Damasceno & Tafakgi, 2013, p. 11).

Todas essas dificuldades enfrentadas pela escola para garantir o acesso e a permanência dos jovens e de garantir que o ensino médio tenha uma identidade clara e que possa formá-los para o ensino superior, para o trabalho e para a cidadania, tem se mostrado, particularmente, na queda de sua qualidade, apresentada em diversas avaliações e índices. A qualidade da escola se define por sua capacidade de absorver e manter o maior contingente possível de alunos, levando-os a ter uma relação significativa com ela.

A experiência de avaliar a escola surgiu da necessidade de monitorar o funcionamento de redes de ensino, além de fornecer subsídios para seus gestores na formulação de políticas educacionais com dados mais bem definidos. Esses sistemas de avaliação também proporcionam um olhar longitudinal sobre a escola. Com isso, por iniciativa do Ministério da Educação, foi criado no início dos anos 1990 o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), desdobrado em 2005 na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), denominada Prova Brasil, e na Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que, por sua vez, se articulam, em 2007, com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Alavarse & Gabrowski, 2013).

Alavarse e Gabrowski (2013) analisaram os dados do Saeb sobre o ensino médio desde 1995, e mostraram que os resultados dos alunos de escolas estaduais estão muito abaixo do nível adequado em matemática, e mesmo os alunos de escolas privadas, na média, não atingem esse patamar. Em língua portuguesa, os alunos de escolas estaduais ficam abaixo do valor adequado, e os de escolas privadas ficam um pouco acima.

Esses resultados são refletidos no acesso ao ensino superior. Andrade (2012), analisando os dados da PNAD de 2009, afirma que o atraso escolar é uma das restrições de acesso de jovens brasileiros a essa modalidade de ensino, pois nesse ano 21% dos jovens de 18 a 24 anos não tinham completado o ensino fundamental, 27% não completaram o ensino médio, não configurando, portanto, população capacitada para o ingresso no ensino superior, e 33% concluíram o ensino médio, mas não ingressaram no ensino superior. A autora também analisou os dados dos participantes do Enem de 2010, identificando que, dentre os inscritos, apenas 46,3% configuravam demanda qualificada para ter acesso ao ensino superior, ou seja, alcançaram 400 pontos no exame. Ela sugere que para aumentar o acesso de jovens ao ensino superior seria necessário, primeiramente, aumentar o número de concluintes qualificados no ensino médio.

Quando comparados com outros países, esses dados são ainda mais preocupantes. Charlot e Reis (2014) citam informações da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) que apontam que em 2010, 82% dos adultos de 25 a 34 anos dos países participantes da pesquisa tinham diploma do ensino médio (geral ou profissional) ou acima, enquanto no Brasil somente 53%. Já em relação ao diploma de ensino superior no Brasil, só 12% dos adultos de 25-34 anos possuíam, enquanto a média mundial é de 38%. Isso mostra que em muitos países a conclusão do ensino médio é o nível normal de escolarização, e mais de um terço da população adulta jovem já conseguiu um diploma superior, enquanto o Brasil está em atraso em relação ao aumento da escolarização.

Todos esses fatores têm levado os alunos e a escola ao fracasso, pois entende-se por fracasso escolar o fato de um aluno, ao final de um período de escolarização determinado, não conseguir, por qualquer motivo, desempenhar as funções ou objetivos esperados após cumprir aquela etapa de formação. Em relação ao ensino médio, o fracasso escolar seria não conseguir prosseguir nos estudos, não estar preparado para o trabalho e a cidadania, não compreender os fundamentos científicos e tecnológicos e não estar aprimorado como pessoa humana. Neste entendimento, o fracasso escolar é fruto das relações que se estabelecem na escola, dos métodos e das condições de aprendizagem que são oferecidas aos alunos. As consequências

do fracasso escolar seriam, por exemplo, crianças e adolescentes que não leem e escrevem com a fluência esperada; alunos que se mantêm com um baixo rendimento, têm histórico de múltiplas repetências, não prosseguem na escolarização ou quando prosseguem não conseguem acompanhar, abandonam a escola antes de completarem sua formação, não se ajustam às regras institucionais, têm conduta indesejável, entre outros casos.

Em síntese, neste tópico puderam ser caracterizados os desafios enfrentados pela escola para garantir o acesso e a permanência dos jovens, a dificuldade que é garantir que o ensino médio tenha uma identidade clara e que possa formá-los tanto para o ensino superior quanto para o trabalho e para a cidadania, e a baixa qualidade do ensino apresentada nas diversas avaliações a que é submetido. Com isso verifica-se que a escola de ensino médio, em geral, não tem conseguido absorver e manter o contingente de alunos necessário, nem tem conseguido levá-los a ter uma relação significativa com ela.

No entanto, a partir de todas essas reflexões, conclui-se que a situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por região do país), e problemas com a qualidade do sistema educacional. Nos últimos anos tem se obtido sucesso na entrada dos alunos na escola, porém, à medida que os anos passam, há uma estagnação preocupante, especialmente na retenção dos estudantes nas séries finais do ensino fundamental, na inadequação idade-série do ensino médio e nas baixas taxas de sucesso no ensino médio.

Por fim, como já citado, o ensino médio no Brasil ainda não é universal, não abrange todos os jovens, e a qualidade do ensino que é oferecido aos que nele estão inseridos ainda não alcançou o que seria desejável. Levando em consideração que grande parte dos jovens não obterá sucesso em sua empreitada no ensino médio, se faz necessário investigar os fatores que podem influenciar o percurso daqueles que tentarão alcançar o ensino superior. Entre os fatores que podem influenciar a trajetória desses alunos está o desejo de aprimorar suas capacidades cognitivas para tentar garantir seu sucesso escolar. Uma das formas de aprimoramento cognitivo é o farmacológico, tema que será detalhado no próximo capítulo.

4 MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR

4.1 A MEDICALIZAÇÃO SOCIAL

Neste momento do texto serão tratadas duas questões preocupantes: a medicalização e a medicamentação. Dá-se o nome de medicalização ao processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, que teriam origem social e política. A medicalização seria o processo que transforma sensações físicas ou psicológicas normais (como insônia e tristeza) em sintomas de doenças (como distúrbio do sono e depressão). Dentro desse processo há um outro, denominado medicamentação, que se refere ao uso excessivo de medicamentos para alívio de dores cotidianas. Esses dois processos podem coexistir ou não, havendo casos em que ocorre somente a medicalização, sem uso de medicamentos, e em outros casos há uso desenfreado de medicamentos sem que haja um diagnóstico médico. Os dois são preocupantes e estão muito difundidos na sociedade, e por isso, serão analisados detalhadamente.

Segundo Gaudenzi e Ortega (2012), data do início do Século XVII, com o nascimento da medicina moderna e da higiene, o início da intervenção médica na intimidade das pessoas. Isso fez com que esses profissionais se tornassem os especialistas a quem todos deveriam recorrer em busca de soluções para seus males cotidianos.

Foucault (2008) analisa historicamente o nascimento da medicina clínica e aponta como um dos pontos importantes no seu desenvolvimento a necessidade do controle das epidemias e das endemias que assolavam a população europeia na Idade Média. Essas doenças eram vistas como fenômenos populacionais que causavam subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energia, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos demandados, e por isso precisavam ser controladas. Para isso a medicina precisou ter maior domínio da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber. Também passou a ser necessário o trabalho de informar a população sobre seu papel na manutenção do bem-estar coletivo, ensinando as regras fundamentais de higiene. Com isso surgiu um novo campo de intervenção, composto do conjunto de fenômenos referentes às relações entre a espécie humana e seu meio de existência.

Ainda segundo o autor (Foucault, 2000), no momento em que a industrialização e a força de trabalho passam a ser elementos fundamentais para a força do Estado, a análise

minuciosa de cada momento da vida, das doenças endêmicas, da proporção de nascimentos, da velhice e da morte, tornou-se fundamental. Com isso, a medicina moderna se apresentou como uma prática social que transformou o corpo individual em corpo social, com vistas a controlar a sociedade. O primeiro investimento no controle foi feito sobre o corpo individual por intermédio da ação sobre o biológico, na forma de uma anátomo-política sobre o ser humano. No segundo momento, do desenvolvimento do poder sobre a vida ou biopoder, a tecnologia do poder foi exercida sobre os corpos por meio da disciplina, com a finalidade de controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva para manter um equilíbrio.

Com esse controle sobre o corpo social, a sociedade passou a ser pensada e organizada em termos estritamente médicos, onde a saúde da população ganhava uma importância cada vez maior, e o exercício do poder sobre a vida passou a englobar também a regulação das cidades por meio da higiene pública. A medicina passou a oferecer a matéria-prima das regras que devem orientar a vida moderna nas formas gerais de existência e do comportamento humano, sendo a instância criadora de normas de saúde e de vida, orientando comportamentos e definindo o que está dentro ou fora da norma (Foucault, 2011).

A consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e os quais elas devem tentar resolver conjuntamente, fez com que se desenvolvesse, em paralelo, um mercado médico destinado a clientela privadas, com a extensão de uma rede de pessoas que oferece intervenções medicamente qualificadas, o aumento de uma demanda de cuidados por parte dos indivíduos e das famílias e a emergência de uma medicina clínica fortemente centrada no exame e no diagnóstico. O autor afirma que a medicina “privada” e a medicina “socializada” são duas faces de um mesmo processo, e revelam, em seu apoio recíproco e em sua oposição, uma estratégia global. Com isso manifesta-se o imperativo da saúde: “dever de cada um e objetivo geral” (p. 197), e o médico se torna o grande conselheiro e o grande perito na arte de observar, corrigir, melhorar o corpo social e mantê-lo em um permanente estado de saúde (Foucault, 2011).

Outro importante teórico a examinar a medicalização foi o filósofo Ivan Illich. Para ele, o desenvolvimento da medicina diminuiu a autonomia dos indivíduos no seu cuidado com a saúde e aumentou o poder do médico. Com isso,

curar não é mais compreendido como a atividade do doente e se torna cada vez mais o ato daquele que se encarrega do paciente. Quando este terceiro surge e cobra seus serviços, curar passa por uma primeira transformação: muda de dom para mercadoria. Quando o terapeuta se torna escolarizado, curar transforma-se de um simples serviço num mister profissional. Quando o sentido transitivo domina a linguagem, o funcionário provedor de cura obtém o monopólio. O que é abundante, gratuito e de grande

valor torna-se alguma coisa que, por definição, é rara, tem um custo monetário de produção e um preço de mercado. Curar não é mais uma atividade, mas uma mercadoria. (Illich, 1975, p. 78-79).

Assim, os rituais criados pela medicina teriam tornado a dor, a doença e a morte estímulos à produção de mercadorias, o que teria levado ao grande crescimento da indústria de cuidados médicos. No entanto, o autor alerta que a medicina pode ser iatrogênica, ou seja, ela mesma, juntamente com os medicamentos e os hospitais, poderia produzir doenças. Isso poderia acontecer, por exemplo, por meio da iatrogênese social, que está produzindo uma sociedade cada vez mais mórbida. Ou seja, o impacto social da medicina, mais do que sua ação técnica direta, estaria criando muitos sintomas clínicos, que não poderiam ser produzidos por intervenção isolada de um médico. Uma das vertentes dessa iatrogênese social é a medicalização do diagnóstico, que leva o indivíduo a tornar-se um paciente potencial, um objeto pelo qual o médico é responsável. Isso levaria a uma eliminação progressiva da saúde, graças à multiplicação ilimitada dos papéis de doente (Illich, 1975). Endossam esse cenário as novas categorizações médicas como a Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que a cada ano aumentam o número dos que se enquadram na “anormalidade”, tornando exceção os que não se encaixam em nenhuma categoria.

As críticas do autor acima ainda são muito atuais, pois a cada dia esses conceitos têm se mostrado mais concretos. Atualmente é muito difundida a ideia de que o bem-estar exige a eliminação da dor, a correção de todas as anomalias, o desaparecimento das doenças e a luta contra a morte. Tudo isso graças ao modelo biomédico que privilegia o caráter biológico do processo saúde-doença, pondo em segundo plano variáveis de cunho psicológico e econômico-social.

A biologização, embasada em concepção determinista, em que todos os aspectos da vida seriam determinados por estruturas biológicas que não interagiriam com o ambiente, retira do cenário todos os processos e fenômenos característicos da vida em sociedade, como a historicidade, a cultura, a organização social com suas desigualdades de inserção e de acesso, valores, afetos, etc. Reduzida a vida a seu substrato biológico, de modo que todo futuro estaria irreversivelmente determinado desde o início, está preparado o terreno para a medicalização. (Collares & Moysés, 2014, p. 51-52).

O discurso medicalizante, pela via da produção científica, credita valor cada vez maior às técnicas desenvolvidas para solucionar as disfunções do organismo que se desregula, aproximando o funcionamento humano do funcionamento de uma máquina. O discurso sobre o homem e seu sofrimento seria dado pela ideia de que é um organismo em funcionamento que interessa, e que é nele que se deve buscar as causas de sofrimentos e desajustes (Guarido, 2009).

A medicalização leva a uma epidemia de diagnósticos, que por sua vez leva a uma epidemia de tratamentos e tem múltiplas causas. Entre elas estão o conjunto de transições e transformações que se operam em todo o mundo e em todos os sistemas de saúde. A primeira é a transição demográfica, com o rápido envelhecimento da população, redução da taxa de mortalidade em geral e da taxa de fertilidade, o que aponta para um horizonte em que a pirâmide demográfica muda rapidamente. A segunda é a transição epidemiológica, onde doenças crônicas passam a ocupar um papel central na sociedade brasileira. A transição alimentar é consequência das transformações da família moderna e das tecnologias de produção de alimentos, com queda da qualidade do que se come. A transição tecnológica trouxe biodrogas, vacinas terapêuticas, tratamentos mais individualizados, medicina personalizada, e isso gera impacto nos custos e afeta a questão da equidade e da sustentabilidade dos sistemas de saúde. Por fim, a transição cultural trouxe o acesso a um grande número de informações, mas também uma grande disseminação do marketing comercial da indústria farmacêutica (Temporão, 2013). Essas transformações tiveram grandes implicações na vida das pessoas, pois as têm levado a acreditar que a medicina e os medicamentos poderiam resolver todos os problemas.

Neste novo cenário, segundo Guarido (2009), a produção dos remédios e seu uso, não podem mais ser vistos somente no campo científico e da prática médica, pois atualmente eles apresentam-se como novos bens a consumir, atrelados à condição de produção de bem-estar, felicidade e autorrealização, ideias do mundo contemporâneo. Essas “pílulas mágicas” têm sido usadas como “amortecedores químicos” para as situações inerentes à vida como o luto, o estresse, o medo, a solidão, a tristeza ou os sentimentos de inferioridade.” (Santos & Farias, 2010, p. 268-269).

Simbolicamente os medicamentos estão associados à saúde, pois representariam recipientes com saúde concentrada, e ao poder tecnológico, pois materializam o ideal humano de controlar a natureza e seu destino. Eles são também intermediadores de relações humanas, um meio de comunicação entre o profissional e o paciente, sendo fonte de satisfação para ambos (Santos & Farias, 2010). Nos fármacos são depositadas as expectativas por melhora, e, como constata Illich (1975, p. 53), “os medicamentos hoje são mais abundantes, mais eficazes, mais perigosos, e as pessoas que ganham um pouco mais de dinheiro aprenderam a ter vergonha de sua confiança nas ervas e regimes dietéticos”.

Mas isso não acontece por acaso. Essa epidemia de diagnósticos e tratamentos beneficia a indústria farmacêutica, hospitais, médicos, e envolve muito dinheiro. Temporão

(2013) explica como ocorre o processo de produção e distribuição desses insumos, e afirma que existem dois espaços. Em um espaço se localiza a indústria farmacêutica, que produz não só os princípios ativos, mas os produtos na sua forma final. Ela inclui a indústria de vacinas, de hemoderivados, equipamentos médicos, aparelhos eletrônicos e não eletrônicos. No outro espaço é onde esse conjunto de bens e serviços é consumido: os hospitais, ambulatórios, serviços de diagnósticos e tratamento. O que une esses dois espaços é o saber profissional, o médico. O outro componente que os liga é a estratégia de mídia e de marketing das indústrias.

A indústria farmacêutica centra sua estratégia em três pilares: investimentos em pesquisa, proteção de patentes de produtos colocados no mercado e gastos intensivos em publicidade, dirigida aos médicos e outros profissionais, ou para a população em geral. Até a década de 1960 as empresas procuravam desenvolver estratégias competitivas reforçando pesquisas tecnológicas, mas a partir de 1970 as grandes empresas verificaram diminuição do retorno financeiro devido à perda do mercado dos produtos de marca para os produtos genéricos em alguns países. A partir de 1980 elas passaram a priorizar a busca por medicamentos inovadores, que muitas vezes são apenas modificações sutis de moléculas ou de indicações terapêuticas já aprovadas. Esses novos medicamentos são planejados mais em função de sua lucratividade do que em função de suas propriedades, e essa lucratividade advém da venda em grande escala e/ou do elevado valor unitário. Já a indução e o fortalecimento dos hábitos de consumo são obtidos pela exploração do valor simbólico dos medicamentos, utilizados nas propagandas (Santos & Farias, 2010).

As estratégias de marketing são direcionadas tanto aos que vão prescrever o produto quanto aos que vão consumir. A propaganda dirigida aos médicos se dá através de visitas dos propagandistas dos laboratórios farmacêuticos fornecendo folhetos, amostras grátis, brindes, financiamento de viagens, participação em eventos, patrocínio de publicações e pesquisas. No setor público e nos hospitais, as estratégias objetivam incluir os produtos na lista de medicamentos selecionados na instituição. Nas farmácias são ofertadas bonificações, e as vendas são monitoradas para avaliar sua eficácia. Já na publicidade destinada ao público leigo são divulgados artigos em periódicos, revistas de interesse geral e propagandas de televisão que focam em algumas doenças, mostrando que os medicamentos atuais são eficazes para combatê-la. E ao cliente já “conquistado” são oferecidos, por exemplo, cartões de desconto se o medicamento for comprado todo mês na mesma farmácia (Santos & Farias, 2010). Todos esses fatores fizeram com que o Brasil passasse da 10ª posição em consumo no mercado de medicamentos mundial para 6º colocado em um período de 10 anos (2005-2015), tendo

movimentado R\$ 36 bilhões em vendas no 1º semestre de 2015, segundo os dados do Anuário Farmacêutico (2015).

É importante ressaltar que apesar de existir uma regulamentação para propaganda de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Nascimento e Paula (2010) constataam que entre 90% e 100% da publicidade exibida nos meios de comunicação contêm irregularidades. Isso ocorre, entre outros fatores, devido ao fato de que a fiscalização e a punição de irregularidades são realizadas após a infração, quando a população já foi submetida ao risco, e que a frase “Ao persistirem os sintomas o médico deverá ser consultado”, ao invés de conscientizar sobre os riscos da automedicação, estimula pelo menos o primeiro uso de medicamentos sem receita.

Isto alerta para o fato de que a questão da medicalização tem se tornado um problema de saúde pública, pois envolve pelo menos três dimensões. Uma dimensão econômica, relacionada ao uso inadequado de recursos e ao desperdício, por excesso de prescrição, obsessão diagnóstica, medicina preventiva, além dos gastos com marketing, que estão embutidos no preço que chega aos consumidores. A segunda dimensão é a médica, pois a medicalização impacta a formação e exercício dos profissionais de saúde. Por fim, há uma dimensão política e social, visto que este é um processo cultural de construção de uma consciência alienada de prescritores e pacientes (Temporão, 2013).

Neste sentido, o uso de medicamentos deve ser entendido em uma das duas vertentes: a de um uso controlado, como recurso terapêutico fundamental para o tratamento e cura de doenças, ou a de um uso abusivo, compulsivo e dependente, que com isso, envolveria além da questão individual, uma questão social. Para analisar a dimensão social do uso de medicamentos é preciso entender os novos ideais impostos pela sociedade, e para isso recorre-se ao exemplo de Angelucci (2013) do modelo atual de indivíduo bem-sucedido:

Jornada de trabalho; trabalho remoto (via internet, celular, etc.); constante sensação de ameaça; preocupação com “quanto tempo suporta esse ritmo de vida”; necessidade de ser criativo, multifuncional; ter conhecimento aprofundado e amplo; ter experiência e ser jovem e ser maduro e aberto a novas aprendizagens. É preciso: ter um plano de previdência e saber aproveitar o momento; entregar-se à carreira e acompanhar as aulas de ballet, judô, circo, inglês ou mandarim, bem como fazer a lição de casa (cada vez mais interativa) com seus/suas filhos (as). Há também que se garantir o desenvolvimento perfeito das crianças, proporcionando terapias de linguagem, estimulação cognitiva, incentivo à criatividade e ampliação da afetividade, entre outras. As crianças também têm jornadas intensivas: devem responder aos anseios dos (as) adultos (as), familiares e educadores (as), de que possam se tornar adultos (as) inteligentes, experientes, comportados (as), inventivos (as), livres, organizados (as), competentes e habilidosos (as). Após a escola, o trabalho da infância continua: música, futebol, *street dance*, arborismo, culinária saudável, reciclagem, RPG, expressão corporal, psicoterapia, consulta médica e fonoaudiologia... E a lição de casa! Sem que nos esqueçamos de garantir momentos de convivência feliz entre os (as) familiares e do envolvimento familiar nos jogos educativos. (p. 10).

Por outro lado, esse modo de vida leva ao adoecimento. Quando se tem um conjunto de comportamentos esperados para uma pessoa, estabelecendo que ser normal e saudável é ser acima da média, tem-se, inevitavelmente, em contrapartida, pessoas que não vão atingir o que é estabelecido. Em relação ao contexto educacional, ser normal é ser atento, quieto, e ter sempre um bom rendimento. Quando isso não acontece é porque há alguma coisa errada, então é preciso investigar e tratar. Segundo o modelo biologizante e medicalizante, a razão do não aprender ou não se comportar estaria no cérebro das crianças. Os problemas neurológicos interfeririam em problemas considerados pré-requisitos para a aprendizagem, como percepção e processamento de informações, utilização de estratégias cognitivas, habilidades motoras, atenção, linguagem, raciocínio matemático, habilidades sociais etc. (Meira, 2012).

Segundo esse discurso em relação a um aluno com dificuldades de leitura e escrita não se questionaria a escola, o método, as condições de aprendizagem e de escolarização, mas se buscaria na criança e no seu cérebro as causas dessas dificuldades. Como as causas do insucesso estão na criança, a “cura” para o insucesso também estaria nela, sendo necessária apenas a administração do medicamento correto com o intuito de reajustar a química cerebral para que tudo volte a funcionar adequadamente. Mas os diagnósticos e os tratamentos podem ter uma contrapartida. Na era dos transtornos,

menino maluquinho não existe mais, está rotulado e recebendo psicotrópicos para TDAH; Mafalda está tratada e seu Transtorno Opositor Desafiante (TOD) foi silenciado; Xaveco não vive mais nas nuvens, aterrissou desde que seu Déficit de Atenção foi identificado; Emília, tão verborrágica e impulsiva está calada e quimicamente contida; Cebolinha está em treinamento na mesma cabine e nas mesmas tarefas usadas para rotulá-lo como portador de distúrbio de Processamento Auditivo Central (DPAC) e assim está em tratamento profilático da dislexia que terá, com certeza, quando ingressar na escola; Cascão é objeto de grandes debates no comitê que está elaborando o DSM V, com divergências se ele sofreria de TOCS (Transtorno Obsessivo Compulsivo por Sujeira) ou de TFH (Transtorno de Fobia Hídrica), mas tudo indica que chegarão a um acordo e os dois novos transtornos recém inventados serão lançados no mercado, pois quanto mais transtornos melhor (Moysés & Collares, 2013, p. 44).

Com essas novas descobertas científicas aparecendo como explicação dos comportamentos, das sensações e do sofrimento humano, o mau funcionamento do cérebro passou a ser facilmente detectado e tratado para que funcione com perfeição. O que está ruim precisa ficar bom e que está bom sempre pode melhorar. Neste contexto, os achados neurocientíficos passam a ter grande importância para o ambiente escolar, pois eles podem contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional. Entre esses supostos achados científicos estão alguns medicamentos que estão sendo utilizados para auxiliar o funcionamento de um cérebro que, apesar de normal, estaria encontrando dificuldade para atingir os objetivos propostos, pois na corrida pelo sucesso ninguém quer ficar para trás.

4.2 O APRIMORAMENTO COGNITIVO FARMACOLÓGICO

Com base nos conceitos anteriormente discutidos pode-se mais facilmente entender os que serão apresentados a seguir. Neste momento será focalizado o uso de medicamentos não destinados para fins terapêuticos, mas para fins cosméticos, recreativos e aprimoradores. Ou seja, nesses casos que serão apresentados o medicamento não teria a função de tratar ou curar uma doença, mas de melhorar o funcionamento de um organismo sadio para que ele atinja o máximo do seu potencial. Serão focados os medicamentos que poderiam melhorar as funções cognitivas.

O aprimoramento cognitivo farmacológico também é chamado de doping intelectual, neuroaprimoramento farmacológico, aperfeiçoamento cognitivo, uso instrumental de remédios, drogas para “turbinar” o cérebro, ampliadores cognitivos, drogas nootrópicas, neurologia cosmética, drogas da inteligência, Botox¹ do cérebro, Viagra² para o cérebro, anabolizante cerebral, droga de estudo, pílula da boa nota, e seus correspondentes em língua inglesa, *neurocognitive enhancement*, *pharmacological cognitive enhancement*, *smart drugs*, *nootropic drugs*, *performance enhancing substances*, *central nervous system-stimulating drugs*, *good-grade pills*, *technologies of optimization*; e se referem ao uso de novas tecnologias neurocientíficas para monitoramento e manipulação das funções cerebrais, por exemplo, usar remédios para melhorar o funcionamento do cérebro e aprimorar o desempenho cognitivo.

O interesse por estimulantes cognitivos surgiu no início dos anos 1990 com uma espécie de obsessão pública por produtos que pudessem aumentar artificialmente a inteligência, proporcionando um cérebro potente, que pensasse rápido, se lembrasse mais depressa das coisas, e com isso garantisse algumas vantagens competitivas. Isso está sendo feito através do uso de drogas capazes de melhorar a memória de pessoas com idade avançada, ou com algum tipo de demência, hiperatividade ou déficit de atenção, que está sendo apropriado por não doentes (Totti, 2008). Essa prática vem suscitando acirrado debate, inclusive ético, nos meios científico e político.

Uma das áreas que estuda essa questão é a Bioética. Neste campo do conhecimento, discutir este tema é importante primeiro porque a dificuldade de diferenciar saúde e doença mental fazem com que seja difícil estabelecer quem precisaria ou não de intervenção. Em

¹ Botox – Técnica de rejuvenescimento utilizada para diminuir rugas e sinais de expressão.

² Viagra- Medicamento utilizado para tratar disfunção erétil.

segundo lugar, intervenções no cérebro têm implicações éticas diferentes de intervenções em outros órgãos (Farah & Wolpe, 2004).

As principais preocupações em relação ao neuroaprimoramento farmacológico se referem a três grandes temas: segurança, liberdade de escolha e igualdade de acesso. O tema da segurança diz respeito às consequências individuais dessa prática e envolve os métodos e tempos de exposição para avaliação dos efeitos colaterais, a ponderação entre riscos e benefícios e os efeitos da medicação em um órgão pouco conhecido como é o cérebro. Já o segundo e o terceiro temas estão relacionados à repercussão social do aprimoramento cognitivo farmacológico (Barros, 2009).

Sobre a liberdade de escolha há a contrapartida da coação. Farah (2002) acrescenta que além da coerção direta, existe o risco de uma coerção indireta, pois é difícil preservar o direito de não usar o medicamento em uma sociedade competitiva como a sociedade ocidental. Com isso, a difusão do aprimoramento poderia aumentar os níveis de exigência, deixando em desvantagem as pessoas que não fizessem uso desse método de aprimoramento. Um outro risco seria o uso dos medicamentos por adolescentes e adultos para praticar atividades triviais ou mesmo em atividades como jogos, ou seja, não haveria como garantir o uso adequado do fármaco. Já em relação ao acesso, possivelmente ele não estaria disponível para todos, o que intensificaria a desigualdade social. Teixeira (2007) resume estas ideias.

Se o aperfeiçoamento artificial das capacidades cognitivas se espalhar, as pessoas poderão vir a ser pressionadas para usar drogas aperfeiçoadoras. A pressão poderá ser explícita – por empregadores interessados em mais produtividade, por exemplo; ou mais sutil: se seu colega de classe usa estimuladores das funções cognitivas e você não, quem vai obter melhores notas e, possivelmente, encontrar as melhores posições disponíveis no mercado de trabalho? Por outro lado, pais desejosos de ver alto desempenho em seus filhos menores terão motivo e oportunidade para dar a eles drogas aperfeiçoadoras. Mais: em uma sociedade tão desigual, também o acesso a essas drogas poderá ser desigual. (p. 501).

Há também quem questione o aprimoramento cognitivo farmacológico como sendo uma fraude ou desonestidade. Isto seria fruto da comparação entre essa prática e o doping, ou seja, o uso de substâncias proibidas por atletas para melhorarem a sua performance. No entanto, alguns autores respondem que no caso dos esportes, por exemplo, determina-se que os atletas não podem usar substâncias específicas enquanto estiverem competindo. O entendimento que o doping esportivo é uma fraude/desonestidade resulta da ideia de que otimizar a performance através de medicamentos é uma maneira mais fácil de chegar ao objetivo, o que não ocorreria no caso do doping intelectual, já que os usuários ainda precisariam se esforçar para atingir os objetivos (Barros, 2009).

Por outro lado, há autores que defendem a prática, como Greely et al. (2008), e que acreditam que ela pode ser segura. Para isso propõem medidas como uma política de saúde formada por uma variada fonte de recursos científicos, profissionais, educacionais e sociais, somados à legislação. As sugestões incluem quatro mecanismos. O primeiro seria um programa de pesquisa sobre o uso e os impactos das drogas para aprimoramento cognitivo em indivíduos saudáveis, que produziria informações de qualidade sobre os riscos e benefícios do uso dos fármacos. O segundo mecanismo seria a participação de organizações profissionais para formular guias para que os profissionais saibam como lidar com essa prática para melhor encaminharem os usuários dos fármacos. O terceiro mecanismo sugere que sejam divulgadas as informações sobre os riscos e benefícios, bem como as alternativas para o aprimoramento cognitivo farmacológico. Por fim, há a recomendação de que haja uma ação legislativa cuidadosa e limitada para tornar o método do neuroaprimoramento farmacológico um caminho útil.

Tudo isso deve ser feito porque a diferença classificatória entre o remédio e o veneno não estaria associada somente à dose, mas, também, à legitimidade institucional, o assimilando ou marginalizando. Quando uma droga psicoativa é legalmente considerada como terapêutica, a medicina torna-se a instituição responsável pelo estabelecimento do uso “controlado”. Os usuários de uma mesma substância são reconhecidos socialmente como doentes quando recebem uma prescrição médica, e são rotulados como dependentes químicos na utilização para outros fins (Brant & Carvalho, 2012).

Segundo Itaborahy (2009), o debate sobre o uso de medicamentos para fins de aprimoramento não está desconectado da atual prática de prescrição médica, nem dos mecanismos da indústria farmacêutica em investir em propagandas que vendem sucesso, ou do investimento em pesquisas que indicam frequentemente a ampliação de critérios diagnósticos, sempre aumentando seu público em potencial e seu “uso médico”. No entanto, é preciso ter em mente que há formas de melhorar o desempenho cognitivo por outros meios, como atividades físicas, alimentação saudável, sono regular, assim como leituras e exercícios, que seriam alternativas que exigem mais esforço, mas são menos invasivas.

Um dos medicamentos mais utilizados no Brasil com a finalidade de melhorar o funcionamento do cérebro é o cloridrato de metilfenidato, vendido com os nomes de Ritalina e Ritalina LA (Novartis) e Concerta (Janssen-Cilag), e segundo a lista de medicamentos genéricos registrados na ANVISA, ainda não foi aprovado medicamento genérico com esta base farmacológica. O composto foi sintetizado por Leandro Panizzon, farmacêutico da antiga

empresa CIBA (atualmente Novartis S/A) na Suíça, sendo patenteado em 1954. Foi comercializado inicialmente como um psicoestimulante leve. Chegou aos EUA em 1956 e ao Brasil em 1998. O nome Ritalina se deve ao apelido da esposa do Dr. Panizzon, Marguerite, chamada de Rita, o que levou a Ritaline. Derivado da anfetamina, esse estimulante era indicado nos anos 1950 para fadiga crônica e narcolepsia. A esposa do Dr. Panizzon utilizava Ritalina com frequência, por ter a pressão arterial muito baixa, e beneficiava-se de sua ação tonificante e estimulante tomando um comprimido antes de uma partida de tênis, por exemplo (Weber, 2000).

O metilfenidato era indicado inicialmente para tratamento da narcolepsia, um raro transtorno do sono. Contudo, seu uso logo foi ampliado. Nos anos 1960, a medicação já era considerada útil para a maioria dos quadros psiquiátricos, incluindo casos de pacientes em psicoterapia e em tratamento com outras drogas mais potentes. A partir dos anos 1960, estudos começaram a ressaltar os benefícios do metilfenidato para tratamento de crianças hiperativas e distraídas. Atualmente, sua principal indicação terapêutica é para o tratamento de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em crianças (Barros, 2009).

As características farmacológicas do metilfenidato são as seguintes:

Quadro 1 - Caracterização farmacêutica do metilfenidato

- **Grupo terapêutico:** Psicoestimulante do Sistema Nervoso Central, código ATC: N06BA04.
- **Nomes comerciais no Brasil:** Concerta, Ritalina e Ritalina LA.
- **Laboratórios farmacêuticos produtores:** Janssen-Cilag Farmacêutica (Concerta) e Novartis Biociências (Ritalina).
- **Apresentações farmacêuticas:** Comprimido simples de 10mg, Comprimido revestido de liberação controlada de 18mg, 36mg e 54mg e Cápsula gelatinosa dura com microgrânulos de liberação modificada de 20mg, 30mg e 40mg.
- **Ano de aprovação para comercialização no Brasil:** 1998 (Ritalina) e 2002 (Concerta).
- **Tipo de receituário no Brasil:** Notificação de receita amarela (Lista A3), conforme a Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.
- **Embalagem do medicamento:** FAIXA PRETA, com os dizeres: “Venda sob Prescrição Médica” - “Atenção: Pode Causar Dependência Física ou Psíquica”.
- **Classificação de risco de uso na gravidez:** Categoria C (os medicamentos classificados nessa categoria somente devem ser administrados durante a gravidez se o benefício esperado para a mãe justificar o risco potencial para o feto, ou seja, se estritamente necessário).
- **Risco de uso na lactação:** Não há relatos sobre o uso durante a lactação humana. Devido seu baixo peso molecular, a passagem para o leite materno é esperada.
- **Classificação de risco que afeta a capacidade de condução de veículos:** Categoria I (os medicamentos classificados nessa categoria podem produzir efeitos moderados sobre a capacidade de conduzir veículos). Os efeitos que podem afetar negativamente a capacidade de condução são: euforia, nervosismo, agressividade, fadiga, tremor, agitação e alterações visuais.

Fonte: Adaptado do Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC- Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (2012).

Segundo a bula,

Ritalina® é um fraco estimulante do sistema nervoso central, com efeitos mais evidentes sobre as atividades mentais do que nas ações motoras. Seu mecanismo de ação no homem ainda não foi completamente elucidado, mas acredita-se que seu efeito estimulante seja devido a uma inibição da recaptação de dopamina no estriado, sem disparar a liberação de dopamina. O mecanismo pelo qual a Ritalina® exerce seus efeitos psíquicos e comportamentais em crianças não está claramente estabelecido, nem há evidência conclusiva que demonstre como esses efeitos se relacionam com a condição do sistema nervoso central (Ritalina e Ritalina LA- Bula Profissional, 2017).

As reações adversas mais comuns citadas na bula são: nervosismo e insônia (reações adversas muito comuns que ocorrem no início do tratamento, mas podem usualmente ser controladas pela redução da dose e/ou pela omissão da dose da tarde ou da noite), diminuição de apetite, dor abdominal, náusea e vômito. Outras reações adversas menos comuns: pancitopenia, reações de hipersensibilidade como edema auricular, irritabilidade, agressividade, instabilidade emocional, comportamento ou pensamento anormais, raiva, ideação ou tentativa de suicídio, humor alterado, flutuações do humor, hipervigilância, mania, desorientação, distúrbios da libido, apatia, comportamentos repetitivos, perda de foco, estado de confusão, abuso e dependência, déficit neurológico isquêmico reversível, enxaqueca, diplopia, midríase, distúrbios visuais, parada cardíaca, infarto do miocárdio, extremidades frias, fenômeno de Raynaud, dor faringolaríngea, dispneia, diarreia, constipação, edema angioneurótico, eritema, eritema fixo, mialgia, contração muscular esporádica, hematúria, ginecomastia, dor no peito, fadiga, morte cardíaca súbita, sopro cardíaco (Ritalina e Ritalina LA – Bula Profissional, 2017).

O metilfenidato consta no rol dos psicotrópicos – lista A3 da Portaria SVS/ MS nº 344, de 12 de maio de 1998 –, e sua venda está condicionada à retenção da notificação de receita. Há risco de abuso e dependência e, por isso, a prescrição é controlada. Ademais, o metilfenidato é classificado como droga de acordo com a Lei nº 11.343 de 2006. Segundo o Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (BRATS, 2014), os custos anuais de um tratamento variam de R\$ 375,40 para quem faz uso de baixa dose de Ritalina (o comprimido tem custo individual de R\$ 2,62) até R\$ 4.955,38 para quem faz uso de alta dose de Concerta (o comprimido tem custo individual de R\$ 13,57).

No entanto, mesmo com todos esses riscos, a prescrição de metilfenidato está se tornando abusiva. Foi constatado pelo Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de São Paulo que esses medicamentos têm sido prescritos para menores de 6 e maiores de 70 anos, em claro desacordo com a bula e as convenções internacionais. Além disso, eles passaram a ser usados contra a depressão, a ansiedade, o autismo infantil, a ideação suicida e

outros transtornos psiquiátricos para os quais o uso não é recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (Conselho Nacional de Saúde, 2015).

O uso desse medicamento merece tanta atenção que o Conselho Nacional de Saúde, publicou em 08 de outubro de 2015 a Recomendação nº 19, que orienta a promoção de práticas não medicalizantes por profissionais e serviços de saúde, bem como recomenda a publicação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para a prescrição de metilfenidato, de modo a prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes.

O Município de São Paulo também resolveu regular a prescrição e dispensa de metilfenidato pela Portaria nº 986/2014. Segundo a portaria, ao prescrever metilfenidato para uma criança/adolescente com TDAH, o médico deve considerar:

- 1) Dados de avaliação física, incluindo, como mínimo, frequência do pulso, pressão arterial, peso e altura; registrar mudanças de peso e altura por meio de curva de crescimento; se houver qualquer sintoma anormal, achados ou antecedentes em relação a afecções cardiovasculares, uma investigação adequada e referência devem ser providenciadas.
- 2) Problemas psicossociais associados ou subjacentes, problemas educacionais, perfil cognitivo e/ou afecções de comorbidade.
- 3) Benefícios em potencial desse tratamento de curto prazo.
- 4) Possibilidade de adesão.
- 5) Danos em potencial, alergias, eventos adversos e contraindicações, incluindo desvio do tratamento farmacológico para uso inadequado e abuso.
- 6) Duração do tratamento e sinais para interromper o tratamento.
- 7) Esquema para seguimento clínico e revisão. Para realizar o acompanhamento a equipe multiprofissional deve preencher comunicados regulares, a cada 6 meses, por meio de formulários padrão sobre a farmacoterapia, avaliação física, psicossocial e educacional. Essa portaria vem sendo modelo para outros municípios.

A fabricação de metilfenidato tem aumentado continuamente em todo o mundo. Segundo o relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE, ou International Narcotics Control Board - INCB), da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), em 2013, a fabricação mundial alcançou um novo recorde de quase 72 toneladas. Os Estados Unidos da América continuam sendo o maior fabricante, responsável por 77% de todo o metilfenidato fabricado. Em 2013, o Reino Unido foi o segundo maior fabricante da substância e foi responsável por quase 20% de todo o metilfenidato produzido no mundo. Os países com os maiores níveis de consumo per capita reportado em 2013 foram, em ordem

decrecente, Islândia, Bélgica, Suécia, Canadá, Estados Unidos, Holanda, Dinamarca, Nova Zelândia, Chile e Alemanha. E apesar de não figurar entre os 10 maiores consumidores mundiais per capita, a importação do metilfenidato pelo Brasil apresentou aumento de mais de 300%, passando de 578 kg importados em 2012 para 1.820 kg importados em 2013.

Ainda segundo o mesmo relatório, o aumento da quantidade de metilfenidato fabricado é proporcional ao aumento do consumo em todo o mundo, o que pode ser atribuído a várias razões, como:

a) o aumento do número de pacientes diagnosticados com TDAH; b) a ampliação da faixa etária dos pacientes que são susceptíveis a receber a prescrição de metilfenidato; c) o aumento do uso em adultos; d) erro no diagnóstico de TDAH e prescrição indevida de metilfenidato; e) a falta de diretrizes médicas adequadas relativas à prescrição de metilfenidato; f) a oferta do mercado cada vez maior em muitos países; g) as práticas comerciais influentes, ou de marketing agressivo por parte de fabricantes de preparados farmacêuticos que contém metilfenidato, h) a pressão da opinião pública, como a exercida por associações de pais para o direito das crianças a acessar a medicação para o tratamento de TDAH. (ONU, 2015, p.39, tradução livre).

No Brasil, por meio do Boletim de Farmacoepidemiologia (2012), a ANVISA analisou a prescrição e consumo de metilfenidato nos anos de 2009 a 2011, e também concluiu que o consumo mensal no triênio estudado aumentou 28,2% em crianças e adolescentes com idade entre 6 e 16 anos. Verificou-se que esse consumo é variável de acordo com a época do ano, sendo maior no 2º semestre e menor nos meses de férias escolares (janeiro, julho e dezembro).

Esses dados foram confirmados no levantamento realizado pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade dos dados de dispensação de psicofármacos em unidades particulares registradas pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da ANVISA em 2015. Os dados obtidos em farmácias de todo o Brasil correspondem à venda de outubro de 2007 a setembro de 2014 do cloridrato de metilfenidato, e mostram um aumento de 180% em 4 anos, passando de 58.719 caixas vendidas em outubro de 2009 para 108.609 caixas em outubro de 2013. Esses dados também confirmam o perfil de consumo durante o ano acompanhando o calendário escolar, com aumento de vendas no 2º semestre e picos entre outubro e novembro.

Mesmo sendo ilegal a venda sem receita no Brasil, existem várias formas de acesso ao metilfenidato. A primeira delas seria através da prescrição médica, onde muitas vezes, a fim de conseguir a receita, o paciente chega até a forjar os sintomas do TDAH. A segunda forma seria o compartilhamento de medicamentos prescritos para outra pessoa (dado o número de crianças diagnosticadas atualmente com TDAH, não é difícil ter alguém próximo fazendo uso do metilfenidato, um filho, um irmão, um primo etc.). A terceira forma seria o compartilhamento do medicamento por outros meios, como a oferta de um amigo ou de um

professor. A quarta forma seria a compra ilegal, sem receita médica, que pode ser feita pela internet (é possível localizar com facilidade sites que vendem esse medicamento, e que não serão citados aqui para não fazer divulgação dos mesmos). Vrecko (2015) afirma que os primeiros meios de aquisição seriam a família e os amigos, só depois os usuários procurariam uma receita médica ou o mercado negro.

Mesmo sendo um medicamento tão controverso, ele tem sido usado para potencializar performances escolares e laborais. Elevados níveis de produtividade em curto prazo, com baixo custo e alta qualidade, são imperativos colocados pela cultura do sucesso a qualquer custo. “A produção do ideal de ser protagonista em cenários de sucesso está articulada ao discurso de que tudo depende, exclusivamente, da força de vontade do sujeito” (Brant & Carvalho, 2012, p. 624). Para isso, pessoas reconhecidamente saudáveis estão utilizando o fármaco como *gadget*, uma mercadoria, um verdadeiro acessório para a obtenção da exacerbação produtiva, como afirmam os autores.

Esse uso não terapêutico se faz, em grande parte, por universitários, empresários e profissionais da área de saúde, que, em geral, têm maior conhecimento sobre a droga do que o restante da população. Este público, que utiliza o fármaco para aprimoramento, recreação ou para emagrecimento, também tem feito uso do mesmo de forma triturada como pó ou diluído em água para ser injetado (ANVISA, 2010).

Conforme a própria bula do medicamento, já apresentada, há o alerta da dependência, física e psíquica. A dependência psicológica pode inclusive levar o usuário a acreditar não mais ser capaz de produzir sem o uso do medicamento. Além disso, o aumento da capacidade produtiva seria resultado de processos neuroquímicos “turbinados pela substância” (Brant & Carvalho, 2012, p. 629). Assim, pode-se questionar: “Chegará o dia em que se pedirá aos estudantes que tenham à mão uma amostra de urina, para ser entregue junto com as provas escolares, para provar que seus resultados são o resultado de trabalho duro e não de farmacologia?” (Butcher, 2003, p. 132). Outra questão a ser levantada é sobre a duração do tratamento com o metilfenidato e seus efeitos no organismo em longo prazo, pois somente sua eficácia em curto prazo é conhecida.

Devido à sua importância, a discussão sobre esse tema tem recebido espaço na mídia, pois se sabe que essa prática tem ganhado cada vez mais adeptos em todas as faixas etárias e classes sociais. No Brasil, várias publicações já dedicaram espaço ao tema como, por exemplo, o Observatório da imprensa (Silva, 2015), O Jornal da Globo (Kerber, 2015), a Revista Época (Brum, 2013), a Revista Trip (Kaiser, 2011), a revista Superinteressante

(Nogueira, 2009), a *Scientific American Brasil* (Stix, 2009), entre outras. Todas essas publicações abordam os prós e os contras dessa prática, algumas delas trazendo inclusive relatos de pessoas que fizeram uso desses medicamentos.

Há exemplos na ficção de como este desejo de potencializar o cérebro é antigo. Em 1931, Aldous Huxley, em seu livro clássico *Admirável mundo novo*, já alertava que na sociedade do futuro a humanidade teria acesso em massa ao entretenimento, sexo livre e à droga Soma, que é uma droga sintética com efeitos alucinógenos, tranquilizantes ou estimulantes, necessários para manter o povo “feliz” e produtivo. A droga seria um lenitivo, um consolo, e se a pessoa ingerisse doses mais fortes, o máximo que ocorreria seria dormir por dois ou três dias, sonhando com um outro mundo mais completo e humano. Após este sono de êxtase, o indivíduo estaria pronto para voltar à realidade do trabalho predeterminado e limitado. Em 1984, o brasileiro Pedro Bandeira lançou o livro *A droga da obediência*, falando sobre o desejo de um cientista de transformar adolescentes normais em supermáquinas que usam 100% de sua capacidade mental, e isso se daria com uma pílula de uso contínuo, a droga da obediência. Outro exemplo é o filme *Sem limites* (*Limitless* – Direção Neil Burger), lançado em 2011, onde um escritor com dificuldades para trabalhar é apresentado a uma pílula que o leva ao sucesso, o NZT. Produzido em 2014, *Lucy* (Dirigido por Luc Besson) é a mais nova produção que mostra uma mulher normal exposta a altas doses da substância CPH4 e que chega a utilizar 100% da sua capacidade cerebral. Todos esses exemplos mostram como esse desejo de utilizar todo o potencial do cérebro tem aumentado gradativamente e já está inserido na sociedade.

Em relação à publicação científica sobre esse tema, no cenário internacional foram localizados diversos estudos em países como África do Sul (Beyer, Staunton & Moodley, 2014; Vester & Niekerk, 2012), Alemanha (Dubljević, Sattler & Racine, 2014; Hildt, Lieb & Franke, 2014), Argentina (Mazzoglio y Nabar et al., 2011), Austrália (Partridge, Bell, Lucke, & Hall, 2013), Colômbia (Ibáñez, Rondón, Ramírez, Romero, & Silva, 2012; Barón et al., 2011, Urrego et al., 2008), Estados Unidos (Vrecko, 2013; Emanuel et al., 2012; Teter, McCabe, LaGrange, Cranford & Boyd, 2006; Shillington, Reed, Lange, Clapp & Henry, 2006), França (Fond et al., 2016), Holanda (Jongha, Boltb, Schermerb & Oliviera, 2008), Itália (Lanni et al., 2008), Irã (Habibzadeh et al., 2011), Japão (Fukushi, Sakura & Koizumi, 2007), Países Baixos (Schaaf, Fallon, Huurne, Buitelaar & Cools, 2013) e Portugal (Graça, 2013).

Foi verificada uma prevalência de uso entre universitários, variando de 1,9% dos sujeitos pesquisados em Portugal (Graça, 2013), 24,5% nos Estados Unidos (Teter, McCabe, LaGrange, Cranford & Boyd, 2006) e 35% na Colômbia (Barón et al., 2011). Entre estudantes secundaristas americanos o uso foi de 4,0% (Liakoni, Schaub, Maier, Glauser & Liechti, 2015). Já entre cientistas de 60 países, o uso chegou a 20% (Maher, 2008). Vale observar que em alguns países como Alemanha (Dubljević, Sattler & Racine, 2014), Japão (Fukushi, Sakura & Koizumi, 2007) e Austrália (Partridge, Bell, Lucke, & Hall, 2013), por exemplo, esta não é uma prática comum nem vista como moralmente aceitável.

No Brasil, o consumo do metilfenidato para fins de aprimoramento foi encontrado com uma prevalência de 0,9% em estudantes de universidades públicas e privadas das 27 capitais brasileiras (Cesar et al., 2012); 6,0% em estudantes dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia e Nutrição de uma faculdade de Brasília (DF) (Affonso et al., 2016); 8,6% em estudantes do curso de medicina da Universidade Federal da Bahia (Cruz et al., 2011); 9,4% em estudantes de medicina de uma universidade do Sul de Minas Gerais (Silveira et al., 2015); 18,75% em estudantes de diversos cursos de uma faculdade de Curitiba (PR) (Tsuda & Christoff, 2015); 23,72% em estudantes de medicina do Centro Universitário de Volta Redonda (RJ) (Carneiro et al., 2013); 34,2% em estudantes de medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Silveira, Lejderman, Ferreira & Rocha, 2014); 60% em universitários dos cursos de farmácia e medicina de Campos dos Goytacazes (RJ) (Mota & Pessanha, 2014); e 0% em estudantes de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Bassols et al., 2008). Em relação ao público pré-universitário a pesquisa de Cassimiro (2012) mostrou que 15% dos alunos dos dois cursos pré-vestibulares de Belo Horizonte (MG) pesquisados por ele fazia uso do cloridrato de metilfenidato. Não houve diferença estatisticamente significativa entre as prevalências do uso de psicofármacos entre os alunos de diferentes áreas de escolha para o vestibular, mas separando por área de interesse, verificou-se que a maioria dos usuários desejava ingressar em medicina.

Além dessas pesquisas empíricas, vários outros estudiosos brasileiros têm se dedicado recentemente ao tema, por exemplo, Sousa Junior (2015), Machado, Oliveira e Mainardes (2015), Feitoza, Felix e Silva (2014), Shirakawa, Tejada e Marinho (2012), Andrade et al. (2011), Nascimento e Bastos (2011), Barros (2009), Teixeira (2007), entre outros.

A maioria dos estudos apresentados acima foi desenvolvida com universitários, particularmente estudantes de medicina. Este fato pode estar relacionado ao acesso facilitado dos pesquisadores a este público, mas também pode ser devido a um uso maior por esses

estudantes em virtude da sobrecarga do vasto conteúdo abordado, bem como pelos momentos de estresse durante o curso. Além disso, o contato com a doença e a morte, a competição profissional e o receio de não conseguir satisfazer as exigências do curso podem intensificar sentimentos de angústia e estresse entre eles, levando-os ao consumo de substâncias psicoativas (Bassols et al., 2008). Por isso concordamos com a afirmação de Carneiro et al (2013) de que

há necessidade de melhor compreender os diferentes fatores envolvidos na resposta e na adaptação ao estresse inerente ao curso de medicina para poder ajudar na prevenção do uso inadequado de metilfenidato pelos futuros médicos. Uma política clara quanto ao uso indiscriminado entre os estudantes, informação científica, educação com treino de habilidades para melhor lidar com estresse, podem se mostrar úteis na prevenção. Normas e regras bem explicitadas, bem como o oferecimento de atividades recreativas e de relaxamento que não incluam substâncias alteradoras do psiquismo podem vir a melhorar a situação (p. 57).

A pesquisa de Barros (2009) com estudantes universitários brasileiros buscou investigar a representação social dos mesmos sobre o aprimoramento cognitivo com o uso do metilfenidato. A maioria dos estudantes entrevistados não tinha conhecimento sobre o uso deste medicamento para facilitar o estudo, mas acreditavam que entre os motivos que levam uma pessoa a fazer uso dele estão a pressão social para melhorar o desempenho e ter um comportamento sobre-humano, além do limite, e uma postura competitiva, tanto com os outros como consigo mesmo. Segundo os alunos, seria importante ter um excelente desempenho profissional, pois este seria o principal meio de inserção no grupo. No entanto, foi expressa a preocupação com o risco de haver uma coerção social direta e indireta para uso do remédio, e com a possibilidade de o aprimoramento cognitivo farmacológico aumentar a injustiça social, caso haja um acesso desigual a essa prática.

Andrade e colaboradores (2011) apontam que médicos brasileiros também percebem essa prática como sendo controversa, pois envolve aspectos éticos, sociais e legais. A maioria deles afirmou que não prescreveria metilfenidato para fins de aprimoramento cognitivo, mas foram encontradas também respostas positivas, justificando que essa prática deve ser feita por um médico capacitado e com acompanhamento regular. Greely e colaboradores (2008) afirmam que médicos que veem a medicina voltada para a cura avaliarão o aprimoramento como inapropriado, enquanto aqueles que veem a medicina mais amplamente como um meio de ajudar os pacientes a viverem melhor e alcançarem seus objetivos poderão considerar o seu pedido de prescrição do medicamento. A reflexão de Carvalho, Brant e Melo (2014) segue a mesma direção, visto que afirmam que os médicos podem ter dificuldade em perceber os riscos contidos nessa demanda, uma vez que eles também convivem com pressões

semelhantes às de seus pacientes/usuários, dada a azáfama entre plantões, estudos de caso e pesquisas.

Várias pesquisas confirmam uma crença favorável ao uso de aprimoradores cognitivos farmacológicos para conseguir realizar atividades cotidianas. Urrego e colaboradores (2008), por exemplo, identificaram que estudantes universitários utilizam estes medicamentos devido ao grande número de atividades acadêmicas, e Mota e Pessanha (2014) apontaram que a maioria usa nas vésperas das provas e para melhorar o rendimento na sala de aula e nos estágios. Tsuda e Christoff (2015) também apontaram como possíveis motivos as amizades e o ambiente, que levariam ao uso com o intuito de facilitar a comunicação, necessidade de obter mais diversão e obter sensações prazerosas, alívio do cansaço e estresse, e a pressão social com cobranças por parte da faculdade, do trabalho, dos familiares e amigos. Ram, Hussainy, Henning, Jensen e Russell (2016) ainda citam entre as razões para o uso do estimulante ajudar a relaxar e ser mais confiante. A pesquisa de Tsuda e Christoff (2015) indicou que os alunos admitiram o uso em consequência do calendário letivo, estabelecendo uma clara relação com as atividades acadêmicas, e tanto Barón et al (2011) quanto Carvalho (2016) verificaram um maior índice de consumo nos últimos semestres, o que pode estar relacionado ao aumento das exigências no decorrer do curso.

Segundo Eslami et al (2014) os universitários participantes de sua pesquisa afirmaram que o uso do metilfenidato era comum entre seus amigos e que eles aceitavam bem esse uso, e os universitários entrevistados por Barros (2009) também apontaram que a possibilidade do aprimoramento cognitivo não fere a sua moralidade, e que a prática não chegou a ser vista como algo repulsivo ou imoral a ser combatido.

Carvalho (2016) assinalou que dos 220 estudantes universitários que relataram fazer uso de substâncias psicoestimulantes, 80,9% tiveram os efeitos esperados, entre eles o aumento da vigília foi o mais citado seguido de melhor rendimento nas atividades acadêmicas, aumento da concentração e maior capacidade intelectual. Mas Mota e Pessanha (2014) alertam que entre os usuários da sua amostra 86,6% afirmaram já terem apresentado algum tipo de efeito colateral relatado na bula do medicamento. No entanto, mesmo apresentando efeitos colaterais eles continuaram utilizando, e entre os que não estão utilizando 65,7% relataram que é devido à dificuldade de encontrar o fármaco no mercado e por doenças, e só 34,3% devido aos efeitos colaterais. Carneiro et al (2013) também alertaram que 51,35% dos usuários afirmaram sentir-se cansados após o uso, e 10,81% tiveram que

aumentar a dose para obter o mesmo efeito, e mesmo com efeitos colaterais 27,03% continuaram fazendo uso.

Mota e Pessanha (2014) também observaram que 57,7% dos universitários pesquisados afirmaram que ao término do curso pretendem continuar utilizando o metilfenidato e os principais objetivos para isso seriam concurso público, residência, mestrado/doutorado e entrevista de emprego. Emanuel et al (2013) ao perguntar aos universitários se suas experiências com o medicamento poderiam impactar sua decisão de prescrevê-lo a seus pacientes 16% disseram que seriam mais propensos a prescrever, 26% seriam menos propensos a prescrever e 61% se sentiam inseguros para responder. Quando perguntados se eles se imaginariam usando o estimulantes dali a 5 anos 6% afirmou que provavelmente ou definitivamente não, 17% provavelmente ou definitivamente sim, 15% estavam em dúvida.

Vale ressaltar que os efeitos do fármaco no organismo ainda não foram completamente identificados, havendo entre os pesquisadores muitas controvérsias. Seus efeitos na memória seriam em áreas específicas, como, por exemplo, na memória de trabalho, que seria responsável pela evocação das informações que estão em uso no momento, permitindo processos cognitivos como compreensão e pensamento lógico (Freese, Signor, Machado, Ferigolo, & Barros, 2012). Nascimento e Bastos (2011) apontam que o fármaco em dose única seria capaz de melhorar a memória, mas não a atenção, o humor, a vigília, a motivação e as funções executivas. Batistela, Bueno, Vaz e Galduróz (2016) apontam que não houve diferença no desempenho de sujeitos submetidos a testes de atenção, memória operacional e episódica, recebendo doses diferentes de metilfenidato (10, 20 e 40 mg e placebo), tendo apenas um efeito na sensação subjetiva de bem-estar naqueles que receberam 40 mg. Vrecko (2013) afirma que o efeito do medicamento é mais emocional do que real, pois, afetando a capacidade de melhor conduzir o trabalho, aumentaria em contrapartida a sensação de estresse e tensão.

Farah, Haimm, Sankoorikal, e Chatterjee (2009) também citam um efeito negativo na criatividade, e Schaaf, Fallon, Huurne, Buitelaar e Cools (2013) alertam que pode haver uma grande variação de resposta, tanto interindividual quanto intraindividual, o que faz com os que os resultados sejam muito diferentes. Já Machado e Toma (2016), em uma revisão sistemática, apontam que o efeito do metilfenidato em estudantes foi subjetivo, não melhorando o processo de aprendizagem e memória, apenas melhorando a atenção na hora de estudar. Isso equivaleria, por exemplo, a ter um bom desempenho durante a fase dos estudos e

nenhuma melhora durante a realização das provas. No entanto, essa melhora sugestiva da atenção poderia levar a um aumento indiscriminado no consumo do medicamento. Urban e Gao (2014) também alertam que o uso indiscriminado antes dos 30 anos pode afetar a maturação do córtex pré-frontal, que é o local executivo da memória operacional, afetando o centro de controle de julgamentos, inibição de comportamentos e emoções.

Em estudos utilizando animais os resultados foram semelhantes: de acordo com Halleem, Inam e Halleem (2014), pequenas doses do medicamento podem melhorar a capacidade de retenção da memória, mas doses mais altas podem exacerbar sintomas de hiperatividade e impulsividade. Para Chu, Shumsky e Waterhouse (2016), a substância pode melhorar a performance em tarefas que exigem atenção contínua, mas testes de atenção flexível mostram que os efeitos são somente subjetivos.

Em resumo, os efeitos do metilfenidato em relação ao aprimoramento cognitivo ainda não são conclusivos. Ele pode, em geral, influenciar o desempenho como resultado de seu efeito estimulante, no entanto, as evidências não apoiam a conclusão de que ele possa promover um melhor desempenho cognitivo, principalmente se usado sem prescrição médica, em doses excessivas, ou de forma inadequada, como por administração nasal ou intravenosa.

Diante desse contexto, deve-se ter em mente que, segundo apontam as pesquisas, o uso inadequado de medicamentos constitui uma grande ameaça à saúde pública, pois eles ocupam a primeira posição dentre os agentes causadores de intoxicação no Brasil (Corrêa, Caminha, Souza & Alves, 2013). Isso acontece porque o brasileiro tem o hábito de guardar medicamentos em casa, o que contribui para a automedicação (Tourinho, Bucarechi, Stephan & Cordeiro, 2008). Esta ocorre com frequência entre os adolescentes, e esse uso pode decorrer da utilização de prescrições médicas antigas para a criança ou outro membro da família, bem como por influência da mídia (Pereira, Bucarechi, Stephan & Cordeiro, 2007).

O que foi exposto mostra o quanto é necessário aprofundar o entendimento deste fenômeno que é o aprimoramento cognitivo farmacológico, principalmente em relação a uma população vulnerável, como é o caso dos adolescentes. É importante o diálogo entre família, escola e alunos sobre o uso de todos os tipos de substâncias psicoativas (drogas lícitas e ilícitas, especialmente medicamentos).

Neste contexto, é imprescindível discutir a medicalização social que está hoje em evidência. Os medicamentos são vistos pela maioria, inclusive pelos adolescentes, como objetos de desejo e consumo, e uma mudança dessa percepção deve ser feita com a participação de todos os setores da sociedade. É importante pontuar que a escola tem a função

de educar também em relação a este tema. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN+) dão grande ênfase à saúde e os livros didáticos deveriam abordar conteúdos sobre o Uso Racional de Medicamentos, por exemplo (Corrêa, Caminha, Souza & Alves, 2013). Tendo em vista que o medicamento é uma droga e que o adolescente que a recusa é o que tem mais informações, é razoável supor que eles poderão recusar esses medicamentos se forem mais informados.

Considerando que a sociedade credita grande valor ao sucesso e bom desempenho pessoal, mas considerando também toda a complexidade do ensino médio brasileiro, que tem mostrado a cada ano sua ineficiência, é possível imaginar que os adolescentes têm se sentido, com frequência, fracassados e frustrados, e esses sentimentos podem levá-los a buscar alternativas para atingirem seus objetivos, como a aprovação no vestibular. Mas nem todas as alternativas são benéficas, como, por exemplo, o uso de aprimoradores cognitivos farmacológicos. Neste sentido, hipotetiza-se que os adolescentes, influenciados pelo discurso de que “vale tudo para alcançar o sucesso no vestibular”, podem estar vulneráveis a essa prática.

Por isso, se faz necessário analisar a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo entre estudantes do ensino médio que buscam a preparação para o vestibular e Enem, e que poderiam estar fazendo uso desta prática, para que se possa pensar, posteriormente, em melhores alternativas de prevenção.

5 JUSTIFICATIVA

5.1 A ESCOLHA DO TEMA

Diante dos dados anteriormente apresentados sobre a disseminação da medicalização e da medicamentação na sociedade atual, particularmente, a crescente busca pelos aprimoradores cognitivos farmacológicos, cujo uso entre universitários brasileiros varia de 0,9% (Cesar et al., 2012) a 60% (Mota & Pessanha, 2014), surgiu a inquietação de entender como esta temática está sendo vista pelos adolescentes e jovens, já que também foram localizados indicativos de uso entre estudantes de ensino médio (Carlini et al, 2010).

Com o intuito de melhor compreender o assunto, a pesquisadora realizou um estudo preliminar (Trigueiro & Leme, 2014) na cidade de Juazeiro do Norte (CE), com 99 alunos, sendo 66 alunos de uma escola pública e 33 alunos de uma escola privada. Foi utilizado um questionário respondido livremente pelos alunos, composto pelas seguintes perguntas: “Você pretende se submeter ao vestibular ou Enem?”; “Você está encontrando dificuldades para estudar para o vestibular?”; “O que você acha do uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos?”; “Se houvesse um medicamento que melhorasse o aproveitamento nos estudos, você usaria?”. Além dessas questões solicitou-se informações demográficas como idade e sexo.

Na escola pública a amostra possuía idade entre 15 e 21 anos, sendo 65,2% do sexo feminino e 34,8% do sexo masculino. Todos pretendiam se submeter ao vestibular ou Enem. Quando indagados se possuíam dificuldades em relação aos estudos preparatórios para o vestibular/ENEM, 40,9% relataram que tinham dificuldades, sendo elas: problemas em matérias específicas como português, matemática, física (sendo a última a mais citada por eles); pouco tempo para estudar; dificuldade de concentração; dificuldade para estudar sozinhos; pouca motivação; insegurança; preguiça; carência de materiais para estudo; quantidade elevada de assuntos para estudar; ausência de preparo por cursinho; problemas pessoais. Por outro lado, 59,1% dos alunos declararam não ter dificuldades e alguns relataram que a escola os preparava bem.

Ao serem questionados sobre o que achavam sobre o uso de medicamentos que podem melhorar o aproveitamento nos estudos, 50% consideram ser algo positivo, justificando que os mesmos facilitam os estudos; que podem melhorar o desempenho; e que aumentariam a atenção. Alguns afirmaram que esse tipo de medicamento deveria ser acessível a todos, e

outros justificaram que se não houvesse agressão ao organismo e se fosse prescrito pelo médico seria uma boa ideia usá-lo.

Entre os que consideram o uso de psicofármacos ruim, (37,8%) justificaram que o interesse, atenção e dedicação são os principais motivadores para os estudos; que a capacidade individual é o bastante; que estes podem acarretar prejuízo à saúde; que o melhor é estudar, já que fazer uso dessas medicações é realizar a automedicação. Um décimo da amostra (10,7%) teve dificuldade para definir se o uso do medicamento é algo bom ou ruim, e 1,5% afirmou que dependeria da prescrição médica. Quando questionados sobre um possível uso desses medicamentos, 54,5% dos alunos afirmaram que utilizariam os psicofármacos como potencializadores de sua aprendizagem.

Já na escola privada, 52% dos participantes eram do sexo feminino e 48% do sexo masculino, e a idade variou entre 16 e 20 anos. Quando questionados se pretendiam se submeter ao vestibular ou ENEM, todos os alunos responderam afirmativamente. Sobre as dificuldades nesta preparação, 73% afirmaram que têm dificuldade para estudar, sendo elas: pouco tempo para estudar; cansaço; excesso de conteúdo; pressão psicológica; ansiedade; estresse; insegurança; preguiça; sono.

Ao serem indagados sobre o que achavam do uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos, 30% afirmaram que o medicamento seria bom se não acarretasse prejuízos para a saúde, e, segundo esses alunos, o medicamento tiraria o sono, ajudaria a superar as dificuldades e melhoraria os estudos. Os outros 70% consideravam o uso de medicamento como algo ruim, e justificaram que eles podem ter efeitos colaterais e que seria melhor dormir, organizar o tempo de estudo e as matérias, respeitando os limites do organismo. Na última pergunta “Se houvesse um medicamento que melhorasse o aproveitamento nos estudos você usaria?”, 57,5% afirmaram que usariam.

Esses dados mostram que muitos dos jovens pesquisados, tanto das escolas públicas quanto das privadas, consideram positivo o uso de medicamentos para melhorar o desempenho nos estudos, e a maioria afirma que se entrasse em contato com eles fariam uso, o que torna importante continuar estudando este tema, ampliando o espectro da pesquisa para outras instituições e outras cidades.

5.2 A ESCOLHA DA POPULAÇÃO

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), os adolescentes e as crianças, devido às suas características de seres em desenvolvimento, precisam de apoio e proteção da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

Atualmente, devido às pressões por resultados imediatos, os pais, as escolas e a sociedade em geral têm colocado grande pressão sobre os adolescentes para que sejam bem-sucedidos no vestibular. Quando isso não acontece, esses jovens muitas vezes procuram cursinhos pré-vestibulares, a fim de se prepararem melhor. Entretanto, junto com a preparação vem, mais uma vez, uma grande pressão, o que pode levar os jovens a buscarem outros meios para alcançarem o sucesso, como os aprimoradores cognitivos farmacológicos, já que estudos apontam que jovens são propensos ao consumo de medicamentos (Bergmann et al., 2016; Inácio, Pereira, Fortes, Oliveira, & Pinto, 2011; Carlini et al, 2010).

Como citado anteriormente, as pesquisas brasileiras sobre esses fármacos estão crescendo nos últimos anos, mas com a população adolescente/estudantil ainda são escassas. Portanto, esta pesquisa é relevante para entender melhor o que esses jovens pensam sobre o tema, para que posteriormente possa ser usada como subsídio para a realização de ações preventivas.

A escolha por focalizar os alunos do último ano do ensino médio e de cursinhos pré-vestibulares se deu pela intenção de incluir aqueles que passaram por toda a educação básica ou estavam para finalizá-la. Decidiu-se estudar instituições de regiões e naturezas administrativas distintas com o intuito de abranger jovens com percursos e situações socioeconômicas diferentes, a fim de garantir que o conjunto de informantes fosse diversificado e, assim, reunir múltiplas realidades, possibilitando a apreensão de semelhanças e divergências entre os mesmos.

5.3 A ESCOLHA DO *LÓCUS*

Segundo Triandis, Bontempo, Leung e Hui (1990), falar o mesmo idioma e viver em uma mesma área geográfica durante o mesmo período histórico faz com que as pessoas compartilhem os mesmos constructos culturais, que incluem normas, regras, valores e formas particulares de categorizar as experiências. Esses constructos culturais afetam, entre outros aspectos da personalidade, o autoconceito e os relacionamentos interpessoais. As diferenças

culturais podem ser percebidas facilmente entre países diferentes, mas autores como Kashima et al. (2004), Martinez-Lozano, Sánchez-Medina e Goudena (2010) e Gouveia e Clemente (2000) afirmam que dentro de um mesmo país podem haver diferenças regionais, principalmente quando se trata da comparação entre cidades grandes, ou metrópoles, e cidades pequenas ou regionais. O nível de urbanização e globalização de uma cidade pode fazer com que as características de sua população sejam mais parecidas com as de pessoas vivendo em outra metrópole ao redor do mundo do que com as de uma cidade vizinha no mesmo estado e país.

Neste sentido, com o intuito de se ter um panorama mais diversificado da realidade brasileira, um país de dimensões continentais e características regionais marcantes, foram estudadas cidades com diferentes perfis sócio-econômico-político-demográficos. Foi feita a opção pelas seguintes cidades: Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE), e São Paulo (SP). A escolha dessas cidades se deu tanto por conveniência da pesquisadora, que tinha facilidade de nelas realizar a coleta de dados, quanto por se tratarem de cidades representativas da diversidade brasileira. As cidades serão caracterizadas a seguir, com informações do IBGE (www.ibge.gov.br).

Juazeiro do Norte começou sua história como município independente em 1911 e tem na figura do Padre Cícero Romão Batista um marco na construção da religiosidade, da cultura do seu povo e dos acontecimentos políticos. A história do município tem um importante marco em 1889, quando um milagre foi atribuído ao “Padim Ciço”. A partir daí católicos passaram a visitar o povoado em busca dos conselhos e da benção do religioso. O vilarejo foi crescendo com a abertura de ruas e a construção de casas no entorno da fé popular, e sob os conselhos do Padre Cícero de que haja “em cada casa um santuário e em cada quintal uma oficina”.

Os espaços sagrado e econômico se entrelaçaram, e o trabalho e a fé tornaram Juazeiro a terceira maior cidade do Ceará. Atualmente a população é estimada em 266.022 pessoas, mas nas cidades do entorno estima-se que haja cerca de 400.000. O Índice de Desenvolvimento Humano do município em 2010 foi de 0,694, e o PIB per capita é de 12.327,76 reais. A quantidade de matrículas no Ensino fundamental em 2015 foi de 37.602 alunos, no ensino médio 11.510, no ensino superior 8.710, e o IDEB do município em 2015 foi 4,9.

A segunda cidade estudada foi Fortaleza, a capital do Ceará. Esta iniciou sua história como distrito em 1761 e foi elevada à condição de município em 1823. Fortaleza participou

de movimentos cívicos da história do Brasil, antes e depois da Independência. Uma referência especial deve ser feita à atitude de bravos jangadeiros, chefiados por Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, que impediram o trânsito de escravos no porto da capital, tornando o Ceará o estado pioneiro da abolição da escravidão no Brasil, em 1884.

Atualmente Fortaleza possui população estimada de 2.591.188 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano em 2010 foi de 0,754, e o PIB per capita é de 19.494,40 reais. O número de matrículas no ensino fundamental em 2015 foi de 315.211 alunos, no ensino médio 101.376, no ensino superior 102.929. O IDEB do município em 2015 foi 4,4.

A terceira cidade foi São Paulo. Sua história começou quando os padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega subiram a Serra do Mar, nos idos de 1553, a fim de buscarem um local seguro para se instalarem e catequizarem os índios. Ao atingirem o planalto de Piratininga, encontraram o ponto ideal. Os religiosos construíram um colégio numa pequena colina, próxima aos rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde celebraram uma missa. Era o dia 25 de janeiro de 1554, data que marca o aniversário de São Paulo. Em 1815, a cidade se transformou em capital da Província de São Paulo, e doze anos depois ganhou sua primeira faculdade. A partir de então São Paulo se tornou um núcleo intelectual e político do país. A cidade se tornou um importante centro econômico com a expansão da cafeicultura no final do século XIX, e atualmente é o centro financeiro da América Latina.

Sua população residente é de 11.253.503 de pessoas, mas a população da região metropolitana pode passar de 32 milhões de pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano em 2010 foi de 0,805, e o PIB per capita é de 48.275,45 reais. O número de matrículas no ensino fundamental em 2015 foi de 1.379.203 alunos, no ensino médio 505.612, e no ensino superior 532.183. O IDEB do município em 2015 foi 6,1.

6 METODO

6.1 CARATERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida é de natureza exploratória quanto aos objetivos, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou para construir hipóteses ou premissas, através do aprimoramento de ideias ou da descoberta de intuições. A mesma também pode ser caracterizada como descritiva, pois visa identificar e descrever as variáveis que estão envolvidas na adesão a substâncias para melhorar o desempenho cognitivo (Gil, 2010).

Foi desenvolvida por meio de uma pesquisa de campo, que ocorreu em dois momentos distintos que serão denominados Estudo 1 e Estudo 2. O Estudo 1, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, teve como meta elaborar um panorama geral sobre o tema, sendo realizado com 534 sujeitos por meio da aplicação de questionário semiestruturado. A partir dos dados recolhidos foi realizado o Estudo 2, com abordagem qualitativa e utilizando-se do grupo focal, que buscou aprofundar o entendimento dessas questões.

A utilização dos diferentes métodos baseia-se na premissa de que não existe método superior ao outro, ou seja, todos apresentam vantagens e desvantagens, e a escolha deve estar condicionada à pergunta de pesquisa. Neste sentido, o estudo 1 visou caracterizar em uma amostra diversificada as concepções de jovens sobre o uso de medicamentos para o aprimoramento cognitivo, e o 2 visou compreender os motivos dessas concepções.

6.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A amostra do estudo foi composta de alunos do 3º ano do ensino médio e de cursinhos preparatórios para o vestibular de instituições públicas e privadas das cidades de Juazeiro do Norte, Fortaleza e São Paulo. Na primeira parte da pesquisa pretendia-se estudar 5 turmas em cada uma das três cidades (uma de 3º ano de escola privada, uma de 3º ano de escola pública³, uma de 3º ano de ensino médio integrado ao ensino profissionalizante⁴, uma de cursinho

³ As três escolas públicas pesquisadas eram de gestão estadual.

⁴ A escola profissionalizante da cidade de Fortaleza era de gestão federal, enquanto a de Juazeiro do Norte era de gestão estadual.

privado, uma de cursinho público⁵), totalizando 15 turmas. Por questões alheias à vontade da pesquisadora, na cidade de São Paulo foram estudadas somente duas instituições. Quando separadas as categorias, obteve-se a seguinte quantidade de respondentes:

Tabela 1- Distribuição da amostra por categorias

Tipo de instituição	Cidade			Total
	Juazeiro do Norte	Fortaleza	São Paulo	
Escola pública	28 (5,24%)	44 (8,23%)	26 (4,86%)	98 (18,35%)
Escola privada	32 (5,99%)	35 (6,55%)	-	67 (12,54%)
Escola profissionalizante	49 (9,17%)	11 (2,05%)	-	60 (11,23%)
Cursinho público	50 (9,36%)	106 (19,85%)	35 (6,55%)	191 (35,76%)
Cursinho privado	34 (6,36%)	84 (15,73%)	-	118 (22,09%)
Total	193 (36,14%)	280 (52,43%)	61 (11,42%)	534 (100%)

Fonte: do autor (2017).

Na segunda parte da pesquisa uma das turmas foi escolhida por conveniência da pesquisadora para participar dos grupos focais, a fim de aprofundar o entendimento do assunto. Os alunos escolhidos para essa fase pertenciam à escola profissionalizante da cidade de Juazeiro do Norte, e dos 49 alunos que participaram da primeira fase respondendo aos questionários, 15 se voluntariaram para participar dos grupos.

6.3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O primeiro passo da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico e na caracterização do estado da arte sobre os temas. Este foi realizada por meio dos sites Scielo, PubMed, Psicoinfo, Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da Universidade de São Paulo (USP), o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁵ As três instituições que estão sendo denominadas de cursinho público são na verdade cursinhos populares, pois os alunos pagam uma pequena taxa destinada à manutenção dos mesmos. Estes, no entanto, não têm fins lucrativos, sendo seus professores alunos de universidades públicas que lecionam voluntariamente; por isso, estão sendo chamados de públicos. O cursinho de São Paulo e o de Fortaleza funcionam nas dependências de universidades públicas e o de Juazeiro do Norte em uma escola pública.

(CAPES). Além dessas fontes, foram utilizados livros da biblioteca da USP e do acervo pessoal da autora. As palavras-chave utilizadas na busca foram escola, ensino médio, aprimoramento cognitivo farmacológico, medicalização, *pharmacological cognitive enhancement*, *medicalization*. Dos trabalhos encontrados foram selecionados os mais relevantes, e a partir do referencial foi possível iniciar a pesquisa de campo.

O segundo passo da pesquisa foi a criação de um questionário para coletar informações sobre a percepção dos jovens a respeito do uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo. O mesmo foi construído a partir das leituras e da elaboração do quadro teórico, e encontra-se no Apêndice A.

O terceiro passo da pesquisa foi a realização de um estudo piloto para verificar a adequação do instrumento aos objetivos do estudo e à população-alvo. Segundo Marconi e Lakatos (2011), o pré-teste tem a função de evidenciar possíveis falhas e de verificar se o questionário apresenta fidedignidade, validade e operatividade, bem como permitir uma estimativa sobre os futuros resultados. Foi solicitada a autorização da direção de um cursinho público da cidade de São Paulo para então realizar a coleta. Inicialmente foi explicada aos alunos, de forma sucinta, a natureza e a importância da pesquisa, e foi solicitada a colaboração dos mesmos. Com o objetivo de analisar a adequação do questionário, foi construído um instrumento de avaliação contendo questões a respeito da clareza das perguntas, da dificuldade em respondê-las, a sugestão de possíveis mudanças e um espaço para a inclusão de novas informações. Este instrumento encontra-se no Apêndice B.

O quarto passo foi a análise das respostas do questionário e da avaliação feita pelos alunos a respeito do mesmo durante o estudo piloto. A validação por meio do pré-teste mostrou que o questionário atendia aos objetivos propostos e por isso foi considerado adequado para a utilização junto à população geral. Como não houve mudança no questionário, os resultados do pré-teste também foram utilizados na análise.

O quinto passo consistiu na realização do exame de qualificação que ocorreu no dia 24-11-2014. No exame de qualificação não foram sugeridas mudanças no instrumento de coleta de dados, mas foi sugerida a inclusão de uma etapa qualitativa na pesquisa, o que foi acatado.

O sexto passo foi a submissão do projeto à apreciação do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O projeto foi aprovado em 08-06-2015 sob o CAAE 42211115.8.0000.5561.

O sétimo passo foi a aplicação do instrumento quantitativo referente ao Estudo 1 nas instituições selecionadas. A coleta dos dados ocorreu entre outubro de 2014 e dezembro de 2015.

O oitavo passo foi a realização dos grupos focais referente ao Estudo 2. Estes ocorreram na escola profissionalizante da cidade de Juazeiro do Norte durante o mês de novembro de 2015.

O nono passo foi a análise quantitativa e qualitativa dos dados e a escrita do relatório final aqui apresentado.

Considera-se que o estudo teve algumas limitações:

1. Os dados não são representativos do Brasil devido ao tamanho e características da amostra e por sua escolha não ter sido randomizada, mas eles são importantes para, juntamente com outros estudos, ajudar a construir um corpo teórico capaz de subsidiar políticas de prevenção ao uso abusivo de estimulantes cognitivos.
2. Por ser uma pesquisa em que os próprios participantes responderam aos questionários, isso pode ter se tornado um viés, pois alguns podem não ter entendido algum termo ou questão, podem não ter respondido honestamente, ou podem ainda ter tentado fornecer respostas socialmente aceitáveis para as questões mais sensíveis, como quanto ao uso ilegal de substâncias, o que pode ter levado a subestimação dos dados. No entanto, os resultados vão de encontro aos apresentados por outros estudos, o que indica a validade dos mesmos.
3. Por motivos alheios à vontade da pesquisadora, a coleta de dados foi realizada com uma diferença de 14 meses entre a primeira e a última instituição (outubro de 2014 e dezembro de 2015), e em diferentes momentos do ano letivo, com momentos de maior e menor estresse, por exemplo, o final do ano, o que pode ter influenciado a percepção de alguns estudantes, tanto sobre as funções da escola quanto sobre os aprimoradores cognitivos.

Para melhor compreensão, o percurso metodológico e os resultados serão apresentados em duas partes nos próximos capítulos. O capítulo sete aponta os dados do Estudo 1, referente à pesquisa quantitativa, e o capítulo oito apresenta os dados do Estudo 2, referente aos grupos focais.

7 O ESTUDO 1

7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor compreensão dos passos que foram dados na pesquisa, aqui serão novamente apresentados os objetivos deste trabalho:

Objetivo geral: caracterizar a percepção de alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, buscando identificar condições preditoras ao uso dessas substâncias.

São objetivos específicos:

- Identificar a percepção de alunos das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) sobre as funções do ensino médio e sobre a preparação dada pela escola para que possam cumprir essas funções, analisando possíveis discrepâncias.
- Identificar a percepção de alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados sobre as funções do ensino médio e sobre a preparação dada pela escola para que possam cumprir essas funções, analisando possíveis discrepâncias.
- Caracterizar a percepção dos alunos sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- Identificar se as variáveis demográficas estão associadas à percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo e seu potencial consumo.
- Identificar se os planos para o futuro estão associados à percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo e seu potencial consumo.
- Identificar se informações sobre medicamentos para aprimoramento cognitivo estão associadas à percepção sobre o seu uso e seu potencial consumo.
- Identificar quais aspectos estão relacionados à percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, apontando possíveis fatores relacionados à tendência ao uso dessas substâncias.
- Estabelecer as conclusões propiciadas pelos dados e propor possibilidades de intervenção.

A partir desses objetivos foram definidas as hipóteses de pesquisa, que são apresentadas na sequência:

- 1) Existe associação entre ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) e os planos para o futuro.
- 2) Existe associação entre ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados e os planos para o futuro.
- 3) Existe associação entre ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) e a percepção sobre as funções do ensino médio e como a escola os preparou para cumpri-las.
- 4) Existe associação entre ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados e a percepção sobre as funções do ensino médio e como a escola os preparou para cumpri-las.
- 5) Existe associação entre ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 6) Existe associação entre ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte- CE, Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 7) Existe associação entre ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) e conhecer usuários de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 8) Existe associação entre ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) e já ter ouvido falar sobre medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 9) Existe associação entre ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 10) Existe associação entre ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 11) Existe associação entre ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados e conhecer usuários de medicamentos para aprimoramento cognitivo.

- 12) Existe associação entre ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados e já ter ouvido falar sobre medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 13) Existe associação entre o sexo e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 14) Existe associação entre o sexo e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 15) Existe associação entre idade e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 16) Existe associação entre idade e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 17) Existe associação entre os planos para o futuro e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.
- 18) Existe associação entre a autoavaliação como aluno e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.

A fim de averiguar a veracidade das hipóteses foi desenvolvida a fase quantitativa e qualitativa da pesquisa, que ocorreu por meio de um estudo descritivo sobre a percepção de estudantes a respeito do aprimoramento cognitivo farmacológico. A coleta de dados utilizou-se de um instrumento composto de questões relativas a: a) características demográficas da amostra (sexo, idade); b) projetos para o ano seguinte à participação no estudo (ingressar em um curso superior, ingressar em um curso técnico, ingressar em um cursinho preparatório para o vestibular, trabalhar, ainda não sabe); c) avaliação da importância de a escola preparar para as finalidades do ensino médio preconizadas pela LDB (prosseguir nos estudos, preparar para o trabalho, aprimorar como pessoa humana, compreender fundamentos científico-tecnológicos), em escala de 4 pontos, variando entre nada importante e muito importante; d) percepção sobre o preparo escolar para essas finalidades preconizadas pela LDB; e) sua autoavaliação como estudante (bom, médio, ruim); f) sua opinião em relação a medicamentos que poderiam melhorar o aproveitamento nos estudos; g) informações anteriores sobre esse tipo de medicamentos; h) contato com usuários de medicamentos deste tipo; i) possibilidade de uso de um medicamento deste, caso existisse. O questionário pode ser visto na íntegra no Apêndice A.

Definidas as instituições que participariam dessa primeira fase foi feito o primeiro contato com cada uma delas, seja com coordenadores, diretores ou professores. Nesta ocasião

foi entregue uma carta de apresentação da pesquisa, onde foram explicados os objetivos. Nos casos de concordância, o representante da instituição assinava uma via da carta que era devolvida à pesquisadora.

Posteriormente foi feito o contato com os pais dos alunos. No caso dos alunos do ensino médio das escolas pública, privada e de ensino profissionalizante, os pais receberam uma carta descrevendo o estudo a ser realizado, os riscos e benefícios do mesmo, e informações para o envio à pesquisadora do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado no caso de concordância com a participação de seus filhos no estudo. Já em sala de aula, os alunos assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. No caso dos alunos de cursinho maiores de 18 anos foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A carta enviada aos pais, bem como os termos, se encontra nos Apêndices C, D, E, F e G. Ressalta-se que todos esses procedimentos respeitam os princípios éticos contidos na Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde de 12 de dezembro de 2012 tendo o projeto sido apreciado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e aprovado em 08-06-2015 sob o CAAE 42211115.8.0000.5561.

Fizeram parte do estudo os alunos presentes em sala de aula no dia da aplicação do questionário, que concordaram em participar e que trouxeram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais.

Em todas as instituições, a aplicação dos instrumentos foi realizada em sala e durante o horário de aula disponibilizado pelo estabelecimento. Foi solicitado aos professores que não permanecessem em sala para não constrangerem os alunos. No primeiro momento, a pesquisadora se apresentava e convidava os alunos a participarem do estudo respondendo ao questionário. Assegurou-se aos mesmos que sua participação na pesquisa deveria ser voluntária, e que além da garantia do anonimato, nenhuma pessoa da escola teria acesso às informações prestadas.

Em seguida eram fornecidas instruções de como responder a escala, pedindo-se que as respostas fossem dadas individualmente e que não deixassem nenhum item em branco. O tempo médio para responder os instrumentos foi de aproximadamente 10 minutos. Um segundo momento incluiu o esclarecimento de dúvidas a respeito do tema e a disseminação de informações importantes sobre os riscos do consumo desses medicamentos. Como esta foi uma sugestão dos participantes do estudo piloto, e também por se considerar ser esta função social da universidade, a pesquisadora elaborou um *folder* que foi distribuído entre os alunos (Apêndice H). Para evitar interferência de variáveis como diferenças entre aplicadores,

somente a pesquisadora aplicou os questionários e buscou em todos os locais seguir um procedimento padrão.

Os dados colhidos foram codificados e o banco de dados foi digitado no programa Microsoft Excel. Esse banco de dados foi validado para a análise da consistência interna. Ao serem detectadas inconsistências, elas foram localizadas e as correções foram devidamente realizadas. Em seguida, a planilha foi exportada para o programa de análise estatística Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). As variáveis foram analisadas por meio de dois tratamentos estatísticos: o primeiro descritivo, no qual o universo dos dados é apresentado, e o segundo analítico, feito com o cruzamento dos dados para caracterizar a população. Em virtude da natureza dos dados, o tratamento analítico para verificar a existência de associação entre a percepção sobre os medicamentos e as características dos alunos foi realizado com o teste não paramétrico Qui-quadrado, adotando-se um nível de significância de 5% para o intervalo de confiança de 95%.

Após a aplicação do instrumento foi feita a quantificação e a análise, buscando verificar as associações entre as variáveis. A primeira segmentação feita foi em relação ao tipo de instituição (escola pública, escola privada, escola profissionalizante, cursinho público, cursinho privado). A segunda segmentação foi em relação à cidade (Juazeiro do Norte, Fortaleza, São Paulo). A terceira, por tipo de dependência administrativa (instituições públicas, instituições privadas). A quarta, por tipo de formação (escolas, cursinhos). A quinta, por sexo (masculino, feminino). A sexta, por idade (menor que 18 anos, maior ou igual a 18 anos).

7.2 RESULTADOS

7.2.1 Percepção sobre a Escola

Participaram desta fase do estudo 534 alunos, sendo 205 homens (38,9%), 323 mulheres (61,1%), e 6 não identificaram. A idade variou entre 14 e 67 anos, com predominância entre 16 e 19 anos, e idade média foi de 18,43 anos.

Quando questionados sobre o que pretendiam fazer no ano seguinte à aplicação da pesquisa, os alunos indicaram desejo de ingressar em um curso superior (82,4%), trabalhar (46,3%), ingressar em um cursinho preparatório para o vestibular (19,5%), ingressar em um curso técnico (10,5%), ainda não sabia (3,6%).

Quando separados por cidade, os alunos de Juazeiro do Norte tiveram os seguintes percentuais de resposta: ingressar no ensino superior (88,0%), trabalhar (51,6%), cursinho pré-vestibular (12,0%), curso técnico (11,5%), ainda não sabe (2,6%). Os alunos de Fortaleza tiveram os seguintes percentuais: ensino superior (79,9%), trabalhar (41,9%), cursinho pré-vestibular (23,7%), curso técnico (10,8%), ainda não sabia (3,9%). E os alunos de São Paulo: ensino superior (80,0%), trabalhar (51,7%), cursinho pré-vestibular (25,0%), curso técnico (6,7%), ainda não sabia (5,0%). Verifica-se que nas três cidades, mesmo com proporções diferentes, as preferências seguiram a mesma ordem: curso superior, trabalhar, cursinho pré-vestibular, curso técnico, ainda não sabia. Esses dados podem ser mais bem visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Planos para o ano seguinte (dividido por cidade)

Fonte: do autor (2017).

Os resultados do Teste qui-quadrado apontaram, a um nível de significância de (5,0%) p-valor menor ou igual a 0,05, que há uma associação entre ser de Juazeiro do Norte e não ter pretensão de ingressar em um cursinho pré-vestibular ($X^2(2) = 11,105$, $p=0,004$), e uma tendência à associação entre ser de Juazeiro e desejar ingressar no ensino superior ($X^2(2) = 5,635$, $p = 0,060$). Também há uma tendência à associação entre ser de Fortaleza e não desejar ingressar no mundo do trabalho ($X^2(2) = 4,958$, $p=0,084$).

Quando separados por instituição, os que mais apontaram a opção curso superior foram os alunos do cursinho privado (89,8%), seguidos pela escola privada (85,1%), enquanto os alunos da escola pública foram os que menos apontaram esta opção (71,1%). Os que mais apontaram a opção curso técnico foram os alunos da escola pública (19,6%), a opção cursinho preparatório foi mais apontada pelos alunos do cursinho público (22,1%), trabalhar foi a maior opção entre os alunos da escola profissionalizante (66,1%), e ainda não saber o que fará também foi a maior opção na escola profissionalizante (6,8%). Esses dados podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Planos para o ano seguinte (dividido por instituição)

Fonte: do autor (2017).

As análises apresentaram uma associação entre estudar em instituições privadas e desejar ingressar em um curso superior ($X^2(1) = 5,501$, $p=0,019$), estudar em instituição

pública e não desejar ingressar em curso superior ($X^2(4) = 13,999$, $p=0,007$), bem como ser aluno de cursinhos e desejar ingressar em um curso superior ($X^2(1) = 6,331$, $p=0,012$).

Por outro lado, houve uma associação significativa entre ser aluno de escola pública e ter como planos para o ano seguinte ingressar em um curso técnico ($X^2(4) = 11,219$, $p=0,024$) e não em um curso superior ($X^2(4) = 13,999$, $p=0,007$). Há também uma associação entre desejar ingressar no mundo do trabalho e ser aluno de escola profissionalizante ($X^2(4) = 16,278$, $p=0,003$) ou de instituições públicas ($X^2(1) = 9,698$, $p=0,002$), e ser aluno de instituições privadas e não desejar ingressar no mundo do trabalho ($X^2(1) = 9,698$, $p=0,002$).

Escolher a opção ingressar em um curso técnico esteve associada ao sexo masculino ($X^2(1) = 4,975$, $p=0,026$), enquanto o sexo feminino esteve associado à opção ingressar em cursinho pré-vestibular ($X^2(1) = 4,139$, $p=0,042$). Foi encontrada uma tendência à associação entre estudar em instituição pública e não saber o que fazer no ano seguinte ($X^2(2) = 3,150$, $p=0,076$).

Quando questionados sobre a importância de a escola os preparar para alguns aspectos da vida, os preconizados pela LDB (Lei nº 9.394/1996) como sendo os objetivos do ensino médio, foram obtidos os seguintes percentuais de respostas:

Tabela 2- Distribuição de respostas sobre a importância de a escola preparar para as funções do ensino médio preconizadas pela LDB

	Nada importante	Pouco importante	Importante o suficiente	Muito importante
Prosseguir nos estudos	0,9%	1,1%	13,3%	84,6%
Preparar para o trabalho	1,1%	12,3%	45,9%	40,6%
Aprimorar como pessoa humana	0,6%	6,0%	31,2%	62,2%
Compreender fundamentos científico-tecnológicos	2,1%	10,8%	42,0%	45,1%

Fonte: do autor (2017).

Em virtude de um problema de distribuição de frequência causado pelo pequeno número de respondentes em algumas categorias, foi feita a opção de agrupar as respostas, resultando em uma categoria constituída por nada importante e pouco importante, e outra por importante o suficiente e muito importante, ficando assim com apenas duas categorias.

Observa-se que 97,9% dos alunos considera importante ou muito importante que a escola possa prepará-los para prosseguir nos estudos. Este foi o aspecto com maior percentual de atribuição de importância, sendo seguido por aprimorar como pessoa humana (93,4%), compreender fundamentos científico-tecnológicos (87,1%), e preparar para o trabalho (86,5%).

Os alunos da cidade de Fortaleza foram os que mais atribuíram importância a prosseguir nos estudos, com um percentual de 98,2%. Já os alunos de Juazeiro foram os que mais consideraram importante aprimorar como pessoa humana (95,3%), preparar para o trabalho (93,7%) e compreender os fundamentos científico-tecnológicos (92,6%). Os alunos da cidade de São Paulo foram os que menos atribuíram importância a prosseguir nos estudos (96,7%), a preparar para o trabalho (78,0%) e a compreender os fundamentos científico-tecnológicos (71,7%), enquanto os de Fortaleza foram os que menos atribuíram importância a aprimorar como pessoa humana (92,1%).

Os dados mostram que os alunos de Juazeiro do Norte foram os que mais atribuíram importância a prosseguir nos estudos, e os resultados do Teste qui-quadrado apontam, a um nível de significância de (5,0%) p-valor menor ou igual a 0,05, uma associação entre ser de Juazeiro e considerar importante a escola preparar para o trabalho ($X^2(2) = 14,311$, $p=0,001$), assim como para compreender os fundamentos científico-tecnológicos ($X^2(2) = 17,851$, $p=0,000$).

Em relação ao sexo, foi encontrada uma tendência à associação entre ser do sexo masculino e considerar pouco importante a escola preparar para o trabalho ($X^2(1) = 16,086$, $p=0,000$) e também pouco importante preparar para prosseguir nos estudos ($X^2(2) = 3,045$, $p=0,081$). Ser do sexo feminino está associado significativamente a considerar muito importante a escola preparar para o trabalho ($X^2(1) = 16,086$, $p=0,000$), opção que também está associada a ter menos de 18 anos ($X^2(1) = 4,461$, $p=0,035$).

Quando os dados são analisados segundo o tipo de instituição, verifica-se que os alunos da escola profissionalizante foram os que mais apontaram a importância de a escola os preparar para prosseguirem nos estudos (100,0%), para compreenderem os fundamentos científico-tecnológicos (98,3%) e para o trabalho (95,0%), enquanto os do cursinho público

deram mais importância ao aprimoramento como pessoa humana (94,3%). Os alunos da escola pública atribuíram menor importância a prosseguir nos estudos (96,9%) e a compreender os fundamentos científico-tecnológicos (82,7%), enquanto os do cursinho público deram menos importância ao preparo para o trabalho (81,6%) e os do cursinho privado ao aprimoramento como pessoa humana pela escola (89,0%).

Foi possível observar uma tendência à associação entre estudar em escola profissionalizante e considerar importante que a escola prepare para o trabalho ($X^2(2) = 8,231$, $p=0,083$) e para compreender os fundamentos científico tecnológicos ($X^2(4) = 9,661$, $p=0,047$). Também houve uma associação entre ser aluno de instituições públicas e considerar importante aprimorar como pessoa humana ($X^2(2) = 8,261$, $p=0,004$), aspecto que também mostra uma tendência à associação com frequentar cursinho público ($X^2(4) = 8,515$, $p=0,074$).

Quando os alunos foram questionados sobre o quanto a escola os preparou para estes aspectos, foram encontradas as seguintes proporções, apresentadas na Tabela 3:

Tabela 3- Distribuição de respostas sobre como a escola preparou para as funções do ensino médio preconizadas pela LDB

	Não preparou nada	Preparou pouco	Preparou o suficiente	Preparou muito
Proseguir nos estudos	2,1%	16,2%	41,4%	40,3%
Preparar para o trabalho	11,5%	35,9%	35,0%	17,6%
Aprimorar como pessoa humana	3,6%	21,5%	41,0%	33,9%
Compreender fundamentos científico-tecnológicos	10,7%	25,5%	41,1%	22,7%

Fonte: do autor (2017).

Nesta categoria também foram agrupadas as respostas não preparou nada e preparou pouco e preparou o suficiente e preparou muito, ficando apenas duas categorias.

Essas respostas mostram que, para a maioria dos alunos, a escola não os preparou completamente para estes aspectos. O aspecto que os alunos se sentiram pouco ou nada

preparados foi para o trabalho (47,4%), seguido de compreender os fundamentos científico-tecnológicos (36,2%), aprimorar como pessoa humana (25,1%), prosseguir nos estudos (18,3%).

Quando os dados foram analisados por cidade, verificou-se que os alunos de São Paulo foram os que mais se sentiram despreparados para todos os aspectos; em primeiro lugar para o trabalho (75,4%), seguido de compreender os fundamentos científico-tecnológicos (61,7%), prosseguir nos estudos (41%), aprimorar como pessoa humana (38,3%). Em contrapartida, os de Juazeiro do Norte foram os que mais se sentiram preparados para esses mesmos aspectos, em primeiro lugar para o trabalho (70%), seguido de compreender os fundamentos científico-tecnológicos (79,1%), aprimorar como pessoa humana (83,1%), prosseguir nos estudos (91,1%).

Utilizando o Teste qui-quadrado a um nível de significância de (5,0%) p-valor menor ou igual a 0,05, foi encontrada uma tendência à associação entre ser de São Paulo e se sentir despreparado para prosseguir nos estudos ($X^2(2) = 32,698$, $p=0,000$). Em contrapartida, foi encontrada uma associação significativa entre ser de Juazeiro do Norte e se sentir preparado para o trabalho ($X^2(2) = 46,061$, $p=0,000$), para prosseguir nos estudos ($X^2(2) = 32,698$, $p=0,000$), para compreender os fundamentos científico-metodológicos ($X^2(2) = 38,699$, $p=0,000$) e como pessoa humana ($X^2(2) = 13,431$, $p=0,001$).

Quando os dados foram analisados segundo o sexo, verificou-se que as mulheres informaram se sentirem mais preparadas para o trabalho ($X^2(1) = 6,217$, $p=0,013$) e como pessoa humana ($X^2(1) = 4,179$, $p=0,041$). Também foi verificado que a idade inferior a 18 anos está associada a se sentir mais bem preparado para todos os aspectos (para o trabalho ($X^2(1) = 9,066$, $p=0,003$), para prosseguir nos estudos ($X^2(1) = 11,551$, $p=0,001$), para compreender os fundamentos científico tecnológicos ($X^2(1) = 11,123$, $p=0,001$) e como pessoa humana ($X^2(1) = 14,278$, $p=0,000$)).

Ao analisar os dados por instituição, verificou-se que os que informaram se sentirem mais despreparados para prosseguir nos estudos foram os alunos do cursinho público (28,7%), enquanto os de cursinho privado informaram se sentir despreparados para o trabalho (62,7%), e também como pessoa humana (34,7%). Os do cursinho público (47%) revelaram sentir despreparo para compreender os fundamentos científico-tecnológicos. Já os alunos da escola profissionalizante foram os que revelaram se sentir mais preparados para todos os aspectos, pois os que consideraram que a escola os preparou pouco ou nada para o trabalho foram

apenas 5%, assim como para prosseguir nos estudos 5%, compreender os fundamentos científico-tecnológicos 6,7%, e aprimorar como pessoa humana 6,7%.

Foi verificada uma associação entre ser aluno de escola profissionalizante e se sentir preparado para prosseguir nos estudos ($X^2(4) = 29,339$, $p=0,000$), para compreender os fundamentos científico tecnológicos ($X^2(4) = 49,932$, $p=0,000$), para o trabalho ($X^2(4) = 59,405$, $p=0,000$) e como pessoa humana ($X^2(4) = 20,833$, $p=0,000$).

Analisando os dados por tipo de instituição, escola ou cursinho, verificou-se associação entre frequentar escola e se sentir mais preparado para o trabalho ($X^2(1) = 29,511$, $p=0,000$) e como pessoa humana ($X^2(1) = 15,060$, $p=0,000$). Por outro lado, observou-se maior tendência dos alunos de cursinho de manifestarem se sentir mais despreparados para prosseguir nos estudos ($X^2(1) = 25,233$, $p=0,000$) e para compreender os fundamentos científico-tecnológicos ($X^2(1) = 33,202$, $p=0,000$). Os alunos das instituições públicas foram os que informaram se sentir mais bem preparados para o trabalho ($X^2(1) = 11,681$, $p=0,001$) e como pessoa humana ($X^2(1) = 4,215$, $p=0,040$).

Sobre a autoavaliação como alunos, verificou-se que 2,7% se avaliaram como maus alunos, 59,5% como alunos médios e 37,7% como bons alunos. Os alunos das escolas de São Paulo foram os que mais se avaliaram como maus alunos (6,8%), enquanto os de Fortaleza se avaliaram mais como alunos médios (64,1%) e os de Juazeiro como bons alunos (46,5%). A maioria dos alunos da escola privada se avaliou como alunos ruins (4,5%) ou medianos (71,6%), e os da escola profissionalizante como alunos bons (51,7%). Percebeu-se que se considerar bom aluno esteve associado significativamente com ser aluno de escola profissionalizante ($X^2(4) = 10,695$, $p=0,030$), ser da cidade de Juazeiro do Norte ($X^2(2) = 9,567$, $p=0,008$) e ser do sexo feminino ($X^2(2) = 6,751$, $p=0,009$).

Em resumo, pode-se apontar que o principal plano dos alunos para o futuro é ingressar no ensino superior, sendo este o principal aspecto para o qual eles esperam que a escola os prepare. Também foi este o aspecto para o qual eles percebem que foram mais bem preparados. Por outro lado, um quinto dos alunos planeja trabalhar, mas eles não consideram que seja muito importante que a escola os prepare para isso, e em contrapartida também percebem que a escola não os preparou o suficiente para esse aspecto.

Quando analisadas as cidades, se verifica essa mesma tendência nas três cidades mesmo com proporções diferentes, pois as preferências seguiram a seguinte ordem: curso superior, trabalhar, cursinho pré-vestibular, curso técnico, ainda não sabe. No entanto, os alunos de Juazeiro foram os que mais manifestaram desejo de ingressar no ensino superior, e

não tinham pretensão de ingressar em um cursinho pré-vestibular. Consoante a esses dados, os alunos desta cidade foram os que mais se sentiram preparados para todos os aspectos apresentados como sendo funções da escola. Ao contrário dos alunos de São Paulo, que foram os que mais se sentiram despreparados para todos os aspectos, sendo em primeiro lugar para o trabalho, seguido por compreender os fundamentos científico-tecnológicos, prosseguir nos estudos, aprimorar como pessoa humana.

Quando analisadas as instituições, verificou-se uma associação entre ser aluno de instituições privadas, escolas ou cursinhos, e desejar ingressar no ensino superior e considerar esta a principal função da escola. Também foi verificada uma associação entre ser aluno de instituições públicas e valorizar mais o trabalho do que o ensino superior, sendo que o interesse pelo mundo do trabalho foi apresentado principalmente pelos alunos das escolas profissionalizantes, que tanto consideraram importante que a escola os prepare para ele, como também se consideraram preparados para tal. Os alunos que informaram se sentirem mais despreparados ao final do ensino médio para os aspectos de formação a ele atribuídos foram os alunos dos cursinhos público e privado. Já os alunos da escola profissionalizante foram os que revelaram se sentirem mais preparados para esses mesmos aspectos.

7.2.2 Percepção sobre os Medicamentos para Aprimoramento Cognitivo

Na segunda parte do questionário, a concepção dos alunos sobre o poder de medicamentos melhorarem o aproveitamento nos estudos foi averiguada por meio de uma questão aberta que visava verificar concepções espontâneas sobre o tema. As respostas a essa pergunta foram agrupadas em quatro categorias, a saber: percepções positivas, percepções negativas, percepções críticas e respostas indiferentes ou ausência de resposta. A definição dessas categorias foi realizada de acordo com as orientações da Análise de conteúdo recomendada por Bardin (2011).

Mais da metade (55,2%) das respostas qualificaram o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo como algo positivo e que poderia ser usado por quem tem dificuldades para estudar, por quem trabalha e por quem tem que ser aprovado no vestibular. Esses alunos afirmaram que os medicamentos poderiam tirar o sono e aumentar a concentração, e por isso ajudariam a superar as dificuldades. Estes jovens mantêm a crença de

que o medicamento facilitaria os estudos, e assim melhoraria o desempenho escolar. Na resposta⁶ de alguns destes alunos essa percepção positiva pode ser observada:

Acho ótimo e faço uso de um medicamento que possibilita mais atenção nas aulas, e na absorção dos conteúdos passados na escola, pois muitas vezes tenho dificuldade de aprendizagem e concentração. (Feminino, 17) (SIC⁷) (Cursinho público, São Paulo).

Acho bacana, principalmente no ingresso a faculdade já que a carga de estudo é muito maior, eu tomaria e acho interessante já que a educação pública melhorou mas ainda não é o suficiente para a realidade que vivemos. (Masculino, 20) (SIC) (Cursinho público, Juazeiro do Norte).

Algo muito positivo. O mundo capitalista induz a competitividade. Além de melhorar o aproveitamento para quem estuda apenas, proporciona chances às pessoas que além de estudar trabalham. (Masculino, 18) (SIC) (Cursinho privado, Juazeiro do Norte).

Adoraria, pois hoje me esforço bastante nos meus estudos levando uma vida ‘dupla’ entre o trabalho e os estudos, seria maravilhoso algo que me pudesse ajudar. (Feminino, 19) (SIC) (Cursinho privado, Fortaleza).

Seria uma boa poder usar medicamentos para poder estudar melhor assim como atletas usam substâncias para treinar o físico. (Masculino, 20) (SIC) (Cursinho privado, Fortaleza).

Ainda não ouvi falar sobre tais medicamentos, no entanto, se os mesmos não causarem NENHUM tipo efeito colateral, nem sequelas e, que, tivessem apenas pontos positivos, não vejo problema em um medicamento que estimule os estudos. Além disso que fosse algo voluntário. (Feminino, 17) (SIC) (Escola pública, Fortaleza).

O uso de medicamentos que melhorem o aproveitamento nos estudos me seria muito útil, pois como pretendo ingressar em uma faculdade e isso me exigiria um bom desempenho. Acho que o uso de qualquer produto que facilite a absorção de informações é bem vindo, principalmente com estudantes de ensino médio. (Feminino, 17) (SIC) (Escola profissional, Fortaleza).

Por outro lado, quase um terço (23,6%) associou o uso a algo negativo ou desnecessário, e que a dedicação do aluno seria mais eficaz. Também foram apontados por esses alunos a importância do apoio da família e da escola, como pode ser observado nas respostas a seguir:

Não acho necessário, o estudo é algo de ‘força de vontade’, quem realmente se empenhar não vai precisar de medicamentos. (Feminino, 17) (SIC) (Cursinho público, São Paulo).

Acredito que não seja necessário o uso de tais medicamentos. A escola deve ser mais presente. É preciso uma boa interação para com os alunos, dando, assim, maior incentivo aos alunos. (Masculino, 16) (SIC) (Escola pública, Fortaleza).

Acredito que existem limites do próprio aluno que devem ser respeitados, o esforço e dedicação são essenciais, mas a cobrança social e familiar pressiona o aluno a ponto deste procurar métodos que lhe tornem mais ativo e quando esses métodos (medicamentos) prejudicam a saúde do aluno eu não considero adequado e bom. (Feminino, 17) (SIC) (Cursinho público, Fortaleza).

⁶ Como estes exemplos citados foram retirados das escritas dos jovens, foram feitas leves correções ortográficas, mas o desenvolvimento e o significado das respostas foram preservados. Tais ajustes auxiliam a não perder o foco do trabalho, que se encontra no significado e na dinâmica das respostas, e não no domínio da linguagem escrita dos participantes.

⁷ SIC - Segundo Informação Colhida.

Devido tantos medicamentos usados hoje em dia o aumento de químicos usados nesses tipos de medicamentos do aumento as doenças cardiovasculares e cânceres só aumenta então não acho legal. (Masculino, 19) (SIC) (Escola pública, Juazeiro do Norte).

Acredito que medicamentos não seriam eficazes; melhor seria uma distribuição da carga horária de estudos; incentivo aos alunos viverem de forma mais saudável (melhorar a alimentação e dormir melhor); etc. (Masculino, 18) (SIC) (Escola profissional, Fortaleza).

Por outro lado, na presente pesquisa, 3,6% dos alunos condenaram o uso desenfreado de medicamentos, embasados em uma percepção crítica. Essa categoria foi criada para incluir as respostas dos alunos que, além de manifestarem uma percepção negativa sobre o uso de aprimoradores farmacológicos, incluíram em suas respostas reflexões sobre a medicalização social e educacional.

Eu não concordo. Pois é isso que as indústrias farmacêuticas querem, pois este mercado ganha bilhões com medicamentos, na minha opinião, para um bom aproveitamento nos estudos é preciso que encontremos dentro de si força de vontade e criar um cronograma de estudos acompanhados de hábitos saudáveis, como uma boa alimentação e atividades físicas. (Feminino, 16) (SIC) (Escola privada, Fortaleza).

Acho que o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento do estudo é um erro, pois medicamentos são p/ doenças, medicamentos mexem com o corpo e a mente e até os dias de hoje a maioria dos alunos não precisam de medicamentos a não ser que precisem mesmo. Não somos máquina, somos seres humanos. (Feminino, 17) (SIC) (Escola pública, São Paulo).

Acredito que o uso de medicamentos, de qualquer tipo, só deveria ser utilizado quando necessário. Há uma cultura de automedicação, principalmente entre vestibulandos, que no lugar de trazer benefícios, gera prejuízos a sua saúde a longo prazo. (Feminino, 21) (SIC) (Cursinho privado, Juazeiro do Norte).

Por fim, quase um quinto (17,6%) das respostas foram classificadas como indiferentes ou não foram respondidas, como a resposta abaixo:

Acho que pode ser benéfico e, também, prejudicial, pois pode melhorar o meu aproveitamento nos estudos no início, porventura, posso, no decorrer do tempo, tornar-me uma dependente destes medicamentos, pois, mesmo sendo para uma boa causa, são drogas como qualquer outra. Portanto, a minha postura diante desta questão é dúbia e instável. (Feminino, 17) (SIC) (Escola privada, Fortaleza).

Analisando os dados por cidade, verificou-se que os alunos de São Paulo foram os que mais apontaram uma percepção negativa (27,9%), enquanto os de Fortaleza foram os que mais apontaram uma percepção positiva (56,1%), neutra (18,9%) e crítica (5,0%). Os alunos de escola privada foram os que mais apontaram uma percepção positiva (68,7%), seguidos pelos alunos de cursinho privado (57,6%), enquanto os alunos de cursinho público foram os que mais apontaram percepção negativa (28,8%), os de curso profissionalizante apontaram mais uma percepção neutra (23,3%), e os de escola pública que manifestaram mais uma percepção crítica (5,1%).

Buscando a existência de relação entre a percepção sobre o uso dos medicamentos e o sexo, não foi verificada diferença entre a percepção dos homens e das mulheres. Em relação à

idade, foi verificado que os alunos com menos de 18 anos foram os que mais tiveram uma percepção positiva, encontrando-se uma tendência à associação entre as duas variáveis ($X^2(3) = 5,287$, $p=0,152$).

Quando questionados se já tinham ouvido falar destes medicamentos, a grande maioria (70,6%) afirmou que não, e uma proporção maior ainda (87,1%) afirmou que não conhecia qualquer usuário deste tipo de medicamento. No entanto, mais da metade (65,3%) informou que usaria.

Os alunos que mais tinham ouvido falar dos medicamentos foram os da cidade de São Paulo (37,7%), de escolas privadas (38,8%), e de cursinhos privados (36,4%). Por outro lado, os que menos tinham ouvido falar foram os alunos de Fortaleza (23,9%) e de escolas públicas (22,4%). Os que mais conheciam alguém que usava foram também os alunos da cidade de São Paulo (21,3%), de cursinhos privados (19,5%) e de escolas privadas (16,4%). Os alunos que revelaram menor conhecimento foram também os de Fortaleza (10,4%) e também os da escola pública (8,2%). Por fim, os que mais afirmaram que usariam um medicamento deste tipo foram os alunos de Fortaleza (67,9%), e os de cursinhos privados (69,5%). Os que menos usariam foram os de São Paulo (57,4%) e os de escola pública (59,8%). Esses dados podem ser visualizados nos gráficos a seguir.

Gráfico 3: Já ouviu falar dos medicamentos (dividido por cidade)

Fonte: do autor (2017).

Gráfico 4: Conhece alguém que usa (dividido por cidade)

Fonte: do autor (2017).

Gráfico 5: Usaria os medicamentos (dividido por cidade)

Fonte: do autor (2017).

Gráfico 6: Já ouviu falar dos medicamentos (dividido por instituição)

Fonte: do autor (2017).

Gráfico 7: Conhece alguém que usa (dividido por instituição)

Fonte: do autor (2017).

Gráfico 8: Usaria os medicamentos (dividido por instituição)

Fonte: do autor (2017).

A partir da análise estatística foi verificada associação entre ser do sexo feminino e conhecer alguém que usa os medicamentos ($X^2(4) = 4,259$, $p=0,039$), mas não foi verificada diferença entre ser do sexo masculino ou feminino e usá-los. Foi verificada associação entre ser aluno de escolas privadas ou de cursinhos privados e já ter ouvido falar dos medicamentos ($X^2(1) = 8,504$, $p=0,004$), e ser aluno de instituição pública e não ter ouvido falar deles ($X^2(4) = 9,279$, $p=0,054$). Foi verificada ainda uma tendência à associação entre frequentar instituições privadas e conhecer algum usuário ($X^2(4) = 7,492$, $p=0,006$). Foi encontrada tendência à associação entre ser da cidade de São Paulo e conhecer alguém que usa o medicamento ($X^2(2) = 5,648$, $p=0,059$). Por outro lado, foi encontrada associação entre ser da cidade de Fortaleza e não ter ouvido falar deste tipo de medicamento ($X^2(2) = 8,692$, $p=0,013$).

Como esperado, os alunos que tiveram uma percepção positiva foram os que mais afirmaram que usariam (88%), e os que tiveram uma percepção negativa os que mais afirmaram que não usariam (80,2%). No entanto, foi observada incoerência nas respostas de alguns alunos que afirmaram considerar que os medicamentos são ruins, mas ainda assim afirmaram que usariam (19,8%).

Também foram feitas outras análises, não encontrando associação entre o tipo de instituição, a cidade e a percepção sobre os medicamentos. Também não foi verificada relação entre ouvir falar dos medicamentos e sexo ou idade, assim como conhecer usuário e idade. Não se verificou também associação entre admitir a possibilidade de usar os medicamentos e tipo de instituição, cidade, sexo ou idade. E finalmente, não foi encontrada associação entre admitir a possibilidade de uso do medicamento e os planos para o ano seguinte, a percepção sobre o preparo dado pela escola, nem a autoavaliação como aluno.

Em resumo, esses dados evidenciaram uma contradição nas informações prestadas pelos alunos, pois 70,6% deles informaram nunca ter ouvido falar neste tipo de medicamentos, assim como 87,1% assinalaram não conhecer usuários, mas mais da metade (55,2%) avaliou positivamente o uso e um contingente maior ainda (65,3%) afirmou que usaria. Esses dados evidenciam o poder da ausência de informação sobre este tipo de medicamento, visto que, por exemplo, os alunos de Fortaleza foram os que tinham menos informações, mas foram os que mais manifestaram uma percepção positiva e maior disposição em usar. Em contrapartida, os alunos de São Paulo foram os que mais informaram ter ouvido falar, que mais conheciam usuários, mas foram também os que menos usariam e os que manifestaram uma percepção mais negativa. Em relação ao tipo de instituição de onde se

originam, os alunos das instituições privadas foram os que mais demonstraram conhecimento sobre o medicamento e seus usuários, mas a disposição em usar não esteve associada a nenhuma instituição específica.

A seguir é apresentado um quadro onde são especificadas novamente as hipóteses do trabalho e quais foram confirmadas ou rejeitadas.

Quadro 2- Soluções para as hipóteses

Hipótese	Resultado
1. Existe associação entre <i>ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte- CE, Fortaleza (CE) e São Paulo (SP)</i> e os planos para o futuro.	Aceita
2. Existe associação entre <i>ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados</i> e os planos para o futuro.	Aceita
3. Existe associação entre <i>ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP)</i> e a percepção sobre as funções do ensino médio e como a escola os preparou para cumpri-las.	Aceita
4. Existe associação entre <i>ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados</i> e a percepção sobre as funções do ensino médio e como a escola os preparou para cumpri-las.	Aceita
5. Existe associação entre <i>ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP)</i> e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
6. Existe associação entre <i>ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP)</i> e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
7. Existe associação entre <i>ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP)</i> e conhecer usuários de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Aceita
8. Existe associação entre <i>ser oriundo das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP)</i> e já ter ouvido falar sobre medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Aceita
9. Existe associação entre <i>ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados</i> e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
10. Existe associação entre <i>ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados</i> e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
11. Existe associação entre <i>ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados</i> e conhecer usuários de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Aceita

12. Existe associação entre <i>ser aluno de escolas públicas, privadas, profissionalizantes, de cursinhos públicos e privados</i> e já ter ouvido falar sobre medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Aceita
13. Existe associação entre o <i>sexo</i> e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
14. Existe associação entre o <i>sexo</i> e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
15. Existe associação entre <i>idade</i> e a percepção sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Aceita
16. Existe associação entre <i>idade</i> e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
17. Existe associação entre os <i>planos para o futuro</i> e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada
18. Existe associação entre <i>a autoavaliação como aluno</i> e o potencial consumo de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	Rejeitada

Fonte: do autor (2017).

Com o intuito de aprofundar o entendimento de questões tão complexas, e de acordo com a sugestão da banca de qualificação, foi realizada uma segunda fase na pesquisa que será apresentada a seguir.

8 O ESTUDO 2

8.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta fase da pesquisa consistiu na realização de dois grupos focais com a participação de 13 alunos da escola profissionalizante da cidade de Juazeiro do Norte. A instituição foi escolhida por conveniência da pesquisadora.

Para conseguir uma visão mais abrangente sobre a temática fez-se a opção pelos grupos focais, pois estes possibilitam investigar em profundidade o que os sujeitos pensam a respeito de um assunto. A utilização dos grupos em sequência aos questionários possibilitou o confronto de opiniões, permitindo entender com maior clareza o que os jovens pensam sobre este tema específico, mas a generalização dos seus resultados precisa ser feita com cuidado, pois esses podem se referir apenas ao caso desta amostra e não à população em geral.

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico específico sugerido pelo pesquisador. É um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos. Segundo Gondim (2003), a unidade de análise do grupo focal é o próprio grupo, pois quando uma opinião é manifestada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo, consistindo no que Brigagão, Nascimento, Tavanti, Piani, e Figueiredo (2010) chamam de coprodução de sentidos.

O tamanho do grupo recomendado é entre quatro e dez participantes, pois assim é possível a participação efetiva de todos e a discussão adequada dos temas, e também não dificulta o processo de mediação. Quanto ao número total de grupos, o critério deve ser a saturação das alternativas de respostas, o que neste caso foi conseguido com os dois grupos realizados. O papel do moderador deve ser o de facilitador da discussão, buscando abordar a máxima variedade de tópicos relevantes sobre o assunto e promover uma reflexão produtiva. Para tanto, precisa limitar suas intervenções e permitir que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões e para facilitar o processo em curso (Gondim, 2003).

A análise dos grupos começa ainda durante a coleta, quando se busca dar sentido ao complexo dos dados. A primeira organização é produzida a partir da leitura exaustiva dos registros e deve buscar o levantamento das temáticas mais frequentes. A codificação pode se dar com base em categorias previamente elaboradas ou de modo indutivo, a partir das

respostas produzidas no grupo. Estas respostas são organizadas em núcleos temáticos, que dão suporte a linhas de argumentação e revelam de que modo os participantes se posicionam diante do tema.

No entanto, é preciso ressaltar que quando o objeto de investigação são as pessoas e suas interações sociais, é difícil tomar um distanciamento que permita exercer uma observação desvinculada dos valores e do lugar que o pesquisador ocupa no mundo. “Sua formação acadêmica, experiência de vida e opções teóricas irão influenciar o modo como os eventos serão interpretados” (Gondim, 2003, p. 159). Segundo a autora, isso se refere não ao observado na fala das pessoas, mas ao salto interpretativo que permite inferir razões e motivos que possam dar sentido ao que a pessoa diz, e que é construído socialmente, na relação dialética da pessoa com a cultura. Sendo assim, diferentes pesquisadores podem interpretar distintamente os mesmos resultados.

Os dados foram analisados por meio da mediação dos aspectos teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural, em um exercício de análise a partir do materialismo histórico-dialético, procurando chegar à compreensão da realidade estudada em suas características e peculiaridades, apreender seu movimento e compreender sua essência. A noção de historicidade intrínseca ao materialismo histórico-dialético compreende o objeto de conhecimento nas relações históricas, sociais e culturais em que está inserido e se desenvolve. Nessa perspectiva, o homem é concebido como ser eminentemente histórico e social, que age sobre a natureza e se relaciona com outras pessoas a partir de suas necessidades e com base nas finalidades a que se propõe (Leal, 2010).

A realização dos grupos focais consistiu no oitavo passo da pesquisa. Como já citado, eles foram realizados na escola profissionalizante da cidade de Juazeiro do Norte participante do estudo 1. A escola pesquisada é gerida pelo estado do Ceará, foi inaugurada em 2013 e é considerada de referência pela sua estrutura. Possui 12 salas de aula, 06 laboratórios, biblioteca, ginásio coberto, auditório, teatro de arena, refeitório, ampla área de convivência, além dos espaços administrativos. Estava em funcionamento há apenas 3 anos no momento em que se realizou a pesquisa, e as turmas participantes foram as primeiras a ingressar na instituição.

Após o contato com a direção da escola e autorização para realização da pesquisa, foi feito o primeiro contato com as turmas através da aplicação do questionário. Nesta instituição há 4 turmas de 3º ano do ensino médio, e foram indicadas 2 turmas para participar. Em cada uma delas a estratégia metodológica foi a mesma apresentada anteriormente. Quando todos

terminaram de responder, iniciou-se uma breve conversa sobre o tema, permitindo que os alunos esclarecessem dúvidas, que a pesquisadora fornecesse algumas orientações e entregasse o *folder* que se encontra no Apêndice H. Neste momento foi feito o convite aos alunos que desejassem participar de grupos de discussão sobre o tema. Entre os 49 alunos das duas turmas, 15 se voluntariaram para participar, mas apenas 13 o fizeram de fato.

Os encontros foram agendados, segundo a disponibilidade da instituição, para a semana seguinte. Eles ocorreram em uma sala designada pela direção da instituição e em horário de aula. Ou seja, os outros alunos da turma permaneceram assistindo à aula enquanto esses participavam do grupo. Este fato se deu porque, segundo a direção, os alunos não teriam nenhuma aula vaga que pudesse ser disponibilizada, e quando foi tentado acertar com eles um horário no contra turno eles não aceitaram. Este fato teve implicações para a pesquisa, como poderá ser percebido a seguir.

No dia e horário acordado os alunos foram convidados a se reunir com a pesquisadora. No momento da realização dos grupos, além da pesquisadora estava presente uma observadora que foi responsável pela gravação e por anotar os nomes dos que se manifestaram para posterior identificação. As reuniões dos dois grupos foram gravadas com a autorização dos participantes e depois transcritas na íntegra (A transcrição pode ser conferida no Apêndice F).

Dos 15 alunos que se voluntariaram inicialmente, apenas 9 compareceram. Novamente foi informado a eles do que tratava a pesquisa, e foi solicitada a assinatura de um novo Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Também foi solicitado que eles respondessem a um questionário que objetivou caracterizar a amostra. Após esta parte inicial, a pesquisadora deu início às discussões. Nesse primeiro dia foram debatidos os seguintes temas: a definição de medicalização, a definição de medicamentação, a medicalização da vida, a relação entre o uso abusivo das tecnologias e a depressão, a medicalização da aprendizagem, o aprimoramento cognitivo farmacológico, a pressão sobre o jovem para ser aprovado no vestibular, o *doping* intelectual e o vestibular. Ao final da reunião, a pesquisadora reafirmou a data do encontro seguinte e a importância da participação deles. Também foi informado que os alunos que tinham se disposto a participar, mas que não tinham comparecido, poderiam participar do encontro seguinte. Este encontro teve duração de uma hora.

O segundo encontro ocorreu 2 dias após o primeiro, também em horário determinado pela direção. Ao chegar à instituição, a pesquisadora foi informada por um dos alunos que no

horário marcado uma das turmas teria um trabalho que valeria nota e por isso a turma não poderia participar do encontro. Entrando em contato com os alunos da outra turma para averiguar a possibilidade de mudar o horário, estes afirmaram que teriam a mesma atividade na aula seguinte, e por isso não poderiam participar do grupo em um horário diferente. Assim, a pesquisadora fez a opção de realizar 2 grupos, um com cada turma e em horários diferentes. No primeiro horário marcado compareceram 5 alunos, sendo que apenas um deles tinha participado do primeiro encontro. No horário que estava previsto o encontro com a segunda turma nenhum dos alunos compareceu, pois informaram que teriam uma outra atividade avaliativa. Como já se aproximava do final do ano letivo e os horários dos alunos estavam cada vez mais escassos não foi possível agendar outros encontros com essas turmas. Este encontro abordou a discussão dos seguintes temas: recapitulação do encontro anterior, o sistema de ensino brasileiro, a pressão em relação ao vestibular, o aprimoramento cognitivo farmacológico, discussão sobre os dados coletados na pesquisa, entrega de materiais informativos, fechamento do grupo. Este grupo também teve duração de uma hora.

Para fins de organização e com o intuito de não identificá-los, as fichas dos participantes foram colocadas em ordem alfabética e a cada uma foi atribuído um nome fictício.

Quadro 3- Caracterização dos participantes do grupo focal

Participante	Sexo	Idade
André	Masculino	17
Bruna	Feminino	18
Carla	Feminino	16
Débora	Feminino	16
Eliane	Feminino	17
Fernando	Masculino	18
Germana	Feminino	17
Heitor	Masculino	17
Isabel	Feminino	16
Júlia	Feminino	17
Lucas	Masculino	17
Mateus	Masculino	17
Nicolas	Masculino	18

Fonte: do autor (2017).

Após a finalização dos grupos foi feita a transcrição da gravação e a identificação das falas de cada participante. Nos relatos que serão apresentados também foram feitas leves correções para facilitar a leitura. O passo seguinte foi a análise dos dados coletados.

8.2 RESULTADOS

A partir do questionário de caracterização foram obtidos os seguintes dados: nenhum dos alunos recebe ou recebeu em algum momento prescrição para usar Ritalina; um aluno conhece uma pessoa que tem prescrição para usar Ritalina; nenhum aluno experimentou Ritalina com a finalidade de melhorar o aproveitamento nos estudos; um aluno conhecia alguém que experimentou o medicamento com esta finalidade. Finalmente, quando questionados se já tinham lido ou ouvido falar sobre a Ritalina usada com esta finalidade, 5 alunos responderam afirmativamente. Esses dados mostram semelhança entre os alunos que participaram dos grupos e os que compuseram a amostra do estudo 1.

Após a apresentação dos participantes do grupo e da metodologia que seria utilizada, a pesquisadora leu a seguinte definição de medicalização⁸:

Pesquisadora: Dá-se o nome de Medicalização ao processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Por exemplo, transformar sensações físicas e psicológicas normais como insônia e tristeza em sintomas de doenças, como Distúrbio do Sono e Depressão. Significa transformar situações comuns como a tristeza, afinal todo mundo fica triste, e determinar que, na verdade, toda tristeza é uma Depressão, sendo que Depressão é uma doença e não algo que acontece o tempo inteiro com todo o mundo. Dentro, ainda, desse processo, existe um outro, denominado Medicamentação que é o uso excessivo de medicamentos para o alívio dessas sensações que não são doenças, mas que têm sido consideradas como tal. Por exemplo, às vezes temos insônia se estamos preocupados com alguma coisa, se temos uma prova no dia seguinte e não conseguimos dormir. Antigamente as pessoas costumavam tomar um banho, um chá, apagavam as luzes e tentavam dormir. Hoje em dia, como as pessoas fazem? Elas tomam um calmante, tomam algum remédio para conseguir dormir. Ou ainda, mais um exemplo, quando éramos crianças e tínhamos uma gripe, alguém fazia um chá, um banho morno. Hoje em dia corremos à farmácia e já compramos quatro ou cinco remédios.

Esta definição corresponde a uma tradução para linguagem coloquial das definições utilizadas neste trabalho. Em seguida a essa definição, os alunos puderam relatar exemplos de como isso ocorre em seu cotidiano:

Lucas: (...) Acho que pela pressão do dia a dia, as pessoas acabam se achando mais tristes, mais depressivas, sem motivos para viver. Já vi casos, na minha família mesmo, onde o sujeito diz, “eu trabalho todo dia, das 7h às 5h da tarde, à noite eu tenho que estudar até às 10h. Não consigo me divertir. O dinheiro só dá para pagar as contas.” Por isso, as pessoas acabam ficando tristes progressivamente e achando que é depressão. Então ela vai tomando calmantes, remédios pra depressão (...) Um outro bom exemplo é o uso da maconha. Algumas pessoas usam a maconha para estar em “outro plano” e em busca desse alívio do dia-a-dia, dessas tristezas, de falta de dinheiro, de ter que trabalhar todo dia para ganhar aquilo. (Masculino, 17).

Mateus: Alguns remédios tratam doenças, mas eles também podem gerar dependência em quem consome. Algumas pessoas têm vícios em drogas ilícitas, mas remédios também são drogas, só que lícitas. Por exemplo, pessoas que tomam remédio para qualquer dor de cabeça que têm e sempre retornam na mesma dor de cabeça. Eu prefiro fazer de outra forma, não tomar remédio e me deitar, relaxar; porque ficamos dependentes dos remédios. E essa questão da depressão, está acontecendo muito em jovens que deveriam ser os mais alegres, mas hoje os jovens são mais tristes, revoltados, mais

⁸ Foram feitas leves correções ortográficas com o intuito de facilitar a leitura, mas o significado das falas foi preservado.

cansados, e isso aumenta também o número de suicídios. As estatísticas dizem que o número de suicídios hoje é muito maior do que de dez anos atrás, mesmo em cidades pequenas, como a nossa. Se pegarmos um caso de suicídio e investigarmos a fundo, descobriremos que aquela pessoa estava triste, mesmo não demonstrando isso, muitas vezes. Além disso, outras coisas podem influenciar, como o estilo de vida, a jornada de trabalho, muitos fatores. (Masculino, 17).

Júlia: Não acho que a forma certa de tratar pessoas com distúrbios psicológicos seja com medicação, internação. Não é certo dopar outra pessoa porque ela está com distúrbios ou porque ela imagina coisas. Às vezes penso que só o apoio da família já resolveria. (Feminino, 17).

Esses depoimentos mostram que esses jovens percebem esse fenômeno ocorrendo no cotidiano e seu risco de comprometimento à vida das pessoas. Os estudantes também fizeram uma relação entre o uso abusivo das tecnologias e a depressão, e ainda associaram questões políticas e sociais com alguns sintomas que são cada vez mais frequentes:

Mateus: Achei a fala dela muito interessante, porque hoje a tecnologia avançada, que faz Smartphone, por exemplo, pode regular as nossas relações pessoais. Por exemplo, às vezes um grupo de amigos sai, fica todo mundo no celular ninguém conversa com ninguém. Houve um episódio em que uma colega estava com fone de ouvido e eu não conseguia falar com ela e tive que mandar uma mensagem para ela avisando que eu a estava chamando para que ela pudesse ver. Ou seja, que influência isso tem, de repente, numa depressão, já que uma rede social ou qualquer coisa desse tipo não vai suprir a necessidade de uma conversa cara-a-cara com você... é bom, mas tem que tomar cuidado, porque ela tem um lado negativo. Eu me acho muito chato. Se é para sair em um grupo de amigos e todos ficarem no celular, é melhor nem sair, fica cada um na sua casa. Então fica insuportável. Porque as pessoas pensam que estão lá no Face, e acabam esquecendo de conversar e ao final você vai ficar com um vazio interior, já que não tem relações corpo a corpo, olho a olho. As novas gerações não desenvolvem bem esse contato, é muito triste isso. (Masculino, 17).

Lucas: Acho que isso parece o caso de uma colega de turma. Ela tem muita dificuldade em responder quando é chamada porque cria, dentro da mente dela, histórias e histórias, fica pensando em desenho [animado]. Hoje ela parece estar melhorando, pois nós estamos chamando a atenção dela, mas antes era assim. Ela não prestava atenção em nenhuma das nove aulas que a gente tinha, ela pensava em qualquer outra coisa, menos na aula. Nem no estágio ela nos dava atenção. A gente podia falar com ela mil vezes, mas se ela estivesse ouvindo música ela já estava imaginando um vídeo clipe para a música. É muito complicada essa questão. Eu fui perguntar para ela porque ela achava que se comportava dessa forma. Ela pensa que isso é resultado de ficar muito tempo em casa e não ter uma boa relação com seus pais. Ela diz que os pais querem fazer da vida dela um inferno, que ela passou a maior parte da infância dela dentro do quarto escutando música, desenhando, criando histórias entre outras coisas, mas nunca na companhia de outras pessoas. Isso é reforçado por ela morar muito longe de todos. Então, podemos trazer isso para os dias de hoje, sobre a questão dos meios de comunicação, mesmo que isso de “não responder para as pessoas quando você está navegando na internet” não seja uma doença, pode gerar uma. Por exemplo, eu ficava muito tempo no celular, e quando eu ficava muito tempo no celular eu ficava pensando nisso, em quem estava lá ou não, no Facebook, WhatsApp, essas coisas. E isso me fazia não prestar atenção em ninguém que estava ao meu lado. E isso estava gerando um “Déficit de atenção” em mim. Agora, quase não uso o celular, se eu fico em casa eu deixo dentro de uma gaveta, eu falo com as pessoas dentro e fora de casa também. Pode ser que na hora não, mas depois isso vai gerar um incômodo. (Masculino, 17).

Mateus: E também tem um fator de classe, num sentido de classe social. Hoje, a maioria dos pais tem criado seus filhos sem brincar na rua e brincando com aparelhos tecnológicos, então uma criança de 9 anos tem um tablet, um computador, um Xbox. E é também uma coisa do grupo social, por exemplo, todos os amigos de um grupo tem os mesmos aparelhos e se uma das crianças não tem o que as outras tem, essa criança vai pedir para os pais, porque, inclusive, essa posse é necessária para ela ser aceita no grupo. Isso faz com que a criança fique hiperativa, dependente daquilo. Além disso, são esses hábitos que criam uma cultura de individualismo. Então, acredito que a questão social influencia muito, nosso lugar social, nosso estilo de vida. (Masculino, 17).

No momento seguinte os alunos levantaram a questão sobre como a falta de interesse de alguns alunos pela escola está associada com a medicalização da aprendizagem:

Júlia: (...) Eu acho que a escola é muito chata, mas quanto mais você estuda, mais fácil fica. Eu gosto de livros de romance e com essa leitura eu não me sinto com sono, o que é muito diferente com história. É como quando você não quer fazer uma coisa porque é chata, como estudar, mas o joguinho é legal, então presta-se atenção no joguinho. Eu acho que é mais ou menos isso, não doença. (Feminino, 17).

Mateus: E vai bloqueando a mente para algumas coisas... E para outras vai se abrindo... Como você disse, ele tem atenção para o jogo, mas não tem para a aula, então a aula já vai sendo bloqueada. A mente comanda todo o corpo, e o psicológico tem muita influência sobre a nossa vida. É como quem diz que não entende matemática, isso não é necessariamente verdade, muitas vezes você colocou na cabeça que não entende matemática. Eu acho que isso não é uma doença, isso é o psicológico sim, mas não uma doença. (Masculino, 17).

Devido à falta de familiaridade dos participantes com os termos hiperatividade e déficit de atenção, neste momento foi necessário que a pesquisadora fizesse esclarecimentos sobre os mesmos:

Pesquisadora: Existe, realmente, esse comportamento de atenção seletiva, onde as pessoas dão atenção para algumas coisas e não dão atenção para outras. Em alguns momentos estamos mais ativos – ou, no caso, hiperativos – e em outros, ficamos mais quietos, mais comportados. E, pelo que discutimos aqui, a manifestação desses comportamentos tem a ver com aspectos psicológicos e sociais. Nos espaços de sociabilidade, mais uma vez vocês apontaram a importância das questões relacionadas ao uso excessivo da tecnologia de comunicação, acrescentando a variável do interesse e o envolvimento do aluno sobre o conteúdo que está sendo estudado na escola: se é um conteúdo que a pessoa não gosta, sua atenção vai ser menor e, da mesma forma, se é um conteúdo que a pessoa gosta, a atenção vai ser maior. Porém, profissionais têm interpretado esses comportamentos como sintomas de doenças e têm tratado essas doenças com medicamentos. Isso acontece principalmente com crianças com esse comportamento: são mais agitadas, não querem se concentrar na aula, mas podem concentrar muita atenção no jogo, passam horas sentadas olhando para o jogo. Nesses casos, o medicamento que tem sido receitado é a Ritalina.

Da discussão sobre a medicalização da aprendizagem passou-se para a discussão do aprimoramento cognitivo farmacológico e sua relação com o vestibular. Os alunos foram convidados a refletir sobre quais impactos poderia haver caso alguns concorrentes fizessem uso dessa prática:

Lucas: No meu caso eu não toparia fazer isso. Não gosto. Mas se eu estiver competindo com alguém que tomou e em quem esse medicamento funciona... Por exemplo, se tem dez vagas e quinze concorrentes, cinco estão fazendo uso das drogas e os outros cinco, que estudaram pra caramba, que passaram talvez anos tentando alcançar aquela nota, pode ficar em décimo lugar porque uma pessoa tomou um remédio e você não? Eu acho isso injusto. (Masculino, 17).

Lucas: Não vale a pena, mas muita gente toma por pressão em casa. Os pais querem que o filho passe em medicina, então ele presta vestibular para medicina e ele não quer decepcionar ninguém... Muitos jovens sofrem uma pressão dos pais por desempenho escolar ou no vestibular, e sentem muita responsabilidade em não decepcionar os pais. Em resposta a isso, esses jovens vão fazer de tudo para não decepcionar; e aí você sabe que ele não vai passar só estudando, ele vai buscar medicamentos. E também outras influências em casa, se você terminou o ensino médio e agora vai só estudar e não trabalhar, muitas vezes os pais ficam incomodados. Aí, para não sofrer mais pressão do que já se sofre em casa, as pessoas recorrem a esses remédios. E aí, às vezes, ele passa e não é por ele, mas para dar orgulho aos pais. (Masculino, 17).

Lucas: Por isso eu acho importante a gente sempre questionar o uso de drogas, principalmente ilícitas. Existem muitas campanhas sempre mostrando as consequências desses abusos e acho que o mesmo

deveria acontecer a respeito desse doping intelectual. Porque as pessoas que estão se drogando para passar em tal curso, muito provavelmente não conhecem as consequências das coisas que estão tomando, conhecem apenas as vantagens. Eu só vi vantagens, a princípio. Você toma para se concentrar e se concentra, de fato. Mas você nunca sabe se está de fato aprendendo e, como a professora disse, não tem garantia de resultado. E ainda tem gente que consegue se concentrar naturalmente, consegue estudar naturalmente até melhor do que quem está se concentrando por causa de remédios. É necessário ter campanhas informativas sobre o uso dessas drogas, porque quem não conhece os efeitos colaterais, só vai ver vantagem. Se meus pais me forçassem a fazer algo, e eu não tivesse saída eu procuraria os remédios – se eu soubesse só das vantagens e não das consequências. (Masculino, 17).

Lucas: Você pode se concentrar sim, mas talvez não nos estudos, necessariamente. Que é a pergunta inicial, sobre estar concentrado nos jogos e não estar nos estudos. Acredito que todo ser humano tem tendência a se concentrar em coisas que ele gosta. Se ele gosta de estudar, vai se concentrar nos estudos, se ele gosta de ler, como ela, romances, vai conseguir se concentrar nisso. Então essa questão de se concentrar ou não nos estudos... Se você não gosta de estudar, meu bem, não vai rolar. (Masculino, 17).

Essas reflexões dos alunos criticando o uso de medicamentos podem ter sido influenciadas pelo contato prévio com o tema na semana anterior, quando da resposta aos questionários, bem como a partir da leitura do folder informativo que foi distribuído. A partir dessas informações eles puderam fazer extrapolações, como pode ser visto a seguir:

Lucas: Além disso, isso deve movimentar todo um mercado ilegal, porque sempre vai ter alguém para vender drogas; deve envolver muito dinheiro. Então o problema não está só em quem toma, mas também em todo esse mercado que se movimenta. E as pessoas que pertencem a ele não estão nem aí se você vai ter uma reação alérgica, se vai morrer ou não. Eles só querem vender, e vender caro. (Masculino, 17)

Um outro ponto interessante foi levantado por um dos alunos em relação ao sistema educacional brasileiro e sua estrutura de funcionamento:

Fernando: Eu vejo toda essa situação num sentido bem educacional. O sistema educacional brasileiro, que acha que você precisa assistir muita aula para aprender e na verdade isso está errado, já que esse é um processo passivo e o estudo, para dar certo, precisa ser acompanhado mais individualmente, para ser ativo. Outra coisa é um consenso brasileiro de que estudar é chato, quem estuda é chato. Aí, por exemplo, existe um exame chamado PISA⁹, que é como o ENEM, mas mundialmente. O Brasil participa desse exame e, quanto mais países entram nesse ranking, mais o Brasil cai de posição. O sistema educacional brasileiro não funciona. Em outros países o que vigora é o sistema educacional integral, onde as crianças tem aulas de manhã e durante a tarde tem atividades para revisar e reforçar o que foi aprendido no outro período, enquanto aqui foi implementado o sistema integral com aulas durante todo o dia. Isso torna o aprendizado impossível; tudo que estamos aprendendo aqui e agora, por exemplo, está no sistema límbico, no espaço da memória curta e, quando formos dormir, o que está aqui vai ser “filtrado” e o que for de fato importante, vai ser levado para o córtex. Para que esse transporte de informação aconteça, é necessário descanso. (Masculino, 18).

Com esta reflexão, neste momento o primeiro grupo foi encerrado e todos foram convidados a retornar no momento agendado para o segundo encontro. Mas, como já informado, ocorreram dificuldades para o segundo encontro, o que pode ter se refletido em seu desenvolvimento.

⁹ O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2015 o Brasil figurou em 60ª posição de 76 participantes. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos> Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

O segundo grupo iniciou com uma recapitulação do encontro anterior, já que apenas um dos participantes estivera presente. A partir daí, prosseguiu discutindo o sistema de ensino brasileiro e o vestibular. Os alunos foram questionados sobre o fato de ser aplicada uma prova única para os alunos de todo o Brasil a fim de avaliar o que eles aprenderam nos três anos do ensino médio. A esse questionamento, eles responderam:

Nicolas: A prova vai mostrar o conteúdo que foi absorvido e como foi a base de estudo daquela pessoa. Se ela não teve uma base de estudo satisfatória ela vai sentir dificuldades, pois não aprendeu tudo que deveria ter aprendido. (Masculino, 18).

Fernando: Acredito que é o mesmo conteúdo mas com metodologia diferente. Os jovens deste outro colégio focam muito no vestibular. Por isso acho que deveria ser observado a realidade de cada ambiente, de cada escola. Uma escola com menos recursos pode ter alunos com um desempenho mais baixo. Isso tem influência dos investimentos governamentais, da administração pública. Pensando nisso é injusto que haja uma mesma prova para realidades tão diferentes. (Masculino, 18).

Fernando: Sem contar que o aluno da escola privada está focado em desenvolver habilidades específicas para o vestibular, enquanto o de uma escola profissional desenvolve outras habilidades que não vão se refletir no vestibular. (Masculino, 18).

Os alunos também foram convidados a discorrer sobre a pressão em relação ao vestibular e como isso pode induzir ao uso de aprimoradores cognitivos:

Pesquisadora: (...) Quando você considera esse processo seletivo justo, pois todos estão fazendo a mesma prova, para os que não passam fica a conclusão de que eles não se esforçaram e não estudaram suficiente. Não é? (...) Vocês acham que os estudantes que se sentem mais pressionados poderiam mais provavelmente recorrer a esses medicamentos ou não?

Nicolas: Acho que sim, porque na sua cabeça você vai ouvir essa necessidade e, de uma certa forma, vai buscar o melhor resultado possível independente dos meios. (Masculino, 18).

Também foi realizada uma discussão sobre a possível associação entre diferentes tipos de escolas, diferentes cidades e a tendência ao uso dessas substâncias:

Nicolas: Eu acho que em outros lugares pode haver mais informação sobre esses medicamentos do que em nossa cidade, pois eu, particularmente não o conhecia. Acho que também pode acontecer de a pessoa saber sobre o assunto e assumir a consequência sobre o uso dessas drogas. (Masculino, 18).

Germana: Temos que dar conta de muito conteúdo. A gente tem a pressão de estar sempre preparado, de saber tudo. Acho que é por isso que alguns estudantes podem recorrer a esses medicamentos, principalmente os que não tem o hábito de estudar e deixam tudo para a última hora. (Feminino, 17).

Fernando: Uma pressão familiar, da escola. Você tem que passar no vestibular, é o que tem que acontecer. Acontece que por mais que você estude, não tem lugar para você lá. (Masculino, 18).

Pesquisadora: (...) Vocês acham que nas cidades maiores, essa pressão seria maior ou menor do que nas cidades menores?

Fernando: Acho que nas cidades maiores a pressão é maior. (Masculino, 18).

Pesquisadora: Por quê?

Fernando: Não sei... Acho que o crescimento e desenvolvimento das cidades e a necessidade de mão-de-obra vão fazendo com que o movimento da cidade seja mais acelerado. Então você precisa ter essa preparação para se inserir no mercado de trabalho de forma muito mais rápida do que nas cidades menores. (Masculino, 18).

Heitor: A concorrência é grande tanto no vestibular quanto no mercado de trabalho, porque você precisa se destacar para ter seu lugar garantido. Sinal dessa grande concorrência que você está falando. (Masculino, 17).

Nicolas: Acredito também que em grandes cidades tenha um acesso mais fácil a esse tipo de medicamento. (Masculino, 18).

Fernando: Tem pessoas que vivem numa realidade diferente da nossa, onde o principal é ganhar dinheiro. Se, por exemplo, uma pessoa dessas quer passar em um concurso, mas não consegue ter muita atenção nos estudos, pode ser que caia nessa de tomar esse tipo de remédio. (Masculino, 18).

Germana: Uma pessoa pode dizer que não vai usar isso porque tem efeitos colaterais e outros que aceitam correr os riscos, porque acham que será melhor assim, pois tem benefícios. (Feminino, 17).

André: Pode ser falta de orientação também; eu imagino que a maioria das pessoas que toma essas drogas, toma porque não teve orientação suficiente para não tomar. (Masculino, 17).

Com o intuito de confrontar a percepção destes alunos com a que havia sido expressa nos questionários foi feita uma discussão sobre os dados coletados na pesquisa. Para isso, foram lidas algumas respostas e os alunos puderam comentá-las.

Pesquisadora: “Eu não concordo com o uso desses medicamentos porque é isso que as indústrias farmacêuticas querem. Esse mercado ganha milhões com medicamentos. Na minha opinião, para o aproveitamento dos estudos, é necessário que busquemos em nós, força de vontade e a criação de um cronograma de estudos, acompanhado de hábitos saudáveis, como uma boa alimentação e atividades físicas”. Essa pessoa sugeriu que esses medicamentos são oferecidos a nós através das indústrias farmacêuticas, que fazem muitas propagandas para aumentar o consumo de medicamentos, ainda que eles estejam lucrando muito com isso.

André: Eu acho que isso não tem nada a ver. O medicamento foi criado para uma finalidade e é usado para outra, assim eu acho que a indústria farmacêutica não tem nenhuma responsabilidade em relação ao uso que se faz do medicamento, que não seja o correto. (Masculino, 17).

Nicolas: Eu discordo, pois como todas as indústrias do mundo capitalista, esta também visa o lucro. Ou seja, a finalidade deveria ser curar as doenças, mas acaba sendo o lucro da indústria. E uma outra coisa, há doenças que poderiam ser curadas, mas o lucro com um tratamento demorado é maior do que com um tratamento rápido que visa a cura. (Masculino, 18).

Germana: Por exemplo, se um medicamento para a cura do câncer tivesse comprovada sua eficácia e fosse colocado no mercado, o lucro com tratamentos como a radioterapia e quimioterapia iria cair muito. Isso faz com que sejam colocados no mercado mais medicamentos que vão manter as pessoas dependentes do que medicamentos que vão curá-las. (Feminino, 17).

Neste momento detectou-se uma concepção ingênua de um dos alunos sobre o poder da indústria farmacêutica, mas outro aluno o questionou e ao final puderam criar uma síntese dessas ideias. Seguiram-se mais comentários sobre os resultados.

Pesquisadora: Mais uma informação para vocês, os resultados da pesquisa ainda não estão prontos, mas o que eu notei até agora me diz que a maioria dos jovens, como vocês, nunca ouviu falar nesse tipo de medicamento, a maioria não conhece ninguém que faz uso desses medicamentos, mas eles acham legal e dizem que usariam. O que vocês acham disso?

André: Eu já vi um filme sobre esta temática, chama-se “Sem limites”. No filme o personagem consome uma substância que faz com que seu cérebro funcione a todo vapor durante 12 horas e neste intervalo ele pode fazer várias coisas, até aprender um novo idioma. Mas quando passa o efeito ele esquece o que ele tinha aprendido, e tem também vários efeitos colaterais como desidratação, e o desgaste físico. (Masculino, 17).

Fernando: Outra coisa, por mais que esse medicamento melhore a concentração, no momento em que eu estou estudando, ele não vai influenciar na minha capacidade de absorver este conhecimento. (Masculino, 18).

Por fim, os alunos foram questionados sobre o que acharam da participação no grupo:

Fernando: Essas informações que nós obtivemos aqui vão nos ajudar a ter mais criticidade. (Masculino, 18).

Germana: Eu gostei porque sairemos daqui com esse tipo de conhecimento e informação e levaremos para quem não tem dimensão do tipo de avanço, já que, quem já ouviu falar sobre isso, só ouviu sobre a parte boa e não sobre o que pode ocorrer no futuro. (Feminino, 17).

Para encerrar, houve a entrega de materiais informativos e o fechamento do grupo.

Pode-se destacar que o uso dessa metodologia trouxe elementos importantes para a compreensão de como os jovens concebem essa temática. Verificou-se que a percepção manifestada por esses alunos foi diferente da expressa nos questionários, mas tal diferença pode ser devida a alguns fatores: primeiro, ao contrário do momento em que responderam aos questionários, nas reuniões esses alunos já tinham tido contato com o tema, pois receberam o *folder* com informações e tiveram tempo para pensar sobre o assunto; segundo, o grupo favoreceu a reconstrução de significados e a mudança na percepção de alguns participantes, o que pode ser verificado nas falas apresentadas. Por isso os dados não poderiam ser generalizados, e esta não era a intenção da autora, mas apenas a de obter mais elementos para entender melhor o fenômeno.

Após a apresentação do tipo de pesquisa, dos participantes, do percurso da pesquisa, dos aspectos metodológicos da fase quantitativa e da qualitativa, bem como dos resultados encontrados em cada uma delas, no próximo capítulo serão discutidos os dados levantados por meio deste estudo face ao que o exame da literatura revelou.

9 DISCUSSÃO

Os dados levantados por este estudo permitiram conhecer ideias, concepções e valores de diferentes jovens em relação ao papel da escola em suas vidas. Para que esses dados fossem organizados e compreendidos foi necessária a mediação do conhecimento teórico sistematizado nos capítulos iniciais, a fim de que fossem desvelados seus nexos e relações.

Considerando que somente cerca de 60% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio, e que um percentual ainda menor consegue concluí-lo, os jovens desta pesquisa constituem uma minoria. Por isso, ouvir a percepção e o valor que estes estudantes atribuem às experiências escolares pode contribuir para a construção de um currículo mais significativo e articulado com os seus planos. Não se pode inferir que os resultados aqui obtidos e a análise desses dados se referem a todos os adolescentes existentes, mas a forma como estes alunos compreendem as funções da escola pode refletir a realidade em que estão inseridos.

Mais uma vez é importante lembrar que, enquanto este trabalho estava sendo finalizado, estava em implantação a Lei nº 13.415 /2017, que propõe uma reformulação no ensino médio, com alterações em sua carga horária e na grade curricular. Como esta reforma só será implantada no ano de 2019, todo o debate teórico empreendido neste trabalho refere-se ao que está em vigor no ano de 2017 e, portanto, a generalização posterior dessas informações deverá ser feita com cautela.

É grande o impacto que a escola exerce sobre a sociedade, pois os hábitos, comportamentos e experiências cognitivas que ela proporciona aos seus usuários se estendem à coletividade. Por isso, mesmo existindo muitos espaços de socialização para os jovens, a escola e a cultura escolar continuam sendo de grande influência e importância na vida dos jovens e na sociedade.

Devido a esse lugar central ocupado pela escola na vida dos jovens, seu papel é muito importante na discussão de temas pertinentes à própria juventude. No entanto, assim como outras instituições sociais, a escola está permeada de expectativas em relação ao comportamento dos adolescentes, à sua forma de se inserir no meio social e de se relacionar com os outros. Por exemplo, a divisão imposta pela sociedade de classes não permite o acesso aos bens culturais de forma igualitária a todos, o que acarreta formas diferentes e peculiares de viver a adolescência e que se manifestará de maneira singular nos diferentes segmentos sociais. Ainda assim a adolescência é tomada de forma hegemônica como fenômeno universal

e único, o que leva a uma tendência à universalização e à normalização de comportamentos. Tornam-se todos descritos a partir de um determinado padrão assumido (Leal & Facci, 2014).

Segundo Vigotski (2007), é na adolescência que a personalidade e a concepção de mundo amadurecem, sendo este o período em que ocorre a maturação das formações superiores que fundamentam toda a existência consciente do ser humano. Esse processo é decorrente do desenvolvimento histórico da humanidade e também do desenvolvimento individual de cada sujeito, já que todas as funções no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes aparecem duas vezes: primeiro no nível social e depois no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica) e depois no interior da pessoa (intrapicológica).

As funções psicológicas se desenvolvem por meio da apropriação de conceitos científicos e da participação no processo cultural e histórico da humanidade. Por isso, cada nova geração e cada indivíduo possuem condições de vida já dadas, que agrupam o conteúdo de sua atividade possível (Leontiev, 2016). Na adolescência ocorrem mudanças importantes nas forças motrizes do desenvolvimento, nos interesses, nas aspirações, nas atividades e, também, na estrutura interna do pensamento e da personalidade, mudando as relações do indivíduo com a realidade e com o meio que o cerca (Vigotski, 2012).

Feitas essas ressalvas sobre o desenvolvimento dos adolescentes e jovens e suas influências por fenômenos históricos e sociais, entende-se que estes mesmos fenômenos, por conseguinte, também afetam diretamente o funcionamento das instituições educativas.

Segundo Viñao Frago (1996), as instituições escolares são uma combinação, entre tantas muitas possíveis, de tradição e mudança, consequência de decisões limitadas por fatores externos, condicionantes tecnológicos e uma série de práticas sedimentadas no tempo. Isso afeta, por exemplo, o ensino médio brasileiro, que vem apresentando no decorrer dos anos complexidade crescente (novos desafios próprios de sua expansão e das mudanças culturais que estão sendo vivenciadas), com importantes mudanças qualitativas e quantitativas que articulam tanto dificuldades quanto avanços nas estratégias e nas ações. Dentre os desafios estão a universalização com qualidade e equidade, a correção do fluxo e dos baixos índices de aprendizagem, a promoção de uma educação integral, bem como a adequação do extenso currículo à realidade, ao mercado de trabalho, e aos interesses dos jovens e da sociedade brasileira contemporânea.

Embora nas últimas décadas o país tenha experimentado um avanço nos indicadores de acesso e permanência nesta etapa, muitos jovens com idades entre 15 e 17 anos, que deveriam estar cursando o ensino médio, quando não estão fora da escola, estão em situação

de defasagem escolar. Este fato se agrava entre os jovens em condições sociais desfavoráveis, isto é, entre os mais pobres, não brancos, cujos pais têm pouca escolarização ou sequer tiveram oportunidades educacionais. Para esses jovens, o ensino médio praticamente não faz parte de seu capital cultural, nem de sua experiência familiar, muitas vezes não havendo cobranças ou grandes expectativas de que realizem longa trajetória educacional (Castro & Tavares Júnior, 2016).

Outro grande desafio para os educadores é a falta de motivação de alguns alunos para frequentar a escola. No entanto, mesmo que uma parte dos jovens não encontre sentido na escolarização, outros acreditam que a escola pode contribuir com seus projetos de vida, como aponta a pesquisa de Klein e Arantes (2016). Ao questionar os estudantes sobre a contribuição da escola aos seus projetos de vida, 81% disseram que a escola contribui para seus projetos de vida, e 19% acreditam que não. Os que acreditam na contribuição da escola aos seus projetos de vida consideram que essa contribuição se dá mediante o preparo para o futuro, a preparação para o convívio social e as responsabilidades da vida adulta. Ela também prepara para o vestibular/continuidade dos estudos, para o mercado de trabalho (seja pelos conteúdos ensinados, seja pelas experiências que propiciam o contato com o mundo do trabalho), oferece conhecimentos que têm valor em si mesmos, e, por fim, ajuda os alunos a identificarem o que querem na vida.

Esses dados são corroborados pela pesquisa de Tiné (2009) com alunos de uma escola pública que responderam que as razões para cursar o ensino médio, pela ordem de preferência, são: necessidade de um futuro melhor; ingresso no ensino superior; continuação natural da escolaridade; para conseguir trabalho; para ampliar seus conhecimentos; por imposição dos familiares.

Os alunos da presente pesquisa estavam no final do ensino médio ou já o haviam concluído. Para eles era esperado que tivessem em mente o que desejariam fazer no futuro, pois já haviam superado diversas barreiras para chegarem ali. Quando questionados sobre o que pretendiam fazer no ano seguinte à aplicação da pesquisa, 82,4% indicaram desejo de ingressar em um curso superior, 46,3% de trabalhar, 19,5% de ingressar em um cursinho preparatório para o vestibular, 10,5% de ingressar em um curso técnico e 3,6% ainda não sabia. Em todas as instituições, mesmo com percentuais diferentes, as opções seguiram essa ordem de preferência.

Quando separados por cidade essa tendência se manteve, e, mesmo com proporções diferentes, as preferências se deram na seguinte ordem: curso superior; trabalho; cursinho pré-

vestibular; curso técnico; ainda não sabe. No entanto, os alunos de Juazeiro do Norte foram os que mais manifestaram desejo de ingressar no ensino superior, e não tinham pretensão de ingressar em um cursinho pré-vestibular. Esses mesmos alunos foram os que mais se sentiram preparados para todos os aspectos apresentados como sendo funções da escola. Eles também foram os que tiveram melhor autoavaliação enquanto alunos. Ao contrário dos alunos de São Paulo, que foram os que mais se sentiram despreparados para todos os aspectos, sendo em primeiro lugar para o trabalho, seguido por compreender os fundamentos científico-tecnológicos, prosseguir nos estudos e aprimorar como pessoa humana. Também foram os que mais se avaliaram como maus alunos.

Para auxiliar na interpretação desses dados, podem ser observados os resultados das avaliações da educação como, por exemplo, a média do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2015: enquanto a média no Brasil em língua portuguesa foi de 267,1, e em matemática de 267, no Ceará em língua portuguesa foi de 256,6, e em matemática 260,6, e em São Paulo em língua portuguesa 274,7, e em matemática 273. Os dados do PISA de 2012 mostraram que o Ceará teve uma média em matemática de 378,3, enquanto São Paulo teve média de 403,6 e a média nacional foi de 391. Em leitura o Ceará teve média de 396,9, São Paulo de 421,6 e a nacional foi de 410. Em ciências o Ceará teve média de 386,4, São Paulo teve média de 417,4 e a nacional foi de 405 (Recuperado de <http://www.inep.gov.br>).

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB de 2015, que é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil, mostraram que no ensino médio o Brasil teve média de 3,5, enquanto o Ceará teve de 3,4 e São Paulo de 3,9. Os resultados para o ensino médio mostraram o Ceará abaixo da média nacional, mas os dados do ensino fundamental tanto nas séries iniciais (5,7) quanto nas séries finais (4,5) mostram o estado com um desempenho superior à média nacional – séries iniciais 5,3 e finais 4,2 –, o que pode levar a uma melhoria dos resultados no futuro (Recuperado de <http://www.inep.gov.br>).

Todos esses dados apontam o estado do Ceará com uma avaliação inferior ao estado de São Paulo, o que contraria a percepção dos alunos de São Paulo que se avaliaram menos preparados do que os estudantes do Ceará. Mas é importante pontuar que São Paulo é a maior e mais heterogênea área urbana do país, e aí foram pesquisadas apenas duas instituições com um total de 61 alunos. Por isso, esses dados podem não ser representativos da cidade como um todo.

Como já discutido, ingressar no ensino superior é o desejo da maioria dos alunos do ensino médio. Um estudo realizado em escolas públicas e privadas de 13 capitais brasileiras apontou como prioritário ingressar na universidade entre os alunos de todas as instituições, com uma frequência de respostas maior entre os alunos de escolas privadas (Abramovay & Castro, 2003). A pesquisa de Sparta e Gomes (2005) confirma que o jovem tem atribuído grande importância ao ingresso na educação superior, seja aluno de escola pública ou privada. Os autores identificaram que esta seria a opção da maioria dos jovens pesquisados, em comparação com outras opções como fazer curso pré-vestibular, curso profissionalizante ou ingressar no mercado de trabalho. Um fato relevante na pesquisa foi que a escolaridade parental é uma variável de influência sobre a escolha dos jovens, visto que filhos de mães e pais com ensino superior foram os que mais escolheram a alternativa vestibular; filhos de mães e pais com ensino médio foram os que mais escolheram curso pré-vestibular; filhos de mães e pais com ensino fundamental foram os que mais escolheram curso profissionalizante e ingresso no mercado de trabalho.

Crochick (2011), em uma pesquisa com alunos de uma escola particular com alto poder aquisitivo em São Paulo, encontrou que 9 entre 12 alunos consideraram como função primordial do ensino médio preparar para a aprovação no vestibular, seguido pela formação como sujeito crítico, que saiba discutir, estudar e se desenvolver. A preparação para o trabalho não foi citada por esses alunos, pois, para eles, o ensino médio não foi percebido como a etapa final da educação, nem como responsável pela preparação imediata para o trabalho, o que indica que a renda familiar influencia a forma como os adolescentes percebem os objetivos do ensino médio.

A pesquisa feita por Oliveira, Pinto e Souza (2003), analisando a perspectiva de futuro de adolescentes de diferentes classes sociais, também mostrou que para aqueles que faziam parte do grupo mais privilegiado economicamente, o ensino superior seria uma extensão natural do ensino médio, o que traria como consequência o prolongamento da adolescência, o prolongamento da trajetória escolar e o adiamento da inserção no mundo do trabalho. Para esses jovens o trabalho não é uma questão de urgência, mas algo onde se busca realização pessoal e financeira. Por outro lado, os jovens de renda mais baixa se mostraram indefinidos quanto à escolha de uma profissão, pois para eles a qualificação profissional foi vista como um meio de acesso a uma atividade remunerada, consoante ou não com suas preferências pessoais, e a universidade constituía uma meta que, embora valorizada, era vista como inalcançável.

Ingressar no ensino superior, além de ser o principal plano dos alunos para o futuro, foi também a função que eles consideram mais importante na escola, com 97,9% dos alunos apontando-a como importante ou muito importante. A fala de um aluno de uma escola pública, fruto da pesquisa de Abramovay e Castro (2003, p.165), revela o pensamento de muitos alunos:

Essa de que aluno de segundo grau não está sendo formado para o vestibular é balela. Quem não tem faculdade hoje está passando apertos, está ganhando pouco. Esse negócio de que eu estou fazendo segundo grau por diploma, isso não existe não. Eu estou fazendo segundo grau para fazer faculdade. Só com o segundo grau, você vai rolar na sociedade. Vai mesmo. Já é excluído, vai ficar mais excluído ainda.

As pesquisadoras ainda apontaram que membros do corpo técnico-pedagógico das escolas pesquisadas ressaltaram que, por ser o ingresso na educação superior algo tão perseguido pelos alunos, torna-se uma tarefa difícil não fornecer um ensino que atenda a essas expectativas. A fala de um membro do corpo técnico-pedagógico da rede privada de ensino aponta o direcionamento do ensino médio para a preparação para o vestibular, concentrando todos os seus esforços na consecução desse objetivo: “É claro que não posso perder de vista que esse ensino médio está preparando os alunos para um vestibular. Ele não tem uma formação para o trabalho (p. 168)”. Vale destacar ainda que, de acordo com professores de escolas privadas, não só parte dos alunos mas também os pais têm a preparação para o vestibular como a principal expectativa em relação ao ensino médio, e que, em função disso, as escolas passam a ser vistas como locais onde a formação do aluno se baseia na mera reprodução de conteúdos e na transmissão de informações úteis aos vestibulares e outros concursos (Abramovay & Castro, 2003).

No entanto, a prioridade dada a esse tipo de preparação acaba fazendo com que o conteúdo trabalhado seja somente aquele que é exigido dos alunos para o sucesso no processo seletivo de ingresso na educação superior, o que também pode reduzir o caráter mais humanístico e crítico dos conhecimentos ministrados. Em suma, ao proporcionar aos alunos um ensino voltado para a transmissão de conteúdos exigidos para a aprovação no vestibular, coloca-se em xeque a percepção da escola como um local de aprendizagem de valores e de socialização, uma arena privilegiada para a condução de uma formação para o exercício da cidadania que se apoie no desenvolvimento de uma consciência crítica, que capacite o aluno a intervir no meio social do qual faz parte, inculcando nele a importância do respeito ao próximo.

Quando os dados da presente pesquisa em relação aos planos para o ano seguinte foram analisados por tipo de instituição, os que mais apontaram a opção curso superior foram

os alunos do cursinho privado (89,8%), seguidos pelos alunos de escola privada (85,1%), enquanto os alunos da escola pública foram os que menos apontaram esta opção (71,1%). As análises também apresentaram uma associação entre estudar em instituições privadas e desejar ingressar em um curso superior, bem como ser aluno de cursinhos e desejar ingressar em um curso superior.

Esses dados são consoantes com o estudo realizado em 13 capitais brasileiras em escolas públicas e privadas, que verificou que mais da metade dos alunos de escolas públicas indicou ingressar no ensino superior como uma das principais finalidades do ensino médio. Já entre os alunos de instituições privadas, o percentual superou os 70% em quase todas as capitais. As capitais com menor índice de desenvolvimento como, por exemplo, Rio Branco e Teresina, comparadas com metrópoles nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro, paradoxalmente apresentaram maiores expectativas de entrada em um curso de nível superior (Abramovay & Castro, 2003). Na presente pesquisa também houve uma tendência à associação entre ser aluno de Juazeiro do Norte e desejar ingressar no ensino superior.

A diferença nos resultados dos alunos das instituições públicas e das instituições privadas a respeito dos planos para o futuro levou pesquisadores a refletirem sobre o que poderia estar por trás dessa percepção. Segundo Castro e Tavares Júnior (2016, p. 245),

os alunos provenientes de classes sociais favorecidas obteriam mais sucesso educacional em função dos ajustes implícitos entre o currículo escolar e as exigências comportamentais da escola de um lado; e o comportamento simbólico típicos dessas classes, eleito tacitamente como correto ou erudito, de outro. Assim, os alunos provenientes de classes sociais favorecidas adequar-se-iam mais facilmente às exigências escolares devido ao ajustamento com seu *habitus* de classe, ao passo que os alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas seriam prejudicados e levados ao fracasso escolar em razão de seu *habitus* de classe inadequado perante as exigências escolares. A isso se soma a limitação de outras formas de capital, como o menor estoque de capital econômico e respectivos recursos, bens e serviços, relevantes para o desenvolvimento educacional. Desta forma, os indivíduos provenientes das camadas menos favorecidas da sociedade estariam muito mais propensos ao insucesso escolar, refutando as expectativas de transformação social a partir da escola.

Isso é confirmado quando os alunos da escola pública atribuem menor importância a prosseguir nos estudos e a compreender os fundamentos científico-tecnológicos comparados com os alunos das escolas privadas, e também quando os dados mostraram uma associação significativa entre ser aluno de escola pública e não ter como planos para o ano seguinte ingressar em um curso superior.

No entanto, como afirmam Castro e Tavares Júnior (2016), as origens sociais influenciam, mas não determinam as trajetórias educacionais dos indivíduos, pois é possível observar que muitos jovens, mesmo pertencendo a classes sociais menos favorecidas, almejam os níveis educacionais mais elevados e a esperada mobilidade social, mesmo sem os meios ideais para persegui-los. Esses jovens não percorrem a trajetória usual de seus pares de

origem social desfavorecida, nem a dos indivíduos das classes médias/altas, realizando um percurso novo e criativo, com estratégias inovadoras, possíveis de realização em função de oportunidades de acesso e condições de permanência no sistema de ensino.

A percepção sobre a escola também pode ser influenciada pela própria cultura escolar, que atribui maiores expectativas de sucesso aos alunos das escolas privadas e menores aos alunos das escolas públicas. Também é um exemplo da cultura escolar a competitividade entre os alunos, exemplificada nos *rankings* a que eles são submetidos, ou o discurso de que o sucesso depende somente do esforço individual. Com isso verifica-se, por exemplo, que a cultura escolar está em sintonia com a cultura social e com a cultura profissional vigentes em nosso país, o que pode levar empresas a ocuparem as instituições escolares, difundindo a ideia de que somente o ensino superior leva à realização pessoal.

No entanto, essa grande demanda por ensino superior faz aumentar o número de jovens que não conseguem vagas nas universidades, o que tem fortalecido o desenvolvimento de cursinhos pré-vestibulares. Os alunos que frequentam essas instituições acreditam que se beneficiarão do “efeito cursinho”, que, segundo Whitaker (2010), se revela quando se considera que as maiores porcentagens de ingressantes nos vestibulares mais concorridos são compostas de candidatos que realizaram um ou dois anos de cursinho. Quando se analisa os dados referentes aos cursos de maior prestígio, observa-se que os candidatos que obtêm mais sucesso na aprovação são aqueles que frequentaram dois anos de cursinho, o que é válido tanto para os oriundos da escola pública quanto da escola privada.

O fato de os cursinhos privados garantirem a trajetória das elites na direção dos cursos e profissões de status elevado fez com que, entre os anos de 1960 e 1970, os Diretórios Acadêmicos das universidades públicas criassem cursinhos de baixo custo, nos quais lecionavam os próprios alunos da graduação (dando-lhes experiência) e onde estudavam os jovens mais necessitados, candidatos sem recursos para pagar mensalidades caras. Essas instituições se tornaram populares a partir do final da década de 1990, em decorrência da expansão do ensino fundamental e médio (Whitaker, 2010).

Segundo Nascimento (2009), nesses cursinhos pré-vestibulares populares as principais aspirações dos jovens são a formação profissional em uma carreira que lhes dê *status* (mesmo que não aumente significativamente a renda), além da conquista de outro lugar na sociedade e a aspiração de realização pessoal com uma representação social positiva em relação à própria realidade.

De acordo com Sanger (2003), alguns desses cursinhos também buscam uma formação crítica voltada para a cidadania, o que faz com que os alunos afirmem que o principal ganho, mesmo se não conseguirem o acesso à educação superior, é vivenciarem uma transformação na sua leitura de mundo e na ampliação dos horizontes de vida. Segundo o autor, muitos desses alunos nunca tinham frequentado este tipo de instituição e precisavam de referenciais positivos para se motivarem a estudar e prestar o vestibular, pois muitas vezes a baixa autoestima os impossibilitava de evoluir na escolaridade. Quando o aluno é negro e oriundo da escola pública a situação se agrava, pois é praticamente inexistente algum referencial de sua etnia/raça que possa servir de modelo a ser alcançado, o que torna importante a presença de exemplos que o ajudem a acreditar na possibilidade de seu sonho se tornar realidade. Além disso, muitos alunos do pré-vestibular popular precisam conciliar estudo e trabalho, e no caso das mulheres, principalmente, ainda pode haver a dupla jornada dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos, o que torna o sonho da universidade ainda mais distante.

Tal situação se configura na presente pesquisa na expressiva proporção de alunos dos cursinhos preparatórios para o vestibular que manifestaram opções para o ano seguinte diferentes do ingresso na educação superior (67% no cursinho privado e 82,7% no cursinho público), sendo que a opção cursinho pré-vestibular foi mais apontada pelos alunos do cursinho público. Também se observou maior tendência de os alunos de cursinho manifestarem sensação de despreparo para prosseguir nos estudos, para compreender os fundamentos científico-tecnológicos, e como pessoa humana, o que pode tê-los levado a procurar os cursinhos também como forma de preencher as lacunas da sua formação básica.

Como já citado, as escolas de ensino médio têm dado grande ênfase à preparação para o ingresso no ensino superior, e consequentemente menos ênfase à preparação para o trabalho e para a cidadania. Nesta pesquisa, aproximadamente um quinto (19,5%) dos alunos apontou o desejo de trabalhar no ano seguinte à aplicação da pesquisa, e a maioria (86,5%) considerou que é importante que a escola os prepare para o trabalho. No entanto, quase metade deles (47,4%) considerou que a escola os preparou pouco ou não os preparou nada para isso.

Analisando por tipo de instituição, verifica-se que os alunos das escolas profissionalizantes foram os que mais apontaram o desejo de trabalhar, e estes foram os que informaram se sentirem mais bem preparados para o trabalho. Considerando que os cursos técnicos também fazem parte da preparação para o trabalho, observou-se que os que mais apontaram a opção curso técnico foram os alunos da escola pública. Houve também uma

associação entre desejar ingressar no mundo do trabalho e ser aluno de instituições públicas, assim como ser aluno de instituições privadas e não desejar ingressar no mundo do trabalho.

No estudo de Abramovay e Castro (2003), os alunos confirmaram a preparação para o mercado de trabalho como uma das três principais finalidades da escola, sendo que os alunos da rede pública de ensino marcaram mais essa finalidade do que os alunos de estabelecimentos privados. Considerando apenas a rede pública, verificou-se que os alunos do período noturno identificam com maior frequência a obtenção de um posto de trabalho como uma das duas principais finalidades do ensino médio.

De acordo com os jovens pesquisados pela Ação Educativa (2007), a melhor forma de a escola preparar para o trabalho seria oferecendo cursos profissionalizantes, seguida de uma formação de melhor qualidade, que aumentaria a competitividade no mercado de trabalho, e também fornecendo conteúdos úteis para todas as profissões. Ou seja, para esses alunos, a preparação para o trabalho não deveria se restringir ao ensino de uma profissão, mas ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessários ao mundo do trabalho. Já os alunos da pesquisa de Pereira (2009), quando questionados sobre como a escola deveria preparar para o trabalho, responderam que ela deveria ajudar o jovem a escolher uma carreira profissional, fornecer informações sobre várias profissões, facilitar o acesso a estágios e oportunidades de emprego, garantir a qualidade de ensino para competir no mercado de trabalho e fornecer conhecimentos que auxiliem em todas as profissões.

Segundo a LDB (1996), a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando deve envolver a capacidade de o aluno adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Com isso, a discussão sobre esses temas na escola é importante, pois cada vez mais o mercado de trabalho se retrai e a demanda aumenta com exigências mais elevadas, que requerem maior nível de escolarização para o ingresso em qualquer ocupação e/ou vaga de trabalho. Vale ressaltar que, segundo Krawczyk (2009), não se pode verificar uma relação concreta entre o elevado nível de conhecimento exigido e os cargos oferecidos, bem como não se pode garantir ao jovem que cursou o ensino médio ou o profissionalizante um lugar no mercado de trabalho.

Neste contexto, numa época de desemprego massivo, a obtenção de um diploma seria um motivo, ainda que frágil, para os alunos das classes populares continuarem na escola. Embora o conhecimento também seja reconhecido pelos jovens como elemento de diferenciação, os estudantes de escola pública costumam considerar fraco o ensino que recebem. No entanto, o medo do desemprego os obriga a continuarem estudando, e a

perspectiva de ingressar na universidade, ainda que remota, aparece como uma possibilidade interessante para o futuro, pois permitiria adiar o problema do desemprego (Krawczyk, 2009).

Entre as instituições que ofertam o ensino médio, as escolas profissionalizantes, devido à sua natureza, têm sido as que melhor preparam os alunos para o trabalho. No presente estudo, os alunos dessas instituições foram os que mais assinalaram o desejo de trabalhar no ano seguinte à pesquisa. Estes também foram os que mais consideraram importante que a escola prepare para o trabalho e foram os que mais se sentiram preparados para tal.

Melo, Guimarães, Barleta e Correia (2009), em pesquisa realizada com jovens concluintes de um curso profissionalizante, verificaram que o interesse dos jovens em procurar este curso era o de se “qualificar para o mercado que está competitivo e exigente” (p. 17), e seu desejo era “sair direto para o mercado de trabalho” (p. 18). No entanto, segundo Madeira (2006), parte substancial dos jovens que optam pela escola técnica de nível médio, concebida como uma preparação rápida e eficiente para o mercado de trabalho, tem como objetivo o ensino superior. Nas famílias mais pobres a escola técnica é vista como uma oportunidade de o jovem prosseguir nos estudos, trabalhando para se manter na escola.

Neste tipo de instituição também ocorre expressiva evasão. Silva, Pelissari e Steimbach (2013) apontam que parte dos jovens que procura instituições deste tipo o faz por identificação com o curso, e que eles teriam grandes pretensões profissionais ou de continuidade de seus estudos. No entanto, ao não encontrarem atrativos no curso técnico, sentindo dificuldades de adaptação e com as disciplinas, e percebendo que os quatro anos de curso poderiam, talvez, trazer as mesmas implicações que um curso regular de três anos, os alunos os abandonam em favor do ensino médio regular, a fim de concluir essa etapa da vida escolar em menos tempo. Para os que concluem, resta a imensa dificuldade de encontrar uma inserção minimamente valiosa no mundo do trabalho ou até de encontrar trabalho.

No entanto, os dados encontrados na presente pesquisa foram contrários aos apresentados pelos autores acima. Os alunos da escola profissionalizante foram os que mais apontaram a importância de a escola os preparar para prosseguirem nos estudos (100,0%), para compreenderem os fundamentos científico-tecnológicos (98,3%) e para o trabalho (95,0%). Estes alunos também foram os que revelaram se sentir mais preparados para todos os aspectos, pois os que consideraram que a escola os preparou pouco ou nada para o trabalho foram minoria (5%), assim como para prosseguir nos estudos (5%), para compreender os fundamentos científico-tecnológicos (6,7%), e aprimorar como pessoa humana (6,7%). Além

disso, se considerar bom aluno associou-se significativamente com ser oriundo de escola profissionalizante.

É importante assinalar que as duas escolas profissionalizantes pesquisadas eram escolas de tempo integral e consideradas de boa qualidade, sendo uma de gestão federal e outra estadual, o que pode explicar essa percepção dos alunos. Também pode ter influência nesses resultados o pequeno número de participantes nestas instituições, que pode não ser representativo da população em geral.

Na reforma do ensino médio, atualmente em curso, destaca-se a Política de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, que propõe um aumento gradual em seu número, com prioridade para as regiões com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e com resultados mais baixos no Enem. A proposta pedagógica dessas escolas envolveria um acompanhamento mais próximo do aluno, com tempo para conhecer melhor as suas necessidades. Também buscaria a integração curricular expressa na concepção de formação humana, visando à formação omnilateral do sujeito, articulando cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho, e que seria capaz de formar jovens cidadãos autônomos. Como nesta pesquisa os alunos das escolas de tempo integral foram os que avaliaram que a escola os preparou bem, assim como os que melhor se avaliaram como alunos, isso pode ser um indicativo de que este modelo deveria ser acessível a um número maior de alunos.

No entanto, um dos alunos participantes do grupo focal realizado em uma escola profissionalizante de tempo integral fez uma importante reflexão sobre as dificuldades encontradas pelos alunos destas instituições para ingressarem posteriormente no ensino superior:

Fernando- Os jovens deste outro colégio focam muito no vestibular. Por isso acho que deveria ser observada a realidade de cada ambiente, de cada escola. Uma escola com menos recursos pode ter alunos com um desempenho mais baixo. Isso tem influência dos investimentos governamentais, da administração pública. Pensando nisso é injusto que haja uma mesma prova para realidades tão diferentes. (...) Sem contar que o aluno da escola privada está focado em desenvolver habilidades específicas para o vestibular, enquanto o de uma escola profissional desenvolve outras habilidades que não vão se refletir no vestibular. (Masculino, 18) (Escola profissionalizante, Juazeiro do Norte).

Na fala deste aluno percebe-se também a ideia de que as duas principais funções do ensino médio seriam formar para o ingresso no ensino superior ou para o ingresso no mundo do trabalho. Com isso, as suas outras duas funções ficariam em segundo plano: aprimorar o aluno como pessoa humana e prepará-lo para compreender os fundamentos científico-tecnológicos.

No presente estudo, aprimorar como pessoa humana foi o segundo ponto mais citado pelos estudantes na escala de importância no preparo dado pela escola, e também foi o

segundo ponto para o qual os alunos manifestaram se sentirem mais preparados. Houve uma associação entre ser aluno de instituições públicas e considerar importante aprimorar como pessoa humana, e uma associação entre frequentar escola e se sentir mais preparado como pessoa humana. Os alunos das instituições públicas também foram os que informaram se sentirem mais bem preparados neste aspecto.

Esses dados são consoantes com a pesquisa de Borges (2009) com alunos do ensino médio, que mostrou que todos os alunos entrevistados consideraram estar recebendo uma formação para exercer a cidadania. No entanto, quando questionados sobre o que significava cidadania para eles, a maioria informou se resumir ao exercício de direitos e deveres, e somente três alunos disseram que ser cidadão é analisar criticamente os fatos existentes na sociedade e participar ativamente da vida política do país. Já os alunos da pesquisa de Pereira (2009), quando questionados sobre como a escola deveria preparar para a cidadania, mencionaram o ensino de valores como solidariedade e respeito, ou seja, uma visão de cidadania bastante relacionada à noção de ativismo social. Por isso, segundo Klein e Arantes (2016), é preciso ter em vista que a educação para a cidadania não se limita à aprendizagem sobre política, mas refere-se, também, à capacidade de viver uma vida social e política.

Entre os obstáculos que se colocam à efetivação da educação para a cidadania, há a demanda pela aprovação em vestibulares, fazendo com que a preparação para a inserção do aluno na educação superior tenha prioridade em relação a outras questões importantes para a consolidação desta proposta de ensino. Segundo a LDB (1996), para o exercício da cidadania também é necessário o domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia, disciplinas muitas vezes relegadas a segundo plano nas grades curriculares.

Verifica-se também a importância de a escola se envolver em questões que ultrapassem seus muros, pois deve-se

compreender a dupla natureza da escola como instituição social condicionada e condicionante da realidade social externa a ela, como uma instituição social relativamente autônoma que gera uma cultura específica, (...) Ou, também, essa correlata dupla natureza da educação como agência de transmissão e de criação cultural, como instrumento de reprodução de estruturas sociais e, por sua vez, de mobilização e mudança (Viñao Frago, 1998, p 183, tradução livre).

Leontiev (2016) alerta também que, do ponto de vista da consciência, a transição para a escola secundária é marcada pelo crescimento de uma atividade crítica face às exigências do comportamento e das qualidades pessoais dos adultos, e pelo surgimento de novos interesses que são, pela primeira vez, verdadeiramente teóricos. Assim, a mudança no lugar ocupado pela criança no sistema das relações sociais influenciará no desenvolvimento de seu psiquismo, pois ao se desenvolver ela transforma-se em um membro da sociedade, assumindo

todas as obrigações que a sociedade impõe, o que reforça a grande importância da escola no desenvolvimento da consciência do adolescente.

O último aspecto que a escola de ensino médio deve formar é para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, que está relacionada à compreensão dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina. Esses conteúdos ensinados pela escola podem ser úteis tanto para a inserção no mercado de trabalho quanto para a aprovação no vestibular e um desempenho satisfatório na universidade.

Na investigação de Klein e Arantes (2016), quando questionados sobre como as disciplinas curriculares contribuíram para seus projetos de vida, os jovens responderam que estas preparam para o vestibular e para cursar uma faculdade, algumas contribuindo para sua formação intelectual, como conversar sobre diferentes assuntos, ter domínio da língua culta, compreender fenômenos e interpretá-los, ou ainda para o futuro profissional, ajudando a conseguir um emprego e a ter sucesso profissional. Por outro lado, 59% dos jovens de ensino médio, participantes da pesquisa de Klein (2011), afirmaram não perceber relação entre a escola e a vida, não sendo possível que a instituição contribua para seus projetos de vida. Segundo esses alunos, as disciplinas que mais estão em consonância com seus projetos são português, matemática e língua estrangeira, sendo as demais menos importantes.

Neste mesmo sentido, a pesquisa de Leal (2010) mostrou que, para os alunos, a atividade de estudo não seria motivada pelo desejo de saber, mas sim pela obtenção de um certificado, que segundo sua concepção, serviria para aumentar as chances de conseguir um bom emprego e permitir a realização do vestibular. Os conteúdos escolares também não tiveram significado para eles, sendo meras atividades a serem cumpridas, não havendo relação entre os diversos conteúdos, e entre esses conteúdos e suas necessidades pessoais, ou mesmo as necessidades da coletividade para a qual poderiam contribuir. Com isso, a educação escolar desse grupo de jovens, organizada da forma como foi, contribuiu para a construção de uma consciência alienada, pois eles estabeleceram uma relação com a realidade de forma fragmentada e parcializada, não conseguindo olhar para o todo e organizá-lo. Isso ocorreu porque eles formaram basicamente o pensamento empírico, próprio da vida cotidiana, e a educação escolar, que poderia lhes proporcionar o desenvolvimento do pensamento teórico, não foi capaz de fazê-lo. A forma como a escola tem organizado as disciplinas, os conteúdos e a metodologia não tem proporcionado que o ensino impulse o desenvolvimento de seus alunos.

Os conceitos científicos, no entanto, não servem apenas para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, mas também para o desenvolvimento integral do adolescente, em particular das suas funções psicológicas superiores. Segundo Vigotski (2008), a formação dos conceitos começa na infância, mas as funções intelectuais que formam a base psicológica da formação de conceitos amadurecem, se configuram e se desenvolvem somente na puberdade. A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa, em que participam todas as funções intelectuais básicas. Neste desenvolvimento, a presença de um problema que exige a formação de conceitos não pode, por si só, ser considerada a causa do processo, muito embora as tarefas com que o jovem se depara ao ingressar no mundo cultural, profissional e cívico dos adultos sejam, sem dúvida, um fator importante para o surgimento do pensamento conceitual. Mas, se o meio não apresentar nenhuma dessas tarefas ao adolescente, não lhe fizer novas exigências e não estimular seu intelecto, proporcionando-lhe uma série de novos objetos, o seu raciocínio não conseguirá atingir os estágios mais elevados, ou só os alcançará com grande atraso. Com isso deve-se compreender as relações intrínsecas entre as tarefas externas e a dinâmica do desenvolvimento, e deve-se considerar a formação de conceitos como uma função do crescimento social e cultural global do adolescente, que afeta não apenas o conteúdo, mas também o método de seu raciocínio.

O domínio de conceitos cada vez mais complexos também favorece o desenvolvimento da abstração e da generalização, conduz à formação e ao aperfeiçoamento de operações lógicas, ao desenvolvimento da curiosidade, à iniciativa e à independência na assimilação de conhecimentos (Kostiuk, 2005). A construção dos novos conceitos, além da superação das contradições e da redução da incerteza, da ampliação do campo de ação e de comunicação, também constitui a motivação, o reforço do próprio processo – pois este é automotivado –, e para assegurar o seu prosseguimento, uma vez iniciado, não é necessário um reforço externo, é necessário e suficiente que subsistam as condições adequadas para que o processo continue a se desenvolver (Cecchini, 2005). Por isso, um espaço muito importante para o desenvolvimento dos conceitos é a escola, pois é nela que os alunos podem superar os conceitos espontâneos adquiridos na vida cotidiana, que não abrangem a essência dos fenômenos, e alcançar os conceitos científicos, que os auxiliarão no aprendizado de diferentes matérias escolares.

Na presente pesquisa houve um percentual de alunos que afirmaram ainda não saber o que gostariam de fazer no ano seguinte à aplicação do questionário. Esses alunos frequentavam todas as instituições, mas foi encontrada uma tendência à associação entre

estudar em instituição pública e não saber o que fazer no ano seguinte. Segundo Klein e Arantes (2016), a descoberta do que se quer na vida e a identificação de um projeto de vida fazem parte das atribuições da escola. Muitos jovens vivem sem saber ao certo o que querem na vida, o que demonstra que o processo de identificação e adoção de um projeto de vida não é decorrência natural da existência, mas fruto de relações e convivências que podem levar a tal descoberta.

Um dos desafios da escola atualmente é levar os alunos a darem um sentido à experiência escolar, pois nas condições do desenvolvimento atual, este não é automático, como em outras etapas do desenvolvimento escolar. É no ensino médio, principalmente, que progressivamente os alunos perdem o interesse pela escola, se evadem, ou passam a ser reprovados constantemente, frequentando a escola talvez pela sociabilidade, mas sem aprendizagens significativas. Entre os motivos que levam muitos alunos a abandonarem a escola antes da conclusão estão dificuldades financeiras, carga horária de trabalho, gravidez, além da falta de identificação com a instituição que se manifesta em várias reprovações antes da desistência de fato.

Segundo Torres e colaboradores (2013), pessoas que atingem idades “críticas” como 18 anos, além de não se sentirem mais integradas adequadamente ao ambiente do ensino médio por conviverem com colegas muito mais jovens, também parecem se sentir crescentemente induzidos a assumir um papel adulto, abandonando a escola antes da conclusão, inclusive independentemente de sua inserção no mercado de trabalho. Em contrapartida, segundo Castro e Tavares Júnior (2016), a maioria dos alunos que chegam ao terceiro ano do ensino médio são os que nunca foram reprovados, ou foram reprovados poucas vezes, pois o sistema escolar tem funcionado como um funil em que muitos ingressam e poucos conseguem concluir de forma regular e sem defasagem idade/série, principalmente os alunos em condições sociais desfavoráveis.

No presente levantamento, os alunos com idade inferior a 18 anos foram os que se sentiram mais bem preparados em todos os aspectos: para o trabalho, para prosseguir nos estudos, para compreender os fundamentos científico-tecnológicos e como pessoa humana, o que pode indicar que são os que se sentem mais ajustados à escola. Esses alunos com menos de 18 anos apontaram mais frequentemente como planos para o futuro ingressar em um curso superior, enquanto os alunos com mais de 18 apontaram mais opções que incluíam o trabalho e o estudo, como trabalhar e ingressar em curso superior, trabalhar e ingressar em cursinho

pré-vestibular, ou trabalhar e ingressar em curso técnico. Isso pode indicar que para os alunos mais velhos a necessidade de trabalhar está mais presente que para os mais jovens.

Também foi encontrada uma associação entre ser do sexo feminino e se avaliar como bom aluno. Apesar desta avaliação, as alunas tendem a sofrer mais de ansiedade e depressão, o que pode estar relacionado às múltiplas pressões sociais que sofrem para que desempenhem com perfeição os papéis de mãe, esposa e profissional. Essas exigências podem fazer com que as mulheres tenham mais chances de desenvolver sintomas psíquicos, o que as torna também mais vulneráveis à medicalização.

Essa pressão para obter bons resultados no vestibular sinalizada pelos alunos pode levá-los a manifestar vários sintomas. D'Ávila e Soares (2003) questionaram jovens a respeito do que despertava mais ansiedade frente ao vestibular, obtendo como resposta: medo da reprovação; excesso de matérias para estudar; razão desproporcional candidato/vaga; despreparo em relação aos estudos; dificuldade da prova; cobrança dos pais, amigos e professores; incerteza quanto ao curso escolhido; inexperiência com o vestibular; falta de condições financeiras para cursar; não estar preparado para um curso universitário.

Essas dificuldades podem levar a outros problemas, como mostraram Paggiaro e Calais (2009), que encontraram manifestações de estresse em mais da metade (67,7%) dos alunos de cursos pré-vestibulares. Os sintomas mais mencionados foram: sensação de desgaste físico constante; cansaço constante; problemas com a memória; pensamento constante sobre um só assunto; dúvidas quanto a si próprio; sensação de incompetência; tensão muscular; entre outros, sendo o vestibular a maior preocupação da amostra. Soares e Martins (2010) também identificaram sintomas de ansiedade em estudantes do ensino médio, sendo o sexo feminino mais suscetível à manifestação dos sintomas. Nesta mesma linha, Rocha et al. (2006) encontraram indicativos de transtorno depressivo entre estudantes do ensino médio de um colégio particular, também com predomínio dos sintomas na amostra feminina. Os autores acreditaram que os resultados eram reflexo de um estado de angústia, medos e confusões advindos da adolescência e da proximidade do exame vestibular.

Com isso, pode-se concluir que os alunos do ensino médio se sentem pressionados pelos pais e pela escola para obterem um bom resultado no vestibular, e essa pressão também pode levá-los ao consumo de medicamentos. As falas de alguns alunos desta pesquisa são ilustrativas desta situação:

Pesquisadora: (...) Vocês acham que os estudantes que se sentem mais pressionados poderiam mais provavelmente recorrer a esses medicamentos ou não?

Nicolas: Acho que sim, porque na sua cabeça você vai ouvir essa necessidade e, de uma certa forma, vai buscar o melhor resultado possível independente dos meios. (Masculino, 18).

Germana: É... Temos que dar conta de muito conteúdo. A gente tem a pressão de estar sempre preparado, de saber tudo. Acho que é por isso que alguns estudantes podem recorrer a esses medicamentos, principalmente os que não tem o hábito de estudar e deixam tudo para a última hora. (Feminino, 17).

Fernando: Uma pressão familiar, da escola. Você tem que passar no vestibular, é o que tem que acontecer. Acontece que por mais que você estude, não tem lugar para você lá. (Masculino, 18) (Escola profissionalizante, Juazeiro do Norte).

As falas desses outros alunos são semelhantes:

Acho ótimo e faço uso de um medicamento que possibilita mais atenção nas aulas, e na absorção dos conteúdos passados na escola, pois muitas vezes tenho dificuldade de aprendizagem e concentração (Feminino, 17) (SIC) (Cursinho público, São Paulo).

Algo muito positivo. O mundo capitalista induz a competitividade. Além de melhorar o aproveitamento para quem estuda apenas, proporciona chances às pessoas que além de estudar trabalham. (Masculino, 18) (SIC) (Cursinho privado, Juazeiro do Norte).

Uma percepção positiva acerca do aprimoramento cognitivo farmacológico pode condizer com uma crença cultural do sucesso a qualquer custo, onde elevados níveis de produtividade em curto prazo, com baixo investimento e alta qualidade, são imprescindíveis. Essa crença leva os alunos a pensarem que a aprovação no vestibular depende apenas do esforço individual, pois o “normal” é ter sempre um bom rendimento e no final do ensino médio ser aprovado no vestibular. Quando isso não acontece é porque há alguma coisa errada no cérebro deste adolescente, e assim como as causas do insucesso estariam nele, a “cura” para este insucesso também estaria. Desta forma, seria necessária apenas a administração do medicamento correto para voltar a funcionar adequadamente, pois o que está ruim precisa ficar bom e o que está bom sempre pode melhorar.

Essas constatações são muito preocupantes porque, como os resultados mostraram, o contingente de alunos predispostos a usar medicamentos foi alto (65,3%). Também é preocupante a contradição evidenciada nesses dados, pois, nas informações prestadas pelos alunos, quase três quartos da amostra (70,6%) informaram nunca ter ouvido falar neste tipo de medicamentos, assim como a grande maioria (87,1%) assinalou não conhecer usuários, mas mais da metade (55,2%) avaliou positivamente o uso e um contingente maior ainda (65,3%) afirmou que usaria. Os alunos que tiveram uma percepção positiva foram os que mais afirmaram que usariam (88%), e os que tiveram uma percepção negativa os que mais afirmaram que não usariam (80,2%). No entanto, foi observada incoerência nas respostas de cerca de um quinto dos alunos (19,8%) que informou considerar que os medicamentos são ruins, mas ainda assim afirmou que usaria.

Os dados acima indicam também que se pode considerar uma percepção positiva sobre os medicamentos como sendo uma tendência à automedicação, visto que medicamentos

para aprimoramento cognitivo não são regulamentados no Brasil, e os alunos os obteriam por outros meios que não a prescrição médica. Neste contexto percebe-se que os índices de automedicação no Brasil são altos.

Uma pesquisa do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade Industrial (2014) mostrou que a automedicação faz parte da rotina de 76,4% dos brasileiros, e entre os jovens de 16 a 24 anos chega a 90,1%. Cinco em cada dez carregam comprimidos para tomar quando surge algum incômodo e 16,5% usam analgésico toda semana. A pesquisa também apontou que quanto maior a escolaridade, maior o consumo por conta própria, pois 50,9% dos entrevistados com ensino fundamental compram medicamentos sem receita, enquanto 76,3% dos que têm ensino médio e 84,8% dos que têm ensino superior adotam a mesma prática.

Dados do VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras (Carlini et al, 2010) apontam que o sexo masculino usa mais drogas como cocaína, solventes, maconha e esteroides; e o feminino, medicamentos como os anfetamínicos (anorexígenos – moderadores de apetite), os ansiolíticos (tranquilizantes) e os analgésicos. As relações entre sexo e consumo se mantiveram nas escolas públicas e particulares. Segundo o estudo, é de se supor que as estudantes consigam estes medicamentos através das “farmácias” dos lares e por doação de amigos, mais do que diretamente pelo tráfico. Além disso, independente do sexo, os adolescentes de faixas etárias mais avançadas apresentaram maior probabilidade de uso arriscado de substâncias.

O levantamento também mostrou que, no Brasil, o total de estudantes com histórico de uso de qualquer droga (exceto álcool e tabaco) no ano foi de 9,9% para a rede pública e 13,6% para a rede privada. A porcentagem de alunos das escolas privadas usando drogas em geral foi maior quando avaliada por três tipos de uso (na vida, no ano, no mês), mas o contrário ocorreu quando o uso frequente e pesado foi incluído na análise, ou seja, mais alunos das escolas públicas em relação aos alunos das escolas privadas tiveram maior envolvimento com drogas em geral.

Várias pesquisas confirmam a automedicação entre adolescentes. Em Porto Alegre (RS) 52,3% dos alunos do ensino médio relataram consumir medicamentos regularmente. Desses, 2,3% relataram consumir metilfenidato regularmente (Almeida, 2009). Também com alunos do ensino médio da cidade de Porto Alegre (RS), outra pesquisa mostrou um consumo de medicamentos em 49,5% da amostra, sendo significativamente maior entre os alunos do sexo feminino, da 3ª série do ensino médio, turno diurno (manhã e tarde), cujos familiares

tinham o hábito de consumir medicamentos e cujas mães tinham menor escolaridade (Silva & Giugliani, 2004). No município de Vitória (ES) o uso de medicamentos ocorreu em 42,3% da amostra, sendo que em 53,3% desses casos houve automedicação. A incidência de automedicação também foi maior no sexo feminino, com uma maior prevalência entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, e o consumo de medicamentos pelos familiares também mostrou ser um fator de influência na automedicação dos adolescentes (Silva et al., 2009).

Em Barbalha, interior do Ceará, entre estudantes de escolas públicas e privadas, o consumo de medicamentos chegou a 80% nos últimos 60 dias, sendo a incidência de automedicação maior no sexo feminino (Inácio et al., 2011). Em Fortaleza (CE), 72,0% dos participantes relataram uso de medicamentos nos 60 dias anteriores à pesquisa, sendo a automedicação relatada por 20,8% dos estudantes (Silva, Catrib, Matos & Gondim, 2011). Em Pelotas (RS) a incidência de automedicação também foi superior na amostra feminina, e 1 em cada 10 adolescentes relatou fazer uso de algum medicamento de forma contínua. Os pesquisadores também perceberam que à medida que o nível de atividade física aumentou a prevalência de uso de medicamentos diminuiu, enquanto um maior tempo de uso de eletrônicos aumentou a prevalência de uso de medicamentos (Bergmann et al., 2016).

Em resumo, esses dados mostram que o consumo de múltiplos medicamentos, que antes era comum principalmente em idosos, tornou-se usual entre crianças e jovens. As mulheres são as maiores consumidoras, fato confirmado pela presente pesquisa, onde as alunas foram as que mais afirmaram conhecer usuários de medicamentos para aprimoramento cognitivo.

Em relação ao público pré-universitário, a pesquisa de Cassimiro (2012) mostrou que 21% dos alunos dos dois cursos pré-vestibulares de Belo Horizonte (MG) pesquisados faziam uso de psicofármaco. As drogas antidepressivas foram as de maior incidência, mas 15% dos jovens afirmaram que usam drogas para TDAH, como o cloridrato de metilfenidato. Não houve diferença estatisticamente significativa entre as prevalências do uso de psicofármacos para os alunos de diferentes áreas de escolha para o vestibular, mas separando por área de interesse, verificou-se que a maioria dos usuários desejava ingressar em medicina, que é um curso bastante concorrido.

Como já assinalado na introdução, no caso do público universitário as drogas para aprimoramento cognitivo são mais populares, com o uso podendo chegar a 60% entre os estudantes pesquisados (Mota & Pessanha, 2014). O cloridrato de metilfenidato é bastante conhecido entre este público, pois 94,23% dos estudantes de medicina do Centro

Universitário de Volta Redonda (RJ) informaram já ter ouvido falar dele e 63% conheciam seu mecanismo de ação (Carneiro et al., 2013), 35,5% dos estudantes da Universidade Federal da Bahia conheciam outros estudantes que faziam uso e 7,5% sabiam onde comprar o medicamento sem receita médica (Cruz et al., 2011).

Cesar et al. (2012), em pesquisa com universitários de instituições públicas e privadas das 27 capitais brasileiras, encontrou uma maior prevalência de usuários do metilfenidato nos primeiros anos de graduação, nos cursos da área de humanas e de instituições privadas. O uso também foi mais frequente entre aqueles das regiões centro-oeste e sul do país, bem como entre os que moravam em república ou alojamento estudantil.

Várias pesquisas confirmam uma crença favorável ao uso de aprimoradores cognitivos farmacológicos para a realização de atividades cotidianas. Verificou-se que as pessoas que faziam uso do aprimoramento cognitivo farmacológico justificaram esse uso pelo grande número de atividades acadêmicas, para diminuir a fadiga e preservar o estado de vigília (Urrego et al., 2008; Barón et al., 2011), mas houve também os que informaram que usavam para se sentirem bem e terem prazer na atividade que estavam desempenhando (Vrecko, 2013).

Tsuda e Christoff (2015) apontam que 3,13% dos estudantes de medicina participantes de sua pesquisa relataram intercorrências resultantes do uso do metilfenidato, tais como problemas de saúde, social, legal ou financeiro, bem como relataram que o uso da substância suscitou a preocupação de pessoas próximas. Além disso, 1,56% também admitiu não ter sido bem-sucedido nas tentativas de controlar, diminuir ou mesmo parar o consumo. Mas o restante dos alunos não considerou seu uso problemático e nem associou qualquer prejuízo relacionado ao consumo da substância, alegando que nunca tiveram qualquer dificuldade em parar.

Esses dados são preocupantes, primeiro, pela escassez de estudos longitudinais em médio e longo prazo que analisem os prejuízos associados ao uso indiscriminado da substância, e segundo porque, como Cesar e colaboradores (2012) pontuaram, foi verificada maior prevalência entre os usuários de metilfenidato e o risco no mínimo moderado para o desenvolvimento de dependência para álcool, anfetaminas e pelo menos uma droga ilícita. Pessoas com uso prévio de benzodiazepínicos, álcool ou anfetaminas também têm maiores chances de se tornarem usuários de metilfenidato.

Na literatura consultada verificou-se que os estudantes fazem uso de diferentes estratégias para adquirir os medicamentos, como falsificação dos sintomas para conseguir

receita médica, compra de outros usuários e também compra no mercado ilegal. Vrecko (2015) afirma que o uso de estratégias diferentes para aquisição do medicamento parece ser sutil, mas pode significar diferença na percepção dos usuários e suas experiências. Um estudante que compra de um “revendedor de droga”, por exemplo, provavelmente se percebe diferentemente daquele que recebe de graça de um amigo, ou daquele que recebeu a receita de um médico que foi enganado para fornecer.

Segundo o estudo realizado por Pasquini (2013) em 30 universidades do estado de São Paulo, 25,3% dos estudantes alegaram que no período de provas ou quando julgam ser necessário adquirem a droga de origem paraguaia. Isso também traz o alerta de que aquisições ilegais do medicamento são ainda mais preocupantes, pois não se tem controle se a droga foi produzida dentro dos padrões reguladores exigidos pelos órgãos de fiscalização e vigilância em saúde. Essa droga adquirida no mercado negro também pode ser consumida para outras finalidades além do aprimoramento, como para recreação, o que assemelha o comportamento dos consumidores ao dos usuários das drogas ilícitas, também comuns dentro do sistema escolar, como já mencionado.

No grupo focal, um dos alunos refletiu a esse respeito:

Lucas: Além disso, isso deve movimentar todo um mercado ilegal, porque sempre vai ter alguém para vender drogas; deve envolver muito dinheiro. Então o problema não está só em quem toma, mas também em todo esse mercado que se movimenta. E as pessoas que pertencem a ele não estão nem aí se você vai ter uma reação alérgica, se vai morrer ou não. Eles só querem vender, e vender caro. (Masculino, 17) (Escola profissionalizante, Juazeiro do Norte).

Eles também refletiram sobre o poder da indústria farmacêutica:

Nicolas: (...) Como todas as indústrias do mundo capitalista, esta (a indústria farmacêutica) também visa o lucro. Ou seja, a finalidade deveria ser curar as doenças, mas acaba sendo o lucro da indústria. E uma outra coisa, há doenças que poderiam ser curadas, mas o lucro com um tratamento demorado é maior do que com um tratamento rápido que visa a cura. (Masculino, 18) (Escola profissionalizante, Juazeiro do Norte).

Quando os alunos foram questionados a respeito do conhecimento e disposição em usar os aprimoradores cognitivos, percebeu-se que as respostas foram semelhantes nas três cidades pesquisadas (São Paulo, Fortaleza e Juazeiro do Norte). Os percentuais de alunos que conhecem alguém que usa ou que já ouviram falar dos medicamentos foram semelhantes, mas os dados evidenciaram a ausência de informação sobre esse tipo de medicamento, visto que, por exemplo, os alunos de Fortaleza são os que tinham menos informações, mas são os que mais manifestaram uma percepção positiva e maior disposição em usar. Em contrapartida, os alunos de São Paulo são os que mais informaram ter ouvido falar, que mais conheciam usuários, mas são também os que menos usariam e que manifestaram uma percepção mais negativa.

Em geral, o consumo de substâncias psicoativas é maior nas grandes cidades e nos centros mais desenvolvidos. Por exemplo, Cesar et al. (2012) encontraram maior consumo de medicamentos entre os estudantes universitários das regiões centro-oeste e sul do país. Segundo Andrade et al. (2012), isso ocorreria porque a população das megacidades, como São Paulo, por exemplo, em virtude das desigualdades econômicas e sociais e do estresse ligado à acelerada urbanização, podem sofrer com a deterioração da sua saúde, particularmente da saúde mental, o que a predispõe a um maior consumo de medicamentos.

Estes dados também foram confirmados pelo levantamento realizado pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade a partir dos dados de prescrição de psicofármacos em unidades particulares registradas pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As informações apontaram maior consumo de metilfenidato nos estados do Sul, seguido pelo Centro-oeste e Sudeste, e menor consumo no Nordeste e Norte. Separados por estado, o maior consumidor em 2013 foi o estado do Rio Grande do Sul, seguido por Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro. O levantamento mostrou um maior consumo no segundo semestre do ano letivo, o que também pode estar relacionado à proximidade do vestibular, não só à finalização das atividades acadêmicas.

Este foi um dos temas discutidos nos grupos focais, e quando instigados a falarem sobre o assunto, os jovens inferiram que há um maior consumo de fármacos em cidades mais desenvolvidas, como pode ser observado na sequência de falas a seguir:

Pesquisadora: (...) Vocês acham que nas cidades maiores, essa pressão seria maior ou menor do que nas cidades menores?

Fernando: Acho que nas cidades maiores a pressão é maior. (Masculino, 18).

Pesquisadora: Porque?

Fernando: Não sei... Acho que o crescimento e desenvolvimento das cidades e a necessidade de mão-de-obra vão fazendo com que o movimento da cidade seja mais acelerado. Então você precisa ter essa preparação para se inserir no mercado de trabalho de forma muito mais rápida do que nas cidades menores. (Masculino, 18).

Heitor: A concorrência é grande tanto no vestibular quanto no mercado de trabalho, porque você precisa se destacar para ter seu lugar garantido. Sinal dessa grande concorrência que você está falando. (Masculino, 17).

Nicolas: Eu acho que em outros lugares pode haver mais informação sobre esses medicamentos do que em nossa cidade, pois eu, particularmente não o conhecia. Acho que também pode acontecer de a pessoa saber sobre o assunto e assumir a consequência sobre o uso dessas drogas. (Masculino, 18).

Nicolas: Acredito também que em grandes cidades tenha um acesso mais fácil a esse tipo de medicamento. (Masculino, 18).

Fernando: Tem pessoas que vivem numa realidade diferente da nossa, onde o principal é ganhar dinheiro. Se, por exemplo, uma pessoa dessas quer passar em um concurso, mas não consegue ter muita atenção nos estudos, pode ser que caia nessa de tomar esse tipo de remédio. (Masculino, 18).

Germana: Uma pessoa pode dizer que não vai usar isso porque tem efeitos colaterais e outros que aceitam correr os riscos, porque acham que será melhor assim, pois tem benefícios. (Feminino, 17).

André: Pode ser falta de orientação também; eu imagino que a maioria das pessoas que toma essas drogas, toma porque não teve orientação suficiente para não tomar. (Masculino, 17) (Escola profissionalizante, Juazeiro do Norte).

Como os alunos inferiram, no Brasil a distribuição de vagas no ensino superior, de fato não é uniforme, o que pode gerar grande concorrência em alguns estados. Segundo o Mapa do ensino superior no Brasil (2015), a taxa de escolarização líquida, que corresponde ao percentual do número de estudantes de 18 a 24 anos no total da população da mesma faixa etária, matriculados no ensino superior, no Brasil é de 16,2%, enquanto em São Paulo é de 20,6% e no Ceará de 11,1%. Entre os alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2012, obtiveram nota superior a 450 pontos e não zeraram em redação, o índice no Brasil foi de cerca de 47%, enquanto em São Paulo foi de 52,0% e no Ceará foi de 47,7%.

Ainda segundo o levantamento, o estado de São Paulo tem uma população estimada em 44 milhões, e é o primeiro estado brasileiro em número de alunos matriculados em cursos presenciais de nível superior, com 1,65 milhão de matrículas. Considerando toda a população do estado, haveria uma relação aproximada de candidatos por vaga no ensino superior na ordem de 26,66. A remuneração média no estado para os profissionais com ensino médio completo em 2013 foi de R\$ 1.873,33, e com ensino superior completo foi de R\$ 5,5 mil. Já o Estado do Ceará tem uma população estimada em 8,8 milhões e concentra em suas 54 instituições de ensino superior, 3,3% das matrículas em cursos presenciais, totalizando 202 mil matrículas. Se for feito o mesmo cálculo dividindo o total da população pelo total de vagas no ensino superior, obtém-se o valor de 43,56. A remuneração média para os profissionais com ensino médio completo em 2013 foi de R\$ 1.202,41, e com ensino superior completo foi de R\$ 3,7 mil.

Isso mostra que no estado de São Paulo a concorrência para as vagas no ensino superior é menor (26,66) do que no Ceará (43,56), e que renda média do trabalhador com ensino superior é maior (5,5 mil contra 3,7 mil). Esta estimativa pode não ser precisa, mas confirma a ideia de que nas cidades maiores há mais oportunidades educacionais e melhores salários, apesar de o custo de vida ser mais alto. A percepção dos alunos no presente estudo foi consoante com essas informações, visto que os alunos das cidades de São Paulo e

Fortaleza foram os que mais apontam a opção ingressar no ensino superior, mas foram também os que se sentiram mais despreparados para tal feito.

Buscando verificar a existência de relação entre a percepção sobre o uso dos medicamentos e o sexo, foi realizada uma análise estatística que não verificou diferença entre a percepção dos homens e das mulheres. No entanto, foi verificada associação entre ser do sexo feminino e conhecer alguém que usa os medicamentos, apesar de não ser verificada diferença entre ser do sexo masculino ou feminino e usá-los. As pesquisas que associam o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo e o sexo não são conclusivas, pois umas apontam prevalência do sexo masculino e outras do sexo feminino. Por exemplo, o consumo de metilfenidato foi maior entre os homens na pesquisa de Cesar et al. (2012), e maior entre as mulheres na pesquisa de Carvalho (2016), e não houve diferença entre os sexos em Carneiro et al. (2013). Mas um fato preocupante foi apontado pelos estudos de Teter et al. (2006) e Graça (2013), que destacaram o uso de medicamentos com a finalidade de perda de peso pelas estudantes do sexo feminino.

Em relação à idade, nesta pesquisa foi verificado que os alunos com menos de 18 anos foram os que mais tiveram uma percepção positiva, encontrando-se uma tendência à associação entre as duas variáveis, mas a literatura também não é consensual a esse respeito. A pesquisa de Cassimiro (2012) apontou maior consumo de psicofármacos em alunos maiores de 21 anos, o que ele associou ao aumento das pressões e cobranças. Por outro lado, Carvalho (2016) encontrou maior adesão a substâncias entre os alunos mais jovens, o que o levou a presumir que conhecimentos adquiridos no decorrer da vida podem influenciar no consumo dessas substâncias.

Em relação ao tipo de instituição de onde se originam, os alunos das instituições privadas foram os que mais demonstraram conhecimento sobre o medicamento e seus usuários, e mais apontaram uma percepção positiva sobre eles. Por outro lado, os alunos de instituições públicas foram os que menos tinham ouvido falar e conheciam menos usuários, além de terem uma percepção negativa e crítica sobre eles. No entanto, a disposição em usar os medicamentos não esteve associada estatisticamente a nenhuma instituição específica. No estudo preliminar realizado pela autora em Juazeiro do Norte (Trigueiro & Leme, 2014), 54,5% dos alunos da escola pública e 57,5% da escola privada afirmaram que usariam o medicamento, tendência que foi mantida neste estudo.

Tsuda e Christoff (2015) alertam que alguns estudantes podem fazer uso dessas substâncias pela curiosidade sobre elas e sua efetividade sobre as atividades físicas e mentais.

Isso se reflete na fala de alunos desta pesquisa, que afirmaram não conhecer esses medicamentos mas que poderiam usá-los, como mostra a fala abaixo:

Ainda não ouvi falar sobre tais medicamentos, no entanto, se os mesmos não causarem NENHUM tipo efeito colateral, nem sequelas e, que, tivessem apenas pontos positivos, não vejo problema em um medicamento que estimule os estudos. Além disso que fosse algo voluntário. (Feminino, 17) (SIC) (Escola pública, Fortaleza).

Nos grupos focais os alunos também refletiram sobre essas nuances.

Lucas: Existem muitas campanhas sempre mostrando as consequências desses abusos e acho que o mesmo deveria acontecer a respeito desse doping intelectual. Porque as pessoas que estão se drogando para passar em tal curso, muito provavelmente não conhecem as consequências das coisas que estão tomando, conhecem apenas as vantagens. Eu só vi vantagens, a princípio. Você toma para se concentrar e se concentra, de fato. Mas você nunca sabe se está de fato aprendendo e, como a professora disse, não tem garantia de resultado. E ainda tem gente que consegue se concentrar naturalmente, consegue estudar naturalmente até melhor do que quem está se concentrando por causa de remédios. É necessário ter campanhas informativas sobre o uso dessas drogas, porque quem não conhece os efeitos colaterais, só vai ver vantagem. Se meus pais me forçassem a fazer algo, e eu não tivesse saída eu procuraria os remédios – se eu soubesse só das vantagens e não das consequências. (Masculino, 17).

Lucas: No meu caso eu não toparia fazer isso. Não gosto. Mas se eu estiver competindo com alguém que tomou e em quem esse medicamento funciona... Por exemplo, se tem dez vagas e quinze concorrentes, cinco estão fazendo uso das drogas e os outros cinco, que estudaram pra caramba, que passaram talvez anos tentando alcançar aquela nota, para ficar em décimo lugar porque uma pessoa tomou um remédio e você não? Eu acho isso injusto. (Masculino, 17).

Lucas: Não vale a pena, mas muita gente toma por pressão em casa. Os pais querem que o filho passe em medicina, então ele presta vestibular para a medicina e ele não quer decepcionar ninguém... Muitos jovens sofrem uma pressão dos pais por desempenho escolar ou no vestibular, e sentem muita responsabilidade em não decepcionar os pais. Em resposta a isso, esses jovens vão fazer de tudo para não decepcionar; e aí você sabe que ele não vai passar só estudando, ele vai buscar medicamentos. E também outras influências em casa, se você terminou o ensino médio e agora vai só estudar e não trabalhar, muitas vezes os pais ficam incomodados. Aí, para não sofrer mais pressão do que já se sofre em casa, as pessoas recorrem a esses remédios. E aí, às vezes, ele passa e não é por ele, mas para dar orgulho aos pais. (Masculino, 17) (Escola profissionalizante, Juazeiro do Norte).

Nessas falas percebe-se que a pressão por resultados pode ser muito forte para algumas pessoas. Maher (2008) também mostrou nos resultados de sua pesquisa com cientistas de 60 países que os entrevistados se posicionavam no primeiro momento contra o oferecimento de medicamentos para crianças que não tinham deficiências. Contudo, cerca de um terço desses respondentes afirmaram que ficariam tentados em oferecer drogas a seus filhos, se descobrissem que os pais das demais crianças estivessem ofertando às deles para melhorar o desempenho.

Isso também leva à reflexão de que se esses medicamentos se popularizarem e forem regulamentados, essa pressão pode aumentar e pode crescer a possibilidade de coação de chefes para com os seus subordinados, por exemplo. Os universitários participantes da pesquisa de Barros e Ortega refletiram sobre isso:

Os seus limites seriam desafiados, e se você não chegasse num patamar de fazer a quantidade de coisas que te colocam pra fazer, a pessoa ia chegar pra você e falar: ‘Ué! Mas você não toma o remédio porque

“você não quer. Você tem condições de fazer tudo que você é, tudo que te é obrigado a fazer. Você não faz porque você não quer. Porque tem a possibilidade de você tomar o remédio, e fazer.” (Barros & Ortega, 2011, p. 356).

A publicidade ia se apropriar disso, e aí você ia ligar sua TV e ia ver um comercial, num estilo comercial de margarina, falando: ‘Tome Ritalina® e faça seu dia durar!’, porque você é uma mulher que trabalha das oito às seis, e quando você chega em casa você está cansada pra brincar com seu filho. Então você precisa da Ritalina®... (Barros & Ortega, 2011, p. 357).

Segundo Herrera e Rohden (2015), esse tipo de propaganda era comum nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, quando o metilfenidato começou a ser comercializado e suas indicações de uso incluíam fadiga crônica, letargia, estados de depressão, psicose associada à depressão e narcolepsia. De acordo com os autores, até por volta do ano de 1970 os anúncios publicitários voltados a médicos e pacientes apresentavam homens e mulheres brancos de meia idade ou idosos acometidos de depressão e fadiga, destacando os benefícios da Ritalina, caracterizada como uma substância de ação suave com poucos efeitos colaterais. Essas propagandas podiam incluir textos que apresentavam o fármaco como “um ‘feliz’ mediador da estimulação psicomotora” (p. 12). Somente a partir desta época o foco se deslocou para o tratamento da Disfunção Cerebral Mínima, atualmente chamada de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Neste mesmo sentido, pode-se entender que a crescente busca pelo aprimoramento cognitivo farmacológico seria uma nova mudança de foco no tipo de usuários do medicamento.

Petersen, Norgaard e Traulsen (2015), em entrevistas com alunos americanos que fazem uso de estimulantes, identificaram neles características em comum: são ambiciosos, têm boas notas, são estudantes profissionais e em cursos de turno integral, têm muito tempo para atividades sociais, praticam atividade física algumas vezes por semana. Para eles o aprimoramento não seria para uma causa específica, mas para melhorar sua *performance* e se sentir bem, como pode ser observado na fala: “Eu desejo ser o melhor e eu posso ser (...) Se você for responsável, se você se educar, se você não abusar dela, ela pode ser uma ferramenta útil (...)” (Estudante americano, 32 anos).

Os autores ainda afirmaram que muitos estudantes usuários tinham uma espécie de ritual quando iam usar o medicamento para estudar, que incluía organizar o ambiente, os livros, as anotações, o computador etc. antes de tomarem o medicamento. Eles faziam isso porque quando não se preparavam para a sessão de trabalho antes de o medicamento fazer efeito podiam perder horas com jogos de computador ou outras atividades de lazer, e que só aprenderam isso depois de perder o tempo e a droga (Petersen, Norgaard & Traulsen, 2015).

Para esses estudantes, a droga era vista como uma ajuda reservada para momentos importantes durante o semestre, quando surgiam sentimentos de desinteresse, sobrecarga e insegurança acadêmica e eles precisariam eliminar ou prevenir a procrastinação. O medicamento os transformaria imediatamente de uma pessoa desinteressada, sobrecarregada e insegura, em outra produtiva, focada e confiante. Eles ainda afirmaram que tomavam não só para se livrar de algo desagradável, mas também para intensificar uma paixão ou entusiasmo que já estava lá, para ter prazer na experiência de estudar, como afirmou um estudante: “Adderal¹⁰ adiciona gasolina ao meu fogo” (Estudante americano 23 anos) (Petersen, Norgaard & Traulsen, 2015).

Liakoni, Schaub, Maier, Glauser e Liechti (2015), em pesquisa com estudantes americanos de segundo grau, verificaram que aqueles que se sentiram mais pressionados pela escola ou mais estressados com o ambiente escolar foram os que mais revelaram ter usado substâncias para aprimoramento pelo menos uma vez no último ano, comparados a estudantes que não perceberam pressão da escola ou perceberam uma pressão mínima. Os autores também averiguaram que os estudantes que usaram uma substância ao menos uma vez para aprimoramento cognitivo foram os que se sentiam menos satisfeitos com sua situação de vida, comparados aos não usuários.

Coelho (2014), em uma pesquisa desenvolvida com indivíduos envolvidos em atividades intelectuais tais como estudo para concurso público, conclusão de doutorado, seleção para pós-graduação no exterior, também encontrou nesse público uma percepção muito favorável aos medicamentos. Esses indivíduos procuraram a medicação com a finalidade de aumentar, seja em tempo e/ou qualidade, suas horas de estudo, e para isso buscaram médicos especialistas para obter uma prescrição. Eles relataram dificuldade para desempenhar atividades de estudo de acordo com suas expectativas, necessidades e as demandas sociais de desempenho, e por isso afirmaram sentir uma melhora na sua *performance* de estudo com o medicamento e declararam maior rendimento e ânimo para realizar as tarefas. Também é interessante pontuar que a prescrição médica trouxe segurança para esses indivíduos, pois a presença do médico foi vista como uma garantia no controle dos possíveis riscos que correm ao utilizar um medicamento como esse.

A autora afirma que a produção de um desempenho mental de excelência, excedendo os limites da capacidade tida como normal, constitui a resposta para a demanda de uma sociedade competitiva e individualista, na qual exceder os próprios limites naturais é exceder

¹⁰ Adderal também é um medicamento utilizado para aprimoramento cognitivo.

o outro, o coletivo. Neste contexto, a fala de uma das entrevistadas da pesquisa de Coelho (2014) se mostra muito semelhante às encontradas nos jovens da presente pesquisa, como se pode ver: “Via como uma potencialização dos estudos, para me sentir mais segura, aproveitar melhor o tempo, para manter-me acordada” (Coelho, 2014, p. 5).

Em consonância com esses dados, os participantes da pesquisa de Barros (2009) também afirmaram que o bom desempenho nas tarefas e atividades profissionais é a principal fonte de reconhecimento social, o que justifica tanto esforço e investimento no desempenho cognitivo/acadêmico. Para eles, o reconhecimento social tanto estava relacionado ao desejo de a pessoa ser igual aos outros e, portanto, desejar ter o mesmo desempenho que os outros, quanto ao objetivo de diferenciar-se (destacar-se) deles. Ou seja, para assemelhar-se ao grupo (sentimento de pertencimento), é necessário manter a individualidade, destacando-se do conjunto social. No entanto, esta prática também poderia aumentar ainda mais as desigualdades sociais já existentes no Brasil, visto que nem todos poderiam ter acesso a ela.

Neste sentido, pode-se pensar também que há injunções culturais, sociais e econômicas de incentivo à melhoria do desempenho, numa espécie de culto à *performance*, visto que a sociedade contemporânea incentiva uma necessidade permanente de melhoria das capacidades. Com isso, pode-se especular que em uma sociedade cujos direitos individuais seriam preservados e garantidos e as oportunidades sociais seriam mais justas, autorizar a prática de aprimoramento e deixar como critério de escolha individual o uso (ou não) de substâncias poderia não trazer maiores consequências. Por outro lado, em uma sociedade desigual como a brasileira, talvez desperte preocupação com a possibilidade de aumento das injustiças e discrepâncias entre os indivíduos, criando uma nova norma social de desempenho apenas acessível a poucos (Barros, 2009).

Como já evidenciado, este tema é polêmico e ainda suscita muitos debates. Forlini e Racini (2009) encontraram diferentes pontos de vista ao analisarem os diversos meios que discutem o assunto. Os defensores argumentaram que o metilfenidato é uma droga segura com poucos efeitos colaterais e que a utilização para o aperfeiçoamento cognitivo é um objetivo louvável e uma escolha pessoal. Em oposição, vários pesquisadores alegaram que seria antiético melhorar deliberadamente a concentração e memória de um indivíduo, além de questionarem as vantagens do metilfenidato, uma vez que estas são mínimas e os riscos do uso, em longo prazo, não são conhecidos.

Na presente pesquisa muitos alunos elaboraram uma crítica a essa prática:

Acredito que existem limites do próprio aluno que devem ser respeitados, o esforço e dedicação são essenciais mas a cobrança social e familiar pressiona o aluno a ponto de procurar métodos que lhe

tornem mais ativo e quando esses métodos (medicamentos) prejudicam a saúde do aluno eu não considero adequado e bom. (Feminino, 17) (SIC) (Cursinho público, Fortaleza).

Eu não concordo. Pois é isso que as indústrias farmacêuticas querem, pois este mercado ganha bilhões com medicamentos, na minha opinião, para um bom aproveitamento nos estudos é preciso que encontremos dentro de si força de vontade e criar um cronograma de estudos acompanhados de hábitos saudáveis, como uma boa alimentação e atividades físicas. (Feminino, 16) (SIC) (Escola privada, Fortaleza).

Acho que o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento do estudo é um erro, pois medicamentos são p/ doenças, medicamentos mexem com o corpo e a mente e até os dias de hoje a maioria dos alunos não precisam de medicamentos a não ser que precisem mesmo. Não somos máquina, somos seres humanos. (Feminino, 17) (SIC) (Escola pública, São Paulo).

A partir de todas essas informações, pode-se concluir que o uso não prescrito do metilfenidato é uma realidade em nosso país e não pode ser ignorado; por isso, é preciso identificar as condições preditoras do uso de psicoestimulantes, e os comportamentos de risco associados a esse uso. Nesta pesquisa foram identificadas as seguintes características no aluno que afirma que usaria os medicamentos: pode ser homem ou mulher, pode ser maior ou menor de 18 anos, pode ser de qualquer uma das três cidades, mas é mais provável que seja aluno de cursinho privado ou de escola privada, que já tenha ouvido falar do medicamento, que conheça alguém que usa e considere o medicamento como algo positivo.

Considerando o alto potencial de abuso e dependência do metilfenidato, torna-se urgente a realização de discussões que abordem a atual problemática do consumo indevido, alertando a população para o mau uso, os efeitos adversos já descritos e os ainda desconhecidos. Como observado, o uso de metilfenidato para aprimoramento cognitivo é disseminado, visto que os estudos aqui citados mostraram dados de diversas localidades. Os dados encontrados também apontaram para a necessidade de melhor investigar a alta prevalência de uso a fim de propor medidas preventivas e/ou de oferecer apoio para os estudantes, com vistas a proporcionar uma melhor formação profissional sem riscos para a saúde.

Considerando essas informações, faz-se muito importante discutir mais sobre o uso racional de medicamentos, em particular na infância e adolescência. Segundo o documento da Assistência Farmacêutica em Pediatria no Brasil: Recomendações e estratégias para a ampliação da oferta, do acesso e do Uso Racional de Medicamentos em crianças (2017), o uso racional de medicamentos envolve estratégias e recomendações para que os pacientes recebam os medicamentos nas doses corretas, durante um período de tempo adequado e a um menor custo possível. Como os índices de automedicação em crianças e adolescentes são altos, fato que está relacionado à dificuldade de acesso a serviços de saúde e à busca pela

facilidade em tratar de “sintomas leves” como febre e dor, é necessário desenvolver ações educativas junto à comunidade, discutindo pontos como automedicação e cuidados para evitar acidentes com medicamentos. Para isso, o documento ainda recomenda a utilização de práticas integrativas e complementares visando à redução do uso abusivo de medicamentos em crianças.

Também é importante ter especial atenção ao uso indiscriminado de metilfenidato, como alerta o documento do Conselho Nacional de Saúde (Recomendação nº 19, 2015), que orienta a promoção de práticas não medicalizantes por profissionais e serviços de saúde, e recomenda a publicação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para prescrição de metilfenidato, de modo a prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes.

Para que isso ocorra, deve-se colocar em curso, por exemplo, as recomendações de práticas não medicalizantes propostas pelo Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade (2015), que envolvem pensar a escola como um lugar que respeita as diferenças, busca estratégias de ensino e aprendizagem de modo coletivo, busca parcerias com os órgãos de saúde, propõe atividades de lazer nas comunidades e se articula frente às políticas públicas como uma forma de ir além da falta, buscando olhar para as possibilidades.

No Brasil ainda se vive uma realidade que já foi superada há muito tempo em outros países, que é a universalização do ensino médio e o grande acesso ao ensino superior, como apontado nos capítulos iniciais. Ainda existem no Brasil 16,7% dos jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Entre os que estão na escola, 37,3% estão atrasados em seu nível de ensino. Grande parte dos jovens considera a escola desmotivadora, sem sentido para sua vida e incompetente em lhe preparar para contribuir com o progresso da sociedade, seja por meio do ensino superior, seja na inserção no mercado de trabalho.

No entanto, quando a escola e o aluno atribuem apenas parcialmente o seu fracasso escolar à escola, recai sobre o estudante grande responsabilidade sobre seu sucesso escolar. Por isso ele se vê como mau aluno mesmo considerando que a escola é que não o preparou bem. Essa autorresponsabilização o faz buscar, por exemplo, cursinhos pré-vestibulares para compensar suas deficiências acadêmicas, ao invés de ainda no ensino médio lutar pela melhoria da qualidade da escola.

Pelo que foi observado na história do Brasil, a escola nunca foi uma instituição promotora de sucesso escolar para todos os seus alunos, mesmo quando era mais homogênea. No modelo de escola presente no país, crianças e jovens, agrupados por faixa etária, aprendem em determinado tempo e ritmo um conjunto de conteúdos previamente definidos, e ao final

devem alcançar um aproveitamento pré-estabelecido. Durante muito tempo os professores não tiveram a exigência de levar todos os alunos até o final do percurso escolar, pois sua função era ensinar aos que aprendiam. Os que não aprendiam eram reprovados ou abandonavam a escola, o que era considerado como rigor e competência do professor. O conceito de fracasso escolar não existia, pois encarava-se como natural o processo de exclusão dos menos aptos.

Muitos professores, até hoje, ainda reproduzem essas práticas. Por isso é necessário refletir sobre o papel da escola no comportamento dos alunos que os levaria a sentimentos de fracasso e incompetência. Em uma sociedade em que a nota de aprovação no vestibular é mais importante que a apropriação do conhecimento, não se possibilita ao aluno que discuta o sentido do que está aprendendo, como está aprendendo e se está aprendendo. Isso levaria a uma perda da densidade nos estudos, em face da oferta superficial de informações, onde o excesso de conhecimento fragmentado serve apenas para a realização de provas e avaliações e não para formar capacidade crítica. Essas práticas criam um sistema que pune e que expõe moralmente os alunos, quando valoriza os “melhores” e condena os “piores”, tidos como mais ou menos inteligentes, respectivamente. Isso também leva ao aumento do sofrimento psíquico em função do sentimento de não pertença, de ser cobrado por mais êxito, somado ainda à culpa por não ser esforçado o suficiente e não ter a escolarização necessária para ocupar uma vaga no mercado de trabalho.

Algumas vezes, tanto as escolas quanto as próprias famílias projetam em suas crianças e adolescentes o desejo de que “sejam alguém na vida”. Mas, ainda que a intenção seja boa, este comportamento pode levar a pressões difíceis de serem vivenciadas pela criança e pelo adolescente. Além disso, podem existir contradições entre a realidade vivida e os planos para o futuro, incluindo uma vivência restrita da família com o estudo, ou o acesso a uma escola de baixa qualidade.

Todos esses fatores têm levado os alunos e a escola ao fracasso, pois entende-se por fracasso escolar o fato de um aluno, ao final de um período de escolarização determinado, não conseguir, por qualquer motivo, desempenhar as funções ou objetivos esperados para aquela etapa de formação. Em relação ao ensino médio, o fracasso escolar seria não conseguir prosseguir nos estudos, não estar preparado para o trabalho e a cidadania, não compreender os fundamentos científicos e tecnológicos e não estar aprimorado como pessoa humana.

Nesta concepção, o fracasso escolar seria fruto das relações que se estabelecem na escola, dos métodos e das condições de aprendizagem que são oferecidas aos alunos. As consequências do fracasso escolar seriam, por exemplo, crianças e adolescentes que não leem

e escrevem com a fluência esperada, se mantêm com um baixo rendimento, têm histórico de múltiplas repetências, não prosseguem na escolarização, ou quando prosseguem não conseguem acompanhar, abandonam a escola antes de completarem sua formação, não se ajustam às regras institucionais, têm conduta indesejável, entre outros casos.

Em um estudo célebre, Patto (2015) constatou a partir da análise minuciosa das histórias de vida e escolares de crianças pobres, que o fracasso escolar é construído nas relações sociais e educativas. A autora procedeu a uma análise genética das dificuldades escolares das crianças e concluiu que o fracasso escolar é um objeto social e dinâmico, engendrado historicamente e não intrínseco ao estudante.

Neste sentido, pode-se afirmar que o sucesso escolar também não seria intrínseco ao estudante, mas seria fruto das suas relações sociais e educativas. Posto isso, é necessário entender como a realidade educacional brasileira poderia levar alguns alunos a buscar diferentes meios para atingir o sucesso escolar, o que não depende somente deles.

Por exemplo, a atual reforma do ensino médio prevê que as escolas ofereçam suas disciplinas por meio de itinerários formativos nas áreas de conhecimento ou de atuação profissional, sendo estes: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. A reforma se aplicará às escolas públicas e privadas, e os itinerários formativos ficarão a critério de cada escola, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (Art. 36). Isso poderá fazer com que algumas escolas não ofereçam todos os itinerários, restringindo as opções para os alunos. Segundo a lei, os alunos poderão cursar mais de um itinerário formativo, mediante disponibilidade de vagas (Art. 36 § 5º), o que poderá acarretar em sobrecarga para eles, particularmente para os que desejarem fazer um vestibular que deverá cobrar todos os conteúdos.

Ainda não se sabe que tipo de implicações essa reforma trará para a realidade brasileira, visto que ainda não é possível saber como será a seleção para o ensino superior, se haverá mudanças ou não. No entanto, hipotetiza-se que a disputa por uma vaga na universidade poderá se tornar mais acirrada, aumentando, por consequência, o abismo entre o desempenho dos alunos das escolas públicas e privadas, o que também poderá levar os oriundos das primeiras a se sentirem ainda mais despreparados ao saírem da escola.

Diante deste cenário, é necessário que a sociedade, e em particular a escola, tenha um olhar cuidadoso para com a adolescência, visto que é nesta fase que estes indivíduos estão

desenvolvendo suas funções psicológicas superiores, e por isso, ainda são muito vulneráveis às influências externas. Neste contexto é importante a reflexão de Vigotski (2005), que afirma que a escola é necessária para favorecer o desenvolvimento das características humanas não naturais e formadas historicamente, sendo tarefa do docente desenvolver capacidades particulares de pensar em campos diferentes. Neste sentido,

O ensino nas nossas escolas não pode limitar-se apenas a transmitir ao discípulo determinados conhecimentos, a formar um mínimo de aptidões e de hábitos. A sua tarefa é desenvolver o pensamento dos alunos, a sua capacidade de analisar e generalizar os fenômenos da realidade, de raciocinar corretamente; resumindo, desenvolver ‘no todo’ as suas faculdades mentais. Se se pretende alcançar esta meta, tem de se encontrar uma solução satisfatória para os problemas mais urgentes do ensino. O desenvolvimento do pensamento lógico é um dos fatores mais importantes do sucesso escolar. Todavia, isso não significa que qualquer ensino contribua para garantir esse desenvolvimento (Kostiuk, 2005, p. 49-50).

Ainda segundo o autor, a educação só alcançaria o seu objetivo quando pusesse em ação as capacidades potenciais do aluno e dirigisse a sua utilização, integrando seus diferentes aspectos (intelectual, moral, estético, prático e físico). E ele ainda afirma que a educação fracassará se não considerar as diversas interconexões do estudante com o ambiente, estando alienada da sua vida real, das condições subjetivas, da história de cada aluno, de sua idade e das suas características individuais, das suas capacidades, interesses, exigências e outras atitudes perante a realidade (Kostiuk, 2005).

Outra forma de tornar a escola mais efetiva é com uma maior participação da psicologia, com o intuito de debater temas importantes para os adolescentes. Para isso pode-se tomar como referencial a psicologia histórico-cultural, que entre seus princípios recomenda que os profissionais devem estar em consonância com o seu contexto social. Isso pode ocorrer, por exemplo, por meio de ações interdisciplinares que trabalhem temas como protagonismo juvenil, autoestima e grupos, gênero e diversidade, preparação para o trabalho, ecologia e meio ambiente, violência doméstica, metodologias e técnicas de estudo, entre outros (Trigueiro, 2017).

Também é importante propor alternativas de intervenção com o intuito de prevenir a medicalização dos adolescentes voltada para o aprimoramento cognitivo farmacológico, o que poderia incluir debates nas salas de aula de ensino médio e nos cursinhos pré-vestibulares, trazendo à tona temas como os riscos envolvidos na prática, melhores estratégias de aprendizagem, além de promoção de espaços de fala para que possam dividir suas angústias e ansiedades frente ao vestibular. Além disso, podem ser realizadas outras atividades que envolvam toda comunidade escolar, como campanhas de conscientização, oficinas temáticas, grupos focais, discussão de filmes e textos etc.

Também é importante que essa discussão ocorra nas universidades. Primeiro porque neste espaço a prática da medicalização tem muitos adeptos e cada aluno pode estar vulnerável a ela, e segundo porque eles são os futuros profissionais do país, e suas crenças sobre os medicamentos poderão influenciar suas práticas futuras. Outro espaço que precisa ser ocupado por discussões é o espaço virtual, pois muitos são os *sites* e *fanpages* que propagam possíveis efeitos benéficos do fármaco. É necessário que haja mais páginas que retratem os riscos do medicamento com uma linguagem acessível e voltada para a população juvenil. Todas essas ações podem ser desenvolvidas pelos atores do espaço escolar como professores, diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, entre outros, como também em parceria com profissionais da área de saúde como psicólogos, médicos, enfermeiros e farmacêuticos.

Em resumo, neste tópico foi discutido a respeito de como a escola, focando principalmente no acesso ao ensino superior, pode levar seus alunos a manifestarem sentimento de pressão para alcançar o sucesso no vestibular. Esta pressão os levaria a buscar mecanismos para potencializar seu desempenho cognitivo, entre eles, os medicamentos. Os estudantes que mais valorizaram o acesso ao ensino superior, como os oriundos das escolas privadas e dos cursinhos privados, foram também os que mais manifestaram percepção positiva sobre os medicamentos, que mais conheciam usuários e que mais se dispuseram a usá-los.

Por ser esta uma prática que envolve riscos para a saúde física e mental, foi necessário entender melhor o que os estudantes pensam a respeito dela. Os dados obtidos apontaram que muitos jovens podem não ter conhecimento dos efeitos dos fármacos sobre o organismo, mas assumiriam as consequências ao consumi-los. Os resultados mostraram sintonia com o corpo teórico estudado, apontando para a necessidade de aumentar os espaços de discussão nos meios acadêmicos, sociais e políticos.

10 CONCLUSÕES

Segundo a definição do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, publicada na Carta do IV Seminário Internacional A educação medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos (2015), a medicalização envolve um tipo de racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, a reduzindo a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, seja em seu aspecto psíquico, seja em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais. Nessa concepção, características comportamentais são tomadas apenas a partir da perspectiva do indivíduo isolado, que passaria a ser o único responsável por sua inadaptação às normas e padrões sociais dominantes, sendo esse fenômeno mais amplo do que a prescrição (abusiva ou não) de medicamentos.

Neste contexto, ao entender que tudo aquilo que é capaz de gerar um mínimo de desconforto e mal-estar pode ser explicado através dos níveis de determinados neurotransmissores e passível de ser medicado, o discurso psicofarmacológico coloca a questão do medicamento em uma posição central e preocupante em nossa sociedade. Isso porque, segundo Canabarro e Alves (2009), ao longo da história da civilização, as substâncias psicoativas não foram usadas somente no tratamento das afecções mentais e como parte de rituais religiosos. Pelo contrário, em diferentes momentos da história o homem procurou essas substâncias buscando tornar-se insensível aos infortúnios da vida.

Atualmente os medicamentos têm sido usados também para melhorar *performances* físicas como ter um corpo mais adaptado, reduzir peso, reduzir calvície, melhorar comportamentos indesejáveis ou para ter um melhor desempenho em atividades esportivas, sociais ou cognitivas. Este último refere-se ao denominado de aprimoramento cognitivo farmacológico, que diz respeito ao uso de medicamentos para manipular e melhorar as funções cerebrais.

Para melhor compreender este fenômeno, a presente pesquisa realizou um levantamento da percepção dos estudantes oriundos do ensino médio e de cursinhos pré-vestibulares sobre o consumo de substâncias para aprimoramento cognitivo visando à aprovação no vestibular. Para tal, buscou-se conhecer aspectos considerados relevantes para a compreensão do tema, confrontando as concepções e opiniões de alunos das cidades de Juazeiro do Norte, Fortaleza e São Paulo, alunos estes matriculados em escolas públicas, privadas e profissionalizantes e em cursinhos públicos e privados.

Inicialmente, este texto debruçou-se sobre o resgate histórico do surgimento das instituições escolares no Brasil, particularmente da escola de ensino médio. Pontuou os principais desafios enfrentados nesta modalidade de ensino, quais sejam: definir sua identidade (focar no acesso ao ensino superior ou na preparação técnica para o trabalho?), o acesso (que ainda é restrito a cerca de 73,7% da população entre 15 e 17 anos) e a baixa qualidade expressa nas avaliações a que os alunos são submetidos.

Também foi apontado que o ensino superior não supre a necessidade de vagas demandadas pela população, o que leva a uma grande concorrência para o acesso a determinados cursos, particularmente os de maior prestígio, e em determinadas instituições, sendo as públicas com maiores índices de interesse. Em virtude dessa competição, os alunos precisariam ter um desempenho alto no vestibular e no ENEM para conseguirem uma vaga na universidade.

O ambiente escolar, sobretudo a universidade, também exige dos alunos um nível adequado de aprendizado, o que requer uma alta carga de trabalho e dedicação por parte deles. Nessas circunstâncias, estudantes saudáveis tornam-se propensos a utilizar substâncias psicoativas para estudar durante mais tempo, aumentando o nível de energia e concentração e diminuindo a necessidade de descanso, criando expectativas de aperfeiçoar sua eficiência acadêmica.

Paralelo a isso, observa-se o crescimento do fenômeno da medicalização social que transforma questões cotidianas em conceitos médicos, o que leva à medicamentação, ou ao consumo exacerbado de substâncias medicamentosas, tendo ou não necessidade médica. Com o acesso facilitado a medicamentos, em particular ao metilfenidato, devido à expansão do número de crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, muitos jovens estão consumindo substâncias para potencializarem sua capacidade produtiva e buscarem o acesso ao ensino superior. Ao longo do estudo percebeu-se o quanto essa prática está sendo bem aceita pelos jovens, ganhando espaço na mídia e sendo apropriada pela indústria farmacêutica.

Para compreender melhor o fenômeno, esta pesquisa foi realizada com a combinação de múltiplas fontes de dados e diferentes métodos de coleta e perspectivas de investigação, o que se mostrou relevante para a sua concretização. Com a utilização destes métodos, a presente pesquisa difere das demais porque utilizou questões subjetivas como concepções sobre medicamentos e possibilidade de uso, o que envolveu aspectos não abordados em outras

investigações. Com isso buscou-se identificar condições preditoras do uso dos psicoestimulantes, e com essas questões ampliou-se o espectro de respostas.

A parte qualitativa, desenvolvida por meio dos grupos focais, também foi um diferencial porque buscou analisar as possíveis motivações dos usuários. No grupo focal surgiram *insights*, mudanças de opinião e a construção de argumentações mais complexas do que o julgamento inicial. Foi no encadeamento das opiniões que as representações sociais surgiram e ganharam sentido. A técnica mostrou-se uma estratégia metodológica adequada, já que possibilitou a fala e o compartilhamento de experiências entre pares.

Os resultados encontrados foram coerentes com o constatado pelas pesquisas analisadas na introdução deste trabalho. Nesta pesquisa foram identificadas as seguintes características no aluno que afirma que usaria os medicamentos: pode ser homem ou mulher, pode ser maior ou menor de 18 anos, pode ser de qualquer uma das três cidades, mas é mais provável que seja aluno de cursinho privado ou de escola privada, que já tenha ouvido falar do medicamento, que conhece alguém que usa e considera o medicamento como algo positivo. Os participantes se mostraram curiosos em relação a uma substância ainda desconhecida para muitos, mas que em suas fantasias pode ser interessante para ajudar a atingir seus objetivos.

Diante desses resultados e das interpretações teóricas, pode-se concluir que a tese basilar deste trabalho está confirmada, podendo levar às suas sínteses principais:

1. Os estudantes querem ingressar no ensino superior, mais do que outras opções; consideram esta a principal função da escola e se consideram preparados para tal.
2. Trabalhar não é o desejo imediato dos estudantes, e por isso não consideram importante que a escola os prepare para isso.
3. Compreender os fundamentos científico-tecnológicos e aprimorar como pessoa humana são considerados aspectos importantes.
4. Medicamentos para aprimoramento cognitivo são vistos como algo positivo que poderia ser usado às vésperas do vestibular, para ajudar nos momentos de pressão dos pais e da escola, quando se sentem sobrecarregados pelas suas atividades, para dar conta de múltiplas tarefas e para garantir energia e concentração.
5. Já ter ouvido falar dos medicamentos e conhecer usuários predispõe os estudantes a um possível uso.
6. A possibilidade de consumir os medicamentos está presente em todas as cidades analisadas e em todas as instituições.

7. Quando tiveram a oportunidade de pensar melhor sobre o tema e falar sobre ele nos grupos focais, os alunos conseguiram perceber os fatores envolvidos na adesão ao uso de substâncias e o que leva estudantes a consumi-las.

Em razão de o tema até o momento ter sido pouco aprofundado no Brasil, e de esta tese possuir caráter exploratório, a generalização dos seus resultados deve ser feita com cautela. Estes dados não são capazes de mostrar toda a diversidade de experiências, condições de vida, tradições, costumes, cultura e valores dos jovens. No entanto, seus resultados são coerentes com os apresentados em pesquisas nacionais e internacionais. Neste sentido, pode ser considerada relevante social e politicamente, pois dos seus resultados poderão advir reflexões e análises que servirão de parâmetro para outras investigações e para tomadas de decisão na operacionalização de novas pesquisas para o aprofundamento do tema.

Para intervenções futuras coloca-se como recomendações:

1. Ampliar o debate sobre este tema na mídia, nas escolas, nos cursinhos, nas instituições de saúde, utilizando uma linguagem acessível aos jovens, para que os mesmos tenham ciência dos riscos envolvidos no uso de aprimoradores cognitivos.
2. Expandir a fiscalização por parte dos órgãos competentes da venda ilegal de medicamentos pela internet, o que pode causar riscos ainda maiores de intoxicação, seja pelo uso irregular, seja pelo consumo de substâncias adulteradas.
3. Ampliar o debate com os conselhos federal e estaduais de medicina sobre a prescrição abusiva de metilfenidato, seja para o tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, seja para aprimoramento cognitivo.
4. Incentivar as escolas a desenvolver estratégias de autorregulação da aprendizagem para encorajar alunos a terem métodos apropriados e realistas de estudo.
5. Inserir a psicologia nas escolas de maneira efetiva, com consciência da importância do seu papel político e com compromisso social, já que durante muito tempo esta compactuou com práticas produtoras de fracasso escolar e agora precisa ser crítica e atuante.
6. Divulgar com mais intensidade o Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade¹¹, movimento social que articula entidades, grupos, representantes de movimentos sociais e pessoas físicas, para enfrentar conjuntamente os processos de medicalização da vida e da política, mobilizando a sociedade e construindo propostas de atuação que acolham, atendam e protejam aqueles que sofrem esses processos.

¹¹ <http://medicalizacao.org.br/>

Para finalizar, sendo esta pesquisa localizada no interior de uma tendência de crítica à medicalização social, constata-se que os achados aqui obtidos coincidem com dados nacionais e internacionais e que os mesmos são preocupantes. Espera-se que este trabalho seja valioso e inspirador a outros pesquisadores pela introdução de um tema que pouco aparece em pesquisas científicas no Brasil, mesmo já sendo denunciado pela grande mídia.

REFERÊNCIAS¹²

- Abramovay, M., & Castro, M. G. (2003). *Ensino médio: múltiplas vozes*. Brasília- DF: UNESCO, MEC.
- Ação educativa (ONG). (2007). *Que ensino médio queremos? Guia para a realização de grupos de diálogo*.
- Affonso, R. S., Lima, K. S., Oyama, Y. M. O., Deuner, M. C., Garcia, D. R., Barboza, L. L., & França, T. C. C. (2016). O uso indiscriminado do cloridrato de metilfenidato como estimulante por estudantes da área da Saúde da Faculdade Anhanguera de Brasília (FAB). *Infarma- Ciências farmacêuticas*, 28 (4).
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. (2010). *Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados: resultados 2009*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Recuperado de: http://www.anvisa.gov.br/sngpc/resultados_2009.pdf.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. (2012, julho/dezembro). *Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC*. 2, (2), 1-14. Recuperado de: http://www.anvisa.gov.br/sngpc/boletins/2012/boletim_sngpc_1_2012_modificado.pdf
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. (n.d). *Lista de medicamentos genéricos registrados na Anvisa*. Recuperado de: <http://portal.anvisa.gov.br/medicamentos-genericos-registrados> Acesso em 01 de maio de 2017
- Alavarse, O., & Gabrowski, G. (2013). *Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno VI: avaliação no ensino médio*. Curitiba- PR: UFPR/Setor de Educação.
- Almeida, C. R. C. (2009). *Levantamento do consumo de medicamentos por estudantes de ensino médio em duas escolas de Porto Alegre*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.
- Alves, M. T. G., Nogueira, M. A., Nogueira, C. M. M., & Resende, T. F. (2013). Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, 56 (3), 571-603.
- Andrade, C. Y (2012). Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior*. Campinas: UNICAMP. Recuperado de: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>.
- Andrade, D. C., Lima, L. R. O, Saldanha, L. V. R., Souza, M. M., Simões, V. S., Barreto, W. W. P., & Morato, M. J. F. (2011). *Uso do metilfenidato para além do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências da Saúde, Governador Valadares- MG.

¹² De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*).

- Andrade, L. H., Wang, Y. P., Andreoni, S., Silveira, C. M., Alexandrino-Silva, C., Siu, E. R., Nishimura, R. Anthony, J. C., Gattaz, W. F., Kessler, R. C., & Viana, M. C. (2012). Mental Disorders in Megacities: Findings from the São Paulo Megacity Mental Health Survey, Brazil. *PLoS ONE*. 7(2), e31879.
- Angelucci, C. B. (2013). Prefácio. In Collares, C. A. L., Moysés, M. A. A., & Ribeiro, M. C. F. (Org). *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos*. Campinas – SP: Mercado de Letras.
- Anuário Farmacêutico. (2015). Recuperado de: <http://www.guiadafarmacia.com.br/suplementos-especiais/anuario/anuario-2015>
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro- RJ: LTC.
- Assistência Farmacêutica em Pediatria no Brasil: recomendações e estratégias para a ampliação da oferta, do acesso e do Uso Racional de Medicamentos em crianças* (2017). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília- DF: Ministério da Saúde.
- Bandeira, P. (1984). *A droga da obediência*. São Paulo- SP: Editora Moderna.
- Bardin, L.. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo-SP: Edições 70.
- Barón, L., Botero-Henao, K., Castaño-Castrillón, J.J., Castillo-Chang, K., Díaz-Corrales, J., Echeverri-Urbe, J. S., Parra, G.A., Yepes, J.S., & Yurgaky-Jordán, H.Y. (2011). Prevalencia y factores asociados al consumo de anfetaminas, en estudiantes del programa de medicina de la universidad de Manizales (Colombia), 2010. *Rev.fac.med.* 59 (3), 201-214.
- Barros, D. B. (2009). *Aprimoramento cognitivo farmacológico: grupos focais com universitários*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ.
- Barros, D., & Ortega, F. (2011). Metilfenidato e Aprimoramento Cognitivo Farmacológico: representações sociais de Universitários. *Saúde Soc. São Paulo*, 20 (2), 350-362.
- Bassols, A. M., Sordi, A. O., Eizirik, C. L., Seeger, G. M., Rodrigues, G. S. & Reche, M. (2008). A prevalência de estresse em uma amostra de estudantes do curso de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista HCPA*. 28 (3), 153-7.
- Batistela, S., Bueno, O. F. A., Vaz, L. J., & Galduróz, J.C. F.. (2016). Methylphenidate as a cognitive enhancer in healthy young people. *Dementia & Neuropsychologia*, 10 (2), 134-142.
- Bergmann, G. G., Bertoldi, A. D., Mielke, G. I., Camargo, A. L., Matijasevich, A., & Hallal, P. C. (2016). Atividade física, tempo de tela e utilização de medicamentos em

adolescentes: coorte de nascimentos de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 1993. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 32(4).

Besson. L. (2014). *Lucy*.

Beyer, C., Staunton, C., & Moodley, K. (2014). The implications of Methylphenidate use by healthy medical students and doctors in South Africa. *BMC Medical Ethics*.15 (20), 1-8.

Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2008). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. 14ª edição. São Paulo- SP: Saraiva.

Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde. (2014, março). 8 (23).

Borges, A.C. (2009). O ensino integrado e a formação para o mercado de trabalho. *II Simpósio Estadual sobre a Formação de Professores de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina*. Londrina-PR.

Brant, L.C., & Carvalho, T.R.F. (2012). Methylphenidate: medication as a “gadget” of contemporary life. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, 16 (42), 623-36.

Brigagão J. I. M., Nascimento, V. L. V., Tavanti, R. M., Piani, P. P., & Figueiredo, P. P. (2014). Como fazemos para trabalhar com a dialogia: a pesquisa com grupos. In Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro -RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Brito, R. A., Aguiar, W. J., & Tenório, A. C. (2012). Escola, trabalho e ensino superior: o que orienta a trajetória acadêmica dos alunos do ensino médio? *VI colóquio internacional “Educação e Contemporaneidade”*. São Cristovão – SE.

Brum, E. (2013). O doping das crianças – O que o aumento do consumo da “droga da obediência”, usada para o tratamento do chamado Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, revela sobre a medicalização da educação? *Revista Época*. Recuperado de: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/02/o-doping-das-criancas.html>

Burger, N. (2011). *Limitless*.

Butcher, J. (2003). Cognitive enhancement raises ethical concerns. *Lancet*, 362 (9078), 132-133.

Campos, C. L., & Gomes, C. A. (2003). O fracasso escolar no ensino médio. A perspectiva dos alunos da rede pública do Distrito Federal. *Psicologia da Educação*, 17, 139-156.

Canabarro, R. C. S., & Alves, M. B. (2009). Uma pílula para (não) viver. *Revista mal-estar e subjetividade*, 9(3), 839-866.

Carlini, E. L. A., Noto, A. R., Sanchez, Z. V. D. M., Carlini, C. M. A., Locatelli, D. P., Abeid, L. R.,... & Moura, Y.G. (2010). *VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e*

Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras -2010. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. Brasília: SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

- Carneiro, S. G., Prado, A. S. T., Moura, H. C., Strapasson, J. F., Rabelo, N. F., Ribeiro, T. T., & Jesus, E. C. (2013). O uso não prescrito de metilfenidato entre acadêmicos de medicina. *Cadernos UniFOA*, 1 (1), 53-59.
- Carrano, P. & Dayrell, J. (2013). *Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio*. Curitiba-PR: UFPR/Setor de Educação.
- Carrano, P., Damasceno, P. A., & Tafakgi, C. (2013). *A escola tem tudo o que precisamos. O Facebook tem tudo o que gostamos: estudo de caso sobre as redes sociais de internet numa escola pública de Ensino Médio*. Recuperado de: <http://www.emdialogo.uff.br/content/escola-tem-tudo-o-que-precisamos-o-facebook-tem-tudo-o-que-gostamos-estudo-de-caso-sobre>
- Carvalho, A.H.M. (2016). *Avaliação do uso de substâncias psicoestimulantes entre universitários para melhoria do desempenho acadêmico*. (Trabalho de conclusão de curso - Graduação). Curso de Farmácia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas-TO.
- Carvalho, T. R. F., Brant, L. C., & Melo, M. B. (2014). Exigências de produtividade na escola e no trabalho e o consumo de metilfenidato. *Educação & Sociedade*, 35 (127), 587-604.
- Cassimiro, E. E. (2012). Frequência do uso de psicofármacos entre jovens estudantes que cursam pré-vestibular. *Adolesc. Saude*, 9 (4), 27-36.
- Castro, V. G., & Tavares Júnior, F. Jovens em contextos sociais desfavoráveis e sucesso escolar no ensino médio. *Educação & Realidade*, 41 (1), 239-258.
- Cecchini, M. (2005). Introdução. In Luria, A. R., Leontiev, A. N., & Vigotski, L. S.. *Psicologia e pedagogia- Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. São Paulo-SP: Centauro.
- Cesar, E. L. R., Wagner, G. A., Castaldelli- Maia, J. M., Silveira, C. M., Andrade, A. G., & Oliveira, L. G. (2012). Uso prescrito de cloridrato de metilfenidato e correlatos entre estudantes universitários brasileiros. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 39 (6), 183-188.
- Charlot, B., & Reis, R. (2014). As relações com os estudos de alunos brasileiros de ensino médio. In Krawczyk, N. (Org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo-SP: Cortez.
- Chu, R., Shumsky, J., & Waterhouse, B.D.. (2016). Differentiation of rodent behavioral phenotypes and methylphenidate action in sustained and flexible attention tasks. *Brain Res*, 15 (1641), 306-19.
- Coelho, E. B. (2014). Psicofármaco e sua Magia: metilfenidato e performance. *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal-RN.

- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (2014). A educação na era dos transtornos. In Viégas, L. S., Ribeiro, M. I. S., Oliveira, E. C., & Teles, L. A. L. (Org). *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?* Salvador- BA: EDUFBA.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 05 de outubro). Recuperado de <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.
- Côrrea, L. A., Caminha, J. R., Souza, C. A. M., & Alves, L. A.. (2013). Uma abordagem sobre o uso de medicamentos nos livros didáticos de biologia como estratégia de promoção de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 3071-3081.
- Correia, A. C. L., & Gallego, R. C.. (2004). *Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1929)*. Lisboa, Portugal: Educa.
- Crochick, N.. (2011). *Interesse de saber: um estudo com adolescentes do ensino médio*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP..
- Cruz, T. C. S. C., Barreto Junior, E. P. S., Gama, M. L. M., Maia, L. C. M., Melo Filho, M. J. X., Manganotti Neto, O., & Coutinho, D. M. (2011). Uso não-prescrito de metilfenidato entre estudantes de medicina da Universidade Federal da Bahia. *Gaz. méd. Bahia*, 81 (1), 3-6.
- D'avila, G. T., & Soares, D. H. P. (2003). Vestibular: fatores geradores de ansiedade na “cena da prova”. *Revista brasileira de orientação profissional*, 4 (1/2), 105-116.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. (2012). *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE.
- Dubljević, V., Sattler, S., & Racine, E. (2014). Cognitive Enhancement and Academic Misconduct: A Study Exploring Their Frequency and Relationship. *Ethics & Behavior*, 24 (5), 408-420.
- Emanuel, R. M., Frellsen, S. L., Kashima, K. J., Sanquino, S. M., Sierles, F. S. & Lazarus, C. J. (2013). Cognitive Enhancement Drug Use Among Future Physicians: Findings from a Multi-Institutional Census of Medical Students. *J Gen Intern Med*, 28(8), 1028–1034.
- Emenda constitucional nº 59*. (2009, 11 de novembro).
- Engels, F. (2013). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo-SP: Editora Escala. (Trabalho original publicado em 1884).
- Enguita, M. F. (2014). Prefácio- A encruzilhada da instituição escolar. In Krawczyk, N. (Org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo-SP: Cortez.
- Escolano, A. (2008). La invención del tiempo escolar. In Fernandes, R., & Mignot, A. C. V. (Org.). *O tempo na escola*. Porto, Portugal: Profedições, 33-53.

- Eslami, A.A., Jalilian, F., Ataee, M., Alavijeh, M.M., Mahboubi, M., Afsar, A. & Aghaei, A.. (2014). Intention and willingness in understanding Ritalin misuse among Iranian medical college students: a cross-sectional study. *Glob J Health Sci.*, 30 (6), 43-53.
- Farah, M. J. (2002). Emerging ethical issues in neuroscience. *Nature Neuroscience*, 5 (11), 1123-1129.
- Farah, M. J. & Wolpe, P. R. (2004). Monitoring and Manipulating Brain Function: New Neuroscience Technologies and Their Ethical Implications. *Hastings Center Report*, 34 (3), 35-45.
- Farah, M. J., Haimm, C., Sankoorikal, G., & Chatterjee, A.. (2009). When we enhance cognition with Adderall, do we sacrifice creativity? A preliminary study. *Psychopharmacology*, 202, 541–547.
- Feitoza, T. B., Felix, F. S., & Silva, F. C. T. (2014). A percepção de alunos de escola pública sobre o uso de medicamentos para melhorar o desempenho nos estudos. *Revista Interfaces: saúde, humanas e tecnologias*. 2 (6), 1-5.
- Fond, G., Gavaret, M., Vidal, C., Brunel, L., Riveline, J. P., Micoulaud-Franchi, J. A., & Domenech, P.. (2016). (Mis) use of Prescribed Stimulants in the Medical Student Community: Motives and Behaviors- A Population-Based Cross-Sectional Study. *Medicine (Baltimore)*. 95(16), e3366.
- Forlini, C., & Racine. E.. (2009). Autonomy and coercion in academic “cognitive enhancement” using methylphenidate: Perspectives of key stakeholders. *Neuroethics*, 2 (3), 163-177.
- Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. (2015). *Nota técnica: o consumo de psicofármacos no Brasil, dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados ANVISA (2007-2014)*. Recuperado de: www.medicalizacao.org.br
- Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. (2015). *Carta do IV Seminário Internacional a Educação Medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos*. Salvador-BA. Recuperado de: <http://seminario4.medicalizacao.org.br/carta-do-iv-seminario-internacional-a-educacao-medicalizada-desver-o-mundo-perturbar-ossentidos/>.
- Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. (2015). *Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde*. Reimpressão da 1ª Edição Revista. Grupo de trabalho educação e saúde do Fórum sobre medicalização da educação e saúde, São Paulo-SP. Recuperado de: www.medicalizacao.org.br
- Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France. São Paulo-SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2011). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro-RJ: Edições Graal.

- Freese, L., Signor, L., Machado, C., Ferigolo, M. & Barros H.M.T. (2012). Non-medical use of methylphenidate: a review. *Trends Psychiatry Psychother*, 34(2), 110-115.
- Freitag, B. (1986). *Escola, Estado & Sociedade*. São Paulo-SP: Editora Moraes.
- Fukushi, T., Sakura, O. & Koizumi, H. (2007). Ethical considerations of neuroscience research: The perspectives on neuroethics in Japan. *Neuroscience Research*, 57, 10–16.
- Fundação Getúlio Vargas (2009). *Motivos da evasão escolar*. Rio de Janeiro-RJ: Autor.
- Gallego, R. C. (2011). A configuração temporal e as inovações nos modos de ensinar e aprender nas escolas públicas primárias (São Paulo – Brasil – 1850 a 1890). In: Perandones, P. C. *Arte y oficio de enseñar: dos siglos de perspectiva histórica*. Madrid, España: Sociedad Española de Historia de la Educación, 12-34.
- Gaudenzi, P., & Ortega, F.. (2012). O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface- Comunicação, saúde, medicina*, 16 (40), 21-34.
- Gil, A. C.. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo-SP: Atlas.
- Gondim, S.M.G.. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- Gouveia, V. V. & Clemente, M.. (2000). O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: correlatos sócio-demográficos. *Estudos de Psicologia*, 5 (2), 317-346.
- Graça, C. S. G. (2013). *Consumo de estimulantes cerebrais nos estudantes de Medicina da Universidade da Beira Interior*. (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior, Ciências da Saúde, Covilhã, Portugal.
- Greely, H, Sahakian, B., Harris, J., Kessler, R. C., Gazzaniga, M., Campbell, P., & Farah, M. J.. (2008). Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy. *Nature*, 456, 702-705.
- Guarido, R. (2009). O sujeito refém do orgânico. *Formação de Profissionais e a Criança-Sujeito*. Ano 7 col. LEPSI IP/FE-USP.
- Habibzadeh, A., Alizadeh, M., Malek, A., Maghbooli, L., Shoja, M. M., & Ghabili, K.. (2011). Illicit methylphenidate use among Iranian medical students: prevalence and knowledge. *Drug Design, Development and Therapy*, 5.
- Haleem, D.J., Inam, Q.U., & Haleem, M.A.. (2014). Effects of clinically relevant doses of methylphenidate on spatial memory, behavioral sensitization and open field habituation: a time related study. *Behav Brain Res.*, 15, (281), 208-214.
- Helene, O.. (2012). Evolução da escolaridade esperada no Brasil ao longo do século XX. *Educação e Pesquisa*, 38 (1), 197-215.

- Herrera, M. H., & Rohden, F.. (2015). Da depressão ao transtorno do déficit de atenção/hiperatividade: notas sobre a promoção publicitária da Ritalina®. *V Reunião de antropologia da ciência e da tecnologia*, Porto Alegre-RS.
- Hildt, E., Lieb, K., & Franke, A. G.. (2014). Life context of pharmacological academic performance enhancement among university students – a qualitative approach. *BMC Medical Ethics*, 15 (23).
- Huxley, A.. (1981). *Admirável mundo novo*. São Paulo: Abril cultural. (Trabalho original publicado em 1931).
- Ibáñez, E. A., Rondón, L., Ramírez, A. M., Romero, M. X., & Silva, C.. (2012). Prevalencia y factores asociados al consumo de sustancias psicoactivas legales farmacológicas en médicos residentes de una universidad de Bogotá. *Revista Salud Bosque*, 2 (1), 17-24.
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Nova Fronteira.
- Inácio, N. T. D., Pereira, D. S. G., Fortes, M. L. R., Oliveira, P. F., & Pinto, L. C. A.. (2011). Automedicação na adolescência: Uma visão da cidade de Barbalha. *3o Encontro Universitário da UFC no Cariri*, Juazeiro do Norte-CE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília, DF: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília, DF: Autor.
- Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade Industrial. (2014). Recuperado de: <http://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/353-indicacao-de-amigo-reforca-a-pratica-da-automedicacao>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (n.d). Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br>
- Itaborahy, C.. (2009). *A Ritalina no Brasil: uma década de produção, divulgação e consumo*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.
- Jongha, R., Boltb, I., Schermerb, M., & Oliviera, B.. (2008). Botox for the brain: enhancement of cognition, mood and pro-social behavior and blunting of unwanted memories. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 32, 760–776.
- Kaiser, M.. (2011). Geração Ritalina – falta de atenção virou doença. O nome? TDAH. A suposta solução? Um remédio tarja preta. *Revista Trip*. Recuperado de: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/203/reportagens/geracao-ritalina.html>
- Kashima, Y., Kokubo, T., Kashima, E. S., Boxall, D., Yamaguchi, S., & Macrae, K.. (2004). Culture and Self: Are There Within-Culture Differences in Self Between Metropolitan Areas and Regional Cities?. *Pers Soc Psychol Bull*, 30 (816).

- Kerber, R. (2015, 03 de julho). Polícia Federal está de olho nas compras irregulares de Ritalina. *Jornal da Globo*. Florianópolis - SC. Recuperado de: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/07/policia-federal-esta-de-olho-nas-comprasirregulares-de-ritalina.html>
- Klein, A.M.. (2011). Projetos de vida e escola: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida. (Tese de doutorado). Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Klein, A. M., & Arantes, V. A.. (2016). Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. *Educação & Realidade*, 41 (1), 135-154.
- Kostiuk, G. S.. (2005). Alguns aspectos da relação recíproca entre educação e desenvolvimento da personalidade. In Luria, A. R., Leontiev, A. N, & Vigotski, L. S.. *Psicologia e pedagogia- Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. São Paulo -SP: Centauro.
- Krawczyk, N.. (2009). O ensino médio no Brasil. *Em questão*, 6. São Paulo-SP: Ação educativa.
- Krawczyk, N.. (2014). Introdução – Conhecimento crítico e política educacional: um diálogo difícil, mas necessário. In Krawczyk, N.. (Org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo-SP: Cortez.
- Lanni, C., Lenzken, S.C., Pascale, A., Del Vecchio, I., Racchi, M., Pistoia, F., & Govoni, S.. (2008). Cognition enhancers between treating and doping the mind. *Pharmacological Research*, 57, 196–213.
- Leal, Z. F. R. G.. (2010). *Educação escolar e constituição da consciência: um estudo com adolescentes a partir da psicologia histórico- cultural*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Leal, Z. F. R. G., & Facci, M. G. D.. (2014). Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In Leal, Z. F. R. G., Facci, M. G. D., & Souza, M. P. R. *Adolescência em foco: Contribuições para a psicologia e para a educação*. Maringá -PR: Eduem.
- Lei n. 4.024. (1961, 20 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 8.069. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei nº 9.394. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 11.343. (2006, 23 de Agosto). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

- Lei nº 13.005.* (2014, 25 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.415* (2017, 16 de fevereiro). Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- Leontiev, A. N.. (2016). Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In Vigotski, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 14ª edição. São Paulo-SP: Ícone.
- Liakoni, E., Schaub, M.P., Maier L. J., Glauser, G. V., & Liechti, M. E. (2015). The Use of Prescription Drugs, Recreational Drugs, and "Soft Enhancers" for Cognitive Enhancement among Swiss Secondary School Students. *PLoS One*, 27 (10).
- Machado, L. C., & Toma, M. A.. (2016). Qual a verdadeira função do metilfenidato na memória de indivíduos saudáveis? *Revista UNILUS Ensino e Pesquisa*. 13 (20), 126-130.
- Machado, P. F., Oliveira, T. S., & Mainardes, S. C. C. (2015). Doping intelectual: você faria? *IX EPCC- Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar*, 9, 4-8. Recuperado de: www.cesumar.br/prppge/pesquisa/.../priscila_ferreira_machado_1.pdf
- Madeira, F. R.. (2006). Educação e desigualdade no tempo de juventude. In Camarano, A. A.. (Org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro-RJ: Ipea.
- Maher, B.. (2008). Poll results: look who's doping. *Nature*. 452, 674-675.
- Mapa do ensino superior no Brasil* (2015). Sindicato das mantenedoras de ensino superior. Recuperado de: <http://www.semesp.org.br/site/pesquisas/mapa-do-ensino-superior/mapa-do-ensino-superior-2015/>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M.. (2011). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo-SP: Editora Atlas.
- Marteletto, L. J.. (2012). Educational Inequality by Race in Brazil, 1982–2007: Structural Changes and Shifts in Racial Classification. *Demography*, 49, 337–358.
- Marteletto, L. J., & Souza, L. R.. (2012). The Changing Impact of Family Size on Adolescents' Schooling: Assessing the Exogenous Variation in Fertility Using Twins in Brazil. *Demography*, 49, 1453–1477.
- Martínez-Lozano, V., Sánchez-Medina, J. A., & Goudena, P. P.. (2011). A Cross-Cultural Study of Observed Conflicts Between Young Children. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42 (895).

- Meira, M. E. M. (2012). Para uma crítica da medicalização na educação. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 16 (1), 135-142.
- Melo, A.L., Guimarães, A.R., Barleta, I.A., & Correia, J.C.. (2009). Perspectivas dos alunos sobre o ensino médio integrado no Amapá: formação integral ou enquadramento ao mercado de trabalho?. *Trabalho & Educação*, 18 (3), 9-23.
- Ministério da Educação. *Resolução nº 2*. (2012, 30 de janeiro). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Ministério da Saúde. *Portaria nº 344*. (1998, 12 de maio). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
- Ministério da Saúde. *Resolução nº 466*. (2012, 12 de dezembro). Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (MS/CNS/CONEP).
- Ministério da Saúde. *Recomendação nº 19*. (2015, 08 de outubro). Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para publicação de protocolos municipais e estaduais de dispensação de metilfenidato para prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes.
- Moraes, C. S., Moura, D. H., Zan, D. D. P., & Ribeiro, J. A. R.. (2013). *Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I: ensino médio e formação humana integral*. Curitiba-PR: UFPR/Setor de Educação.
- Morgan, D. (1997). *Focus group as qualitative research. Qualitative research methods series*. 16ªed. London: Sage publications.
- Mota, J. S., & Pessanha, F. F.. (2014). Prevalência do uso de metilfenidato por universitários de Campos dos Goytacazes, RJ. *VÉRTICES*, 6 (1), 77-86.
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L.. (2013). Medicalização: o obscurantismo reinventado. In Collares, C. A. L., Moysés, M. A. A., & Ribeiro, M. C. F.. (Org). *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos*. Campinas – SP: Mercado de Letras.
- Mazzoglio y Nabar, M.J. , Algieri, R.D., Dogliotti, C.B., Gazzotti, A.M., Jiménez-Villarruel, H.N., & Rey, L.M. (2011). Utilización de sustancias psicoactivas en alumnos de anatomía y su implicación en el aprendizaje. *Educ Med*, 14 (2), 129-132.
- Nascimento, E. P.. (2009). *Jovens e educação superior: as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Nascimento, A. C., & Paula, F. A.. (2010). Controle social e regulação da propaganda de medicamentos. *RECHS*, 4 (4), 62-71.

- Nascimento, J. L. M., & Bastos, G. N. T.. (2011) Psicofármacos para aprimoramento das funções cognitivas. *II Jornada Fluminense de cognição Imune e Neural*, Rio de Janeiro-RJ.
- Nogueira, S.. (2009). A pílula da inteligência- Já existem medicamentos capazes de turbinar o cérebro para você pensar, estudar e trabalhar mais e melhor. Mas até que ponto é seguro tomá-los? *Revista Superinteressante*. Recuperado de: <http://super.abril.com.br/ciencia/pilula-inteligencia-625149.shtml>
- Oliveira, M. C. S. L., Pinto, R. G., & Souza, A. S.. (2003). Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *Temas em Psicologia da SBP*, 11(1) 16-27.
- Organização das Nações Unidas- ONU. (2015, janeiro). *Report of the International Narcotics Control Board for 2014*. United Nations: International Narcotics Control Board. Recuperado de: <https://www.incb.org/incb/en/publications/annual-reports/annual-report-2014.html>.
- Osorio, F. G.. (2009). Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 39 (138), 867-880.
- Paggiaro, P. B. S., & Calais, S. L.. (2009). Estresse e escolha profissional: um difícil problema para alunos de curso pré-vestibular. *Contextos clínicos*, 2 (2), 97-105.
- Partridge, B., Bell, S., Lucke, J., & Hall, W.. (2013). Australian university students' attitudes towards the use of prescription stimulants as cognitive enhancers: Perceived patterns of use, efficacy and safety. *Drug Alcohol Rev*, 32, 295–302.
- Pasquini N.C.. (2013). Uso de metilfenido (mfd) por estudantes universitários com intuito de “turbinar” o cérebro. *Ver Biol Farm.*, 9(2), 107-113.
- Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo-SP: Intermeios.
- Pereira, K. A. F.. (2009). *Protagonismo juvenil e educação da juventude no ensino médio brasileiro*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ UNESP, Marília-SP.
- Pereira, E. W., & Teixeira, Z. A.. (2008). Reexaminando a Educação Básica na LDB: o que permanece e o que muda. In Brzezinski, I. (Org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo-SP: Cortez.
- Pereira, F. S., Bucarechi, F., Stephan, C., & Cordeiro, R.. (2007). Self-medication in children and adolescents. *J Pediatr*, 83(5), 453-458.
- Petersen, M.A., Nørgaard, L.S., & Traulsen, J.M.. (2015). Pursuing Pleasures of Productivity: University Students' Use of Prescription Stimulants for Enhancement and the Moral Uncertainty of Making Work Fun. *Cult Med Psychiatry*, 39(4), 665-679.

- Piletti, N.. (1988). *Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?* São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Raitz, T. R., & Petters, L. C. F.. (2008). Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3): 408-416.
- Ram, S.S., Hussainy, S., Henning, M., Jensen, M., & Russell, B.. (2016). Prevalence of cognitive enhancer use among New Zealand tertiary students. *Drug Alcohol Rev*, 35(3), 345-451.
- Ritalina®. (n.d.). *Bula*. Novartis Biociências S/A. Recuperado de: www.bulas.med.br/index Acesso em 01 de maio de 2017.
- Rocha, T. H. R., Ribeiro, J. E. C., Pereira, G. A. Aveiro, C. C., & Silva, L. C. A.. (2006). Sintomas depressivos em adolescentes de um colégio particular. *Psico-USF*, 11 (1), 95-102.
- Rosa, J. G. (2001). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira.
- Rossato, R.. (1998). *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo-RS: Ediupf.
- Sanger, D. S.. (2003). *Para além do ingresso na universidade- Radiografando os cursos pré-vestibulares para negros em Porto Alegre*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Santos, R. I., & Farias, M. R.. (2010). Conflitos bioéticos e as políticas para acesso aos medicamentos. In Caponi, S., Verdi, M., Brzozowski, F. S., & Hellmann, F. (Org.). *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica*. Palhoça-SC: Ed. Unisul.
- Saviani, D.. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4ª ed. Campinas-SP: Autores Associados.
- Schaaf, M. E., Fallon, S. J., Huurne, N., Buitelaar, J., & Cools, R.. (2013). Working Memory Capacity Predicts Effects of Methylphenidate on Reversal Learning. *Neuropsychopharmacology*, 38, 2011–2018.
- Secretaria Municipal de Saúde. *Portaria Nº 986*. (2014, 12 de junho). Cidade de São Paulo. Gabinete do secretário de saúde.
- Shillington, A. M., Reed, M. B., Lange, J. E., Clapp, J. D., & Henry, S.. (2006). College undergraduate Ritalin abusers in Southwestern California: protective and risk factors. *Journal of Drugs Issues*, 36 (4).
- Shirakawa, D. M., Tejada, S. N., & Marinho, C. A. F.. (2012). Questões atuais no uso indiscriminado do metilfenidato. *Omnia Saúde*, 9 (1), 46-52.
- Silva, M. F. L.. (2015). A "droga dos concurseiros" e o "Doping intelectual". *Observatório da imprensa*. Recuperado de: <http://observatoriодаimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/a-droga-dos-concurseiros-e-o-doping-intelectual/>

- Silva, C. H., & Giugliani, E. R. J.. (2004). Consumo de medicamentos em adolescentes escolares: uma preocupação. *Jornal de Pediatria*, 80(4).
- Silva, I. M., Catrib, A. M. F., Matos, V. C., & Gondim, A. P. S.. (2011). Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. *Ciências & Saúde coletiva*, 16, 1651-1660.
- Silva, M. R., Pelissari, L. B., & Steimbach, A. A.. (2013). Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educ. Pesqui.*, 39 (2), 403-417.
- Silva, M. V. S., Trindade, J. B. C., Oliveira, C. C., Mota, G. S., Carnielli, L., Silva, M. F. J., & Andrade, M. A.. (2009). Consumo de medicamentos por estudantes adolescentes de Escola de Ensino Fundamental do município de Vitória. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, 30 (1), 99-104.
- Silveira, V. I., Oliveira, R.J.F., Caixeta, M.R., Andrade, B.B.P., Siqueira, R.G. L., & Santos, G.B.. (2015). Uso de psicoestimulantes por acadêmicos de medicina de uma universidade do sul de Minas Gerais. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 13 (2), 186-192.
- Silveira, R. R., Lejderman, B., Ferreira, P. E. M. S., & Rocha, G. M. P.. (2014). Patterns of non-medical use of methylphenidate among 5th and 6th year students in a medical school in southern Brazil. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 36(2), 101-106.
- Simões, C. A., & Silva, M. R.. (2013). *Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III: o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral*. Curitiba-PR: UFPR/Setor de Educação.
- Soares, A. B., & Martins, J. S. R.. (2010). Ansiedade dos estudantes diante da expectativa do exame vestibular. *Paideia*, 20 (45), 57-62.
- Sousa Junior, F. J. S.. (2015). As consequências do uso indiscriminado do metilfenidato por estudantes universitários- uma revisão bibliográfica. *Revista Especialize on line IPOG*, 10 (1), 1-14.
- Souza, R. F.. (1998). Gramática espacial e a construção da identidade sociocultural da escola primária. In Souza, R. F. *Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo-SP: UNESP, 121-155.
- Sparta, M., & Gomes, W. B.. (2005). Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista brasileira de orientação profissional*, 6 (2), 45-53.
- Speyer, A. M., Castejón, A., Fávero, L., & Souza, D.. (1983). *Educação para o trabalho- Reflexões sobre o 2º grau. Pareceres do Conselho Federal de Educação*. São Paulo-SP: Edições Loyola.
- Sposito, M. P., & Galvão I.. (2004). A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. *Perspectiva*, 22 (02), 345-380.

- Sposito, M. P., & Souza, R.. (2014). Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In Krawczyk, N. (Org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo-SP: Cortez.
- Stix, G. (2009). O cérebro turbinado: uma pílula no café da manhã melhorará a concentração e a memória – e fará isso sem causar problemas a longo prazo para a saúde? *Scientific American Brasil*, 90, 36-45.
- Teixeira, M.. (2007). Notícia preliminar sobre uma tendência contemporânea: o “aperfeiçoamento cognitivo” do ponto de vista da pesquisa em neurociências. *Revista Latino-americana de psicopatologia fundamental*, 10 (3).
- Temporão, J. G.. (2013). Indústria farmacêutica e medicalização. In Collares, C. A. L., Moysés, M. A. A., & Ribeiro, M. C. F.. (Org). *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos*. Campinas – SP: Mercado de Letras.
- Teter, C. J., McCabe, S. E., LaGrange, K., Cranford, J. A., & Boyd, C. J.. (2006). Illicit Use of Specific Prescription Stimulants Among College Students: Prevalence, Motives, and Routes of Administration. *Pharmacotherapy*, 26 (10), 1501–1510.
- Tiné, S. Z. S. (2009). *O processo avaliativo de uma escola de ensino médio do distrito federal*. (Tese de doutorado). Faculdade de educação, Universidade de Brasília, Brasília-DF.
- Torres, H. G., França, D., Teixeira, J., Camelo, R., & Fusaro, E.. (2013). *O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola*. São Paulo-SP: Fundação Victor Civita.
- Totti, B. C.. (2008). Notas preliminares sobre as drogas da inteligência. *VII ESOCITE*, Rio de Janeiro-RJ.
- Tourinho, F. S. V., Bucarety, F., Stephan, C., & Cordeiro, R.. (2008). Home medicine chests and their relationship with self-medication in children and adolescents. *J Pediatr*, 84(5), 416-422.
- Triandis, H. C., Bontempo, R., Leung, K., & Hui, C. H.. (1990). A method for determining cultural, demographic and personal constructs. *Journal of cross-cultural psychology*. 21 (3), 302-318.
- Trigueiro, E. S. O.. (2017). Projeto Educação para a Vida – Um relato de experiência. In Negreiros, F., & Souza, M. P. R.. (Org). *Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior*, V.2, Teresina-PI: EDUFPI.
- Trigueiro, E. S. O., & Duarte, M. L. C.. (2013). A escolha profissional do jovem: seus desafios e possibilidades. *XI CONPE Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional*, Uberlândia -MG.
- Trigueiro, E. S. O., & Leme, M. I. S.. (2014). O doping intelectual na adolescência. *XII Jornada Apoiar: a clínica social - propostas, pesquisas e intervenções*, São Paulo- SP.

- Tsuda, C. A., & Christoff, A. O.. (2015). Avaliação do padrão de uso de estimulantes em uma faculdade de Curitiba – PR. *Caderno da escola de saúde*, 1 (13), 116- 132.
- Urban, K. R., & Gao, W.. (2014). Performance enhancement at the cost of potential brain plasticity: neural ramifications of nootropic drugs in the healthy developing brain. *Front. Syst. Neurosci*, 8 (38), 1-10.
- Urrego, M. A., Orozco, L. A., Montoya, L. B., Soto, L. B., Velasquez, D. V. C., Castrillón, J. J. C., Rocha, B. C. C., Serna, J. C., Sandoval, K. S. T., & Arango, C.. (2008). Consumo de anfetaminas, para mejorar rendimiento académico, en estudiantes de la Universidad de Manizales. *Arch. Med*, 9(1), 43-57.
- Valverde, D. O., & Stocco, L.. (2009). Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *Estudos Feministas*, 17(3).
- Vasconcelos, M. R. N., Jesus, J. S. O., Santos, G. V., & Coelho Júnior, L. L.. (2003). Análise sobre o fracasso escolar no ensino médio de Sergipe. *Psicologia Argumento*, 21 (35), 25-31.
- Verster, A. A., & Niekerk, V.. (2012). Moral perspectives on stimulant use by healthy students. *SAMJ*, 102 (12).
- Vieira, S. L.. (2008). O público e o privado na educação: cenários pós-LDB. In Brzezinski, I. (Org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo-SP: Cortez.
- Vieira, S. L., & Farias, I. M. S.. (2007). *Política educacional no Brasil- introdução histórica*. Brasília-DF: Liber Livro Editora.
- Vigotski, L. S.. (2005). Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In Luria, A. R., Leontiev, A. N., & Vigotski, L. S.. *Psicologia e pedagogia- Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. São Paulo-SP: Centauro.
- Vigotski, L. S.. (2007). *A formação social da mente*. São Paulo-SP: Marins Fontes.
- Vigotski, L. S.. (2008). *Pensamento e linguagem*. São Paulo-SP: Marins Fontes.
- Vigotski, L. S.. (2012). Psicologia del adolescente. In: Vigotski, L. S. *Obras Escogidas IV*. Madrid, España: Machado Grupo de Distribución.
- Viñao Frago, A.. (1996). Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio. *VIII Jornada Estatales Forum Europeo de Administradores de la Educación*, Murcia.
- Vincent, G., Lahine, B., & Thin, D.. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em revista*, 33, 7-47.
- Vrecko, S.. (2013). Just How Cognitive Is “Cognitive Enhancement”? On the Significance of Emotions in University Students’ Experiences with Study Drugs. *AJOB Neuroscience*, 4(1), 4–12.

- Vrecko, S.. (2015). Everyday drug diversions: a qualitative study of the illicit exchange and non-medical use of prescription stimulants on a university campus. *Soc Sci Med.* 131, 297-304.
- Weber, R.. (2000). L’histoire de Ritalin. *Life Sciences*, 2, 8-9.
- Whitaker, D. C. A.. (2010). Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11 (2), 289-297.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

Sexo () Masculino () Feminino

Idade _____

1. O que você pretende fazer no ano de 2016? *(Pode marcar mais de uma opção)*

- () Ingressar em um curso superior
- () Ingressar em um curso técnico
- () Ingressar em um cursinho preparatório para vestibular
- () Trabalhar
- () Ainda não sei

2. Você acha importante que a escola de ensino médio possa lhe preparar para os seguintes aspectos da vida? *(Em cada item assinale apenas uma opção)*

	Nada importante	Pouco importante	Importante o suficiente	Muito importante
Prosseguir nos estudos				
Preparar para o trabalho				
Aprimorar como pessoa humana				
Compreender fundamentos científico-tecnológicos				

3. Como você avalia que a escola de ensino médio lhe preparou para estes aspectos? *(Em cada item assinale apenas uma opção)*

	Não preparou nada	Preparou pouco	Preparou o suficiente	Preparou muito
Prosseguir nos estudos				
Preparar para o trabalho				
Aprimorar como pessoa humana				
Compreender fundamentos científico-tecnológicos				

4. Como você se avalia como aluno?

() Ruim () Médio () Bom

5. O que você acha do uso de medicamentos que poderiam melhorar o aproveitamento nos estudos?

6. Você já ouviu falar em um tipo de medicamento que poderia melhorar o aproveitamento nos estudos?

() Sim () Não

7. Você conhece alguém que usa ou que já usou algum medicamento deste tipo?

() Sim () Não

8. Se houvesse um medicamento que pudesse melhorar o aproveitamento nos estudos você usaria?

() Sim () Não

APÊNDICE B – Avaliação do questionário

Você achou as perguntas do questionário claras?

Você teve dificuldade de entender o enunciado de alguma questão?

Você sugeriria alguma mudança no questionário?

Você acrescentaria alguma informação que considera importante?

APÊNDICE C – Carta de informação sobre a pesquisa

Título da pesquisa: Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior.

Pesquisadora: Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro (emiliatrigueiro@usp.br - Telefones: (88)99694851 (11)948355676)

Orientadora: Maria Isabel da Silva Leme (belleme@usp.br)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia- Universidade de São Paulo (Instituto de Psicologia da USP – Av. Prof. Mello Moraes 1721, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo – SP)

À direção da instituição _____

Caro diretor,

Venho por meio desta apresentar a pesquisa em nível de doutorado intitulada “Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior” que gostaríamos de realizar nesta instituição de ensino. Para tanto faremos uma breve descrição do que consiste o trabalho, seus objetivos, procedimentos e possível participação dos alunos. Desde já agradecemos pela colaboração e atenção.

O presente trabalho se propõe a estudar o que os adolescentes que vão se submeter ao vestibular ou ENEM pensam sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos. Sabe-se que a prática de usar medicamentos com esta finalidade tem ganhado muitos adeptos por isso é necessário aprofundar o entendimento deste fenômeno, principalmente em relação a uma população vulnerável, como são os adolescentes, particularmente aqueles que estão em uma fase decisiva de suas vidas, como é o caso da seleção para o ensino superior. Neste contexto, a pesquisa é relevante, pois acredita-se que conhecer a percepção dos jovens sobre este tema pode viabilizar práticas preventivas em relação a este uso.

O procedimento para coleta de dados se dará por meio da aplicação de um questionário com os alunos de uma turma de 3º ano do ensino médio. O questionário deverá ser respondido pelos próprios alunos em sala de aula e o tempo de resposta é em média 20 minutos. Os pais dos alunos serão esclarecidos das finalidades da pesquisa por meio de uma carta e caso autorizem a participação dos filhos deverão se manifestar por escrito. Os alunos também deverão manifestar seu assentimento por meio da assinatura de um termo de compromisso. Inicialmente será explicada para os alunos a natureza e a importância da pesquisa e será solicitada a colaboração dos mesmos. Ressalta-se que a participação dos alunos será voluntária e que mesmo tendo concordado em participar o aluno pode a qualquer momento retirar-se do estudo. Ressalta-se também que não haverá nenhum tipo de remuneração para a escola nem para os alunos.

Caso a instituição manifeste interesse posteriormente à aplicação dos questionários a pesquisadora poderá realizar uma palestra tirando dúvidas dos alunos a respeito do tema e informando sobre alternativas para melhorar o aproveitamento nos estudos. Após a conclusão da pesquisa a responsável também se compromete a divulgar os resultados obtidos.

O material coletado será posteriormente analisado, sendo garantido o sigilo absoluto e resguardando-se nomes dos participantes, bem como a identificação do local da coleta de dados. A divulgação do trabalho terá a finalidade acadêmica e será feita, posteriormente, por meio de artigos científicos, comunicações em congressos e eventos científicos. Todas as fases da pesquisa serão cuidadosamente analisadas, cumprindo com os protocolos éticos previstos para a participação de pessoas em pesquisas em Ciências Humanas.

Em princípio, este estudo não traz nenhum risco para a população estudada, posto que não serão tratados temas de natureza pessoal, ou que gerem algum tipo de ansiedade, mas se houverem dúvidas durante a pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, a instituição poderá entrar em contato para esclarecê-las com a responsável Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, pelo e-mail emiliatrigueiro@usp.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo cujo endereço é: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182.

Desde já agradecemos pela colaboração, permitindo o ingresso da pesquisadora nesta instituição de ensino.

Local e data

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro
Pesquisadora responsável

AUTORIZAÇÃO

Eu _____, abaixo assinado, responsável pela(o) _____, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior”, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados.

Declaro que fui informado pelo responsável das características, objetivos e benefícios da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Também fui informado da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca da metodologia e de outros aspectos relacionados com o estudo. Estou ciente de que os dados serão mantidos em sigilo, preservando a identidade dos sujeitos pesquisados, bem como que o desconforto que as pessoas terão ao participar da pesquisa será apenas do tempo necessário para a avaliação.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Declaro que recebi cópia deste termo.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

Local e data

APÊNDICE D – Carta de informação sobre pesquisa aos pais

Título da pesquisa: Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior.

Pesquisadora: Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro (emiliatrigueiro@usp.br- Telefones: (88)99694851 (11)948355676)

Orientadora: Maria Isabel da Silva Leme (belleme@usp.br)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia- Universidade de São Paulo (**Instituto de Psicologia da USP – Av. Prof. Mello Moraes 1721**, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo – SP)

Senhores pais,

Vimos por meio desta apresentar a pesquisa em nível de doutorado intitulada “Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior” que será realizada na escola _____. O trabalho se propõe a estudar o que os adolescentes que vão se submeter ao vestibular ou ENEM pensam sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos.

Os dados para este estudo serão coletados no dia _____ e a pesquisa se dará por meio da aplicação de um questionário com os alunos de uma turma de 3º ano do ensino médio/cursinho. O questionário deverá ser respondido pelos próprios alunos em sala de aula e o tempo de resposta é em média 20 minutos. Inicialmente será explicada para os alunos a natureza e a importância da pesquisa e será solicitada a colaboração dos mesmos. Ressalta-se que a participação dos alunos será voluntária e que mesmo tendo concordado em participar o aluno pode a qualquer momento retirar-se do estudo. Ressalta-se também que não haverá nenhum tipo de remuneração para a escola nem para os alunos. O material coletado será posteriormente analisado, sendo garantido o sigilo absoluto e resguardando-se nomes dos participantes, bem como a identificação do local da coleta de dados.

A divulgação do trabalho terá a finalidade acadêmica e será feita, posteriormente, por meio de artigos científicos, comunicações em congressos e eventos científicos. Todas as fases da pesquisa serão cuidadosamente analisadas, cumprindo com os protocolos éticos previstos para a participação de pessoas em pesquisas em Ciências Humanas.

Em princípio, este estudo não traz nenhum risco para a população estudada, posto que não serão tratados temas de natureza pessoal, ou que gerem algum tipo de ansiedade, mas se houverem dúvidas durante a pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, você poderá entrar em contato para esclarecê-las com a responsável Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, pelo e-mail emiliatrigueiro@usp.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo cujo endereço é: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182.

Caso você concorde que seu filho (a) participe da pesquisa favor assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que segue em anexo.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Local e data

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro
Pesquisadora responsável

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Assinado pelos Responsáveis
Legais pelos alunos

Título da pesquisa: Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior.

Pesquisadora: Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro (emiliatrigueiro@usp.br- Telefones: (88)99694851 (11)948355676)

Orientadora: Maria Isabel da Silva Leme (belleme@usp.br)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia- Universidade de São Paulo (**Instituto de Psicologia da USP – Av. Prof. Mello Moraes 1721**, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo – SP)

A pesquisa a que você está sendo convidado a participar se propõe a estudar o que os adolescentes que vão se submeter ao vestibular ou ENEM pensam sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos, e será feito por meio da resposta a um questionário.

Todos os dados que você fornecer serão tratados com a máxima confidencialidade pelos pesquisadores. Em nenhum momento seu nome ou o nome da instituição serão divulgados, sendo que apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados. Uma vez concluída a pesquisa, os resultados deverão ser divulgados em revista científica, porém, sem características pessoais que levem à identificação pessoal do participante.

Saiba que sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, não havendo nenhuma remuneração por ela. Se você aceitar participar, saiba que é totalmente livre para abandoná-la a qualquer momento.

Em princípio, este estudo não traz nenhum risco para você, posto que não serão tratados temas de natureza pessoal, ou que gerem algum tipo de ansiedade, mas se houverem dúvidas durante a pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, você poderá entrar em contato para esclarecê-las com a responsável Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, pelo e-mail emiliatrigueiro@usp.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo cujo endereço é: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, responsável legal pelo aluno _____, de forma livre e esclarecida, autorizo sua participação na pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro
Pesquisadora responsável

APÊNDICE F - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido Assinado pelos alunos

Título da pesquisa: Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior.

Pesquisadora: Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro (emiliatrigueiro@usp.br- Telefones: (88)99694851 (11)948355676)

Orientadora: Maria Isabel da Silva Leme (belleme@usp.br)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia- Universidade de São Paulo (**Instituto de Psicologia da USP – Av. Prof. Mello Moraes 1721**, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo – SP)

A pesquisa a que você está sendo convidado a participar se propõe a estudar o que os adolescentes que vão se submeter ao vestibular ou ENEM pensam sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos. A mesma será feita por meio da resposta a um questionário em sala de aula e durará em torno de 20 minutos. Alguns alunos serão convidados a participar de 2 Grupos Focais que serão realizados na própria instituição em data a ser acordada posteriormente, com duração entre 1 e 2 horas, e que tratarão dos seguintes temas: O acesso ao ensino superior, A medicalização da vida e da aprendizagem, O aprimoramento cognitivo farmacológico.

Todos os dados que você fornecer serão tratados com a máxima confidencialidade pelos pesquisadores. Em nenhum momento seu nome ou o nome da instituição serão divulgados, sendo que apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados. Uma vez concluída a pesquisa, os resultados deverão ser divulgados em revista científica, porém, sem características pessoais que levem à identificação pessoal do participante.

Saiba que sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, não havendo nenhuma remuneração por ela. Se você aceitar participar, saiba que é totalmente livre para abandoná-la a qualquer momento.

Em princípio, este estudo não traz nenhum risco para você, posto que não serão tratados temas de natureza pessoal, ou que gerem algum tipo de ansiedade, mas se houverem dúvidas durante a pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, você poderá entrar em contato para esclarecê-las com a responsável Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, pelo e-mail emiliatrigueiro@usp.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo cujo endereço é: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu assentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Assentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu assentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma via deste termo de assentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro
Pesquisadora responsável

APÊNDICE G- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Assinado pelos alunos

Título da pesquisa: Adolescentes, o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior.

Pesquisadora: Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro (emiliatrigueiro@usp.br- Telefones: (88)99694851 (11)948355676)

Orientadora: Maria Isabel da Silva Leme (belleme@usp.br)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia- Universidade de São Paulo (**Instituto de Psicologia da USP – Av. Prof. Mello Moraes 1721**, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo – SP)

A pesquisa a que você está sendo convidado a participar se propõe a estudar o que os adolescentes que vão se submeter ao vestibular ou ENEM pensam sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos. A mesma será feita por meio da resposta a um questionário em sala de aula e durará em torno de 20 minutos. Alguns alunos serão convidados a participar de 3 Grupos Focais que serão realizados na própria instituição em data a ser acordada posteriormente, com duração entre 1 a 2 horas, e que tratarão dos seguintes temas: O acesso ao ensino superior, A medicalização da vida e da aprendizagem, O aprimoramento cognitivo farmacológico.

Todos os dados que você fornecer serão tratados com a máxima confidencialidade pelos pesquisadores. Em nenhum momento seu nome ou o nome da instituição serão divulgados, sendo que apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados. Uma vez concluída a pesquisa, os resultados deverão ser divulgados em revista científica, porém, sem características pessoais que levem à identificação pessoal do participante.

Saiba que sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, não havendo nenhuma remuneração por ela. Se você aceitar participar, saiba que é totalmente livre para abandoná-la a qualquer momento.

Em princípio, este estudo não traz nenhum risco para você, posto que não serão tratados temas de natureza pessoal, ou que gerem algum tipo de ansiedade, mas se houverem dúvidas durante a pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, você poderá entrar em contato para esclarecê-las com a responsável Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro, pelo e-mail emiliatrigueiro@usp.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo cujo endereço é: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone: (11) 3091-4182.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Assentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma via deste termo, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro
Pesquisadora responsável

DICAS PARA AJUDAR NOS ESTUDOS

1 AMBIENTE DE ESTUDO

Fique longe de conversas e evite sons que tirem sua concentração. Não estude deitado ou vai cair no sono. Deixe todo o material a mão para evitar interrupções desnecessárias e escolha um local tranquilo, arejado e iluminado.

2 AFETIVIDADE

Não tire férias da sua condição humana. As relações afetivas dão o equilíbrio emocional necessário para enfrentar a rotina de estudos.

3 ANOTAÇÕES

Tomar notas é a melhor técnica para guardar as informações obtidas em aulas e livros.

4 ANSIEDADE

A ansiedade e o medo são reações normais em situações afritivas como provas. Aprenda a ter controle sobre a situação em vez de entrar em pânico.

5 AULAS

Mantenha a atenção nas aulas e não leve dúvidas para casa. A comunicação direta e dinâmica com o professor pode ser um fator de sucesso, pois a aula é o melhor momento da aprendizagem.

6 BIBLIOTECA

Vá às bibliotecas com frequência para pesquisar e aumentar seus conhecimentos.

7 DISCIPLINA

Crie um horário de estudo rígido e não se afaste dele, mas lembre que o tempo de sono tem que ser preservado. Levante cedo, trabalhe duro e deixe as distrações de lado.

8 ALIMENTAÇÃO

Dê preferência a frutas, líquidos e alimentos leves antes das provas e durante o estudo diário jamais pule refeições.

9 ATITUDE VENCEDORA

Lembre-se que as pessoas vencedoras não estudam somente uma semana antes das provas, mas durante todo o ano.

10 CUIDADO COM AS TENTAÇÕES

Remédios contra a ansiedade e estimulantes não devem ser usados por conta própria, pois podem causar grandes riscos à saúde. Siga as dicas acima e você terá mais sucesso.

Doutoranda: Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro

O vestibular é um momento de grande ansiedade e estresse, pois a cada ano torna-se mais concorrido. Isso aumenta a curiosidade em relação a substâncias que prometem efeitos rápidos e milagrosos. Mas há outras formas de melhorar o aproveitamento nos estudos que não seja por meio de medicamentos, como exercícios físicos, alimentação saudável, sono regular, assim como leituras e exercícios.

Para mais informações entre em contato:
emiliatrigueiro@hotmail.com

O doping intelectual também é chamado de aprimoramento cognitivo farmacológico, neuroaprimoramento farmacológico, uso instrumental de remédios, drogas para turbinar o cérebro, neurologia cosmética, drogas da inteligência, Botox do cérebro, Viagra para o cérebro, e se refere ao uso de novas tecnologias neurocientíficas para monitoramento e manipulação das funções cerebrais, por exemplo, usar remédios para melhorar o funcionamento do cérebro e aprimorar o desempenho cognitivo.

Estes medicamentos funcionam como estimulantes para o cérebro, mas esta prática pode ser muito perigosa, pois vários efeitos colaterais podem ocorrer como: nervosismo, insônia, diminuição de apetite, dor abdominal, náusea e vômito, irritabilidade, agressividade, instabilidade emocional, comportamento ou pensamento anormais, raiva, ideia ou tentativa de suicídio, humor alterado, distúrbios da libido, dependência física e psicológica, parada cardíaca, infarto do miocárdio, morte cardíaca súbita, sopro cardíaco.

O efeito do medicamento é mais emocional do que real, pois ele pode fortalecer a habilidade de concentração, especialmente em tarefas que não são interessantes ou quando a pessoa está cansada, mas não melhora as habilidades de aprendizagem em longo prazo. Também deixa um efeito negativo na criatividade e pode haver uma grande variação de resposta, tanto interindividual quanto intraindividual, o que faz com que os resultados sejam muito diferentes.

O aumento dessas expectativas em relação à aprovação no vestibular com elevação de sintomas de ansiedade e estresse, a sensação de que a escola pode não ter preparado bem o suficiente, aliados ao receio de ser reprovado e ter que dedicar mais um ano de sua vida à essa preparação ou desistir de um curso superior e ingressar no mercado de trabalho, podem fazer com que jovens recorram a diferentes estratégias para aprimoramento cognitivo, entre elas o uso de medicamentos. No entanto, fazer uso de medicamentos sem orientação médica é uma prática perigosa e que pode trazer riscos à saúde. A melhor opção é investir em outras estratégias para otimizar seus momentos de estudo.

APÊNDICE I – Relato dos grupos focais ¹³**Grupo 1- 24/11/2015**

(Há uma fala iniciada antes da gravação começar)

Pesquisadora: Para começarmos, eu gostaria de saber se ficou alguma dúvida. Esse trabalho que eu estou fazendo com vocês é parte da minha pesquisa de doutorado, e reforço que vocês não serão identificados. As entrevistas serão gravadas, e vocês apenas colocarão este crachá para facilitar a identificação das falas na transcrição, mas vocês não vão ser identificados de forma alguma. Esse anonimato está garantido pelo Termo de Consentimento, onde vocês afirmam aceitar a participação na pesquisa, em duas vias assinadas, sendo uma entregue a mim e a outra a vocês. Então, se vocês tiverem mais dúvidas depois, podem entrar em contato comigo, já que o Termo também inclui meu telefone, meu email, etc. Ok?

Alunx: Tem dois espaços?

Pesquisadora: Em um você pode escrever seu nome por extenso e no outro, assinar. Mas se você assinou de forma legível, não tem problema.

Pesquisadora: Este questionário é bem parecido com aqueles que vocês já responderam, ok?

Alunx: O que eu escrevo em “Participante”?

Pesquisadora: Ah, desculpe. Aí é a numeração que eu vou dar aos questionários depois, vocês podem deixar em branco.

Pesquisadora: Vamos começar a conversar um pouquinho sobre esse tema. Acredito que da semana passada pra cá vocês ficaram pensando algumas coisas sobre o que a gente tinha conversado. Algumas pessoas disseram que nunca tinham ouvido falar no uso de medicamentos para se concentrar, para estudar mais; outras pessoas disseram já ter visto alguma coisa. Pra entendermos melhor o que isso significa, o que está acontecendo, gostaria de ler a definição do que é medicalização. Quem já ouviu falar nessa palavra? Ninguém, não é?

Pesquisadora: Dá-se o nome de Medicalização ao processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Por exemplo, transformar sensações físicas e psicológicas normais como insônia e tristeza em sintomas de doenças, como Distúrbio do Sono e Depressão. Significa transformar situações comuns como a tristeza, afinal todo mundo fica triste, e determinar que, na verdade, toda tristeza é uma Depressão, sendo que Depressão é uma doença e não algo que acontece o tempo inteiro com todo o mundo.

Pesquisadora: Dentro, ainda, desse processo, existe outro, denominado Medicamentização que é o uso excessivo de medicamentos para o alívio dessas sensações que não são doenças, mas que têm sido consideradas como tal. Por exemplo, às vezes temos insônia se estamos preocupados com alguma coisa, se temos uma prova no dia seguinte e não conseguimos dormir. Antigamente as pessoas costumavam tomar um banho, um chá, apagavam as luzes e

¹³ Foram feitas leves correções ortográficas com o intuito de facilitar a leitura, mas o significado das falas foi preservado.

tentavam dormir. Hoje em dia, como as pessoas fazem? Elas tomam um calmante, tomam algum remédio para conseguir dormir. Ou ainda, mais um exemplo, quando éramos crianças e tínhamos uma gripe, alguém fazia um chá, um banho morno. Hoje em dia corremos à farmácia e já compramos quatro ou cinco remédios.

Pesquisadora: Vocês já tinham se dado conta dessa realidade na vida de vocês? Alguém quer dar um exemplo de alguma situação semelhante?

Júlia: Acho que quando se é criado com os avós, você tem um pouco disso, de que se você tomar um chá resolve e quando se é criado com a mãe, isso pode acontecer, mas também pode não acontecer. As figuras vão mudando. Eu fui criada com a minha avó e acredito que, quando se tem febre, tomar um chá resolve, ou quando se tem gripe. Mas quando se tem cólica, por exemplo, ou outro tipo de problema, o chá já não resolve.

Pesquisadora: Então você acha que algumas coisas podem ser tratadas com medicação natural, como chás e outras poderiam ser resolvidas com remédios. É isso.

Júlia: Sim.

Pesquisadora: Mais alguém quer dar mais algum exemplo sobre isso?

Bruna: Eu acho que tem um efeito psicológico. Eu posso estar errada, mas acho que tem essa questão também. Tem um aluno que ia para a coordenação delirando, dizendo que tava sentindo muita coisa. Nosso coordenador fala muito, “Isso é uma coisa que está só na sua mente”. Porque a mente pode ser nossa amiga ou nossa inimiga. É impressionante alguns casos aqui no colégio. Por isso que eu acho que tem um efeito psicológico.

Pesquisadora: Sobre essa questão psicológica e sua influência na nossa vida. Vocês conhecem casos de pessoas que recebem um diagnóstico de alguma chamada doença psicológica e passaram a receber tratamento ou medicação?

Alunx: Você podia repetir?

Pesquisadora: De fato, o fator psicológico é um fator que influencia bastante o comportamento e, às vezes, um comportamento pode ser visto como uma doença. Vocês conhecem alguém que teve um comportamento ou uma questão psicológica que foi diagnosticada como doença, e foi então tratada e medicada.

Júlia: Acredito que não... Não acho que a forma certa de tratar pessoas com distúrbios psicológicos seja com medicação, internação. Não é certo dopar outra pessoa porque ela está com distúrbios ou porque ela imagina coisas. Às vezes penso que só o apoio da família já resolveria.

Isabel: Conheço uma mulher que não estava grávida, mas achava que estava. E então ela ia começar a tomar o remédio para abortar, só que ela não estava grávida...

Bruna: Tem um caso também bem retratado que está passando na novela Caminho das Índias o personagem do Bruno Gagliasso que foi perturbado e pressionado pelos pais e passou a ter depressão e outros distúrbios mentais vendo vultos, barulhos. Eu acho que tem casos sim, em que a parte psicológica influencia na nossa vida. Eu estive numa palestra, onde foi dito que o psicológico gera os sentimentos e os sentimentos geram ação. Então nesse caso, o sofrimento é psicológico.

(Há um comentário incompreensível no fundo e risos)

Alunx: Você não queria falar? Então, fale!

Mateus: Ah... Sim. É possível que uma pessoa se cure de uma doença através do psicológico? Por exemplo, eu estou com febre, mas eu não acredito de fato que estou com febre e, por isso, a febre some. Se isso é possível, se curar de fato sem o uso de medicamentos.

Pesquisadora: Depende de cada situação. Essa ligação entre a mente e o corpo é muito forte, então existem situações em que a mente cria uma doença e existem outras situações em que a mente cura uma doença. Situações mais simples, certo? O que a gente está falando aqui não é sobre acabar de vez com o uso de remédios, que são muito importantes, muitas vezes. Estamos falando sobre o excesso desses remédios; quando, por exemplo, nos medicamos para curar uma febre, mesmo sabendo que a febre não é uma doença e sim um sintoma de outra doença. Tratar o sintoma e não buscar saber qual doença está por trás dele, nos leva a tomar remédios, muitas vezes, desnecessários e em excesso, que podem trazer o desenvolvimento de resistência ao medicamento do qual se abusa, e mesmo outras doenças.

Júlia: Minha avó tinha câncer. Ela precisava tomar remédios três vezes ao dia e com duas semanas de medicação, o corpo dela começou a rejeitar o remédio. Como ela não podia fazer uma cirurgia, aumentaram a dose e chegou uma hora que ela não conseguia mais tomar.

Pesquisadora: O corpo já criou uma resistência... E isso ainda pode gerar uma outra doença, além da que já existia. Agora um outro exemplo. Vocês conhecem hoje mais pessoas que dizem ter depressão ou foram diagnosticadas com depressão e tomam medicamentos por isso, do que antigamente ou não?

Lucas: Eu acho que sim. Vejo, acho que pela pressão do dia-a-dia, as pessoas acabam se achando mais tristes, mais depressivas, sem motivos para viver. Já vi casos, na minha família mesmo, onde o sujeito diz, “eu trabalho todo dia, das 7h às 5h da tarde, à noite eu tenho que estudar até às 10h. Não consigo me divertir. O dinheiro só dá para pagar as contas.” Por isso, as pessoas acabam ficando tristes progressivamente e achando que é depressão. Então ela vai tomando calmantes, remédios pra depressão, pra ficar mais... Um outro bom exemplo é o uso da maconha. Algumas pessoas usam a maconha para estar em “outro plano” e em busca desse alívio do dia-a-dia, dessas tristezas, de falta de dinheiro, de ter que trabalhar todo dia para ganhar aquilo.

Bruna: Ou então, como o caso do meu pai. Ele era um trabalhador e então ele teve depressão. Isso foi há oito anos e até hoje ele não pode deixar de tomar o remédio. Se ele deixar de tomar é capaz de ele ir embora desse mundo. Porque a depressão afetou ele completamente. Ele chegava em casa dizia que estava estressado, que não aguentava mais... Infelizmente. Depressão é uma doença terrível, destrói tudo.

Pesquisadora: Podem falar mais!

Mateus: Alguns remédios tratam doenças, mas eles também podem gerar dependência em quem consome. Algumas pessoas têm vícios em drogas ilícitas, mas remédios também são drogas, só que lícitas. Por exemplo, pessoas que tomam remédio para qualquer dor de cabeça que têm e sempre retornam na mesma dor de cabeça. Eu prefiro fazer de outra forma, não tomar remédio e me deitar, relaxar; porque ficamos dependentes dos remédios. E essa questão da depressão, está acontecendo muito em jovens que deveriam ser os mais alegres, mas hoje os jovens são mais tristes, revoltados, mais cansados, e isso aumenta também o número de

suicídios. As estatísticas dizem que o número de suicídios hoje é muito maior do que de dez anos atrás, mesmo em cidades pequenas, como a nossa. Se pegarmos um caso de suicídio e investigarmos a fundo, descobriremos que aquela pessoa estava triste, mesmo não demonstrando isso, muitas vezes. Além disso, outras coisas podem influenciar, como o estilo de vida, a jornada de trabalho, muitos fatores.

Júlia: Os meios de comunicação influenciam muito o seu ponto de vista. Eu lembro que alguém falava assim, “No tempo da sua avó” ou “no tempo do seu bisavô, não tinha televisão, não tinha nada, mas as crianças eram felizes”. Isso porque ainda que as pessoas já precisassem trabalhar, elas tinham umas às outras, para conviver, muito mais do que agora. Havia mais tempo para a família, mesmo com muito trabalho. As pessoas não precisavam se preocupar com tantas coisas quanto hoje, com o avanço dos meios de comunicação. Hoje é possível saber tudo sobre todos e aquilo pode te fazer mal de alguma maneira. Então, eu acho que envolve comunicação, envolve o que uma pessoa vê e o que ela não vê; ou seja, muito do que é externo, muito disso vem do meio exterior. Isso aumenta as chances de se viver a frustração, já que é possível sentir desejo por mais coisas e não poder realizá-las.

Carla: Alguns meses atrás eu tive alguns episódios de desmaio. Muitas pessoas me diziam que eu devia não estar muito bem, talvez um pouco ansiosa. Então fui em um neurologista e ele me disse que eu tinha uma Síndrome Vaso Vagal e me receitou um remédio para a depressão. E eu estou tomando esse remédio assiduamente. Todos os dias de manhã eu tenho que tomar um café para conseguir acordar e viver a minha vida. Ele disse que ia me ajudar a ficar livre e estudar e ainda estou aqui esperando isso...

(Risos)

Alunx: É porque isso depende de você também, não só do remédio. Tem que ter força de vontade.

Alunx: Aí já entra o psicológico.

(Falas confusas dos alunos, que se atropelam)

Mateus: Achei a fala dela muito interessante, porque hoje a tecnologia avançada, que faz Smartphone, por exemplo, pode regular as nossas relações pessoais. Por exemplo, às vezes um grupo de amigos sai, fica todo mundo no celular ninguém conversa com ninguém. Houve um episódio em que uma colega estava com fone de ouvido e eu não conseguia falar com ela e tive que mandar uma mensagem para ela avisando que eu a estava chamando para que ela pudesse ver. Ou seja, que influência isso tem, de repente, numa depressão, já que uma rede social ou qualquer coisa desse tipo não vai suprir a necessidade de uma conversa cara-a-cara com você... é bom, mas tem que tomar cuidado, porque ela tem um lado negativo. Eu me acho muito chato, para sair em um grupo de amigos e todos ficarem no celular, é melhor nem sair, fica cada um na sua casa. Então fica insuportável. Porque as pessoas pensam em quem está lá no Face, e acabam esquecendo de conversar e ao final você vai ficar com um vazio interior, já que não tem relações corpo a corpo, olho a olho. As novas gerações não desenvolvem bem esse contato, é muito triste isso.

Lucas: Isso influencia também as relações familiares. Eu não tenho a mesma relação com meus pais que eu tinha antes de ter um celular. Eu chego dentro de casa, falo com meus pais o mínimo e depois só vou voltar a falar com eles no jantar ou antes de deitar...

Alunx: ou para pedir dinheiro, né?

Lucas: Ou para pedir dinheiro... é só... Não tem mais aquela relação. Eu me culpo sim, porque eu fico direto no celular... E isso tem uma relação com a depressão; se você não se relaciona com as outras pessoas, em algum momento, você vai se sentir, muitas vezes sozinho, mesmo dentro de casa. Eu, pelo menos, sou assim. Se não tiver ninguém online na internet eu vou fazer o que, já que eu não tenho mais relação próxima com os meus pais? Vou ficar em casa pensando que ninguém gosta de mim, ninguém me chama para sair... Mas é porque eu fico muito no celular. Essa questão acaba com as suas relações, dentro e fora de casa.

Pesquisadora: Ok! Vamos tentar fazer um resumo dessa discussão sobre depressão. Vocês falaram sobre como questões sociais influenciam muito os sentimentos das pessoas, como por exemplo, o distanciamento entre amigos e familiares; que o desenvolvimento que a tecnologia da informação trouxe, fez com que as pessoas se sentissem mais sozinhas e tristes. Esses quadros gerais podem levar a uma associação com a depressão, enquanto patologia, e as pessoas procuram auxílio em tratamentos medicamentosos, muitas vezes demorados, intoxicantes e que podem levar ao suicídio.

Pesquisadora: Outras coisas ainda vão suscitar mais debate, mas agora vamos tentar passar para o próximo ponto. Eu comecei perguntando se vocês achavam que hoje em dia os casos de depressão são mais numerosos que antigamente. Agora quero saber se vocês acham que hoje em dia tem mais pessoas com diagnóstico de TDAH, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade do que antigamente, ou não...?

Alunxs [todos ao mesmo tempo, em tempos diferentes]. Sim! Claro! Com certeza!

Pesquisadora: Um de cada vez...

Júlia: Com certeza. Eu gosto muito de ler livros, mas se você me perguntar como é o livro que eu estou lendo, eu não vou conseguir interpretar. Eu não tenho capacidade para fazer as duas coisas. Eu acho que isso é um déficit.

Bruna: Professora, não sei se a senhora viu aquele caso na internet, do menino que foi filmado na escola quebrando tudo...

Pesquisadora: Você pode falar sobre esse caso?

Bruna: Também tem esse caso... e isso me lembrou do meu primo. A partir dos meios de comunicação (meu primo é bem novinho, tem uns dez anos), ele era tão antenado em vídeo games e essas coisas, que isso acabou afetando-o e ele e os pais acabaram caindo no psicólogo. E ele tem que ir. Porque ele tem um tipo de déficit que ou ele ganhava no jogo ou ele quebrava a casa, ficava muito hiperativo. Ele precisa disso, ir à um psicólogo que converse, dê o remédio, faça um tratamento, ou então, se você mexer muito com o psicológico dele, ele fica louco! Aí esse caso que estava passando pela internet, um filme com um garoto em uma escola que estava quebrando tudo. Na internet todos criticaram a mãe do garoto, os pais. Porque ele quebrou teoricamente, a sala todinha e os professores, com medo, disseram que iam chamar a polícia, que os pais eram errados porque não deram educação. Então, uma mulher fez um outro vídeo, com o filho dela do lado, dizendo que o filho dela tinha feito essa mesma cena e que ele tinha essa mesma doença, TDAH e que isso não era um problema de educação, que era um problema psicológico.

Pesquisadora: Quem mais sabe de algum caso ou exemplo sobre isso

Lucas: Esse Déficit de Atenção é parecido com dislexia, não?

Pesquisadora: Na verdade não. Para a gente entender melhor, a dislexia é entendida como uma doença que dificulta o aprendizado, principalmente das letras e das palavras, tanto na linguagem escrita quanto na falada. O Cebolinha, que troca o /R/ pelo /L/, por exemplo. Outro exemplo é trocar as direções de letras como b e d, na escrita. Ok?

Pesquisadora: O Déficit de atenção, seria a pessoa ficar no “mundo da lua”, não prestar atenção nas coisas, não ouvir enquanto as outras pessoas falam, ficar muito no seu próprio mundo. Já a Hiperatividade é um comportamento de agitação, onde é difícil permanecer sentado, parado, e isso incomoda as pessoas em volta.

Pesquisadora: Esses três comportamentos são chamados de doenças. Mas eu gostaria que vocês comparassem um pouco com os casos de depressão que discutimos. Será que as questões sociais também não influenciam esse comportamento para que se chame de doença? Por exemplo, já que vocês citaram a questão das redes sociais, quando uma pessoa está navegando pela internet, sua atenção em relação ao que os outros falam é bem pequena. Será que podemos chamar isso de doença, como Déficit de Atenção? Ou mesmo, passar o dia sentado numa cadeira, olhando para o professor sem se mexer, quem aguenta? Aí, o aluno começa a querer se mexer, começa a se mexer, será que podemos chamar isso de doença? Ou pode ser resultado do cansaço dessa situação? E sobre isso, quem quer começar a falar?

Lucas: Acho que isso parece o caso de uma colega de turma; a mesma colega do Fórum. Ela tem muita dificuldade em responder quando é chamada porque cria, dentro da mente dela, histórias e histórias, fica pensando em desenhos. Hoje ela parece estar melhorando, pois nós estamos chamando a atenção dela, mas antes era assim. Ela não prestava atenção em nenhuma das nove aulas que a gente tinha, ela pensava em qualquer outra coisa, menos na aula. Nem no estágio ela nos dava atenção. A gente podia falar com ela mil vezes, mas se ela estivesse ouvindo música ela já estava imaginando um vídeo clipe para a música. É muito complicada essa questão. Eu fui perguntar para ela porque ela achava que se comportava dessa forma. Ela pensa que isso é resultado de ficar muito tempo em casa e não ter uma boa relação com seus pais. Ela diz que os pais querem fazer da vida dela um inferno, que ela passou a maior parte da infância dela dentro do quarto escutando música, desenhando, criando histórias entre outras coisas, mas nunca na companhia de outras pessoas. Isso é reforçado por ela morar muito longe de todos. Então, podemos trazer isso para os dias de hoje, sobre a questão dos meios de comunicação, mesmo que isso de “não responder para as pessoas quando você está navegando na internet” pode não ser uma doença, mas pode gerar uma. Por exemplo, eu ficava muito tempo no celular, e quando eu ficava muito tempo no celular eu ficava pensando nisso, em quem estava on line ou não, no Facebook, Whatsapp, essas coisas. E isso me fazia não prestar atenção em ninguém que estava ao meu lado. E isso estava gerando um Déficit de atenção em mim. Agora, quase não uso o celular, se eu fico em casa eu deixo dentro de uma gaveta, eu falo com as pessoas dentro e fora de casa também. Pode ser que na hora não, mas depois isso vai gerar um incômodo.

Mateus: E também tem um fator de classe, num sentido de classe social. Hoje, a maioria dos pais tem criado seus filhos sem brincar na rua e brincando com aparelhos tecnológicos, então uma criança de 9 anos tem um tablet, um computador, um Xbox. E é também uma coisa do grupo social, por exemplo, todos os amigos de um grupo tem os mesmos aparelhos e se uma das crianças não tem o que as outras tem, essa criança vai pedir para os pais, porque, inclusive, essa posse é necessária para ela ser aceita no grupo. Isso faz com que a criança fique hiperativa, dependente daquilo. Além disso, são esses hábitos que criam uma cultura de

individualismo. Então, acredito que a questão social influencia muito, nosso lugar social, nosso estilo de vida.

Carla: Quero falar. Meu irmão tem 7 anos e minha mãe comprou um tablet para ele. Cada vez que ele perdia no jogo, ele socava o tablete. A primeira vez que ele quebrou o tablete, socou ele todo, minha mãe comprou outro tablet. Ele fez de novo e ela comprou de novo, mas disse para ele que se ele quebrasse de novo, ia ficar sem. Agora, quando ele fica nervoso, ele dá o tablete para ela e diz, “não, mãe, leva o tablete que eu vou para o quarto”, porque ele sabe que se ele fizer isso de novo, ele não vai ter outro. E ele é assim, ele não sabe ler ainda, por isso eu acho que ele tem um déficit, ele não aprende...

Pesquisadora: Mas vamos pegar esse exemplo mesmo, ele se concentra muito no jogo, mas não se concentra na hora da aula. Será que podemos dizer que isso é uma doença? Ou podemos dizer que isso acontece em algumas situações e em outras não?

Júlia: Acho que isso é do próprio psicológico dele. Eu acho que a escola é muito chata. Quanto mais você estuda, mais fácil fica. Eu gosto de livros de romance e com essa leitura eu não me sinto com sono, o que é muito diferente com História. É como quando você não quer fazer uma coisa porque é chata, como estudar, mas o joguinho é legal, então presta-se atenção no joguinho. Eu acho que é mais ou menos isso, não doença.

Mateus: E vai bloqueando a mente para algumas coisas... E para outras vai-se abrindo... Como você disse, ele tem atenção para o jogo, mas não tem para a aula, então a aula já vai sendo bloqueada. A mente comanda todo o corpo, e o psicológico tem muita influência sobre a nossa vida. É como quem diz que não entende matemática, isso não é necessariamente verdade, muitas vezes você colocou na cabeça que não entende matemática. Eu acho que isso não é uma doença, isso é o psicológico sim, mas não uma doença.

Pesquisadora: O psicológico e o social.

Júlia: Meu namorado ensina as tarefas de casa para o meu sobrinho. Ele faz faculdade de matemática e aprendeu no curso que quando ele for ensinar matemática, ele deve usar bombom como unidade, por exemplo, você tem 5 bombons e ganha mais 5 bombons, quantos bombons você tem no final? Então ele soma na mão para ganhar alguma coisa, mesmo se não acertar a resposta ele ganha alguma premiação. Isso faz com que ele tenha uma certa atenção, ele vê que vai ganhar uma premiação e então ele vai querer fazer aquilo, mesmo que não seja por vontade, ele vai querer fazer para ganhar.

Pesquisadora: Existe, realmente, esse comportamento de atenção seletiva, onde as pessoas dão atenção para algumas coisas e não dão atenção para outras. Em alguns momentos estamos mais ativos – ou, no caso, hiperativos – e em outros, ficamos mais quietos, mais comportados. E, pelo que discutimos aqui, a manifestação desses comportamentos tem a ver com aspectos psicológicos e sociais. Mais uma vez vocês apontaram a importância das questões relacionadas ao uso excessivo da tecnologia de comunicação, acrescentando a variável do interesse e o envolvimento do aluno sobre o conteúdo que está sendo estudado na escola: se é um conteúdo que a pessoa não gosta, sua atenção vai ser menor e, da mesma forma, se é um conteúdo que a pessoa gosta, a atenção vai ser maior. Porém, profissionais têm interpretado esses comportamentos como sintomas de doenças e têm tratado essas doenças com medicamentos. Isso acontece principalmente com crianças com esse comportamento: são mais agitadas, não querem se concentrar na aula, mas concentram muita atenção no jogo, passam horas sentadas olhando para o jogo. Nesses casos, o que tem sido receitado é a Ritalina. Quem aqui já ouviu falar em Ritalina?

Pesquisadora: Apenas duas pessoas ouviram falar da Ritalina. Porém, muitas crianças têm sido medicadas com esse remédio. O seu irmão usa?

Carla: Não sei se é esse... Ele toma desde os seis ou sete anos.... Quando ele quer uma coisa só falta derrubar a casa. Aí fazem tudo que ele quer. Ele não se concentra em nada, mas quando ele quer ir para o computador, pode estar desmontado que ele monta sozinho rapidamente. Ele sabe fazer muitas coisas, mas quando quer algo é preciso fazer o que ele quer.

Pesquisadora: E você já reparou se ele fica mais calmo quando toma o medicamento?

Carla: Ele fica mais calmo... Depois dorme e eu digo, “Graças a Deus, ele dormiu”. É um alívio.

Bruna: Eu acho uma coisa interessante no meu primo, por incrível que pareça, ele não tem problema de estudo, ele tem problema, num nível psicológico dele, pra quebrar as coisas quando ele não consegue vencer no jogo, agora em estudo, ele só tira nota dez. Ele diz que está tudo na mente dele, “Eu vou ser igual ao meu pai, eu vou ser advogado”. Até quando eu chego em casa sem saber de alguma coisa, ele me ensina. Eu acho isso muito interessante.

Pesquisadora: Vários exemplos que surgiram aqui têm a ver com a questão dos jogos eletrônicos. Vocês estão percebendo que isso parece ser um problema para muitas crianças. Mas, voltando à questão da Ritalina. Muitas crianças que têm esses comportamentos que vocês estão descrevendo, são danadas, não conseguem se concentrar, vão ao médico e o médico diz, “Essa criança tem uma doença”, e isso é como se fosse um crachá que você colocasse no seu pescoço e que pudesse justificar uma porção de atitudes com base nessa doença. O mesmo vale para depressão, “Eu tô triste, mas como eu tenho depressão, tudo o que acontece na minha vida eu atribuo à depressão”. Ou o TDAH, “Eu tenho TDAH, então eu posso ser danado, eu posso não me comportar, quando eu quiser alguma coisa minha mãe vai me dar, meu pai vai me dar, porque eu tenho uma doença, eu tenho TDAH”, é como um crachá permanente.

Carla: Teve um dia que eu não tomei o remédio, aí eu desmaiei, acho que já coloquei na minha cabeça que quando eu não tomo aquele remédio é como se estivesse faltando alguma coisa...

Pesquisadora: É, falamos da dependência psicológica e da dependência física. Muitas vezes a dependência psicológica, que é, por exemplo, acreditar que tomar o remédio para ir à escola é imprescindível, é maior que a física. Voltando à Ritalina, alguns pesquisadores descobriram que esse medicamento chamado Ritalina, poderia ser usado por pessoas que não tem TDAH, e que funcionaria para aumentar a concentração de pessoas saudáveis. Vou ler um pequeno trecho sobre essa questão:

Pesquisadora: “As novas drogas da vez, entre universitários e jovens profissionais, passam longe de shows e baladas. Elas são consumidas em universidades, cursinhos, escolas e escritórios. Para estudar por várias horas sem perder o foco, pessoas sem problemas psiquiátricos ou neurológicos estão tomando pílulas para Déficit de Atenção, narcolepsia e até Mal de Alzheimer. Para alguns especialistas, as drogas da inteligência, como estão sendo chamadas, estão para o mundo acadêmico como os esteroides e anabolizantes estão para o mundo esportivo. Embora possa haver algum ganho no resultado, há o risco de vários efeitos colaterais. E o uso dessas drogas já está sendo chamado de doping intelectual.”

Pesquisadora: Vocês sabem o que é o doping nos esportes?

Alunx: Drogas.

Pesquisadora: Pronto. É o uso não só de drogas, mas de qualquer outra substância, que os outros competidores não usaram, que melhore o desempenho de um único competidor. Por exemplo, dez competidores vão participar de uma prova de natação, todos seguiram corretamente as ordens de saúde e treino para um bom desempenho. Porém um deles toma alguma substância, lícita ou ilícita, para que seu ganho e seus resultados sejam melhores que os dos outros. Por isso pede-se sempre exames de sangue e urina, para comprovar que todos os esportistas competem por igual, com base nos esforços dos seus treinos.

Pesquisadora: Por isso que o uso de medicamentos para pessoas não diagnosticadas com transtornos psicológicos, como a Ritalina, tem sido chamado de Doping Intelectual. Imaginem se, durante a prova de vestibular, alguns candidatos tomassem esses remédios achando que vão conseguir, com isso, melhores resultados. Vocês acham isso justo ou injusto?

Lucas: Injusto porque no meu caso, eu não toparia fazer isso. Não gosto. Mas se eu estiver competindo com alguém que tomou e em quem esse medicamento funciona... Se tem dez vagas e quinze concorrentes, cinco estão fazendo uso das drogas e os outros cinco, que estudaram pra caramba, que passaram talvez anos tentando alcançar aquela nota, para ficar em décimo lugar porque uma pessoa tomou um remédio e você não? Eu acho isso injusto.

Bruna: Eu também acho, porque se fosse assim qualquer um passava, é só comprar o remedinho.

Pesquisadora: Sobre essa questão dos medicamentos, o primeiro ponto que a gente precisa questionar gira em torno do que estamos conversando até agora, vale a pena correr o risco de ficar dependente, de ter outras doenças, sem um resultado garantido?

Lucas: Não vale a pena, mas muita gente toma por pressão em casa. Os pais querem que o filho passe em medicina, então ele presta vestibular para a medicina e ele não quer decepcionar ninguém. Muitos jovens sofrem uma pressão dos pais por desempenho escolar ou no vestibular, e sentem muita responsabilidade em não decepcionar os pais. Em resposta a isso, esses jovens vão fazer de tudo para não decepcionar; e aí você sabe que ele não vai passar só estudando, ele vai buscar medicamentos. E também outras influências em casa, se você terminou o ensino médio e agora vai só estudar e não trabalhar, muitas vezes os pais ficam incomodados. Aí, para não sofrer mais pressão do que já se sofre em casa, as pessoas recorrem a esses remédios. E aí, às vezes, ele passa e não é por ele, mas para dar orgulho aos pais.

Carla: Teve o caso de uma menina.... Vocês se lembram? Que os pais queriam que ela prestasse vestibular para medicina...

Bruna: Ah sim! Alguém contou essa história. Ela morava em nossa cidade, ela era filha de médicos e eles queriam muito que ela fosse médica, porque eles eram médicos. Eles faziam muita pressão, diziam coisas como “Você precisa ser médica porque eu e sua mãe investimos muito em você para isso”. Então, ela estudou muito e passou nesse vestibular. Quando ela estava para se formar, ela se matou. Ela não aguentou a pressão, até usava drogas porque não aguentava mais aquela rotina. Esses pais perderam a filha e hoje estão arrependidos.

Lucas: Por isso eu acho importante a gente sempre questionar o uso de drogas, principalmente ilícitas. Existem muitas campanhas sempre mostrando as consequências desses abusos e acho que o mesmo deveria acontecer a respeito desse doping intelectual. Porque as pessoas que estão se drogando para passar em tal curso, muito provavelmente não conhecem as consequências das coisas que estão tomando, conhecem apenas as vantagens. Eu só vi vantagens, a princípio. Você toma para se concentrar e se concentra, de fato. Mas você nunca sabe se está de fato aprendendo e, como a professora disse, não tem garantia de resultado. E ainda tem gente que consegue se concentrar naturalmente, consegue estudar naturalmente até melhor do que quem está se concentrando por causa de remédios. É necessário ter campanhas informativas sobre o uso dessas drogas, porque quem não conhece os efeitos colaterais, só vai ver vantagem. Se meus pais me forçassem a fazer algo, e eu não tivesse saída eu procuraria os remédios, se eu soubesse só das vantagens e não das consequências.

Bruna: E os comentários das pessoas podem te levar a fazer algo que você não imaginava. Por exemplo se você me disser que você toma um remédio e fica só tirando dez nas matérias, eu vou querer comprar um agora. Mas sem saber qual é o real efeito desse remédio, você consegue estudar agora, mas não sabe o que pode acontecer no futuro. E quem sabe se esse foco não vai parar em outra coisa, não é... Vai que a pessoa começa a ficar só jogando...

(RISOS)

Lucas: Você pode se concentrar sim, mas talvez não nos estudos, necessariamente. Que é a pergunta inicial, sobre estar concentrado nos jogos e não estar nos estudos. Acredito que todo ser humano tem tendência a se concentrar em coisas que ele gosta. Se ele gosta de estudar, vai se concentrar nos estudos, se ele gosta de ler romances, como ela, vai conseguir se concentrar nisso. Então essa questão de se concentrar ou não nos estudos... Se você não gosta de estudar, meu bem, não vai rolar.

(RISOS)

Mateus: Mas eu queria perguntar se esse remédio que a gente está discutindo é ilegal.

Pesquisadora: Os medicamentos com essas finalidades não são regulamentados no Brasil. Isso quer dizer que um médico não está autorizado a receitar esse tipo de medicamento a um sujeito que deseja simplesmente aumentar seu desempenho intelectual, seja para o que for. Não dá para comprar na farmácia sem receita. Porém, algumas pessoas podem ter acesso de outras formas, como usar comprimidos de pessoas que tomam oficialmente, ou comprando, ganhando de amigos, etc. Sem a orientação médica, você não tem nenhuma garantia do resultado do uso desse medicamento, ou ele pode estar adulterado, falsificado, enfim.

Lucas: Além disso, isso deve movimentar todo um mercado ilegal, porque sempre vai ter alguém para vender drogas; deve envolver muito dinheiro. Então o problema não está só em quem toma, mas também em todo esse mercado que se movimenta. E as pessoas que pertencem a ele não estão nem aí se você vai ter uma reação alérgica, se vai morrer ou não. Eles só querem vender, e vender caro.

Fernando: Eu vejo toda essa situação num sentido bem educacional. O sistema educacional brasileiro acha que você precisa assistir muita aula para aprender, e na verdade isso está errado, já que esse é um processo passivo e o estudo, para dar certo, precisa ser acompanhado mais individualmente, para ser ativo. Outra coisa é um consenso brasileiro de que estudar é chato, quem estuda é chato. Aí, por exemplo, existe um exame chamado Pisa, que é como o

ENEM, mas mundialmente. O Brasil participa desse exame e, quanto mais países entram nesse ranking, mais o Brasil cai de posição. O sistema educacional brasileiro não funciona. Em outros países o que vigora é o sistema educacional integral, onde as crianças tem aulas de manhã e durante a tarde tem atividades para revisar e reforçar o que foi aprendido no outro período, enquanto aqui foi implementado o sistema integral com aulas durante todo o dia. Isso torna o aprendizado impossível; tudo que estamos aprendendo aqui e agora, por exemplo, está no sistema límbico, no espaço da memória curta e, quando formos dormir, o que está aqui vai ser “filtrado” e o que for de fato importante, vai ser levado para o córtex. Para que esse transporte de informação aconteça, é necessário descanso.

Pesquisadora: Com esta fala nós encerramos o encontro de hoje e convidamos todos vocês para o próximo encontro.

Grupo 2- 26/11/2015

Pesquisadora: Devido a algumas dificuldades somente o P6 esteve no encontro passado e também está nesse encontro. Você poderia fazer um resumo para os colegas do que nós discutimos?

Fernando: No encontro passado falamos sobre a Ritalina, em relação à concentração e ao uso para a aprendizagem. Mas também sobre o uso feito por universitários, estudantes do ensino médio e pessoas que fazem concursos. Também falamos sobre os efeitos colaterais que podem surgir nas pessoas que visam só os benefícios sem se dar conta das consequências.

Pesquisadora: Falamos também sobre como hoje em dia é muito mais fácil as pessoas recorrerem a medicamentos e que esse uso exagerado pode acarretar outras doenças. Falamos sobre como tudo, hoje, é passível de ser chamado de doença, ou seja, qualquer tristeza as pessoas já relacionam com a depressão, ou o que as pessoas acham que pode ser uma depressão e, na verdade, podem ser outras coisas. Além disso, o uso exagerado de tecnologias como a internet, por exemplo, acaba afastando as pessoas e trazendo sentimentos de solidão, afastamento de amigos e familiares. E isso também pode trazer consequências como a tristeza, mas as pessoas imediatamente relacionam isso com a depressão e tomam remédio para isso. Foi mais ou menos sobre isso que falamos.

Pesquisadora: Terminamos o encontro falando sobre o sistema educacional, e pensando na estrutura do sistema educacional brasileiro que coloca um número excessivo de aulas para o aluno, sobre assuntos muitas vezes absolutamente desinteressantes para ele, em período integral. Ou seja, tem nove aulas por dia e não tem tempo para absorver e entender o significado e utilidade daquele conteúdo. Então vamos começar a partir desse ponto.

Pesquisadora: A culminância de todo o sistema educacional, da educação básica, é o vestibular. O que vocês acham disso? O que vocês acham do vestibular?

André: É bom, né? Ele dá acesso ao ensino superior que vai complementar o ensino médio.

Pesquisadora: Vocês acham que o ENEM, da forma como ele é feito hoje, em dois dias e com uma prova bastante extensa, consegue realmente provar quem aprendeu e quem não aprendeu?

Alunx: Não.

Pesquisadora: Porque?

André: Eu acho muito pesado fazer uma prova e no dia seguinte fazer uma redação. Se houvesse um intervalo de uma semana entre as provas seria melhor para o aluno.

Germana: Porque em um dia só de prova a gente já se desgasta bastante, não? Quando, no dia seguinte, tem outra prova, isso é muito complicado... Em dois dias.

Pesquisadora: E, ainda sobre essa questão do vestibular. Vamos imaginar que o conteúdo estudado por você no primeiro ano foi de fato absorvido, você fez os trabalhos, as provas e achou esse conteúdo muito interessante. Porém, esse conteúdo não caiu no ENEM. Caiu um outro conteúdo, sobre o qual você não conseguiu ter um domínio mais profundo e você erra aquela questão. Vocês acham que isso é justo ou injusto?

André: Eu acho justo, porque nós não escolhemos as questões então temos que estar preparados para todas elas.

Pesquisadora: Então vocês acham que isso realmente prova quem aprendeu ou não aprendeu, se você é ou não é um bom aluno, ou isso só prova que, naquele momento, você foi capaz de resolver aquelas questões?

André: Para mim, uma avaliação não pode ser capaz de falar sobre o desempenho do aluno.

Nicolas: A prova vai mostrar o conteúdo que foi absorvido e como foi a base de estudo daquela pessoa. Se ela não teve uma base de estudo satisfatória ela vai sentir dificuldades, pois não aprendeu tudo que deveria ter aprendido.

Pesquisadora: Mas você acha que isso que você está chamando de base de estudos, base de conteúdos tem a ver somente com você ou tem a ver com a escola?

Nicolas: Tem a ver o ambiente, o local educacional também.

Pesquisadora: Vamos pensar em uma outra situação. O ENEM é uma prova, como vocês sabem, onde todos os jovens do Brasil respondem às mesmas questões. Vocês estão numa escola, no estado do Ceará, na cidade de Juazeiro, numa escola que, comparada com as outras escolas da cidade de Crato, é uma escola boa. Porém, vocês sabem que existem outras escolas que tem um desempenho acima dessa e outras que estão com o desempenho abaixo desta escola. Vocês acham justo ou injusto que a prova seja a mesma para todo mundo?

André: Justo. Se uma escola tem possibilidade de fazer algumas coisas e outras não, isso não muda o fato que estão todas no ensino médio, o conteúdo é o mesmo para todos. Por isso a prova não deveria ser diferente.

Pesquisadora: Mas você acredita que o conteúdo é o mesmo? Você acha que você estuda o mesmo conteúdo que os jovens de um colégio particular de Fortaleza?

Fernando: Acredito que é o mesmo conteúdo mas com metodologia diferente. Os jovens deste outro colégio focam muito no vestibular. Por isso acho que deveria ser observado a realidade de cada ambiente, de cada escola. Uma escola com menos recursos pode ter alunos com um desempenho mais baixo. Isso tem influência dos investimentos governamentais, da administração pública. Pensando nisso é injusto que haja uma mesma prova para realidades tão diferentes.

Pesquisadora: Esse modelo de vestibular ao qual estamos submetidos, faz de conta que é justo, porque é a mesma prova para todo mundo, mas na verdade ele é muito injusto, porque o ensino não é o mesmo para todo mundo. Mesmo entre escolas públicas existe uma diferença muito grande entre uma e outra e, principalmente, entre uma escola pública e uma escola particular. Não é? Então, existe, como você falou, uma questão do governo em investir na escola, em sua infraestrutura. A capacitação dos professores divide as escolas, e muitas vezes faltam muitos professores, faltam laboratórios, livros, muitas coisas. E o vestibular pega esse aluno, dessa escola, e coloca para competir em pé de igualdade com alunos da escola particular de Fortaleza. Isso é justo?

Fernando: Não. Sem contar que o aluno da escola privada está focado em desenvolver habilidades específicas para o vestibular, enquanto o de uma escola profissional desenvolve outras habilidades que não vão se refletir no vestibular.

Pesquisadora: O que vocês aprendem, por exemplo, num curso técnico em informática, como o que vocês estão, não cai no vestibular. Aí quando você considera esse processo seletivo justo, pois todos estão fazendo a mesma prova, para os que não passam fica a conclusão de que eles não se esforçaram e não estudaram suficiente. Não é? E como nós estamos vendo, o vestibular não é tão justo assim. E algumas pessoas pensam que esse desempenho depende exclusivamente delas, depende do indivíduo também, mas não só do indivíduo. Se eu estiver em uma escola que não me dá o mínimo de base, pode haver o esforço que for, mas dificilmente eu vou conseguir chegar no mesmo ponto daquele aluno que está numa escola que tem mais estrutura. Vocês conseguem enxergar isso?

Pesquisadora: Então, quando a gente diz para um aluno que ele precisa se esforçar mais, a pressão sobre esse aluno aumenta. E vocês acham que essa pressão pode fazer com que alguns alunos tomem decisões precipitadas para conseguir passar no vestibular? Traduzindo, nós estamos falando sobre o uso desses medicamentos que prometem melhorar a concentração, o desempenho, ainda que não haja garantia sobre os resultados. Vocês acham que os estudantes que se sentem mais pressionados poderiam mais provavelmente recorrer a esses medicamentos ou não?

Nicolas: Acho que sim, porque na sua cabeça você vai ouvir essa necessidade e, de uma certa forma, vai buscar o melhor resultado possível independente dos meios.

Pesquisadora: Tínhamos começado a falar, também no início, que essa pesquisa está sendo feita nas cidades de São Paulo, Fortaleza e Juazeiro, e minha intenção é comparar o que os jovens de cada uma dessas cidades pensa sobre isso. Vocês estão dizendo o que pensam desse assunto e com isso eu vou poder comparar com o pensamento dos outros jovens. Vocês acham que existe diferença entre o que os jovens de Juazeiro e os jovens de São Paulo pensam sobre isso?

Fernando: Sim, por que pode haver diferença entre a minha forma de pensar e a de meu colega, que mesmo morando na mesma cidade há uma diferença entre as nossas realidades.

Germana: Então se há diferença entre o que nós pensamos haverá uma diferença ainda maior entre essas cidades devido a grande diferença entre as realidades.

Nicolas: Eu acho que em outros lugares pode haver mais informação sobre esses medicamentos do que em nossa cidade, pois eu, particularmente não o conhecia. Acho que também pode acontecer de a pessoa saber sobre o assunto e assumir a consequência sobre o uso dessas drogas.

Pesquisadora: Tentamos comentar, agora há pouco, sobre a questão da pressão familiar sobre a carreira, como a de passar no vestibular. Nesse caso, vocês acham que nas cidades maiores, essa pressão seria maior ou menor do que nas cidades menores?

Fernando: Acho que nas cidades maiores a pressão é maior.

Pesquisadora: Porque?

Fernando: Não sei... Acho que o crescimento e desenvolvimento das cidades e a necessidade de mão-de-obra, vão fazendo com que o movimento da cidade seja mais acelerado. Então você precisa ter essa preparação para se inserir no mercado de trabalho de forma muito mais rápida do que nas cidades menores.

Pesquisadora: Vocês acham que é maior a concorrência no vestibular ou no mercado de trabalho?

Fernando: No vestibular.

André: Nos dois. Porque onde a população é maior, também é maior a concorrência.

Heitor: A concorrência é grande tanto no vestibular quanto no mercado de trabalho, porque você precisa se destacar para ter seu lugar garantido. Sinal dessa grande concorrência que você está falando.

Pesquisadora: E então talvez, pelo que vocês falam, essa pressão maior e essa concorrência maior, tanto no vestibular quanto no mercado de trabalho, também fazem com que haja um interesse maior por esses medicamentos. É isso?

Nicolas: Acredito também que em grandes cidades tenha um acesso mais fácil a esse tipo de medicamento.

Pesquisadora: Na terça feira, tínhamos começado dessa forma, perguntando se alguém já tinha ouvido falar desses medicamentos e apenas duas pessoas responderam que sim. E aqui entre vocês, quem já tinha ouvido falar da Ritalina?

Heitor: Eu já tinha ouvido falar na Ritalina e de outros medicamentos para quem está precisando se concentrar.

Pesquisadora: Ah, você já tinha ouvido falar do uso dos medicamentos com essa finalidade. Então fala um pouquinho pra gente sobre isso...

André: Eu comecei a assistir umas aulas e aprendi, primeiro, sobre os benefícios, como a Ritalina e que tinha uma série de outros benefícios e outros medicamentos. Porém, depois fui estudar mais profundamente sobre os efeitos colaterais e entendi os problemas da Ritalina e dos outros remédios também.

Pesquisadora: E foi alguém que falou para você sobre isso?

André: Eu vi na internet.

Pesquisadora: E também foi na internet que você leu sobre os efeitos colaterais e os prejuízos?

André: Sim.

Pesquisadora: Mas você conheceu alguém, pessoalmente, que falou para você sobre isso, contou que estava usando ou algo assim?

André: Não.

Pesquisadora: Como dizíamos, existem alguns contextos em que as pessoas estão usando esses medicamentos. Para fazer vestibulares ou concursos, dentro da universidade, por causa das provas e trabalhos, e também algumas pessoas que trabalham em empregos mais competitivos. Então tem muito a ver com essa questão da competição e concorrência, cada vez mais frequentes. E falamos também que existem vários efeitos colaterais. Vocês acham que vale a pena correr o risco de usar uma substância como essa, mesmo tendo vários efeitos colaterais?

Fernando: Acho que depende da pessoa.

Pesquisadora: Como assim?

Fernando: Tem pessoas que vivem numa realidade diferente da nossa, onde o principal é ganhar dinheiro. Se, por exemplo, uma pessoa dessas quer passar em um concurso, mas não consegue ter muita atenção nos estudos, pode ser que caia nessa de tomar esse tipo de remédio.

Heitor: Pode ser uma questão de personalidade.

Pesquisadora: Como assim personalidade?

Heitor: Acho que também depende da personalidade da pessoa. Uma pessoa pode pensar que não quer isso para sua vida,

André: Já outra pessoa que usa outra droga pode experimentar os medicamentos com mais facilidade.

Germana: Uma pessoa pode dizer que não vai usar isso porque tem efeitos colaterais e outros que aceitam correr os riscos, porque acham que será melhor assim, pois tem benefícios.

André: Pode ser falta de orientação também; eu imagino que a maioria das pessoas que toma essas drogas, toma porque não teve orientação suficiente para não tomar.

Pesquisadora: Todo medicamento pode ter efeitos colaterais. A gente vê isso passando na televisão sempre, não vê? Avisos para prevenir que as pessoas se automediquem, para que sempre procurem um médico. Esses medicamentos para aprimoramento cognitivo não têm autorização para serem vendidos nem receitados com essa finalidade.

André: Entendi que esse remédio serve para uma coisa e as pessoas têm usado para outra, mas para que ele serve de fato?

Pesquisadora: Um dos medicamentos mais usados, a Ritalina, deve ser receitada em casos de TDAH, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e para Narcolepsia, que é uma doença que a pessoa dorme o tempo inteiro, sem conseguir se manter acordada. Não é o caso de uma pessoa que sente muito sono, mas sim o extremo de cair no chão do nada e dormir, é uma doença muito séria. E algumas pessoas acharam que esses medicamentos poderiam ser usados com essa outra finalidade, ele não foi descoberto com essa intenção. Porém, como acontece com o café e que nós já discutimos, algumas pessoas tomam e ficam alertas e outras pessoas tomam e vão dormir. Então a reação depende de cada organismo. Os efeitos colaterais mais imediatos são a supressão do sono e do apetite, podendo passar várias horas sem comer e sem tomar água, por exemplo. Isso pode ser muito prejudicial, levando até à desidratação. Quanto ao sono, ele nos mantém acordados, mas quando terminamos de estudar, por exemplo, e queremos dormir, é possível que tenhamos muitas dificuldades para isso. Tem casos de pessoas que passam mais de 24h acordadas, sem conseguir dormir. Os efeitos a longo prazo, principalmente para crianças e adolescentes, podem, por exemplo, interromper o crescimento, levando a uma estatura menor do que o ideal. Entre os efeitos mais graves estão o aumento do risco de ataque cardíaco, suicídio, porque o uso pode levar a outros sintomas e doenças. E, como o medicamento é relativamente novo, aqui no Brasil ele tem sido usado há aproximadamente quinze anos, o que é pouco tempo para um medicamento, ou seja, podem existir mais efeitos colaterais do que imaginamos e que ainda não foram descritos.

Pesquisadora: Segunda questão. Quando você vai ao médico e ele mede seu peso e altura pensando na dosagem de um medicamento, e diz que você tem que tomar tantos miligramas, tantas vezes ao dia por até trinta dias. Mas como você não foi ao médico e está tomando por conta própria, você não sabe qual é a dosagem que você precisa tomar, nem a frequência e tampouco a duração do tratamento. Isso também pode trazer efeitos imediatos ao seu organismo. Pode influenciar outras medicações e, ainda mais grave, o acesso a esses medicamentos por meio outras pessoas não confiáveis pode fazer com que você ingira uma outra substância. E isso também tem um efeito muito nocivo. Ok?

Pesquisadora: Eu gostaria de ler algo pra vocês. Já que estamos discutindo o que os jovens de cada uma dessas cidades pensam, aqui eu tenho algumas respostas de Fortaleza e de São Paulo. O mesmo questionário que vocês responderam aqui, outros jovens responderam em outras cidades. Então vou ler as respostas e vocês vão me dizer se concordam ou não com elas. Todas essas respostas são para a mesma pergunta: “O que você acha de medicamentos que poderiam melhorar o aproveitamento nos estudos?”

Pesquisadora: Uma das respostas foi “Eu adoraria. Pois hoje eu me esforço muito nos meus estudos, levando uma vida dupla, entre o trabalho e os estudos. Seria maravilhoso algo que pudesse me ajudar. ” Vocês acham que pessoas que trabalham e estudam iriam consumir mais medicamentos?

Nicolas: É como o que ele falou, sobre a personalidade. Depende da pessoa, se ela achar quer é bom, ela vai procurar. Se ela achar que não é não vai.

Germana: Tem também a questão da pressão. Muitas vezes não se podemos deixar que falte nada no trabalho, passamos o dia trabalhando e aí vamos estudar...

André: Como falamos disso na questão dos estudos, imagino que trabalhar e estudar deixe tudo muito mais pesado mesmo.

Pesquisadora: Outra resposta parecida com essa: “Em época de vestibular, onde temos muita tensão e pouco tempo para o estudo, eu acho interessante um medicamento que melhoraria o rendimento. Isso porque, muitas vezes, mesmo com muito esforço, o cansaço acaba sendo maior. E aí as horas de estudo acabam não tendo o rendimento esperado pelo aluno o que acaba afetando o comprometimento”. O que vocês acham dessa resposta?

Germana: É... Temos que dar conta de muito conteúdo. A gente tem a pressão de estar sempre preparado, de saber tudo. Acho que é por isso que alguns estudantes podem recorrer a esses medicamentos, principalmente os que não tem o hábito de estudar e deixam tudo para a última hora.

Pesquisadora: Uma outra resposta, semelhante. “Acredito que medicamentos não seriam eficazes. Melhor seria uma redistribuição da carga horária de estudos, o incentivo para que os alunos vivam de forma mais saudável, melhorar a alimentação e dormir melhor. A escola deveria ser mais presente, tendo uma boa interação com os alunos e maiores incentivos.”

Alunx: Concordamos.

Pesquisadora: “Acredito que existem limites no próprio aluno e que devem ser respeitados. O esforço e dedicação são essenciais, mas as cobranças sociais e familiares pressionam o aluno a procurar métodos que o tornem mais produtivo. Quando esses medicamentos prejudicam a saúde do aluno, eu não considero adequado”.

Fernando: Uma pressão familiar, da escola. Você tem que passar no vestibular, é o que tem que acontecer. Acontece que por mais que você estude, não tem lugar para você lá.

Pesquisadora: Perfeito, mesmo que todo mundo estude muito, se esforce muito, não tem vaga para todo mundo, infelizmente. E aí, aproveitando para dar uma informação sobre algo que foi falado, na verdade existe nas maiores cidades essa pressão maior e essa concorrência maior porque existem menos vagas, comparado ao total da população. Nós estamos aqui na região do Cariri, que é uma região muito favorecida. Nós temos uma universidade federal, uma estadual, universidades particulares, institutos federais e temos uma quantidade de vagas muito grande, quando comparado com outras cidades. Então, se vocês acham que aqui a pressão é grande e os exames são concorridos, saibam que nas cidades maiores existe muito mais pressão e muito mais concorrência. Numa cidade como São Paulo a quantidade de vagas é muito inferior à de alunos, muito menos que aqui. Aqui, felizmente, é uma região de mais oportunidades.

Germana: Por isso, como tem poucas vagas para muitas pessoas todo mundo quer se tornar o melhor para garantir sua vaga na universidade.

Pesquisadora: É como falamos, existem universidades particulares, mas poucas pessoas têm condições de pagar. A distribuição de renda no Brasil ainda é muito desigual.

Heitor: É uma oportunidade só para alguns.

Pesquisadora: O que acaba não configurando uma oportunidade. Isso é “dar com uma mão e tirar com a outra”, é dizer que vai dar vagas para todos e, na verdade, quando se cobra uma mensalidade por isso, isso não é dar.

Pesquisadora: Mais uma resposta para comentarmos: “Eu não concordo com o uso desses medicamentos porque é isso que as indústrias farmacêuticas querem. Esse mercado ganha milhões com medicamentos. Na minha opinião, para o aproveitamento dos estudos, é necessário que busquemos em nós, força de vontade e a criação de um cronograma de estudos, acompanhado de hábitos saudáveis, como uma boa alimentação e atividades físicas”. O que vocês acham dessa questão das indústrias farmacêuticas. ?

Alunx: Não entendi. Poderia repetir.

Pesquisadora: “Eu não concordo com o uso desses medicamentos porque é isso que as indústrias farmacêuticas querem. Esse mercado ganha milhões com medicamentos. Na minha opinião, para o aproveitamento dos estudos, é necessário que busquemos em nós, força de vontade e a criação de um cronograma de estudos, acompanhado de hábitos saudáveis, como uma boa alimentação e atividades físicas”. Essa pessoa sugeriu que esses medicamentos são oferecidos a nós através das indústrias farmacêuticas, que fazem muitas propagandas para aumentar o consumo de medicamentos, ainda que eles já estejam lucrando muito com isso.

André: Eu acho que isso não tem nada a ver. O medicamento foi criado para uma finalidade e é usado para outra, assim eu acho que a indústria farmacêutica não tem nenhuma responsabilidade em relação ao uso que se faz do medicamento, que não seja o correto.

Nicolas: Eu discordo, pois como todas as indústrias do mundo capitalista, esta também visa o lucro. Ou seja, a finalidade deveria ser curar as doenças, mas acaba sendo o lucro da indústria. E uma outra coisa, há doenças que poderiam ser curadas, mas o lucro com um tratamento demorado é maior do que com um tratamento rápido que visa a cura.

Germana: Por exemplo, se um medicamento para a cura do câncer tivesse comprovada sua eficácia e fosse colocado no mercado, o lucro com tratamentos como a radioterapia e quimioterapia iria cair muito. Isso faz com que sejam colocados no mercado mais medicamentos que vão manter as pessoas dependentes do que medicamentos que vão curá-las.

Pesquisadora: Existem medicamentos que são fundamentais para a saúde e, sem eles, nossa expectativa de vida seria muito pequena. Medicamentos são necessários. Mas estamos sendo bombardeados com propagandas de medicamentos que fazem com que a gente consuma mais do que o necessário. Isso que o P13 falou, sobre o capitalismo. A indústria farmacêutica como um todo, é a segunda indústria que mais lucra no mundo. Sabem qual é a primeira? A indústria de armas. Ou seja, primeiro damos armas às pessoas para que elas se matem e depois nós oferecemos remédios para que elas possam se tratar. Veja bem, se tratar e não se curar, porque é muito mais vantajoso oferecer um remédio que será consumido por um longo período, do que vender uma dose única que realmente coloque fim na patologia.

Alunx: E a terceira?

Pesquisadora: Não sei qual é a terceira, já vi essa informação, mas não me lembro. É importante entender essas duas primeiras porque existe uma correlação muito forte entre elas. Outra questão importante é sobre a propaganda que passa todos os dias na televisão. Em muitos países é proibido veicular propagandas de medicamentos pela televisão, já aqui no Brasil isso é permitido. Esse é o marketing: você pensa diariamente que, se tiver uma gripe, por exemplo, vai comprar o medicamento que é anunciado na televisão, porque ele é feito para parecer legal e ser vendido por isso.

Fernando: Quando passa na TV uma propaganda de remédio para dor de cabeça em menos de dez minutos você sente uma dor de cabeça.

André: Em países como a França medicamentos como a Ritalina são proibidos, pois contrariam o conceito deles de inteligência.

Pesquisadora: Ou até essas vitaminas para você crescer, ficar mais forte. Todas essas vitaminas estão presentes nos alimentos, mas somos levados a comprar como suplemento, como se a nossa alimentação por si não fosse suficiente. Da mesma forma, esses medicamentos para aumentar a concentração nos dizem que organizar uma rotina de estudos, alimentar-se adequadamente, praticar atividades físicas e dormir bem não seriam suficientes, e que sem o medicamento você não conseguiria ter esse rendimento, o que não é verdade.

Pesquisadora: Agora mais uma informação para vocês, os resultados das pesquisas ainda não estão prontos, mas o que eu notei até agora me diz que a maioria dos jovens, como vocês, nunca ouviu falar nesse tipo de medicamento, a maioria não conhece ninguém que faz uso desses medicamentos, mas acha legal e usaria. O que vocês acham disso?

André: Eu já vi um filme sobre esta temática, chama-se “Sem limites”. No filme o personagem consome uma substância que faz com que seu cérebro funcione a todo vapor durante 12 horas e neste intervalo ele pode fazer várias coisas, até aprender um novo idioma. Mas quando passa o efeito ele esquece o que ele tinha aprendido, e tem também vários efeitos colaterais como desidratação e desgaste físico.

Fernando: Outra coisa, por mais que esse medicamento melhore a concentração, no momento em que eu estou estudando, ele não vai influenciar na minha capacidade de absorver este conhecimento.

Pesquisadora: Pra começarmos a encaminhar o encerramento, eu gostaria de saber o que vocês acharam de discutir esse tema?

André: Eu achei legal, ter esse tipo de conhecimento.

Heitor: Isso nos ajudou a ficar mais alerta

Nicolas: É importante informar as pessoas que não conhecem e fazem uso deles [os medicamentos].

Fernando: Essas informações que nós obtivemos aqui vão nos ajudar a ter mais criticidade

Germana: Eu gostei porque sairemos daqui com esse tipo de conhecimento e informação e levaremos para quem não tem dimensão de tipo de avanço, já que, quem já ouviu falar sobre isso, só ouviu sobre a parte boa e não sobre o que pode ocorrer no futuro.

Pesquisadora: Para ajudar vocês com essa nova missão, que é informar as pessoas que não sabem sobre isso, eu trouxe esses dois textos para que vocês leiam e repassem, já que é importante ter esse conhecimento. Aqui no Brasil fala-se um pouco sobre isso, mas não o suficiente para informar as pessoas de fato. E quando se fala sobre isso, menciona-se apenas os efeitos positivos, o que pode ter consequências muito graves, como discutimos aqui. Quero agradecer muito a vocês pela participação e espero que vocês tenham cada vez mais curiosidade em estudar e se aprofundar nesse assunto.